

CISN CENTRO DE
INVESTIGAÇÃO
SOL NASCENTE



Nº10 – DEZEMBRO 2016 | ISSN: 2304-0688

investigacao.solnascente@ispsn.org

inaciovalentim82@ispsn.org

dacia.pereira@ispsn.org

CONSELHO DE REDACÇÃO

Director: Inácio Valentim (ISPSN) Angola

Secretários de Redacção: Fátima Sousa Rodrigues (ISPSN) Angola

Eduardo Schmidt Passos (CUA) EUA

Secretários Técnicos: Dácia Vaz Pereira (ISPSN) Angola

Editor: ISPSN – Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Arranjos Técnicos: Ivan dos Reis Andrade (ISPSN) Angola

CONSELHO CIENTÍFICO

Agemir Bavaresco (PUCRS) Brasil

Aldo Danuci (UFS) Brasil

Álvaro Nóbrega (ISCSP) Portugal

Armando Cossa (SM) Guiné-Bissau

António Matos Ferreira (CHER-UCP) Portugal

António Gómez Ramos (UC3M) Espanha

António Eduardo Alicerces (UJES) Angola

Beatriz Cecilia López Bossi (UCM) Espanha

César Candiottto (Pontifica Universidade Catolica de Paraná) Brasil

Eduardo Vera Cruz (UL) Portugal

Dácia Vaz Pereira (ISPSN) Angola

David Boio (ISPSN-CISEA) Angola

Diane Lamoureux (LAVAL) Canada

Fabício Pontini (PUCRS) Angola
Félix Duque (UAM) Espanha
Fernando Rampérez (UCM) Espanha
Hélder Chipindo (UJES) Angola
Hugo Bento de Sousa (Médico) Portugal
Inácio Valentim (ISPSN-CFCUL) Angola
Ivone Moreira (IEP - UCP) Portugal
José Saragoça (Universidade de Évora) Portugal
José Pedro Serra (FLUL) Portugal
José Ramón Molina (Faculdade de Medicina da Universidade José Eduardo dos Santos, Huambo) Angola
Lucas Nhamba (UJES) Angola
Marcelino Chipa (IFTS-ISPSN) Angola
Miguel Morgado (IEP - UCP) Portugal
Olga Maria Pombo Martins (UL - CFCUL) Portugal
Tadeu Weber (PUCRS), Brasil

CONSELHO DE ASSESSORES

Manuel Martins (ISPSNG) Angola
António Miranda (Político) Cabo Verde
Pablo Gómez Manzano (U.Valparaíso-UC3M) Chile
Jorge Manuel Benítez (UNA-UAM) Paraguai
Lola Blasco Mena (UC3M) Espanha
Miguel Ángel Cortés Rodríguez (Salamanca) Espanha
Nuno Melin (UL. CFCUL) Portugal
Pamela Colombo (CSIC) Espanha
Raimundo Tavares (Advogado) – Cabo Verde
Vicente Muñoz-Reja (UAM) Espanha

EDITORIAL

A Direcção da Revista Sol Nascente tem a satisfação de apresentar à comunidade académica o segundo número da edição do ano 2016, o qual foi avaliado positivamente olhando para o aproveitamento académico e científico. Várias acções de impacto foram realizadas, destacando conferências sobre temas de interesse social como: “Desafios da Família Africana perante a Modernidade e a Globalização, Desenvolvimento Humano em Angola, A Universidade de hoje Ameaças e Oportunidades; a Crise da Representatividade Democrática e a Democracia Post-Factual, Doação de Sangue e Feira da Saúde, Ciclo de Conferência pelo dia Internacional do Coração “Potencia a tua Vida”, donde se destacou a discussão sobre Síndrome Metabólica, sua importância e os desafios que impõem para o sistema de saúde angolana e a Morbilidade Cardiopneumológica, Tipologia e Impacto no Huambo”, estes, contaram com a presença de individualidades de prestígio científico e governamental.

Abrimos um parêntesis à estreia do I Colóquio Feminista do ISPSN (com carácter anual), que contou com a participação de um considerável número de mulheres intelectuais da província do Huambo, objectivando entender a real essência do poder feminino desde os anos antes de Cristo até aos dias de hoje; para tal os presentes foram elucidados sobre temas relacionados ao papel da mulher com realce a “Ontologia do Poder Feminino no Mundo Antigo”.

O número 10 da Revista Sol Nascente dá sequência a publicações arroladas a diversas áreas do saber científico, de origem nacional e estrangeira com destaque aos países de Itália, Brasil e Cuba, abarcando temas relacionados com as Ciências de Saúde, Ciências da Educação, Psicologia, Economia, Gestão de Recursos Humanos, Direito, Gestão Ambiental, Sociologia Crítica e Literatura.

Apesar dos sucessos e alegrias vividos durante o ano, o mês de Novembro foi marcado por um momento de grande tristeza pela morte do herói e Presidente Fidel Alejandro Castro Ruz; momentos de reflexão para o povo cubano, para o

mundo e até mesmo para aqueles que manifestam comportamento de insolência na ânsia de criticar o seu trabalho, forçando-se a não reconhecer o seu valor por ignorância. Para a grande maioria dos povos terão como o paradigma do homem sábio, inteligente, criador e portador de ideias progressistas e inovadoras no campo da saúde, educação e ciência em geral. Esta figura foi capaz, a partir de seu pensamento e acção, conformar uma nação digna, humanista e internacionalista, além de contribuir para que diferentes povos estivessem unidos por laços de sangue, na luta de pele a pele contra o racismo e sua própria liberdade. Foi também um grande modelo de rebelião contra a injustiça e a pobreza em África. O Comandante Fidel de Castro foi, é, e sempre será um homem fora destes tempos, um líder imensamente inteligente, inteiramente dedicado a pensar em Cuba e outros povos, abdicando das suas comodidades para o bem dos humildes e pelos humildes, arriscou a sua vida para fazer uma revolução e viveu 90 anos de vida produtiva recheado de obras paradigmáticas, universais e imperecíveis. Por esta razão, sua morte tocou as profundezas do coração de todos os homens e mulheres cubanos e africanos pobres e incapacitados.

Hoje e sempre será o Comandante invicto. E como disse o grande guerrilheiro heróico Ernesto Guevara de la Serna "Hasta la Victoria Siempre" Comandante Fidel. Para terminar, queremos desejar a todos os Docentes, Discentes, Funcionários e Colaboradores directos e indirectos do ISPSN votos de Feliz Natal e Ano Novo coroado de muita prosperidade, êxitos pessoais e realizações profissionais para todos os que fazem do saber o degrau de desenvolvimento.

Dácia Vaz Pereira

ÍNDICE

EDITORIAL.....	4
ARTIGOS.....	8
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	
POLÍTICAS E MODELOS DE GOVERNANÇA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA.....	9
MBANGULA KATÚMUA	
APRENDIZAGEM EM ACÇÃO. PODEMOS DISCUTIR OS PARADIGMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS?	22
ADELINO SANJOMBE	
PSICOLOGIA	
STRESSE PSICOSSOCIAL DESENCADEADO PELAS RAVINAS	38
TARCÍSIO MEMÓRIA EKULICA	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	
CIÊNCIAS MÉDICAS E CIÊNCIAS DA SAÚDE CONSIDERAÇÕES DESDE A BIOÉTICA. (PARTE I) ...	57
MARCIO ULISES ESTRADA PANEQUE E CARIDAD ROSA VINAJERA TORRES	
ECONOMIA	
MERCADO INFORMAL DO CHINGO: UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA PERSPECTIVA DOS CONSUMIDORES.....	78
JOÃO ERNESTO EDUARDO DUM	
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	
A TRIDIMENSIONALIDADE DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO SOL NASCENTE: UMA ABORDAGEM DESCRITIVA E ANALÍTICA	91
ANSELMO N. MÁRIO CELESTINO	
GESTÃO AMBIENTAL	
LAS ARVENSES. SU MANEJO EFICIENTE DESDE UNA VISIÓN AGROECOLÓGICA	111
DÁCIA VAZ PEREIRA	

SOCIOLOGIA

- ABOUT SUICIDE IN RIO GRANDE DO SUL 121
ROSANGELA WERLANG E JUSSARA MARIA ROSA MENDES

SOCIOLOGIA CRÍTICA

- LETRAS “SOCIAIS”. SOBRE OS QUADROS SOCIAIS DA CRITIVIDADE ARTISTICO-LITERÁRIA COM
UM ESTUDO NO BRASIL..... 145
PIERFRANCO MALIZIA

LITERATURA

- EU NÃO NASCI NO SAMBA, MAS O SAMBA NASCEU EM MIM. O QUE DIZER DA CONSTRUÇÃO
DE UMA IDENTIDADE? 166
GABRIELA TAVARES CANDIDO DA SILVA E GIOVANE DO NASCIMENTO

LITERATURA

- O CÃO SEM PLUMAS: REALIDADE, REPRESENTAÇÃO E REORDENAMENTO 180
VERÓNICA FALCÃO DE OLIVEIRA VINAGRE

ESTUDOS..... 190

DIREITO

- A JUSTIÇA SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS 191
MARCIAL MIGUEL SAMALINHA

CONFERÊNCIAS..... 215

- ANGOLA INDEPENDÊNCIA RECONCILIAÇÃO NACIONAL, PAZ E OS CAMINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO 216
MÁRIO PINTO DE ANDRADE

NORMAS DE PUBLICAÇÃO 246



ARTIGOS/PAPERS

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

POLÍTICAS E MODELOS DE GOVERNANÇA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

MBANGULA KATÚMUA^a

mbkatumua@hotmail.com

RESUMO

A gestão das Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, como em outras partes do mundo, é fortemente condicionada pela conjuntura macrossocial e, sobretudo, por factores de ordem política e ideológica. Considerando o conjunto das transformações sociais que tiveram lugar nas últimas duas décadas e a maior centralidade que o assunto vem tomando no debate teórico e académico nacional, o presente texto procurou dar conta dos principais avanços e recuos registados no plano legal, político e burocrático e suas implicações na gestão das IES em Angola, recorrendo, analiticamente, aos contributos de Silva¹ e Manuel², sobre a matéria. O estudo baseou-se na consulta bibliográfica e documental, tendo como objecto de estudo “as universidades e institutos superiores politécnicos” em virtude de serem o rosto mais visível das IES em Angola. Verificou-se que a gestão das IES angolanas é, ainda, feita de forma centralizada e alvo de múltiplas interferências externas prejudiciais ao seu funcionamento e desenvolvimento, porque limita a autonomia e liberdade dos actores e pouco valoriza o mérito académico e científico na disputa e distribuição dos lugares a nível da gestão.

Palavras-chave: Gestão, Universidade, Actores, Modelos, Políticas.

ABSTRACT

The management of higher education institutions (HEIs) in Angola, as in other parts of the world, is strongly influenced by the macro-economic situation and especially by political and ideological. Considering all the social changes that have taken place over the past two decades and more central than it is taking in the theoretical debate and

^a Professor no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

¹ Cf. Da Silva, E. A. 2004. *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga, Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

² Cf. Manuel, T. 2013. *Cultura (s) Organizacional (ais) da Universidade: A Tomada de Decisões para o Provimento da Carreira Docente na Universidade Pública de Angola*. Tese de Doutoramento em Ciências Educação, Braga, Universidade do Minho.

national academic, this text sought to account for the main advances and setbacks recorded in the legal, political and bureaucratic and their implications in the management of HIEs in Angola, using analytically, to the contributions of Silva¹ and Manuel² on the matter. The study was based on bibliographical and documentary consultation with the object of study "the universities and polytechnics institutes" because they are the most visible face of IES in Angola. It was found that the management of the Angolan IES is also done centrally and subject to multiple harmful external interference to its operation and development, because it limits the autonomy and freedom of the actors and little values the academic and scientific merit in dispute and distribution of the level of management posts.

Keywords: Management, University, Actors, Models, Policies.

INTRODUÇÃO

A governança das IES ao nível do continente africano tem, nos últimos vinte anos, vindo a merecer uma maior atenção dos seus governos, sobretudo de académicos e investigadores que vêm produzindo importantes contribuições através de redes nacionais, regionais de pesquisa e advocacia na matéria³. Tem sido notável o envolvimento das organizações nacionais, sobretudo em países como África do Sul⁴, Botswana⁵, Gana⁶, Quênia⁷, Ilhas Maurícias⁸, Moçambique⁹ Tanzânia¹⁰ e Uganda¹¹, na definição de políticas de desenvolvimento, nomeadamente: dos planos nacionais e da estratégia para o Ensino Superior (ES) seja ao nível das políticas mais gerais como das diretamente ligadas ao governo das IES; no desenvolvimento de quadros regulamentares (normas e padrões) relativas às qualificações do pessoal, das infra-estruturas tecnológicas e instalações educativas; no estabelecimento dos diferentes objectivos (números de matrícula e perfil

³ Entre as quais se destacam a Higher Education Research and Advocacy Network in Africa (HERANA); Higher Education Councils and Commissions in Africa (HECC); Southern African Regional Universities Association (SARUA) e Centre for Higher Education Transformation (CHET), International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education (INQAAHE) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), como entidades supra nacionais.

⁴ The South African Council on Higher Education (SA-CHE).

⁵ The Botswana Tertiary Education Council (B-TEC).

⁶ The Ghana National Council for Tertiary Education (G-NCTE).

⁷ The Kenya Commission for Higher Education (K-CHE).

⁸ The Mauritius Tertiary Education Commission (M-TEC).

⁹ The Mozambique National Council for Quality Assurance (M-CNAQ).

¹⁰ The Tanzania Commission for Universities (TCU).

¹¹ The Uganda National Council for Higher Education (U-NCHE).

de saída dos estudantes, qualificações do pessoal docente, linhas de investigação e internacionalização)¹².

Como estes progressos não têm sido alcançados em todos os países africanos, no presente artigo propõe-se discutir, de forma articulada com a realidade angolana, esta diversidade de modelos com o objetivo de, por um lado, fazer uma caracterização das práticas de gestão e traçar o perfil burocrático das instituições angolanas e estabelecer uma relação dialógica entre a teoria, o quadro jurídico-legal e a cultura de gestão destas instituições, por outro lado.

Políticas e modelos de governança do Ensino Superior em Angola

A nossa abordagem parte do pressuposto segundo o qual a gestão escolar, enquanto formadora de sujeitos, desencadeia uma gama de influências entre os actores da escola pela interlocução no transcurso da própria prática escolar¹³, tendo em conta as profundas mutações que ela tem vindo a sofrer, desde a viragem do século passado, esta temática torna-se hoje muito central nos debates sobre o desenvolvimento dos sistemas nacionais de ensino.

Há registo de que, em alguns países africanos, como a Tanzânia, o sistema de ensino desde o primário ao terciário é gerido por um único órgão público, denominado Ministério da Educação e Formação Vocacional¹⁴. Neste modelo de organização do sistema, as políticas de ensino são gizadas e executadas por uma única entidade desde o ensino primário ao ensino superior. Nesses casos, geralmente, são adoptados modelos mais complexos e que exigem uma maior articulação. Esta entidade é composta por uma série de unidades e subdivisões que respondem por cada um dos ciclos de ensino, sendo que, por este facto, a sua autonomia é sempre condicionada por entidade superior que, para além de atribuições de natureza estratégicas, como a definição da política de ensino também intervém nos processos de constituição dos corpos gestores das IES¹⁵.

A ideia que aqui defendemos é de que a gestão das IES deve ser feita desde uma perspectiva holística e integradora. As práticas pedagógicas e as práticas de gestão devem estar perfeitamente alinhadas por forma a maximizar os resultados. Pois entendemos que

¹² Baile, T. 2014. *Education Councils And Commissions In Africa a Case Study Of The Kenya Commission For Higher Education, South Africa*. Centre for Higher Education Transformation (CHET).

¹³ de Medeiros, A. M. S. ; Abrantes, Maria F. & Barbosa, J. G. 2009. “*School administration and the formation of the individual: three perspectives*”. Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação, XII, (1), p. 109-123.

¹⁴ Ministry for Education and Vocational Training (MVT), do original.

¹⁵ Cf. Baley, Op. Cit.

os *outputs* organizacionais, em muito, dependem do uso coordenado dos recursos disponíveis no sistema.

Face aos actuais desafios impostos à IES, Bouchamma¹⁶ defende que os gestores devem ser alvo de formação específica para poderem exercer de forma mais eficaz as responsabilidades a eles acometidas. Tem-se constatado que os programas de formação específica na área da gestão dirigida aos professores que se encontram nas vestes de gestores têm-se mostrado eficazes no aumento das suas competências e alavancagem da performance organizacional, além de contribuírem para a redução do choque da passagem do papel de docente para o de gestor de uma IES¹⁷.

De acordo com Silva¹⁸ durante a fase de transição a identidade de docente para a de gestor, a identidade do novo gestor apresenta-se difusa. Ele já não é apenas um professor mas, ainda, não é um gestor. Esta dupla actuação, resultante das suas novas atribuições, constitui um grande desafio aos novos gestores universitários. Trata-se de um desafio que se complexifica à medida que, cada vez mais, as práticas de gestão de origem empresarial vão sendo introduzidas na gestão universitária.

Diversos autores têm dado conta que a gestão das IES em Angola é fortemente marcada por interferências. São os casos de Silva¹⁹ e Manuel²⁰ que estudaram aprofundadamente a administração e a cultura organizacional da Universidade Agostinho Neto²¹ (UAN). Estes autores denunciam a existência de um conjunto de interferências na gestão da UAN e de grupos que perseguem interesses estranhos aos objetivos desta instituição a coberto de um “determinismo normativo”.

“O determinismo normativo, as ideologias de Estado e a história do país vêm sendo invocados para suportar o discurso ideológico e velar determinadas racionalidades dos grupos estratégicos, quando a autoridade académico-científica escasseia”²².

¹⁶ Bouchamma, Yamina, Marc B. & Marcotte, Caroline. 2014. *School Management Competencies: Perceptions and Self-Efficacy Beliefs of School Principals*. Edição Eletrónica, consultada: fev 2014 em <http://dx.doi.org/10.4236/ce.2014.58069>.

¹⁷ Cf. Ibid., p. 582.

¹⁸ Cf. Silva, Op.cit.

¹⁹ Cf. Ibid.

²⁰ Cf. Manuel, Op.cit.

²¹ Cf. Portaria n.º77-A/76 - Cria o primeiro estatuto orgânico da Universidade de Angola Agostinho Neto.

²² Cf. Manuel, Op. Cit., p. 5.

Por seu turno²³, entende que “a burocracia se converteu no mecanismo através do qual as decisões políticas eram preparadas, encaminhadas, enquadradas e legitimadas”. Os grupos hegemónicos dentro da organização procuram maximizar os seus benefícios pela posição que ocupam. O governo das universidades angolanas é assegurado por órgãos executivos e colegiais de gestão, sendo que no topo da sua estrutura encontram-se a Assembleia e o Senado universitário. Importa fazer um recuo até ao dia 28 de Setembro do ano de 1976, data em que passou a vigorar o primeiro estatuto orgânico da Universidade de Angola, através da Portaria n.º77-A/76. Este documento constitui um marco fundacional das estratégias e lógicas de composição dos órgãos gestores nas IES angolanas.

O Decreto n.º9/87, de 30 de Maio veio reforçar e assinalar de forma clara a centralização e o controlo das IES pelo Estado, sendo que a UAN era definida como uma estrutura dependente do Ministério da Educação e dirigida por um reitor e dois vice-reitores, nomeados pelo Presidente da República. Este quadro vigorou até ao ano de 1995, com a publicação do Decreto n.º2/95, de 24 de Março que introduz o sistema de eleição para a composição dos corpos gestores da universidade.

No âmbito deste quadro legal foram realizadas duas eleições, até 2001, altura em que, por meio do Decreto n.º35/01, de 8 de Junho²⁴ se transfere para a Assembleia da Universidade a prerrogativa para eleger e destituir o Reitor, facto encarado pelos círculos académicos como um retrocesso, em termos de democratização da instituição e, por isso, foi muito contestado. Mais tarde, este quadro veio a ser alterado por força do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, à Assembleia da Universidade cabia apenas propor ao ministério de tutela, três dos candidatos à nomeação.

Na prática o que se verificou foi uma tentativa bem-sucedida de controlo da máquina de gestão das IES por parte do governo. O mecanismo de consulta à Assembleia da Universidade raras vezes é accionado e, na grande parte dos casos, os reitores e demais gestores de grandes responsabilidades são nomeados de forma directa, sem consulta dos pares. Este tipo de actuação não só tem gerado um mal-estar no interior da classe, como vem abrindo precedentes para um conjunto de problemas ligados ao funcionamento destas IES, nomeadamente; no concernente à sua autonomia e liberdade. Sendo que é dentro do aparelho burocrático onde podem se estabelecer relações de verticalidade,

²³ Cf. Silva, Op.cit. p 24.

²⁴ Cf. Decreto n.º35/01, de 8 de Junho - Transfere para a Assembleia da Universidade a prerrogativa para eleger e destituir o Reitor.

horizontalidade, hierarquia e dispersão espacial, sendo o ambiente burocrático de uma organização conformado por estas relações²⁵.

A realidade das IES angolanas, sobretudo nas IES estatais, no que diz respeito ao ambiente burocrático mostra-se, ainda, muito deficitária por se caracterizar por uma “insuficiente burocracia”²⁶ organizacional e fortemente influenciada por “racionalidades subjetivas”²⁷. Trata-se de uma gestão, como de resto acontece em outras partes do mundo, condicionada pela conjuntura macrossocial e, sobretudo, por factores de ordem política e ideológica. De acordo com *Habib*²⁸ existem dois tipos de gestores: os conservadores para quem a universidade é uma unidade de negócio com estudantes no papel de clientes e docentes no papel de operários. E os progressistas que são hostis a primeira visão porque entendem que transformar a universidade numa corporação produtora de lucros seria retirar a nobreza da actividade académica e comprometer todo o projecto do ES.

No contexto angolano há, de certa forma, a convivência destas duas visões embora com territórios mais ou menos delimitados. Os liberais povoam o sector do ES privado e os conservadores, geralmente, se acham nas universidades públicas. A assunção destes posicionamentos decorre, em parte das lógicas internas adoptadas pelos actores destas organizações. Podemos, nas IES públicas, encontrar resquícios do ideário do ensino

²⁵ Hall, R. 1984. *Organizações: Estruturas e Processos*, Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil.

²⁶ O conceito de insuficiente burocracia é apresentado por Miguel Cunha e Pina (2014), num estudo que conclui que as organizações do Estado português apresentam a sua burocracia insuficientemente burocratizada. Este entendimento decorre do facto de o ambiente burocrático ser marcado por paradoxos flagrantes. Dito de outra forma, os instrumentos que deviam favorecer o funcionamento da estrutura administrativa e viabilização dos processos fazem exactamente o oposto. Este autor refere, por exemplo, que “a liderança dos líderes é neutralizada por factores estruturais”, uma vez que a disposição das estruturas administrativas não atingiu o nível ideal de organização. Este ambiente concorre para a ineficácia das organizações. A saída deste dilema, acrescenta, parece passar, paradoxalmente, por mais e não por menos burocracia, por uma burocracia genuinamente burocrática, mais capaz de cumprir seu ideal (Pina, 2014:2,42).

Chama-se a atenção dos leitores no sentido de evitarem-se confusões com o facto de, em determinados momentos deste estudo, nos referirmos à excessiva burocracia em Angola e, neste momento, em particular, falarmos numa insuficiente burocratização. As palavras “excessiva burocracia” são empregues neste trabalho na sua acepção mais comum em Angola, isto é a mais usada pelos utentes de serviços públicos que significa: mau funcionamento das estruturas administrativas, portanto insuficiente organização burocrática.

²⁷ Este conceito, geralmente usado em contraponto ao conceito de racionalidade objectiva que, grosso, modo é a que caracteriza o modelo de organização burocrática remete-nos para um quadro de ambivalência do actor. Trata-se de um conceito da psicologia cognitiva experimental desenvolvido de Simons (1982) segundo o qual, em determinadas circunstâncias os indivíduos agem com base em razões pessoais, aos olhos dos outros podem parecer sem sentido ou contraditório. Este tipo de racionalidade nada tem que ver com a racionalidade prática de escolha óptima (Simons, citado por Boudon, 1992:47). Estes elementos introduzem na gestão universitárias lógicas contrárias ao seu funcionamento o que dificulta a prossecução dos seus fins sociais.

²⁸ Habib, A. 2010. “Gestão de instituições de ensino superior na África do Sul contemporânea”, *Revista Ensino Superior da Unicamp*, pp. 44-54.

gratuito e para todos mesmo quando a lei prevê a gratuidade apenas até ao ensino primário.

As práticas que envolvam cobranças são hostis aos órgãos de governo destas instituições que a todo custo as evitam. Isto ficou claro aquando da generalização do regime pós-laboral e as cobranças feitas aos estudantes nas universidades públicas do país. Algumas províncias tardaram a abrir-se para este regime porque os responsáveis receavam vir a ter complicações associadas à gestão de valores e suspeição quanto ao descaminho destes fundos, sempre muito presente nestes casos. Portanto, fica difícil afirmar se são os resquícios do ideário do ensino gratuito ou falta de ambiente favorável da gestão das finanças que está na base da hostilidade às cobranças. Quanto ao sector privado parece não haver grandes dúvidas, pelo menos, quanto à lógica de actuação. Os promotores que, via de regra investem sem apoio financeiro estatal, são fortemente orientados para o lucro e tem o foco voltado no retorno dos seus investimentos. Isso fica claro ao se analisar a oferta de cursos²⁹.

A autonomia das IES em Angola é uma questão complexa e ainda muito difícil de se abordar no quadro das práticas mundiais. Há, por um lado, o reconhecimento legal desta autonomia mas, por outro lado, não se verifica sua efectivação³⁰ pois existem interferências de vária ordem. Note-se que, apesar de diversos instrumentos legais conferirem à universidade autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, na prática, registam-se várias insuficiências, sendo que a autonomia depende muito mais das lógicas de distribuição do poder e do modo como concebem os regulamentos que regem as IES. Para o caso de Angola:

“No quadro desta regulação burocrática, a gestão das universidades públicas pelos reitores resume-se ao exercício de funções executivas e implementativas, isto é, de materialização das políticas superiormente determinadas”³¹.

²⁹ Os cursos que abrem obedecem unicamente à lógica da procura, como era de esperar. Sendo agentes económicos privados estão sujeitos às leis do mercado. Daí que os cursos nas áreas das ciências sociais estão em maior número por serem mais procurados e exigirem menos condições materiais ou técnicas, nomeadamente laboratórios e equipamentos. Porém, as autoridades têm uma visão completamente diferente, por isso nutrem expectativas que dificilmente poderão ser resolvidas pelos privados.

³⁰ Para mais desenvolvimento a este respeito consultar Silva, Eugénio Adolfo Alves da (2004) e Manuel, Tuca (2013).

³¹ Cf. Silva. Op.cit., p.1.

Assim, o entendimento do que é realmente a “autonomia” se torna difícil de alcançar. É possível falar-se em autonomia num quadro como este em que “*os reitores são forçados a actuar como delegados da tutela*”³².

Os reitores³³, enquanto gestores máximos das IES públicas, exercem um papel ambivalente no seio das organizações que dirigem. Actuam como representantes do ministério de tutela e da comunidade académica, simultaneamente. Este papel, nem sempre devidamente explicitado, tem sido motivo de diversas interpretações pelos vários actores da escola. Há os que entendem que na figura do reitor estão concentrados os poderes máximos por este ter sido indicado pelo ministro do Ensino Superior (ES) e outros que, embora reconheçam esta legitimidade, vêem no reitor a imagem de um académico, indigitado para a gestão dos interesses da comunidade académica. O problema é que, no caso deste segundo grupo de indivíduos, nem sempre o reitor é um “representante da comunidade académica”.

As funções do reitor de uma universidade pública em Angola estão condicionadas pelo poder político. Entre o ministro do ES e o reitor da universidade pública existe uma relação de subordinação hierárquica e controlo em todas as dimensões da actuação. Como o poder e legitimidade do reitor têm origem no ministro, entidade que nomeia e exonera, os reitores actuam mais como “delegados” do que como gestores autónomos, propriamente dito. Os fortes laços de subordinação e dependência do reitor à tutela reduzem-no a posição de mero executor das políticas do Estado, e condiciona, sobremaneira, a sua autonomia. Fica claro que, a *praxis* angolana viola o estabelecido no Art.º.11, da Declaração de Kampala³⁴.

Trata-se de uma gestão universitária influenciada pelas lógicas centralizadoras reforçadas pelos princípios do Estado regulador e avaliador, que obriga os reitores a actuarem no sentido de executar as determinações ministeriais e seguirem as instruções superiores, o que gera uma cultura de obediência³⁵. Daí, como afirmamos atrás, ser difícil falar-se da autonomia e da liberdade académica, enquanto forma de autogoverno que se pauta por

³² Cf. Ibid.

³³ Silva (2012) sugere a análise do papel do reitor nas IES públicas tem de ser feita tendo em consideração as articulações e desarticulações entre a dimensão burocrática e a dimensão política que enformam a dinâmica das IES.

³⁴ O Art.º.11, da Declaração de Kampala estabelece que “as instituições de ensino superior deve ter autonomia do Estado ou qualquer outra autoridade pública na condução de seus negócios, incluindo a administração e configuração de sua formação académica, a pesquisa ensino e outros programas relacionados”.

³⁵ Cf. Silva. Op.cit., p.12.

princípios reconhecidos em estatutos próprios e que se constituem como pilares críticos da autonomia da educação superior³⁶

O facto de a gestão das IES em Angola obedecer às lógicas da uniformidade e do controlo restringe em muito a sua autonomia, deixando-a cada vez mais dependente do Estado. No caso angolano as IES não são “arenas políticas”, no sentido cunhado por Baldridge e Bush, citados por Silva³⁷ são antes espaço de reprodução normativa.

Mazrui, num artigo publicado na *Harvard Educational Review*, em Julho de 1975, denuncia a dependência do ocidente por parte de algumas universidades africanas que, por serem suportadas por capital estrangeiro perseguem interesses alheios ao dos africanos³⁸. Esta dependência resulta do facto de a universidade pública em Angola depender completamente de fundos públicos para se financiar. Uma situação que, de resto, está presente noutros países africanos, como o Quénia. Porém, mesmo nos casos de existir investimentos privados, sobretudo estrangeiros, que chegam através das multinacionais³⁹ que operam no sector da educação superior o risco da dependência não está totalmente ausente.

Nas universidades públicas existem, além de traços fortes do pendor centralizador e burocrático, práticas institucionalizadas de controlo político e ideológico destas instituições, provavelmente por elas dependerem cem por cento de financiamento público para a sua sustentação. Esta interferência é exercida, inclusive, a nível da escolha dos docentes. Houve épocas em que, nas universidades públicas, leccionar disciplinas nas áreas das ciências sociais e humanas só era permitido a indivíduos com fortes convicções políticas alinhadas ao marxismo e leninismo segundo Carvalho *et al.*⁴⁰.

³⁶ Pedrosa, Júlio, Hália Costa Santo, Margarida Mano e Teresa Gaspar (2012). *Novo Modelo de governança e Gestão das Instituições de ensino Superior em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro, p. 26.

³⁷ Cf. Silva. Op.cit., p.13. «A este respeito Silva fala em “governamentalização da universidade”, entendida como acção de “captura” da universidade por meio da sua instrumentalização no cumprimento de fins partidários e fins próprios do estado. Esta acção desenvolve-se através do processo de regulação estatal que impõe o controlo administrativo e ideológico das IES e dos actores da sua gestão».

³⁸ Mazrui, Ali Al’Amin. 1978. “*The African University As a Multinational Corporation: Problems of Penetration and Dependency*”. in Philip G Altbach and Gail Paradise (eds.) *Education and Colonialism* New York: Longmans: 331-352.

³⁹ Em Angola esta realidade é bem visível, estando a operar várias multinacionais, com destaque para a “Piaget Internacional” com presença em quase todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Lusíada. Apesar de em alguns casos, por força de lei, existem nestas empresas capitais nacionais, pode-se dizer que elas são controladas por estrangeiros. Trata-se de um controlo legitimado, em parte, pela experiência que os seus actores trazem dos países de origem mas que, aos poucos, vai sendo questionada num cenário que existem já outras instituições de capital e gestão cem por cento angolanas que vão dando, igualmente provas de capacidade no ramo.

⁴⁰ Cf. Carvalho et al., apud. Langa, Patrício. 2014, p.12. *The role and functions of higher education councils and commissions in africa a case study of the mozambique national council on quality assurance in higher education*. South Africa, Centre for Higher Education Transformation (CHET).

A insipiente autonomia existente no exercício da actividade dos corpos gestores das IES angolanas pode ser, eventualmente, contraposta mediante uma melhor articulação entre a autonomia técnica ou procedimental e autonomia substancial. Enquanto os actores de universidade não participarem, directamente, na concepção dos objectivos que executam a ideia de autonomia será sempre muito frágil. A este respeito⁴¹ se aponta um conjunto de quatro questões, relacionadas com a autonomia, consideradas como “preocupantes” por diversos actores (docentes e gestores) das diferentes universidades públicas de Angola, nomeadamente: “a captura da autonomia⁴²”; “as lógicas de integração dos docentes nos órgãos de governação⁴³”; a ambiguidade⁴⁴; “cultura do funcionalismo público⁴⁵”.

Estas observações são úteis à nossa reflexão, como apontou Silva⁴⁶, corroboram a ideia da existência de “interferências de forças exógenas” à comunidade académica na governação⁴⁷ das IES.

A falta de condições financeiras para a edificação de estruturas físicas separadas ou independentes das IES tem sido apresentada como justificação de algumas entidades promotoras que se sujeitam ao pagamento de avultadas multas ao Ministério do Ensino Superior (MES) quando são autuadas. Porém, são conhecidos casos de instituições que mantêm por anos na sua gestão indivíduos que ocupam cargos na entidade promotora sob o olhar impávido das autoridades que, em muitos casos também são sócios destas instituições ou possuem relações privilegiadas. Verifica-se uma substancial concentração

⁴¹ Cf. Manuel. Op.cit., p.30.

⁴² A captura da autonomia significa que a autonomia da universidade foi adoptada como um mecanismo de os grupos hegemónicos desenvolverem a sua própria autoridade e tutela sobre os processos internos, criando alas de interesses e motivações transformando a “universidade num microestado”, onde são juízes em causa própria e exercem o seu governo com leis próprias.

⁴³ Trata-se da lógica do *lobby* maçónico, os docentes são integrados como forma de ampliar o poder de influenciar as suas gradações categoriais na carreira docente e de expandir o leque de relações interpessoais, que podem ser úteis *a posteriori*, sob a forma de recompensa.

⁴⁴ A *ambiguidade útil manifesta* na pretensa imprecisão de “tutela” ou de “independência” da universidade, que reflecte um exercício “clandestino” do poder por parte dos universitários, que tendem com alguma intencionalidade assumir essa dualidade dependentemente das conveniências e interesses que buscam.

⁴⁵ A socialização da cultura do funcionalismo público. A concepção da universidade como um emprego público comum é recriada pela representação gerada pela sociedade, de ser mais uma escola como qualquer, que exime-se de criar os conhecimentos e centra-se na reprodução dos conhecimentos preexistentes, que distorce a perspectiva de “extensão” pela “expansão” e a competência pela fidelidade funcional.

⁴⁶ Cf. Silva. Op.cit.

⁴⁷ Cf. Marques, Maria da Conceição da Costa. 2012, p.2 «O conceito de governação do Ensino Superior refere-se, principalmente, à estrutura interna, organização e gestão de instituições autónomas” Nesta linha de pensamento, talvez não faça tanto sentido falar de governação para o caso das IES angolanas, dado que a sua situação em relação a autonomia continua indefinida em termos factuais. Mesmo nas IES privadas há relatos de graves interferências das entidades promotoras na gestão destas instituições. Alguns sócios e proprietários exercem cargos executivos, numa clara violação da lei que estabelece no seu artigo 76º as incompatibilidades».

de poderes, no domínio da gestão, no ministério de tutela⁴⁸ que, em certo sentido condiciona a actuação das IES enquanto entes autónomos. Pois, embora seja competência exclusiva do conselho de ministros a criação ou extinção das IES privadas, a criação, instalação, reestruturação e extinção das unidades orgânicas de instituições de ensino superior privadas carece de autorização do MES que tem usado como arma de arremesso às instituições que eventualmente não cumpram com algumas exigências legais ou se mostrem ideologicamente desalinhas⁴⁹.

A limitação do poder das IES não parte apenas do MES, enquanto órgão de tutela. Existe um considerável número de entidades promotoras que a não observarem cabalmente com o determinado pela lei, colocam sérios entraves à gestão corrente das instituições. Por exemplo, a lei estabelece que a entidade promotora deve “destinar uma conta bancária à instituição de ensino, a ser gerida pelo titular do órgão executivo”⁵⁰. Esta é uma prática pouco seguida pelos promotores que, guiados pelo receio do descaminho de fundos, preferem ser eles mesmos a conduzir a vida financeira da instituição à meia-distância criando transtornos de vária ordem.

Os conselhos nacionais e comissões para o ensino superior tornaram-se comuns em muitos países como estruturas de governança das IES⁵¹. Esses conselhos ou comissões têm diferentes formas e estatutos nos diferentes sistemas de ensino superior. Em alguns casos, fazem parte das estruturas governamentais, enquanto em outros eles são classificados como organizações da sociedade civil. Isto demonstra a existência de distintos modelos nacionais de governança e coordenação do ensino superior⁵². Esta

⁴⁸ Cf. «Um olhar ao seu quadro jurídico permite-nos compreender como, quer a autonomia funcional e as liberdades académicas estão a prior condicionadas por forças exógenas, representadas pelo ministério de tutela a quem competente “propor ao Conselho de Ministros a nomeação dos titulares dos órgãos de gestão das universidades e academias públicas, com base na apreciação da lista de candidatos eleitos pela assembleia das respectivas instituições”, “propor ao Conselho de Ministros a suspensão e exoneração dos titulares dos órgãos de gestão das universidades e academias públicas”, bem como “homologar a designação dos titulares dos órgãos de gestão das instituições de ensino superior privadas e das respectivas unidades orgânicas”».

⁴⁹ Cf. Decreto n.º90/09 De 15 de Dezembro – Estabelece os princípios gerais do Sistema de Ensino Superior em Angola. «O quadro jurídico está desenhado de forma a permitir uma acção de controlo e uma relação de subordinação e dependência das IES, independente de serem públicas ou privadas aliás, nos termos do Decreto n.º90/09 De 15 de Dezembro, ambas merecerem tratamento similar no essencial da sua gestão interna».

⁵⁰ Alínea g, do artigo 75.º (Competências da Entidade Promotora Privada) do Decreto n.º90/09, De 15 de Dezembro.

⁵¹ Em Angola, por exemplo, não existe este tipo órgão fora da estrutura governamental. Embora haja a Associação de Reitores das Universidades Privadas de Angola, uma agremiação que já demonstrou ter algum poder negocial junto da tutela, não podemos afirmar com exactidão que existe uma plataforma formal de discussão e convergência de ideias e interesses a esse nível.

⁵² Cf. Apud. Langa. Op.cit., p.5.

configuração define o tipo de relação que estes órgãos possuem com o estado ou organismo governamental de tutela.

Importa dizer que a relação entre o ministério de tutela e os gestores das IES privadas é, particularmente, marcada por alguma suspeição. Se por um lado, a tutela reiterada várias vezes por meio dos órgãos de difusão massiva, afirma existirem IES privadas a operarem à margem das normas por outro lado, várias destas instituições estão conscientes de não cumprirem, na íntegra, com todos os requisitos previstos na lei, o que coloca os seus gestores numa condição de permanente insegurança, em face da acção directiva e fiscalizadora exercida pela tutela.

A acção fiscalizadora da tutela é vista, pelos gestores, como parcial, sendo que um maior rigor recai para as IES privadas. Este gestor procura justificar a constatação de uma equipa de inspecção à sua instituição que concluiu existirem livros insuficientes na sua biblioteca com o facto das IES públicas, grosso modo, possuírem menos condições neste domínio. Na realidade angolana, o governo representa o grupo mais influente no Sistema de Ensino Superior, seguido do mercado e aos académicos é reservado um poder de influência muito residual⁵³.

A terminar deixamos três breves notas:

- As IES públicas, por entenderem que estão no cumprimento de um mandato público e, sobretudo político, optam por um tipo de gestão do ensino onde se valorizam os números e os resultados. Isto é, conta mais quantos alunos a universidade pode admitir e quantos saem anualmente;
- A qualidade dos cursos que ministram não é prioritária, embora a pertinência dos cursos sempre o é e sempre foi. Os gestores privados imbuídos da visão de mercado⁵⁴ parecem ter as mesmas preocupações estratégicas. Interessa-lhes o número de alunos que entram e saem anualmente mas, ao pensarem assim, a preocupação recai antes nas implicações de tesouraria do que, por exemplo a massificação como é o caso dos gestores das IES públicas;

⁵³ Cf. Marques, Maria. Op.cit., p. 1-17. «Modelos de Governo e Gestão Universitária: Uma visão sobre o contexto actual Português. Revista De Contabilidade e Organizações, RIGC, X, (19), «Esta realidade contraria o modelo tradicional de governação universitária que coloca os docentes no topo dos actores elegíveis para a governação da universidade. Esta forma de governo, também conhecida como governação colegial, caracteriza-se, essencialmente, pela atribuição de poderes de governação alargados aos senados universitários ou pela representação em grande número do corpo docente em conselhos de governadores, ou ambos».

⁵⁴ Cullen, Rowena. Buie. 1992. *Running Academic Institution as a Business: Is This Real Option?* Australian Journal of Public Administration, LI, (3), 295-307.

- A atenção dada à qualidade dos cursos ministrados varia com o perfil do gestor. A pertinência do curso é ditada pela procura do mercado, ao contrário das IES públicas que cumprem uma agenda própria, uma agenda governamental;

Como se pode observar o entendimento dos organismos governamentais está orientado, em primeiro lugar, para uma lógica de alargamento da oferta e, só depois, para a melhoria da qualidade. Já os promotores privados, que operam no sector do ES, colocam o lucro como primeiro objetivo e, só depois, a qualidade, ou seja, estão alinhados com o primeiro objectivo das entidades governamentais uma vez que, neste sector, tendo em conta a realidade angolana, é a quantidade que gera lucro e não a qualidade⁵⁵.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. Neto, Teresa da Silva (2012). *Por um Ensino Superior de Qualidade nos Países e região de língua Portuguesa*. Comunicação apresentada em Novembro de 2012, na Conferência de Macau.
2. Pina, Miguella Cunha (2013). *Uma burocracia insuficientemente burocratizada? Uma estranha interpretação sobre a administração da administração pública*. https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/Eventos/Documents/Uma_burocracia_insuficientemente_burocratizada_outubro_2013.pdf (acessível em 10.04.2015)

⁵⁵ Este facto decorre da fraca percepção do factor qualidade na formação dos indivíduos, sobretudo ao nível superior. Existe uma ideia generalizada na sociedade angolana de que os estudantes estão mais interessados em obter um diploma superior do que, necessariamente, os conhecimentos a ele associados. O caso mais flagrante, agora freado por medidas administrativas do governo, é o dos funcionários públicos que esforçavam-se por ter um diploma do ensino médio (secundário concluído) ou mesmo ensino superior para poderem mudar de categoria salarial. Era tão flagrante este interesse que houve uma onda de denúncias e prisões relacionadas com a entrega de certificados de habilitações literárias falsos em muitas direcções de escolas do país.

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

APRENDIZAGEM EM ACÇÃO.

PODEMOS DISCUTIR OS PARADIGMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS?

ADELINO SANJOMBE ^a

adelino.sanjombe@ispsn.org

RESUMO

Este artigo tem como propósito colocar à disposição da comunidade académica do Departamento de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN) as nossas reflexões sobre as varias abordagens de ensino e aprendizagem que podem ser empregues buscando oferecer um serviço de qualidade que possa promover mudanças positivas e duradouras na vida dos estudantes. O objectivo do presente trabalho é contribuir para o debate sobre uma abordagem baseada na realidade, adaptável e flexível de Ensino - Aprendizagem de qualidade no Departamento de Ciências Sociais e Humanas do ISPSN. A Pesquisa em Acção pareceu-nos a metodologia mais ajustada. O emprego desta metodologia é frequentemente feito em concomitância com a Aprendizagem em Acção e Observação Participante. Os resultados da pesquisa sugerem que há necessidade de discutir a possibilidade de promover o Construtivismo e Comportamentalismo como as abordagens subjacentes às práticas dos docentes durante a gestão do processo de Ensino - Aprendizagem. A introdução do “feedback” como elemento fundamental do processo de moldar e desenvolver aptidão intelectual. Por outro lado, os estudantes têm de considerar praticar a leitura intensiva, extensiva e escrita criativa. Em conclusão, a comunidade académica que se propõem orientar o processo de ensino e aprendizagem de Ciências Sociais e Humanas precisa adoptar um postura ecléctica, mente aberta para reforçar as suas habilidades de ensinar de maneira efectiva, produzir mudanças positivas e duradouras na vida dos estudantes de tal sorte que estes possam adoptar a pesquisa como cultura e pensar de maneira independente.

Palavras-chaves: Ensino e Aprendizagem, Construtivismo e Comportamentalismo.

^a Mestre em Psicopedagogia Clínica e Professor no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to share our reflections about the different teaching and learning approaches that can be adopted and adapted to effectively teach Social and Human Sciences seeking to offer a quality service that brings about long lasting positive changes in students lives. The objective of this work is to endorse an ongoing scholarly debate concerning a flexible and a practice based approach to make the teaching and learning process of Human and Social Sciences as effective as possible in ISPSN. Given this a practice based study, the Action Research Methodology was the most suitable approach for this work. In addition to that, Participation Observation has also played a pivotal role as that the investigation was carried out by insider researcher. The results of this study suggests that there is a need to consider enacting social constructivism as the underlying approaches under which, the academic community should base their teaching methodologies to promote an effective learning. In addition to that, there is a need to promote action learning approach as one of the best practices to teach Social and Human Sciences. There is a need to enact regular feedbacks a means to enhance and shape students' skills and aptitudes on how think based upon the Social and Human Sciences standpoint.

The Academic community teaching Social and Human Sciences, is expected to adopt an open minded perspective aiming to enhance their ability to promote an effective a long lasting learning that empower students and set them free in a sense that they take up the academic culture by living life as an inquiry.

Key words: Behaviourism, Teaching and learning Constructivism.

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais e Humanas são complexas¹. A noção de complexidade é tomada no sentido de que neste campo de conhecimento não há fórmulas rígidas nem posições absolutas. Este é o ramo de conhecimento cujo apanágio é a imprevisibilidade, a emergência e o conhecimento sistemático da organização da sociedade. Esta posição decorre do facto de que um fenómeno social ou humano poder ter várias interpretações aceitáveis em função do contexto em que este ocorrer². Por outro lado, em Ciências Sociais, a relação de causalidade deve ser vista com muito cuidado para evitar a ilusão perceptiva da realidade sobre a qual se pretende agir.

Nas Ciências Sociais e Humanas a capacidade de interpretação é crucial para dar sentido ao mundo que nos rodeia e perceber as situações que o dia-a-dia vai apresentando. Neste ramo, precisamos desenvolver habilidades e aptidões que nos permitam continuar a crescer intelectualmente e ganhar consciência do que não sabemos bem como do que não sabemos que não sabemos.

No decurso do semestre Janeiro a Julho de 2015 que agora termina aceitamos a responsabilidade de gerir o Departamento de Ciências Sociais e Humanas. A partir deste momento passamos a investigar que estratégias podem ser implementadas para poder acrescentar valor ao actual processo de Ensino - Aprendizagem. Na medida em que avançava a nossa pesquisa, várias questões ocorreram-nos tais como: quais são os padrões de Ensino Aprendizagem predominantes no departamento em estudo? Como podemos contribuir para garantir que a qualidade do Ensino e Aprendizagem dos cursos: Direito, Ciência Política e Relações Internacionais, História e Didática, Psicologia e Didática e Sociologia continue a responder às exigências da sociedade, do mercado de trabalho e do país de modo geral? Qual é o perfil intelectual de saída do quadro formado neste departamento? Para se conseguir formar um engenheiro de ideias, que abordagem de aprendizagem precisamos adoptar e adaptar?³ Qual é o perfil académico e profissional do professor para os cursos de Ciências Sociais e Humanas?

¹ Cf. Stacey, R.D. 2011. *Strategic Management and Organisational Dynamics*. The Challenge of Complexity. 6th Edition, p. 253-255.

² Johnson, P. e Duberley, J. 2000 *Understanding Management Research*. p. 97.

³ Cury, A. J. 1998 *Inteligência Multifocal. Análise da Construção dos Pensamentos e da Formação de Pensadores*. Edição Revista e Ampliada. 4ª Edição. Editora Pensamento-Cultrix LTDA, p. 21.

Assim, o objectivo deste estudo é contribuir para o debate sobre a abordagem de aprendizagem adoptar para que o ensino das Ciências Sociais seja eficaz e efectivo.

Revisão da Literatura Relevante para o Presente Estudo

A Cognição Humana

Tendo em conta os objectivos deste estudo decidimos começar por falar sobre a Cognição Humana. Coghlan & Brannick⁴ defendem que o acto de conhecer é um processo que ocorre seguindo três níveis tais como: experiência, entendimento, julgamento (exame crítico sobre o que foi captado pela experiência). Na perspectiva destes autores, a experiência ocorre quando o sujeito interessado em aprender algo toma contacto com o material que lhe pode levar a ter informação sobre determinada realidade. Quer dizer, no nível da experiência, o sujeito cognoscente interage com o objecto cognoscível fazendo passar esta informação pelos seus órgãos dos sentidos: visão, audição, tacto, olfacto e paladar.

Neste sentido, ler um livro, escutar a explicação do professor durante uma sessão sobre determinada área de conhecimento, constituem apenas a primeira etapa da cognição, porém, não é suficiente para conhecer e aprender (ênfase do autor). Se a experiência constitui apenas o primeiro nível, é correcto pensar que os estudantes que prestam atenção às explicações do professor durante as sessões de ensino e aprendizagem, em seguida lêem o material (livro, fascículos) vão chegar a um conhecimento e a uma aprendizagem eficaz e efectivos?⁵

O segundo nível é o entendimento. Este processo consiste em dar significado ao que é experimentado. No primeiro nível do processo de conhecimento os órgãos dos sentidos do sujeito que pretende conhecer tomam contacto com o objecto. No segundo nível, o sujeito deve formular todas as questões possíveis para formar um entendimento sobre o que percebeu. Quer dizer, entender um determinado assunto ocorre quando o sujeito cognoscente formula perguntas para atribuir significação à sua experiência⁶. A percepção de um assunto depende do acto de questionar a informação captada pelos órgãos dos

⁴ Cf. Coghlan, D. & Brannick, T. 2010. *Doing action research in your own organization*. 3rd ed. London: Sage, p.19-31.

⁵ Cf. Wilkinson, B. 1992. *The Seven Laws of the Learner*. How to Teach Almost Anything to Practically Anyone! 4201 N. Peachtree Road, Atlanta, GA 30341, p. 16-19.

⁶ Cf. Santos, L. 2002. *Auto-avaliação regulada: porquê, o quê e como.*, p. 1-3.

sentidos. Neste sentido, quando se formula aos estudantes a seguinte pergunta: “entenderam?” se a resposta for sim, podemos supor que houve aprendizagem ainda que nenhum estudante tenha colocado alguma pergunta profunda para confirmar se a sua percepção corresponde ao assunto em estudo? Por outro lado, uma sessão de ensino em que não se dá aos estudantes a oportunidade de formular questões pode produzir aprendizagem?

Aqui, o sujeito entra na chamada metacognição que é o processo de confrontação entre a aplicação dos conhecimentos absorvidos e suas implicações práticas na realidade social em que este deve ser empregue. No decurso deste processo, o sujeito precisa de fazer um exercício rigoroso e paciente para que ocorra a descoberta do padrão que caracteriza determinado objecto e só assim é que a aprendizagem pode ocorrer em Ciências Sociais e Humanas. A palavra rigor aqui é empregue para indicar que este processo de confrontação deve ser feito seguindo os padrões do pensamento crítico que são: análise, comparação, síntese, clareza, relevância, exactidão, profundidade, significância, precisão, amplitude e razoabilidade⁷. Isto implica que o estudante que se propõe aprender Ciências Sociais e Humanas, precisa adoptar a postura de um itinerante que trilha sobre os vários livros e realidades relacionadas aos conhecimentos que pretende absorver buscando captar a essência do ramo que o atraiu para essa área do saber.

Depois deste percurso feito sobre os níveis de cognição humana e os processos envolvidos na aprendizagem de Ciências Sociais e Humanas ocorrem-nos algumas perguntas que nos parecem óbvias.

Qual é o perfil profissional e académico ideal do professor? Que paradigmas de aprendizagem são mais adequados para ensinar de tal sorte que se possa oferecer um ensino de qualidade que permita alcançar uma transformação sólida e efectiva que tenha efeitos: emancipadores, libertadores, moldadores, provocando mudanças duradouras na vida dos estudantes que confiaram em nós a tarefa de os formar? Que condições devem ser criadas para que os estudantes possam enveredar para a vida académica findo curso de licenciatura? Como assegurar que o ensino desencadeie no estudante uma concepção científica e filosófica do mundo? Qual é a motivação certa para ensinar e aprender? Qual é o perfil do estudante? Que cultura devemos promover para assegurar que o exercício académico faça parte do estilo de vida dos professores e estudantes? Quando é que se

⁷ Paul, W.P. e Elder, L. 2002. *Critical Thinking*. Tools for Taking Charge of Your Professional and Personal Life. Pearson Education, Inc, p. 97-114.

pode inferir que o ensino conseguiu alcançar os resultados e o impacto almejado na vida dos estudantes, no mercado de trabalho, da sociedade que legitima e autentica a qualidade do trabalho da formação que oferecemos? Essas questões vão orientar as próximas secções deste trabalho⁸.

Qual é o Perfil Académico e Profissional Ideal do Professor de Ciências Sociais e Humanas?

Ao falar do perfil ideal do professor, não estamos a falar necessariamente de quem dá aulas. Ou seja, neste trabalho, defendemos que professor é aquele que pode ensinar algo. Quer dizer, é professor não apenas aquele que obteve um grau académico (Bacharel, Licenciado, Mestre ou Doutor) que o torna candidato natural a leccionar na universidade, mas sim aquele que para além da sua formação académica, desenvolveu habilidades e aptidões que o qualificam para orientar a aprendizagem dos estudantes que forem colocados sob sua responsabilidade⁹.

O professor de Ciências Sociais é aquele que tem uma experiência académica e profissional no seu campo de formação. Quer dizer, espera-se que o professor tenha trabalhos de investigação científica na sua área de actuação. Convém esclarecer também que ao falar da prática profissional como elemento integrante do perfil ideal do professor, estamos influenciados pelo lado aplicado deste importante ramo do saber. Em outras palavras, estamos a defender que para as Ciências Sociais e Humanas aplicadas tal como é o caso do Direito, Gestão, História, Psicologia e Sociologia constitui valor acrescentado que os docentes destas tenham uma certa prática profissional sobre o que leccionam para poderem ajudar os estudantes a desenvolverem as habilidades e aptidões necessárias no exercício da profissão que resultam do curso. Quando o professor tem um passado profissional no campo em que actua, ele consegue definir melhor os indicadores de aprendizagem da disciplina que estiver sob sua responsabilidade, o que o permite seleccionar as habilidades e aptidões fundamentais a serem desenvolvidas dentro do tempo que estiver à sua disposição para formar os estudantes¹⁰.

⁸ Cf. Zakaria, Fareed. 2015. *In Defense of a Liberal Education*. First Edition, p.136-143.

⁹ Bain, Ken. 2004. *What the Best Teachers College Teachers Do*. The President and Fellows of Harvard College, p.15-20.

¹⁰ Schwarz, Roger. 2002. *The Skilled Facilitator*. A Comprehensive Resource for Consultants, Facilitators, Managers, Trainers and Coaches. Second Edition. , p. 40.45.

No decurso da nossa humilde e limitada experiência de 15 anos de trabalho como formador temos acompanhado frequentemente muitos casos em que os estudantes fazem as seguintes questões: "Porque é que alguns docentes não seleccionam o essencial da disciplina que se propuseram ministrar?" "Porque é que alguns orientadores não relacionam a sua actividade na sala de aula à prática?" "Porque é que alguns professores não apresentam exemplos baseados na sua experiência profissional vivenciada em primeira pessoa?" "Porque é que alguns professores não são capazes de relacionar a sua disciplina às outras áreas do saber do curso em que se encontram leccionando? Que habilidades e aptidões devo desenvolver neste curso?"

Bain¹¹ argumenta que os docentes universitários que integram a lista dos que podem fazer a diferença positiva e duradoura na vida dos discentes, são aqueles que investigam e publicam sobre o assunto que se propõem ensinar. Para além de publicarem artigos científicos e livros académicos sobre sua área de actuação, os professores universitários que conseguem bons resultados no processo de desenvolver as habilidade e aptidões dos discentes orientados por si, são os tiverem interesse e tempo de continuar a investir na sua superação intelectual e artística para que as suas orientações possam ter impacto nos bastidores da mente dos seus formandos. Isto exige esforço para desenvolver a aptidão de pensar de modo original sobre os assuntos que ensina e pesquisar de forma extensiva para perceber quais são os progressos que ocorrem na sua área de trabalho bem como nos ramos auxiliares aos da disciplina que o professor lecciona.

Qual é o perfil ideal do estudante de Ciências Sociais e Humanas?

Apesar de cada curso possuir características próprias, há aspectos fundamentais para toda a pessoa que decidir seguir uma formação académica tais como: *gosto pela leitura, pesquisa, escrita criativa, pensamento crítico, autonomia intelectual, dedicação diária e sistemática* em todo o momento para garantir que o seu desenvolvimento mental ocorra da maneira mais qualitativa possível^{12, 13, 14}.

¹¹ Cf. Bain, Ken. Op. cit., p.26.

¹² Carter, P. 2005. *The Complete Book of Intelligence Tests*. 500 Exercises to Improve, Upgrade and Enhance Your Mind Strength. Published by John Wiley & Sons Ltd., p. 5.

¹³ Cf. Paul e Elder. Op. cit., p. 19.

¹⁴ Berbel, N. A. N. (2004). *Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior*. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 16 (3), 09-19.

O gosto pela leitura e pela pesquisa são fundamentais para ampliar a habilidade de ver o mundo de forma holística. A formação académica exige ter uma visão global do mundo e isso só é possível quando os alunos expandem a sua aptidão de ler de forma crítica os livros e artigos relacionados à sua área de formação independentemente da bibliografia recomendada dentro do seu curso. Isto significa que o estudante não deve limitar-se a ler o que foi orientado. A leitura a que nos referimos aqui não é para diversão. Porém, estamos a falar de um exercício de pesquisa que permita ter uma imagem global sobre a posição de várias escolas de pensamento que abordam um determinado assunto. Isto envolve, leitura de informação, inspecção, sistemática, crítica e de aprendizagem¹⁵.

A seguir à leitura e à pesquisa, segue-se a escrita. As Ciências Sociais e Humanas requerem o aperfeiçoamento da competência de comunicar verbalmente e por escrito. Por esta razão, o estudante deve investir no hábito de escrever com a maior frequência possível. No começo, o exercício de documentar as reflexões que decorrerem das pesquisas, pode-se dedicar apenas 15 minutos ao dia e mais tarde ir adicionando o tempo em função do progresso que se registar¹⁶.

Qual é a abordagem de aprendizagem mais adequada para ensinar Ciências Sociais e Humanas?

Júnior e Sauaia¹⁷ ofereceram contribuições bastante desafiadoras ao constatarem que apesar dos progressos recentes na qualificação dos docentes, deve-se prestar atenção aos aspectos curriculares e didácticos das disciplinas que estão sob sua responsabilidade. Júnior e Sauaia¹⁸ constatarem em seu trabalho, que os docentes ainda tendem a repetir os padrões tradicionais de ensino e aprendizagem, nos quais eles são o centro da aprendizagem. Neste modelo, a relação entre professor e aluno tende a ser vertical. O exemplo deste modelo ocorre em aulas que ele toma a palavra por mais de 90% do tempo Wilkinson¹⁹ argumenta que não devemos confundir o acto de falar em sala de aula com o de ensinar. Isto é, quando o prelector aparece na sala de aula e expõe algum conteúdo

¹⁵ Adler, M.J. e Van, Doren. 2014. *How to Read a Book. The Classic Guide to Intelligent Reading*. 3rd Edition. New York, NY 10020. p. 31-44.

¹⁶ Goodson, P. 2013. *Becoming An: Academic Writer. 50 Exercises for Paced, Productive and Powerful Writing*. Sage Publications, Inc., p.21.

¹⁷ Júnior, W. H., e Sauaia, A. C. A. 2008. *Aprendizagem Centrada no Participante ou no Professor? Um Estudo Comparativo em Administração de Materiais*. p.634.

¹⁸ Cf. Ibid., p.634.

¹⁹ Cf. Wilkinson. *Op. cit.*, p.16.

baseado nas suas anotações e depois abre uma sessão para perguntas de clarificação da matéria exposta, esse processo pode levar os alunos a captar informações mas pode-se concluir que houve ensino? Ensinar é falar? É indiscutível que falar no sentido de expor a matéria, joga um papel fundamental no ensino e aprendizagem da Ciências Sociais e Humanas, porém, não é suficiente para desenvolver as aptidões que os estudantes precisam para poderem aplicar os conhecimentos adquiridos.

Se a estratégia segundo a qual, o professor é o centro das atenções na sala de aula não responde às necessidades de formação dos estudantes, então qual deve ser a metodologia a adoptar e adaptar para se conseguir um ensino de qualidade?²⁰ defende que não se consegue aprender sem acção. Nesta perspectiva, a aprendizagem tem lugar quando o orientador do processo de ensino conceber tarefas específicas através das quais vai inspirar os seus estudantes dentro e fora da sala. Aprender ocorre com mais facilidade e significância quando o estudante é sujeito activo durante todo processo de ensino.

Se os orientadores do processo de ensino e aprendizagem planificarem acções práticas no decurso das suas aulas, vamos conseguir ajudar os estudantes a ampliarem as competências e aptidões necessárias em cada área de formação? A resposta a esta questão exige formular outra pergunta: que padrões de pensamentos os professores precisam seguir para promover um ensino transformador? Sanches²¹ sugere que o segredo para se conseguir um ensino de qualidade consiste na capacidade do professor dedicar-se à reflexão frequente das suas práticas de ensino e testar regularmente a eficácia do seu estilo de liderar o processo ensino. À luz dessa reflexão que nos parece fundamental para se conseguir um ensino de qualidade, tendo em conta a nossa experiência de trabalho e a literatura especializada, defendemos que para se conseguir aplicar a abordagem de Aprendizagem em Acção, em primeiro lugar os professores precisam de investir num padrão de pensamento que os convide a adoptar a reflexão - acção - reflexão para descobrir as necessidades dos estudantes orientados por si e reflectir constantemente sobre a relevância e eficácia das suas práticas durante as aulas²². Aplicando este princípio no nosso contexto, espera-se que os professores possam parar e rever o seu estilo de ensino e identificar que mudanças precisam ser feitas. Por exemplo, se durante a aula o

²⁰ Peddler. 2008. *Action Learning for Managers*. Second Edition. p. 10.

²¹ Sanches, I. 2005. *Compreender, Agir, Mudar, Incluir*. Da investigação-acção é educação inclusiva. Revista lusófona de educação, 5 (5), p. 130.

²² Bolton, G. 2005. *Reflective Practice*. Second Edition. Sage Publications, Ltd., p.1-15.

docente passar 90 % do tempo falando, será que esta abordagem vai contribuir para o progresso intelectual esperado? Se não, sugere-se que tal estratégia seja revista.

Por um lado, a abordagem de Pesquisa em Acção, requer que os prelectores (docentes) desenvolvam a cultura de obter "feedback" dos seus alunos (avaliação das suas práticas durante as aulas). Quer dizer, os professores precisam promover a cultura do diálogo para perceber em tempo útil se os discentes estão a perceber e a desenvolver as habilidades e aptidões necessárias para o curso que frequentam.

Por outro lado, parece-nos importante sublinhar que a abordagem de Investigação em Acção é uma metodologia de Pesquisa Social concebida para buscar o maior número de informações que permitam compreender e identificar novas maneiras de actuação e pode ser empregue para melhorar as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes²³. Esta abordagem é muito democrática, por esta razão, o envolvimento significativo dos participantes (estudantes) durante as sessões de ensino-aprendizagem é crucial para assegurar que eles assumam a sua responsabilidade de desenvolver as habilidades e aptidões necessárias.

Se a abordagem de pesquisa em acção for empregue, vamos conseguir os resultados esperados em cada curso? A resposta a esta questão levanta outras perguntas tais como: Quem é responsável pelo desempenho do estudante? O professor, a qualidade do material, o lugar em que ocorrem as aulas? Vygotsky²⁴ advogou que a interacção social com os colegas de curso pode ser efectiva para promover novas aprendizagens. Neste sentido defendemos que os professores precisam incentivar a criação de grupos de estudo que constituam redes de estudantes do mesmo curso para trocarem impressões e experiências sobre as disciplinas do seu²⁵.

Apesar da interacção entre os estudantes desempenhar um papel importante na aprendizagem, a questão que faz o aluno aprender bem persiste. Durante as acções que o discente vai implementar em busca do conhecimento, ele vai cometer erros a serem assinalados pelo professor através do processo de feedback sobre o seu desempenho²⁶.

²³ Greenwood, D.J. & Levin, M. 2007. *Introduction to Action Research. Social Research for Social Change*. 2nd Edition. Sage Publications, Inc. ,p.3.

²⁴ Cf. Vygotsky 1962, *apud Sanches, Op. cit.*, p.134.

²⁵ Dias, P. 2001. *Comunidades de conhecimento e aprendizagem colaborativa*. Seminário Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento. Lisboa, Conselho Nacional de Educação, 85-94.

²⁶ Kirkland, K. e Manoogian, S. 1998. *Ongoing Feedback. How to Get It, How to Use It*. Center for Creative Leadership. p. 7-17.

Por acharmos que o "feedback" é chave no processo de Ensino - Aprendizagem de Ciências Sociais e Humanas vamos dedicar a secção a seguir para apresentar em detalhe qual é o nosso entendimento do papel crucial deste elemento para o desenvolvimento mental, académico e profissional dos estudantes.

Valor do Feedback no processo de ensino aprendizagem

Feedback é o processo através do qual o professor providência ao estudante informações sobre o seu desempenho académico numa determinada disciplina. Este exercício deve ser feito numa base regular durante o ano lectivo. Quer dizer, no decurso das aulas, o professor deve planificar bem as actividades com as quais vai colocar os estudantes em acção para que eles possam aplicar as informações adquiridas e enquanto isto ocorre, aplicam os conhecimentos e desenvolvem habilidades e aptidões. Por exemplo, o escrever académico exige: clareza, precisão, fidelidade, lógica e integridade intelectual. Para que o quadro a ser formado desenvolva a habilidade de escrever bem academicamente, espera-se que o professor crie situações em que os formandos vão ter de demonstrar que conseguiram adicionar esta competência no seu universo conceptual. Feito o exercício, o estudante vai certamente cometer erros. O professor deve assinalar os erros e apresentar recomendações específicas para melhorar nas próximas sessões. Sublinha-se que essas actividades devem preceder os períodos formais de avaliação previstas pela escola (provas de frequência e exames).

Se a tarefa dada for escrita, espera-se que o "feedback" seja dado por escrito. O orientador (docente) deve identificar bem os pontos fortes do trabalho e os aspectos que devem de ser melhorados. Se a tarefa exigir fazer uma apresentação verbal, espera-se que a apreciação seja dada verbalmente respeitando os limites da ética. Quer dizer, o professor deve garantir o anonimato protegendo a identidade dos alunos que precisam de melhorar e deve manifestar respeito pelo esforço feito por eles.

Para além do "feedback" ser apresentado por escrito e verbalmente, deve haver disponibilidade da parte do docente para prestar todo o apoio possível para que os discentes entendam como vão aplicar as recomendações que podem leva-los a melhorar o seu desempenho. Para tal, o orientador precisa adoptar a postura de um líder: compassivo, colaborativo e que promova a colectividade entre os alunos para que possam

interagir em busca da excelência na sua aprendizagem²⁷. Uma vez identificados os erros, quem os deve corrigir? O estudante é o principal responsável pela sua aprendizagem, por isso, deve ser ele a corrigir as suas falhas com o apoio do professor²⁸.

Qual deve ser a atitude do estudante perante o feedback dado pelo professor?

Na primeira secção deste artigo, falamos da cognição Humana e defendemos que ela passa por três etapas: experiência, entendimento e julgamento (tomada de posição).

Assim, o estudante deve prestar bem atenção ao "feedback" que recebe lendo bem e procurando dar sentido ao que for recomendado. Depois de ler, deve perguntar ao professor se o seu entendimento corresponde à orientação dada. É importante que o estudante não suponha que entendeu sem aferir o que se pretendeu dizer com cada recomendação dada. O professor precisa desenvolver a habilidade de escutar bem o estudante sem o julgar, nem o rotular por achar, por exemplo, que este se esforça pouco²⁹.

Por outro lado, os estudantes precisam de ler mais do que for recomendado. Se for recomendada a leitura de um autor principal, é importante que o estudante leia mais do que um livro sobre uma determinada disciplina para melhorar o seu entendimento sobre um assunto.

METODOLOGIA

Posição Epistemológica

Este estudo foi sustentado sobre o construtivismo como base epistemológica, porquanto, ele ajusta-se melhor à natureza da pesquisa em acção que procura compreender o mundo através da maneira como os indivíduos envolvidos numa determinada realidade social dão sentido e atribuem significados aos fenómenos que os afectam no contexto em que se encontram inseridos³⁰. A Pesquisa em Acção foi o método seleccionado e foi considerada adequada por se tratar de uma abordagem que permite fazer um estudo mais

²⁷ Raelin, J. 2010. *The Leaderful Field Book*. Strategies for Developing Leadership in Everyone. First Edition. p. XIV-XIX.

²⁸ Miller, W. R. e Rollnick, S. 2013. *Motivational Interviewing*. Helping People Change. Second Edition. p. 9-13.

²⁹ Hoppe, M.H. 2006. *Active Listening. Improve Your Ability to Listen and Lead*. Center for Creative Leadership., p.12-18.

³⁰ Creswell, W.J. 2014. *Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. 4th ed. Sage Publications, inc., p.8.

aberto dentro do contexto de trabalho. Esta abordagem facilita estudar problemas baseados num contexto específico de trabalho visando melhorar a situação dos participantes contando com o seu envolvimento significativo para produzir aprendizagem mútua³¹.

Recolha de Dados

Os dados foram recolhidos através de observação natural e participante. Para além destas técnicas, houve debates realizados com grupos focais de docentes e estudantes de cursos e anos diferentes. Por outro lado, foram registadas todas as queixas que chegaram ao departamento escritas e orais.

ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi feita procurando identificar os constructos que revelam os padrões de pensamento predominantes. Este exercício exigiu revisitar constantemente os dados empíricos recolhidos no decurso do I semestre de 2015.

Considerações Éticas

Durante o estudo, no processo de recolha de dados, a identidade dos participantes foi mantida anónima e as informações partilhadas foram tratadas de maneira confidencial para evitar que alguém fosse identificável durante a apresentação dos resultados do estudo. No decurso da pesquisa não houve critério de exclusão.

Limitações do Estudo

Apesar de ser a abordagem mais adequada para pesquisas em contexto de trabalho, a cientificidade da metodologia utilizada, ainda é muito discutível. Esta constatação decorre do facto de não se poder generalizar com facilidade as constatações das pesquisas que se apoiam nesta metodologia. Por esta razão, achamos que os frutos deste trabalho são aplicáveis ao contexto em que ele foi realizado. Por outro lado, o facto de termos feito o estudo na condição de pesquisadores internos e envolvidos no contexto de trabalho, pode ter afectado a nossa capacidade de captar a realidade com a maior objectividade e neutralidade possível.

³¹ Cf. Greenwood e Levin. Op.cit., p.135.

RESULTADOS

Precisamos discutir a possibilidade de promover o construtivismo e comportamentalismo como abordagens subjacentes às práticas dos docentes durante a gestão do processo de Ensino - Aprendizagem. Com base nestes constructos teóricos, deve-se explorar a necessidade de se promover a Aprendizagem em Acção como uma das abordagens mais efectivas no Ensino de Ciências Sociais e Humanas. A introdução do "feedback" como elemento fundamental no processo de moldar o desenvolvimento de habilidades e aptidões. Os estudantes precisam considerar a necessidade de se superarem todos os dias desenvolvendo autonomia intelectual através do exercício de leitura intensiva e extensiva, escrita criativa e pesquisa independente.

A comunidade académica que se propõem orientar o processo de ensino e aprendizagem precisa adoptar um postura ecléctica, mente aberta para reforçar as suas habilidades de ensinar de maneira efectiva, produzir mudanças positivas e duradouras na vida dos estudantes de tal sorte que estes possam adoptar a pesquisa como cultura para pensar de maneira independente.

DISCUSSÃO

A literatura revista neste trabalho, confirma que os padrões de Ensino e Aprendizagem no campo das Ciências Sociais e Humanas são susceptíveis de reflexões regulares e contextualização tendo como base a realidade que envolve os principais actores do processo. Os docentes desta área de conhecimento devem adoptar uma postura ecléctica tendo os estudantes no centro do seu trabalho. Quer dizer, as pesquisas defendem que o modelo de ensino ajustado ao ramo das Ciências Sociais e Humanas exige que o estudante seja o centro de todo processo. Isso exige que o professor adopte o papel de facilitador que coloca o aluno em situações problemáticas cuja resolução através de acções práticas permite o desenvolvimento de habilidades e aptidões que lhes vão permitir dar sentido aos conhecimentos teóricos disponíveis nas referências bibliográficas indicadas bem como nas pesquisas independentes feitas em cada disciplina ou módulo conforme a situação³².

³² Berbel, N. A. N. 2012. *As metodologias activas e a promoção da autonomia de estudantes*. Semina: Ciências Sociais e Humanas, 32 (1), 25-40.

Por outro lado, a comunidade académica que investiga o processo de ensino e aprendizagem nos cursos de níveis superiores, advoga que os docentes devem pesquisar e produzir conhecimentos sobre as aulas que ministram para assegurar a actualização das disciplinas sob sua responsabilidade³³.

Quanto aos estudantes, supõe-se que possam saber profundamente os motivos pelos quais escolheram o curso que frequentam, porquanto, só assim poderão ter impulso suficiente para se dedicar no limite das suas capacidades, buscar conhecimentos independentemente da bibliografia orientada pelos professores. Além destes aspectos, os formandos, devem ser participantes activos, responsáveis e disciplinados para cumprir com as tarefas recomendadas que visam consolidar as habilidades desenvolvidas³⁴.

Ao contrastar o presente trabalho, as contribuições das pesquisas dedicadas ao estudo do processo de ensino e aprendizagem das Ciências Sociais e Humanas, constatou-se que em alguns aspectos, os padrões predominantes precisam ser discutidos para encontrar um entendimento comum sobre as metodologias a empregar para oferecer um ensino de qualidade aos formandos. Isto é, os dados empíricos deste trabalho, indicam que a cultura de discorrer, pesquisar e escrever sobre as matérias ministradas em cada curso, existe em grau muito encorajador, porém, precisa ser amplamente discutida e promovida dentro da classe académica do ISPSN com particular atenção ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas que é objecto deste trabalho.

Os dados empíricos sugerem que o modelo de ensino predominante nas aulas ministradas tem tido o professor como o centro das atenções. Quer dizer, em algumas aulas o professor fala mais de 90 % do tempo alocado para cada sessão e esta postura, é discutível pelo facto de pouco contribuir para o desenvolvimento das habilidades exigidas em cada curso. O acto de ensinar parece ser constantemente confundido com o de falar. Por esta razão, espera-se que os docentes evitem ministrar aulas adoptando o estilo de pregador em que tomam a palavra a maior parte do tempo³⁵. As aulas devem ser concebidas tendo em conta as acções práticas que deverão decorrer na sala para permitir que o estudante consiga aliar a teoria à prática. Em última nota para os docentes, espera-se que cada um possa reforçar a sua relação ética e profissional com os estudantes promovendo o respeito mútuo, para evitar barreiras na comunicação.

³³ Cf. Bain. Op. cit., p. 15-24.

³⁴ Cf. Berbel. Op. cit., p.9.

³⁵ Friedman, D.B. 2013. *How to Teach Effectively*. Second Edition. p. 48.

O estudo constatou que os estudantes precisam reforçar a sua participação nas aulas teóricas e práticas, devem dedicar-se em pesquisar outros livros, artigos científicos das disciplinas dos seus cursos, independentemente das orientações dos professores, para facilitar a aprendizagem e expandir a sua visão científica sobre o assunto. Isso requer disciplina pessoal, uma boa gestão do tempo para equilibrar a vida académica e os outros compromissos pessoais e profissionais.

CONCLUSÃO

O processo de ensino e aprendizagem é complexo. Por isso, exige simplicidade para continuar a aprender e conseguir orientar a aprendizagem dos outros.

Os Estudantes precisam desenvolver a aptidão de leitura intensiva e extensiva, escrita criativa e académica bem como a cultura de pesquisar de forma independente.

A comunidade académica que se propõe orientar o processo de Ensino e Aprendizagem de Ciências Sociais e Humanas precisa adoptar um postura versátil, mente aberta para reforçar as suas habilidades de ensinar de maneira efectiva, produzir mudanças positivas e duradouras na vida dos estudantes de tal sorte que estes possam adoptar a pesquisa como cultura pessoal, profissional e pensar de maneira independente.

PSICOLOGIA

STRESSE PSICOSSOCIAL DESENCADEADO PELAS RAVINAS

TARCÍSIO MEMÓRIA EKULICA ^a

tekulica46@gmail.com

Resumo

Este artigo trata do stresse psicossocial desencadeado pela dificuldade de enfrentar problemas provocados pelas ravinas e as várias formas de erosão nas zonas urbanas. O alto crescimento da população e a urbanização acelerada faz a Terra insuficiente e as pessoas apertadas nela. Estruturas físicas, habitações, fábricas, estádios, escolas e outras aproximam-se umas às outras fechando cada vez mais as passagens de água. Assim, as águas correm em cada espaço pequeno com tal força e intensidade, que desgasta o solo até esburaca-lo. Quebra estradas, arrasta consigo outras infra-estruturas e ameaça socialmente o Homem. Esta tem sido a actual “dor de cabeça social” do ser humano.

Palavras-chave: stresse psicossocial; sobrepopulação; ravinas; água; solo; Terra; “dor de cabeça social”.

Abstract

The present paper concerns psychosocial distress caused by the difficult to face out problems provoked by rills and other forms of erosion to people in urban areas. The high population growth and the accelerated urbanization makes earth insufficient and the people tighten on it. Physical structures, housing, factories, stadiums, schools and so on get closer one to another and water running spaces inexistent or very short. Then waters runs in every little spaces with such a strength that wears out the soil until it is holed, breaking roads and dragging other physical structures which stresses and frightens socially the man. That has been nowadays a social headache to the human being.

^a Doutorando em Sociologia do Desenvolvimento Sustentável pela AIU; Mestre em Direito Penal Económico Internacional pela IAEU; Pós-graduado em Língua Portuguesa Investigação e Ensino pela UAb e Licenciado em Sociologia pela UAb; Professor Assistente no ISPSN (Instituto Superior Politécnico Sol Nascente) – Huambo leccionando a UC Antropologia e Sociologia; Investigador e Consultor.

Key-words: psychosocial distress; overpopulation; rills; water; soil; earth; social headache.

1-Introdução

As ravinas são, dentre os vários tormentos ao Homem, as que combinam nas grandes cidades, o terror da destruição (quedas de terras e imóveis humanos), depositários de lixo, cheias e correntezas de água (sobretudo pluviais). Por isso, embora teoricamente, o assunto de ravinas tenha resultados sociais no nível geral caracteristicamente similares (no espaço físico), é um assunto que merece grande atenção local, para uma acção local e um despertar do pensar global. As ravinas para além de problemas do solo são hoje, sobretudo, um problema social de dimensões insustentáveis.

Este estudo é, por isso, baseado na zona ravinosa do Sul do Benfica (Huambo), onde assistimos famílias a pernoitarem fora das próprias residências ou abandonarem-nas definitivamente temendo a proximidade das ravinas – mas também, apreciamos a «coragem» de outros em permanecer ante a aproximação das mesmas vivendo o stresse psicossocial pela impotência de proteger as crianças e a luta do dia-a-dia fora de casa num método hipotético-dedutivo¹, fruto de uma prolongada observação participante e não participante que vem sendo feita pelo autor desde a infância, na vivência nos bairros do Canhe e Benfica, bairros estes com zonas ribeirinhas² e declivosas cujas baixas recebem durante os tempos chuvosos correntezas enormes nos poucos espaços não construídos, causando erosões.

1.2-O que Malthus sabia sobre a Terra? Crescimento urbano & Crescimento humano

A situação humana percebida por Malthus no seu tempo fê-lo levantar duas preocupações distintas – o Ecossistema-Terra circunscrito na subsistência humana e o crescimento acelerado da população. Claro que, na altura, despertou maior interesse o

¹ GIL, A.C., 1989, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 2ª Edição, Editora Atlas SA-19, São Paulo.

² AAVV. 2009, *Zonas Ribeirinhas Sustentáveis: Um Guia de Gestão*, ISA Press, Lisboa “As zonas ripícolas (ribeirinhas) são áreas tridimensionais de transição, onde se processa uma interacção directa entre os ecossistemas aquático e terrestre”. p. 24.

fenómeno do crescimento humano pela “heresia” malthusiana de problematiza-lo. Malthus acreditava que a Terra não teria capacidade de resposta para a demanda que o Homem fazia dela, e sobretudo que faltariam alimentos, com muita população consumidora e, a Terra exígua produtora dos consumíveis. Para ele as dificuldades de falta de alimento era tão evidente que dizia, “se existe miséria, o único remédio é a limitação do crescimento da população e a melhoria da produtividade na agricultura³”. A Terra era para ele exígua e insuficiente para albergar uma população que cresce ilimitada, despropositada e assustadoramente – pequena e incapaz de acolher a todos. Assim diz Malthus no “grande banquete da Natureza” não existe “lugares” para todos e que se os convivas se apertassem para dar lugar a uns, outros intrusos se apresentariam...

Este banquete da Natureza termina com estatísticas assustadoras sobre a Terra, produtora de alimentos e a população, consumidora – que incitam Malthus a apresentar duas leis antagónicas: a lei da população que cresce em progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 12, 32...) e a lei da subsistência que cresce em progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...). Malthus já não tem qualquer dúvida, «quando a população não é controlada, duplica todos os 25 anos, crescendo de período em período, segundo uma progressão geométrica, enquanto os recursos têm tendência a crescer segundo uma progressão aritmética⁴».

As insinuações, segundo as quais o aumento da população inibiria a sua sobrevivência alimentar e habitacional era uma verdadeira afronta à ordem expressa por Deus na Bíblia, «multiplicai-vos e enchei a Terra⁵» –, ou ainda, o compromisso divino de sustenta-la; «as aves do céu, não semeiam, não colhem... vosso Pai celestial as sustenta⁶». Estes pressupostos sempre por “todos” respeitados, são reforçados, entre outros, por Johann Peter Sussmilch que considerou o povoamento da Terra estar sempre conforme a vontade do criador e que a ordem divina se manifestava de várias formas, nomeadamente através da relação entre os nascimentos e os óbitos⁷.

Os ensaios e conclusões de Malthus sugeriam, na altura, fundamentalmente, que não obstante os esforços humanos, para trabalhar e produzir alimentos e viver comodamente em seus aposentos, na Natureza (Ecossistema-Terra e não só), esta é única que ao Homem

³ NAZARETH, M. J., 2004, *Demografia – A Ciência da População*, Editorial Presença, Lisboa. p. 26.

⁴ Cf. Ibid., p.32.

⁵ Gen. 1, 28 Abençoando-os, Deus disse-lhes: «Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra...».

⁶ Mt. 6:26, «Contemplai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem armazenam em celeiros; contudo, vosso Pai celestial as sustenta. Não tendes vós muito mais valor do que as aves?».

⁷ Cf. NAZARETH Ibid.

tudo dá, por isso, estabelece exigências que há muito não são cumpridas pelos humanos. A Terra precisa de comodidade e respeito, racionalidade e bom senso humano no seu desfrute. Atitudes e qualidades inexistentes no Homem, sobretudo com o já propalado crescimento populacional anormal e muito recentemente com a crescente urbanização.

1.2-Os prejuízos que o Homem cria para o Ecosistema-Terra

A Natureza desde tempos imemoriais foi a primeira das vítimas do Homem, graças ao seu hedonismo⁸, não percebeu que a vida física, fisiológica e emocional que o suporta enquanto ser depende “quase” na totalidade do Ecosistema-Terra. Até a vida social (acção e relações humanas) é, digamos, apenas um subsistema do Ecosistema-Terra, sendo importante mencionar que a Terra, a vida humana e a sociedade não se encontram isolados um do outro, constituem um conjunto de sistemas interactuantes integrados no Ecosistema-Terra⁹. Pelo que, as agressões que o Homem faz à Terra voltam-se contra ele na mesma proporção ou pior ainda, acabam com a sua vida na Terra.

Os problemas ambientais manifestos de hoje, como o aquecimento global, o buraco da camada de ozono, a subida de água do nível do mar, a desflorestação, as poluições da Terra, dos mares e rios e do ar, a escassez da água, o efeito de estufa e as alterações climáticas¹⁰, e as ravinas (nosso objeto de estudo) são apenas algumas das “dor de cabeça” social que hoje traumatizam qualquer vivente deste planeta Terra.

As ravinas são, a nosso ver, não obstante outras causas a referir resumidamente adiante, consequências do rápido crescimento demográfico e dos problemas socio-ambientais contemporâneos dele advindos, caracterizados pela diminuição e aperto dos espaços habitáveis referidos no grande banquete da Natureza de Malthus... “se estes se apertarem para ceder lugar, outros intrusos se apresentarão reclamando os mesmos favores” – leva cada um a pensar entre plantar uma árvore, que facilitaria a circulação de água na Terra, a purificação do ar, a fortificação do solo e a construção de mais uma ‘dependenzinha’ habitacional no escasso quinhão de Terra que lhe é atribuído muitas vezes a escassa

⁸ NETO, F. 1998. *Psicologia Social*, Vol. I, Universidade Aberta, Lisboa.

⁹ OLIVEIRA, M. da L.; PAIS, M.J. CABRITO, B.G, 2003, *Dossier de Sociologia*, 12º Ano, Texto Editora, Lisboa., p. 11.

¹⁰ HERMANO, C., (Coord.) 2001, *Problemas Sociais Contemporâneos*, Universidade Aberta, Lisboa, p. 85.

distância dos solos hidromórficos¹¹ ou baixas ribeirinhas, são considerados, pela sua natureza, em primeira instância, zonas de risco. Por outro lado, as zonas de risco nas sociedades urbanas são artificialmente construídas, ao ignorar-se valas de encaminhamento de águas nas vias rodoviárias ou deixa-las entupir por falta de manutenção. O ‘amontoamento’ de habitações em zonas privilegiadas sem previsão de escoamentos das águas pluviais, em acúmulos a partir dos telhados.



Fig.1: O Crescimento urbano, a força da correnteza das águas pluviais e a falta de drenagem ajudam as águas pluviais, domésticas ou industriais a ravinar a estrada de há um ano.

O “ordenamento do território” é o conceito formalizado a partir de meados do século passado, com histórico de 1944 na França sendo “uma política que visa, coordenar uma multiplicidade de actividades sectoriais, que se efectivam num espaço mais abrangente do que o espaço urbano”¹². Os países do mundo, como Moçambique¹³ e Angola¹⁴ possuem legislação do género que dão directivas e regras, visam garantir a organização do espaço nacional através de um processo dinâmico, contínuo, flexível e participativo na busca de equilíbrio entre o Homem, o meio físico e os recursos naturais, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável. Porém, apesar do legalismo característico das sociedades urbanas desde o século passado, o contrário do ordenamento territorial tem vindo a acontecer em relação à gestão dos espaços urbanos; em muitos espaços da Terra as habitações humanas desordenaram-se mais, superaram a superfície habitável e

¹¹ DINIS, A.C. 2006. *Características Mesológicas de Angola*, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa p.362 (...) relacionados com os excessos de água que afectam durante período mais ou menos prolongado, em especial na época chuvosa.

¹² FRADE, C.C.F. 1999. *A Componente Ambiental no Ordenamento do Território*, Concelho Economico e Social, Lisboa.

¹³ Cf. Decreto nº 23/2008 de 13 de Maio do Regulamento sobre a Lei de Ordenamento do Território da República de Moçambique.

¹⁴ Cf. Lei nº 3/04 de 25 de Junho.

apossaram-se dos espaços de cursos de água e as zonas de risco de outra índole, causando uma fragilidade acrescentada ao solo.

Em Angola as populações vivendo em zonas de risco superaram os 10%, confirmou um estudo realizado em 2015, citado pelo Nova Gazeta¹⁵. Esta relação de caos do Homem com a Natureza tem celebrado um pacto de guerra entre os dois contraentes – o solo, em defesa própria, criou fissuras enormes e profundas à Terra – as *ravinas*. E o Homem passou a viver em apuros; nunca sabendo quando o seu espaço é engolido, invadido ou sua viagem interrompida por uma ravina que corta a estrada em que seguia.

Na sua saturação, a Terra dá respostas, muitas vezes ‘desproporcionais’, desvantajosas e perniciosas para Homem: a Terra abre-se em ravinas; o nível de água do mar atinge a superfície habitável e chamam-lhes calemas e arrastam as casas que foram ter ao mar; a sul do mundo, as doenças infecto-contagiosas e de carência crescem por falta do mínimo e da poluição da Terra, da água e do ar; entre outras. A Natureza proporciona então, ao Homem, estragos inevitáveis, tanto que os meios opulentos adquiridos na satisfação plena são ameaçados ou destruídos e há um risco iminente da própria vida do Homem. Esta pressão da Natureza em resposta às falcaturas humanas faz o Homem experimentar a fase final, o stress social.

2-O Stresse na mesma velocidade que a formação de Ravinas

Se partirmos do pressuposto de que todas as edificações humanas, casas, fábricas, barragens, estradas, caminhos-de-ferro etc., fazem mais ou menos zonas de risco, desde que construídos não cumpram com os requisitos mínimos de evacuação dos seus despejos, águas residuais ou de chuva – estaremos falando da situação real vivida hoje no mundo, iniciada no século passado com o crescimento da urbanização.

Crescem as grandes construções mas restringem-se os espaços para despejos, além de que as obras apresentam muito “má qualidade¹⁶”. As infra-estruturas horizontais (estradas, caminhos de ferro) têm conhecido uma grande falta de qualidade; as drenagens, quando

¹⁵ Cf. Jornal Gazeta, Semanário Angolano, edição 195 de 7 de Abril 2016 p.4.

¹⁶ Motta, P. A. C. Qualidade das obras públicas em função da interpretação e prática dos fundamentos da lei 8.666/93 e da legislação correlata http://www.ibraeng.org/public/uploads/publicacoes/1188400938100qualidade_das_obras_publicas.pdf acesso, 16-05-2016.

existem, são muito frágeis ou não usufruem de manutenção. O mais grave ainda, é que, infelizmente, sobretudo nos países subdesenvolvidos, as vias que ligam as zonas baixas (estradas secundárias e terciárias, algumas principais) não são drenadas. Seja por causa da sobrepopulação e o apertar das residências aos espaços de acesso, ou pela escassez de recursos disponíveis, deixando as águas pluviais e até salubres e resíduos correrem à superfície das vias mal asfaltadas ou de ‘terra batida’, fazendo-as propensas às ravinas. Se no passado os principais agentes da erosão eram agentes naturais como a água da chuva, o vento, conforme se atesta em Franco “o desgaste da superfície da terra pela chuva ou água de irrigação, vento, neve ou outros agentes naturais ou antropogénicos abrasivos, têm a capacidade de remover material de origem geológica ou solo, de um ponto sobre a superfície da terra e depositá-lo noutro lugar”¹⁷, hoje o homem é, perigosamente, o agente que escava, raspa, abre furos, para lhe facilitar colocar sobre a terra as mais gigantescas obras de construção, sem se importar do peso que esta suporta.



Fig.2: Escavações, despejos e outras actividades humanas aceleram as ravinas.

Em 1988 Oliveira referindo-se ao solo disse que solo, é a camada superficial da crosta terrestre que foi fragmentada e meteorizada por processos físicos, químicos e biológicos, tratando-se de um meio adequado para o crescimento e desenvolvimento das plantas; a par de Bertoni e Neto (1990)¹⁸ que referiram ser, um recurso básico que suporta toda a cobertura vegetal, sem a qual os seres vivos não poderiam existir. Mas o solo é geralmente definido como a camada superior da crosta terrestre, formada por partículas minerais,

¹⁷ FRANCO, M. R. da S. 2015. *Formação de ravinas: significância para a perda de solo por erosão hídrica*, Bragança, Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Gestão dos Recursos Florestais.

¹⁸ BERTONI, J. e NETO, F. L. 1990. *Conservação do solo*. Ícone, São Paulo.

matéria orgânica, água, ar e organismos vivos. O solo constitui a interface entre a terra, o ar e a água e aloja a maior parte da biosfera¹⁹.

Todas as definições do solo, acima, são anuladas, conforme nos permitimos referir acima, pelo rápido crescimento demográfico e, especialmente em zonas urbanizadas onde as habitações estão quase umas por cima das outras, sem espaços físicos passíveis de qualquer outra manobra natural, para haver desenvolvimento das plantas. As zonas urbanas deixaram de ter algumas das suas características quase seculares, como a organização. Por exemplo, o modelo de “zonas concêntricas²⁰”. Para além desta característica as zonas urbanas podiam privilegiar a estética, a beleza na sua estrutura arquitetónica, a civilidade e a boa educação nas atitudes e comportamentos, enquadrados nos dois níveis de organização de sociedade de Park.

Wirth considera que quanto maior for a dimensão do agregado populacional, a densidade e a heterogeneidade, maior é a possibilidade de se verificar as condições da vida urbana das quais algumas causadas pela densidade populacional; “a densidade não só intensifica a competição como também a *atitude blasé*²¹, e, sobretudo, a fuga de espaços com grande densidade provoca o desenvolvimento de espaços periféricos e o aumento do custo do solo nos subúrbios²².

A densidade populacional nas zonas urbanas, a competição e escassez dos espaços de habitação, como temos afirmado, moveram a ravina, que era uma “pequena patologia do campo” (Bertoni, 1990) para a cidade, não apenas como uma simples patologia, mas como um perigo latente para o próprio bem-estar do Homem, pressionando-o e demandando dele mais do que ontem, a capacidade de viver sob maior stresse, causado pela gestão nos níveis biótico e cultural, acima. Pois, a fissura no solo incomoda a residência individual, e agita os membros mais adultos da família, enquanto as grandes aberturas na terra, engolindo casas, estradas, escolas, campos de cultivo etc. ameaçam

¹⁹ Cf. Franco, Op. cit.

²⁰ Cf. HORTA, A.P.B., 2007, *Sociologia Urbana*, Universidade Aberta, Lisboa, «Teorizado por Ernest Burgess, em Sociologia Urbana de Horta, era constituído por cinco diferentes áreas, a saber: o distrito de negócios, a área de transição (a área degradada), a zona habitacional dos trabalhadores e a área residencial».

²¹ Cf. Teorizado por Simmel, a *atitude blasé* é um traço psíquico que constitui uma estratégia de adaptação aos estímulos constantes do mundo urbano, implicando uma atitude de indiferença e de distanciamento face à realidade do dia-a-dia nas grandes cidades.

²² Cf. Horta, Op. cit., p.101.

vidas de comunidades e o estado emocional de todos os que se encontram em volta, erigindo o stress psicossocial.

Segundo *Bryan (1987)*, citado por *Guerra (1997)*, a maior parte das pesquisas desenvolvidas sobre ravinas tinham objectivos agrícolas. Talvez, dali que, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) conceitua ravinas como microcanais (nos campos), que são tão pequenos a ponto de serem removidos por operações de aragem do solo. Tal indica que o termo enfatiza claramente aplicações agrícolas.

Esta porém não é a percepção urbana da ravina, pois as pessoas estão acostumadas a buracos gigantes, com profundidades sem igual, fissuras à volta ameaçando engolir haveres mais próximos, às vezes mesmo deslocando comunidades inteiras. Quem as vê de um lado da cidade faz contas em relação à sua residência e os seus haveres. Pela sua importância transcendente, construíram-se lendas à volta dela, e, entre os Ovimbundu chamaram-na “*Otchanjangombe*”²³.

Apesar de a Terra ser muitíssimo antiga e as ravinas suas companheiras, prevalecendo a sua explicação em mitos e lendas os primeiros estudos surgem somente no séc. XX, Horton²⁴ reconheceu a importância geomorfológica das ravinas nas encostas e chamou atenção do papel das mesmas enquanto condutoras de água e sedimentos e ao mesmo tempo como embriões de um sistema de drenagem. Este conceito de evolução de ravinas baseia-se no facto de que quando a precipitação excede a capacidade de infiltração do solo se dá o início do *runoff*.

Já *De Ploey*²⁵, dando credibilidade ao *runoff* de Horton²⁶, concluiu que existem certos limites que devem ser considerados em relação a formação de ravinas. Um deles é que, para que ocorram ravinas é preciso que haja uma declividade pelo menos de 2° ou 3°. A esse limite são acrescentados também factores relacionados com as características hidráulicas do fluxo. Já *Bowyer-Bower e Bryan (1986)*²⁷, conscientes de que o factor

²³ Na mitologia das províncias do centro-sul de Angola, acredita-se «ser uma serpente que se esconde quieta na profundidade da terra que com os seus pequenos movimentos causa ao nível da superfície do solo fissuras à terra (Fonte: oral, Festo Sapalo e Ana Lumbo – habitantes do Benfica).

²⁴ Cf. Horton, 1945.

²⁵ DE PLOEY, J., 1993, *Runoff and Rill Generation on Sandy and Loamy Topsoils*. Z. Geomorf. N.F 46, 15-23.

²⁶ Cf. Horton. Op.cit.

²⁷ Cf. *apud GUERRA, A.J.T., 1997, Ravinas: Processo de Formação e Desenvolvimento*. Anuário do Instituto de Geociências – Vol. 20.

principal na formação de ravinas era a chuva, como todos em primeiro plano pensariam, utilizam simuladores de chuva para comparar a formação e a evolução de ravinas em solos argilosos e arenosos, que não são objecto do nosso estudo.

Este conhecimento técnico, por um lado, mas mais aparentemente teórico, por outro, pelas dimensões e características, mas também pela formação e evolução das ravinas urbanas que tendem a superar a todos os títulos os níveis de perigosidade das estudadas (chuva, vento, neve) acima, atingem a mente humana, criando-lhe uma dimensão temerária e insegura, tanto ao nível pessoal como ao nível comunitário, numa não dimensionada tensão social – o stress psicossocial.

2.1-Ravinas nas áreas urbanas; um problema social contemporâneo

*Robert Evans (1992)*²⁸ não tem dúvida mínima de que as ravinas desempenham um importante papel, nas zonas agrícolas, nas perdas da actividade agrícola dos solos, e a chama de consequências danosas para a agricultura, devido à perda de solo, de nutrientes, de sementes e à evolução que pode ser degradada, causando ao Homem um certo estado de nervosismo.

Nas zonas urbanizadas, porém, onde a criação e evolução das ravinas depende do Homem as consequências danosas direccionam-se também, incontestavelmente, para o Homem. As ravinas destroem sobretudo os meios imóveis (edifícios, estradas) que ele constrói causando um stress psicossocial incontrolável. As grandes cidades vivem ansiosas, perante as ravinas e os adultos não conseguem se acomodar. Vivem sob stress constante. Muitos percebem que as ravinas urbanas não são simples obra da Natureza, são conquistas humanas que cresceram com a sobrepopulação.

A sobrepopulação para além de estreitar espaços e aumentar “fluxos” de água no entendimento de De Ploey²⁹ aumenta a pobreza, segundo Malthus. É por causa da pobreza que os inertes deixaram de ser recursos estratégicos de Estados e passaram a ser recursos procurados por todos para matar a fome, como os pássaros do céu procuram os grãos para debicarem. Assim, dos rios para além de se extrair o peixe e outros aquáticos, alimentícios, também se extraem inertes de qualquer forma, fazendo seus leitões

²⁸ Cf. *apud* GUERRA, A.J.T., 1997.

²⁹ Cf. De Ploey. Op.cit,

vulneráveis e propensos a ravar. E qualquer pessoa fá-lo para matar a fome. Muitas vezes, para acelerar o aproveitamento, espalham-se venenos nas águas para matar em quantidades os aquáticos destruindo por completo a fauna ali existente e a estabilidade aquífera.

A floresta, há muito deixou de produzir frutos e alimentos – se produz, fá-lo em quantidades que não satisfazem a todos os que dela esperam, por isso, os produtores viraram vítimas desses esfomeados que adoptaram métodos hostis de lidar com a flora terrestre. Derrubam as árvores para a lenha, carvão, e queimam ostensivamente o matagal por causa de gafanhotos. Na construção das casas só pensam no “betão”. Totalidade do espaço concedido é 100% preenchido, esquecendo-se completamente de que a Natureza cobra.

O pequeno bem que se faz à Natureza, ela retribui. Uma hortinha pode ser para além de pulmão da casa, um espaço para reciclar alguns resíduos sólidos como casca de ovos, restos dos animais e da cozinha etc. como a plantação pode ajudar na purificação do ar. Enfim, se o Homem quiser evitar o stress psicossocial que a Natureza em sua defesa pode proporcionar é melhor colaborar com ela.

2.2-Stresse e a sua relação com as ravinas urbanas

Num estudo etnográfico, experiência do terreno correspondendo fundamentalmente à mediação entre o real, o observado e o descrito³⁰ nas zonas assoladas pelas ravinas urbanas, observaram-se comportamentos de aflição, stress e acomodação. Os indivíduos adultos que vivem em zonas afectadas acusam níveis de sintomas físicos, psicológicos e de afectação deploráveis e destes em relação ao comportamento social e sobretudo ao seu desempenho laboral. As crianças acomodam-se e lidam com as ravinas com a inocência que lhes é característica.

Fisicamente, Serra³¹ aponta “as lesões cancerosas”, dizendo que “as situações de stress podem ter consequências comprometedoras a nível de vários departamentos orgânicos, inclusive a influenciar o curso de enfermidades reconhecidamente orgânicas”. Foram

³⁰ SANTOS, A dos. 2002. *Antropologia Geral: Etnografia, Etnologia, Antropologia Social*, Universidade Aberta, Lisboa, p. 26.

³¹ SERRA, Adriano Vaz. 2011. *O Stress na Vida de Todos os Dias*, 3ª ed, Dinalivro, Distribuidora Nacional de Livros, Lisboa, p. 349.

observados durante o trabalho pessoas com níveis tensionais muito irregulares, queixando-se de dores de cabeça (cefaleias), dores de estomago, dores da coluna, dos ombros ou da parte baixa das costas. Alguns queixavam-se de falta de apetite (anorexia), embora o autor que vimos citando, também refira “comer em excesso”, entre outras doenças.

A nível comportamental os confrontos emocionais entre cônjuges eram constantes e alguns cônjuges viviam mesmo ao fio da separação com a esposa e os filhos em casas de familiares (sogros ou pais) e o marido em casa de risco; as separações (divórcios) aumentaram, com muitos maridos abandonarem a esposa e as crianças com desconhecimento destes nas casas de risco. Havia excessos na ingestão de bebidas alcoólicas e de cigarro nas pessoas atingidas pelas ravinas.

Serra, citado acima, diz que o uso do tabaco, enquanto alteração comportamental ou hábito induzido pelo stresse, contribui, ao nível individual, “para o desenvolvimento de uma série de doenças, entre as quais se pode assinalar a doença cardíaca coronária, a bronquite crónica, o enfizema pulmonar, cancros dos pulmões e da laringe e úlceras gástricas³² enquanto o abuso do álcool pode evoluir até à cirrose hepática, para além de propiciar dificuldades no exercício da profissão, no convívio familiar e social e à exposição aos acidentes.

Leka, Griffiths, Cox³³, considera que “workers who are stressed are also more likely to be unhealthy, poorly motivated, less productive and less safe at work. Their organizations are less likely to be successful in a competitive market.”

Na verdade espera-se menos dores de cabeça de quem cuja casa está na eminência de cair e a família em risco iminente? *Silye (1936)³⁴* já percecionava o *stresse* como uma reação do organismo que ocorre frente a situações que exijam dele adaptações além do seu limite. O *stresse* para *Lazarus³⁵*, representa a relação que se estabelece entre a “carga” sentida

³² Cf. SERRA. Op. cit., p.353.

³³ Cf. LEKA, S., Griffiths, A., COX, T., 2005, *Protecting Workers' Health Series: Work Organization & Stress Sistem Problem Approaches for Employers, Manangers and Trade Union Representatives*, M/s Saphire Graphix, New Delhi, India.

³⁴ SADIR, M.A.; BIGNOTTO, M.M.; LIP, M.E.N.; 2010, *Stress e Qualidade de Vida: Influência de Algumas Variáveis Pessoais*, Pontificia Universidade Católica de Campinas – SP, Brasil.

³⁵ Cf. *Apud.*, Serra. 2011, p.13.

pelo ser humano e a resposta psicofisiológica que perante a mesma o indivíduo desencadeia.

O stress é, afinal, a resposta natural humana à pressão quando se enfrentam situações desafiadoras ou às vezes perigosas. As pressões tanto podem vir do exterior, também conhecidas como pressões de natureza social³⁶. Tomemos como exemplo a perseguição pelas ravinas, que podem propiciar problemas familiares (conforme exposto acima), problemas profissionais e no trabalho, discriminação social, conflitos com pares sociais etc., como podem vir de dentro de nós, pressão de natureza psicológica, como as exigências inalcançáveis que fazemos de nós próprios. *Lazarus*³⁷ em Serra “refere que, quando alguém se sente numa situação de ameaça, a ameaça em si tem uma natureza psicológica, porque é a reação perante um dano potencial que não foi ainda materializado. Contudo pode afectar o organismo por via das emoções que desencadeia”. Existem para além destes dois, as pressões de natureza física, que têm a ver, segundo³⁸, com o frio ou o calor excessivo, a privação de alimento e a exposição prolongada a um ruído intenso. Por estas proposições pode-se inferir que “uma circunstância indutora de stress, inicialmente de natureza física ou social, pode igualmente constituir uma situação de stress psicológico”³⁹.

Pessoas adultas, sob stress, perseguidas pelas ravinas podem considerar a possibilidade de ter a capacidade de Deus de desviar a ravina do imóvel ou o imóvel da ravina ou a capacidade humana (poder) de comprar um novo imóvel, melhor em zona nobre, onde ravina, só de ouvir falar e, ser o orgulho das crianças (família) que fazem do perigo uma diversão. Um Homem, “chefe de família” responderá os telefonemas vindos de casa com o inevitável “há algum problema!” ou terá medo, ansiedade ou nervosismo em responder tais chamadas telefónicas.

Tremer-lhe-ão as mãos e sentirá um “choque” emocional antes de perceber que do outro lado da linha “está tudo bem”, com a esposa/o, filhos ou haveres. Apontam-se alguns sinais característicos das pessoas sob stress, muitos destes traços, completamente

³⁶ Cf. SERRA. Op. cit.

³⁷ Cf. Op.cit., *Apud.*, Serra., 2011.

³⁸ Cf. Ibid., p.14.

³⁹ Cf. Ibid., p.15.

nocivos para a convivência social e inclusivamente laboral, manifestas nas atitudes, pensamento, corpo e sensações⁴⁰.

Quanto às atitudes: zangam-se, fumam mais, consomem mais álcool, retraem-se, tremem, rangem os dentes, falam depressa e interrompem seus interlocutores. Quanto ao pensamento: acusam dificuldade em se concentrar, cometem erros frequentes, sonham durante o dia, estão sempre envolvidos nos seus pensamentos, acusam vazio na cabeça, sofrem de bloqueios mentais, têm pesadelos. Quanto ao *corpo*: falta-lhes apetite, sentem cansaço crónico, dores de cabeça, dores das costas, transpiram em demasia, sofrem de insónias, tem problemas de digestão e sentem dores musculares. E, finalmente, quando as *sensações*, sofrem de nervosismos, irritação, medos, insatisfação apatia, vazio interior e contrariedade. É nesta lógica que se considera existirem três níveis no stresse: os factores que causam stresse, a nossa atitude e a forma de pensar, bem como as nossas reacções ao stresse⁴¹.

Factores de stresse são as coisas, os acontecimentos, os factos, as exigências que se nos colocam e que podemos sentir como stresse, por exemplo, a pressão do tempo, os conflitos, alterações no local de trabalho, mais trabalho, trânsito rodoviário, material laboral defeituoso, elevadas expectativas de desempenho ou perturbações. Os factores de stresse são os causadores exteriores de stresse⁴².

O stresse pode vir de qualquer situação. Em *Stress & Manangement*⁴³, lê-se que “*stress can come from any situation or thought that makes you feel frustrated, angry, or anxious.*” As situações de stresse são enquadradas por cada pessoa como sendo ou não stressantes. Aliás, as situações stressantes são interpretadas de forma diferente, por isso duas pessoas responderão à mesma situação como stressante ou não.

Mas as situações que envolvem ravinas só às crianças inspiram diversão, apesar do perigo, pois aos adultos envolvidos a interpretação será sempre “stressante”, porque “*we don’t feel fully prepared to deal with them*”⁴⁴. E nunca, ninguém vai se sentir completamente

⁴⁰ Cf. Mesmaeker. Op. Cit.

⁴¹ Cf. Ibid.

⁴² Cf. Ibid.

⁴³ XAVIER, X.G *et al.* 2010. *Produced by Clinic Manangement Health Care*, <<http://hydesmith.com/de-stress/files/StressMgt.pdf>> Acesso 07/05/2016.

⁴⁴ Cf. Ibid.

preparado para enfrentar a resposta da Natureza contra as agressões que o Homem proporciona.

2.2.1-O Stresse Psicossocial causado pelas ravinas e os Grupos Sociais em que se manifesta

O ser humano enquanto individuo é influenciado pela vida em sociedade (realidade social) que é um subsistema da realidade natural onde se enquadram as ravinas.

Já mencionamos vezes sem conta, neste trabalho, que as ravinas são dentre as causas externas indutoras de stresse as que mais pressionam o individuo em cujo perímetro se organiza, seja em trabalhos pontuais, itinerantes ou habitação, pois como disse Serra⁴⁵ “...não há um efeito (transtorno psíquico) sem uma causa determinante (indutora de stresse a partir da qual a pessoa perde o seu bem estar e adquire a sensação de andar doente”.

Mas as ravinas, sobretudo em muitos países subdesenvolvidos, nos quais não há prontamente tratamento delas, começam e aumentam a profundidade e a cada dia avançam em largura ao encontro das suas vítimas, as pessoas individuais, causando-lhes “transtornos” psicológicos de stresse. Estas vítimas, individualmente ou em grupos (família), têm contacto com o exterior através dos seus empregos, escola, igreja e outros grupos sociais em que participam directa ou indirectamente.

O stresse psicossocial causado pelas ravinas atinge em primeira instância o grupo primário, a família, este sofre de forma directa as consequências das ravinas, desde a pressão psicológica, à perda de haveres e até mesmo à morte de ente queridos. O stresse é ainda maior quando toma as rédeas do ambiente social⁴⁶, com vizinhos e amigos mortos ou arrastados à pobreza, despojados dos haveres pela força destrutiva das ravinas. Os problemas ravinais relacionados com o ambiente social são potenciais causadores do “isolamento social, apoio social inadequado”⁴⁷, pois nem os amigos e familiares vivendo distantes da ravina se dignam em prestar visitas ou um apoio psicossocial adequado.

⁴⁵ Cf. SERRA. Op. cit., p. 391.

⁴⁶ Cf. Ibid, p. 392.

⁴⁷ Cf. Ibid.

Na verdade cada um de nós tem os seus stresses – afinal 95 % da população do mundo sofre de alguma falta de saúde mental e emocional, “ninguém precisa de se envergonhar de estar mental ou emocionalmente doente, pois é coisa que normalmente acontece com os que fazem parte da grande massa, isto é, dos 95% da população”⁴⁸.

Isto não significa porém, que as pessoas dentro dos seus ambientes sociais (domicílio, empregos e outras instituições) se encontrem doentes. O stress não é de *per se* uma doença, dizem Glue, Nut e Coupland⁴⁹ em Serra “nenhuma circunstância indutora de stress que seja específica na sua relação com o aparecimento de determinado tipo de sintomas”, mas estas circunstâncias de stress, continua Serra, estão definitivamente aceites como factores precipitantes, de agravamento e de manutenção dos agravamentos dos transtornos psiquiátricos, podendo nalguns casos constituir o centro da abordagem terapêutica”⁵⁰. Assim acompanhado ao stress podem surgir, depressões, esquizofrenias, distúrbios de pânico entre outras, cada uma com as manifestações características.

Os distúrbios de pânico, por exemplo, são, segundo Serra, associados aos seguintes sintomas: palpitações, eretismo cardíaco ou taquicardia, sudoração, tremor do corpo, dificuldades em respirar, sensações de sufocação, dor ou desconforto torácico, náusea ou desconforto abdominal, tonturas ou sensações de ir desmaiar, sentimentos de desrealização ou de despersonalização, medo de morrer, de perder o ar ou de ficar louco, sensação de entorpecimento ou de formigueiro nos membros e sensações de frio ou de calor. O stress e as moléstias que o seguem são geralmente incompatíveis com os procedimentos e exigências dos três ambientes que o Homem escala no seu dia-a-dia – trata-se do ambiente profissional, o ambiente familiar e o ambiente social que se entrecruzam no todo social.

O stress no trabalho é definido por Ross e Altmaier⁵¹ como interacção das condições de trabalho com características do trabalhador de tal modo que as exigências que lhe são criadas ultrapassam a sua capacidade em lidar com elas”. Visto desta forma o stress no trabalho terá repercussões de grande importância já que conforme o autor que vimos “determina o mau humor no individuo, o que, pode ter implicações negativas sobre

⁴⁸ Cf. Journal of Mental Health, 1976, *Etiologia da Doença e da Saúde Mental e Emocional: A Nova Ortopsicologia que Funciona*, Little Rock, Arkansas.

⁴⁹ Cf. apud SERRA, Op.cit.

⁵⁰ Cf. SERRA. Op. cit., p. 394.

⁵¹ ROSS, R.R. e ALTMAIER, E.M., 1994, *Intervention in Occupational Stress*, London Thousand Oaks & New Delhi: Sage Publications.

terceiras pessoas ... e sobre o funcionamento da empresa e custos de produção”. Apesar de o próprio trabalho também poder ser um indutor de stresse, muitos trabalhadores que vivem sob stresse correm sérios riscos de despedimentos pelos seus empregadores ou seus representantes aumentando-lhes o fardo indutor de stresse junto da família (foram observados despedimentos das pessoas afectadas pelo stresse causado pelas ravinas nas áreas estudadas dos seus empregos, subempregos ou regime “diário”).

O stresse na família tem sido estudado há já um tempo considerável. Hill⁵² define “como indutora de stresse familiar toda aquela situação nova, para a qual a família não está preparada e constitui, por isso, um problema.” As ravinas tanto são situações novas em relação às famílias em que pertenceram como criam expectativas desesperadoras, tanto nas pessoas singulares, nas famílias ou nas comunidades afectadas. Por isso, já tinha problematizado que “se o acontecimento é grave, se a família tem poucos recursos e se percebe a circunstância como ameaçadora, então entra em crise”⁵³, sustentada na teoria de stresse familiar ABC – X⁵⁴. A todos estes constrangimentos de stresse junta-se o que mais nos preocupou nesta observação: a “*exclusão social*” que estas zonas sofrem, tanto enquanto espaços como enquanto zonas habitáveis.

Enquanto espaços, com acessos estreitos e ou deteriorados os serviços de acompanhamento não chegam para proporcionar serviços básicos, de modo que a limpeza é uma miragem, a electrificação é desordenada e a água potável escassa se não mesmo inexistente. Quanto ao convívio com as vítimas, exclusão social propriamente dita, já o referimos, até os familiares, amigos mais próximos e conhecidos se escusam de visita-los e prestar-lhes algum conforto psicossocial. O Estado acusa-os de “inimigos do “bem-estar” por se apossarem das “zonas de risco”, como que sendo responsáveis pelos próprios infortúnios e algumas instituições como Organizações Não Governamentais (ONG) e Igrejas optam pelo silêncio ou indiferença.

⁵² HILL, R., 1965. *Families Under Stress*, Harper, New York.

⁵³ Cf. Id. 1958, *Generic Features of Families under Stress* – “*Social Casework*, 49:139-150, New York <http://psycnet.apa.org/psycinfo/1959-08206-001>.

⁵⁴ Cf. Serra. 2011, p. 621. A representa o acontecimento indutor de stresse; o B, os recursos que a família possui que lhe permitem maior ou menor funcionalidade; o C, significado específico que este acontecimento tem para essa família; enquanto o X traduz a produção da crise.

2.3-Para gerir com sucesso o stresse psicossocial induzido pelas ravinas

O stresse causado pelas ravinas é mais um na lista já longa de indutores de stresse com duas particularidades de estudo para lhe debelar causas e consequências: por um lado, a Terra (posse, gestão, uso) e por outro o Homem.

Já mencionamos que as ravinas urbanas são produtos do crescimento urbano e da população, baseados no pensamento malthusiano. Por despeito humano se manifestam as ravinas embora pudessem ser prevenidas tanto através da aplicação de políticas demográficas indirectas como através dos procedimentos emanados pelo Ordenamento do Território de modo que este intervenha na relação perturbada do individuo com o meio ambiente, mas sobretudo, enquanto instituição governativa, trabalhe para a modificação da vulnerabilidade do individuo que encontra nas zonas de risco compatibilidade com os seus recursos. Deve assegurar que os espaços físicos obedecem os ditames urbanos e as construções verticais e horizontais reúnem estruturas que garantem o escoamento das águas pluviais, industriais e domésticos, potenciais causadoras das ravinas, para além de que os despejos devem ser devidamente direccionados e tratados.

Por outro lado, quanto ao Homem, precisa-se uma mudança urgente de hábitos, atitudes e comportamentos em relação ao objecto primordial da Terra de albergue “do verde” para conciliar construções com o verde. Mas em caso de erros e surgimento de ravinas urbanas, como diz Serra, “é ensinar a um individuo comportamentos que levem a aumentar a sua resistência perante o stresse”. Tratando-se de ravinas é necessário envolver a sociedade, ou seja ensina-la comportamentos que elevem a solidariedade, o companheirismo, a interajuda e a inclusão. Para lidar com o stresse, Serra considera importante actuar na relação que se estabelece entre o individuo e a circunstancia, melhorando as aptidões do individuo e incentivando-o a utilizar os seus recursos pessoais e sociais, para obter controlo onde supõe que este não existe⁵⁵. Assim para se agir de forma eficiente sobre o stresse psicossocial causado pelas ravinas afigura-se necessário de forma proactiva e na defesa dos efeitos:

- Gerir os espaços físicos tendo em atenção que eles sejam proporcionais à população existente (Malthus), valorizando as medidas de controlo e gestão de

⁵⁵ Cf. SERRA. Op. cit., p. 650.

natalidade, para que a ravina continue a ser uma enfermidade dos campos cultiváveis;

- Remediar ao nível pessoal o stresse psicossocial através dos hábitos saudáveis que o *Coping* encerra. *Coping* equivale a “esforços cognitivos e comportamentais realizados pelo individuo para lidar com exigências específicas, internas ou externas, que são avaliadas como ultrapassando os seus recursos⁵⁶”. As estratégias passam por focalizar o problema (a ravina), focalizar as emoções (falar do problema entre vizinhos e envolver instituições até ONG e Estado para a solução), e a interacção social (qualidade da comunicação com pares e parceiros, familiares e Estado e qualidade da resposta recebida), desenvolver o *locus de controlo* interno em detrimento do externo, autoconceito, auto-estima, sentido de humor, optimismo, entre outras atitudes;
- A sociedade deve ser solidária desde o trabalho (emprego), à família com as pessoas induzidas em stresse pelas ravinas, porque cooperar com quem está atingido por este problema parece mais sustentável do que aumentar-lhe outro indutor de stresse – o desemprego ou o divórcio;
- Combater por todos meios a exclusão social que é, no nosso ponto de vista, dos piores indutores de stresse que os atingidos pelas ravinas experimentam, uma vez que, familiares, amigos e colegas restringem suas visitas às casas destes, incluindo as instituições que acusam-nos, inibindo-os, enquanto vítimas das ravinas, a falarem do assunto ou a contribuírem de forma positiva para ultrapassar o problema;
- Criar capacidades individuais e colectivas nas famílias para lidar com o stresse psicossocial causado pelas ravinas evitando desta forma confrontos emocionais entre cônjuges, separações intermitentes e divórcios.

⁵⁶ Cf. Ibid, p. 429.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

CIÊNCIAS MÉDICAS E CIÊNCIAS DA SAÚDE. CONSIDERAÇÕES DESDE A BIOÉTICA. (PARTE I)

MARCIO ULISES ESTRADA PANEQUE^a

CARIDAD ROSA VINAJERA TORRES^b

ulisesdelfin51@yahoo.es

carivito@yahoo.es

RESUMO

Realiza-se uma valoração bioética do estado de arte das ciências médicas e da saúde, com o objectivo de reflectir sobre os seus dilemas, paradigmas, objectivos, desafios e limites. Abordam-se aspectos filosóficos, axiológicos e epistemológicos do decorrer da medicina na actualidade, e é apresentado – nesta primeira parte do ensaio –, uma análise de aspectos tão controversos como a medicina e sociedade, diversidade do ambiente médico, medicina como ciência e sistema, filosofia e epistemologia da medicina, economia e medicina, princípios bioéticos na actuação profissional, bem como a necessidade de um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar entre estas ciências e os valores humanos.

Palavras-chave: bioética, ciências médicas e ciências da saúde.

ABSTRACT

It carried out a bioethical evaluation of the medical and health sciences state of the art, in order to reflect on their dilemmas, paradigms, objectives, challenges and limits. It address philosophical, axiological and epistemological course of actual medicine, and is presented - in this first part of the paper - an analysis of controversial aspects of medicine and society, the medical environment diversity, medicine as a science and philosophy and epistemology system of medicine, economics and medicine, and the bioethical principles

^a Doutor em Ciências Médicas. Professor Titular e Consultante. Especialista de Primeiro e Segundo Grau em Pediatria e em Saúde Pública. Mestre em Infectologia e em Saúde Reprodutiva e Professor no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

^b Doutora em Ciências Filológicas. Professora Titular e Consultante e Professora no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

in professional work, as well as the need for a inter and transdisciplinary dialogue between these sciences and human values.

Key words: bioethics, medical sciences and health sciences.

INTRODUÇÃO

As ciências médicas e de saúde, comumente conhecidas como medicina, são expressões da ciência e da técnica, que têm objectivos e limites que se devem determinar à medida que as condições em que vivemos mudam. Na actualidade essas ciências são mais avançadas, mas teríamos que questionar se no seu desempenho devem abarcar tudo o que podem fazer, ou se o facto de recuperar a saúde independentemente de evitar a morte e realizar investigações e intervenções de saúde, não são já objectivos de uma medicina de outras épocas. Há que reconhecer que doença, dor, sofrimento e morte são estados intrínsecos à condição humana. Daí que se deve aceitar, clínica e filosoficamente o fim da vida humana. É preciso que a medicina se conceba a si mesma como uma actividade humanitária e técnica ao serviço de todos, o que implica que tem de enfrentar decisões complexas, às vezes sem soluções, e tentar ser fiel a si mesma, manter -se viável e sustentável para não depender exclusivamente do desenvolvimento tecnológico ou do discurso político, em ocasiões inalcançáveis para todos ^(1, 2).

A sociedade exige serviços de medicina, mas as demandas sociais não têm sido sempre atendidas: ainda existe falta de equidade, acessibilidade, projecção solidária e gratuidade nos serviços de saúde. A medicina não deve ser estática, mas sim cautelosa em prometer ilusórias melhoras da natureza humana. Corre-se o risco de utilizar novos conhecimentos que sirvam para estigmatizar as pessoas. Logicamente, outros objectivos como o planeamento familiar ou a redução do sofrimento e a dor beneficiam das inovações. Os valores médicos, político-jurídicos e sociais, também não são estáticos, e são, neste momento, parte de debates científicos, sociais e éticos intermináveis, à luz da abordagem dos determinantes sociais da saúde ^(1,3).

As diferenças culturais, religiosas e ideológicas fazem com que o tratamento da doença e as opções sobre o nascimento e a morte não possam ser contempladas nem discutidas com neutralidade, desde pontos de vista marcados por convicções, crenças e sentimentos muito arraigados e às vezes discrepantes ^(1,3-5).

O objectivo essencial da medicina actual deve ser algo mais que a prevenção e a cura da doença ou o alongamento da vida. Há que enfatizar em parâmetros qualitativos da vida, inferidos nas funções essenciais da saúde pública e em aspectos como a prevenção das doenças, o alívio da dor e o sofrimento. Ao mesmo tempo, situar ao mesmo nível o curar e o cuidar é advertir contra a tentação de prolongar a vida indevidamente. Se tais metas significam desmitificar a medicina é porque exigem dela certa modéstia ^(1,3).

O redimensionamento da medicina passa inevitavelmente por encarar os problemas sociais, políticos, económicos e éticos que promovam o uso inadequado e uma concepção equivocada da mesma. À medida que a capacidade de cura de doenças antes incuráveis torna-se maior, é importante que nos convençamos de que o poder da medicina não é absoluto. O seu âmbito próprio é o bem do corpo e da mente, e não o bem completo da pessoa, ao que só pode contribuir como um factor adicional, e inclusive nesse caso, unicamente em determinados aspectos da vida.

A tendência de medicalizar todos os problemas deve evitar-se e analisar cada contexto social, pelo que as projecções e o debate sobre saúde pública ultrapassa o exclusivo debate sobre os sistemas de saúde. Além dos aspectos ou determinantes sociais, económicos e políticos, importantes, mas não únicos, existe a pergunta inevitável sobre os objectivos da medicina, nome que utilizaremos com um amplo sentido, que inclui as ciências médicas e as ciências da saúde ⁽⁶⁾.

Uma medicina que tenta ser ao mesmo tempo honrosa, exequível, sustentável e equitativa deve reflectir constantemente sobre as suas missões. Assim, neste trabalho abordamos o dilema de algumas das prioridades médicas e da saúde pública, os desafios e pressões a que está submetida a medicina actual, a sua relação com a sociedade, a ciência e a economia; a interacção entre saúde, doença e determinantes do processo, analisado, tudo desde o prisma ético e bioético.

DESENVOLVIMENTO

Medicina e sociedade. A fronteira que divide medicina e a sociedade é cada vez mais confusa. Ainda que a medicina marque o seu rumo, está muito influída pela cultura (no seu sentido sociológico), política, economia, costumes e os valores das sociedades das quais faz parte. A medicina financia-se desde o sector público e privado, da publicidade, meios de comunicação, das preferências, sonhos e desejos da população. As mudanças

que têm lugar no desenvolvimento da sociedade marcam as transformações que experimenta a medicina. Para repensar os objectivos da medicina é necessário analisar o contexto social e cultural onde o homem se desenvolve ^(1,3).

Diversidade do meio médico. A medicina abarca questões diversas, universais e também particulares, com objectivos e fins que deveriam ser comuns a todas as culturas e outros exclusivos de determinadas sociedades. Em quase todas as sociedades debate-se sobre o significado e o alcance exacto de conceitos como: saúde, doença, doença e mal-estar. Uma das origens da universalidade da medicina é a natureza humana. Mais dia, menos dia todos adoecemos, o corpo ou a mente falham, sentimos dor e ao mesmo tempo sofremos, directamente pela doença e indirectamente pelo medo do que sucederá com as nossas vidas. A dor e o sofrimento reconhecem-se em todas partes, ainda que possam ter enormes variações no grau de tolerância e o significado que se lhes atribua, bem como na forma em que se institucionalizam as respostas da sociedade aos mesmos ^(1, 3,7, 9).

Em todo Mundo, durante a infância e a velhice, o ser humano depende física e socialmente dos demais para remediar as suas incapacidades para levar a sua vida própria e enfrentar o meio. Em todas partes se reconhecem os acidentes e as lesões, os acontecimentos externos e inesperados que afectam o correcto funcionamento do corpo. A universalização do conhecimento científico e a troca de técnicas e ideias médicas justificam agora mais que nunca que se fale da medicina como uma profissão universal. Ainda assim, não se pode negar que existe um verdadeiro conflito entre a chamada “medicina ocidental” (a da chamada ciência internacional e as clássicas escolas médicas) e as medicinas locais de cada lugar; conflito que umas vezes é proveitoso e outras não.

Apesar de existir um verdadeiro pluralismo na maneira de entender a medicina e de organizar os sistemas de saúde ou de assistência sanitária a medicina atende necessidades comuns a todos os seres humanos. Mesmo assim, existem valores de grande importância que deveriam merecer respeito e aprovação universal, entre os quais estão a autodeterminação, a justiça social e a justiça sanitária ^(1,3 10).

É difícil recusar aquelas tradições que têm feito finca-pé no bem-estar do paciente, tais como: a obrigação suprema do profissional de saúde, ou a necessidade de contar com um consentimento informado para a investigação médica, ou o dever da sociedade de tentar que todos desfrutem por igual de uma assistência sanitária de qualidade, ou a obrigação de basear o tratamento médico em achados científicos ou evidências que avaliem a sua eficácia, ou a necessidade de oferecer uma assistência sanitária mais humanitária

mostrando bondade e solidariedade. Estes são os valores universais fundamentais, uns mais antigos ou respeitados que outros, mas todos fazem parte do mesmo conjunto que outorga à medicina a sua identidade actual.

Por outro lado, as diferentes sociedades podem dar a estas tradições e obrigações uma variedade de interpretações. O significado de qualquer conceito costuma restringir a âmbito local ou regional, e dificilmente poder-se-ia plasmar num enunciado universal. A medicina e a saúde pública devem ter em conta e respeitar a variedade de significados pois são o meio através do qual se expressam as diferentes culturas. Este tipo de diversidade em modo algum é incompatível com o universalismo médico. As ciências biomédicas básicas, clínicas, junto da biologia proporcionaram-nos uma série de conceitos científicos universais; enquanto as ciências sociais, a teoria política e as humanidades contribuem cada vez mais para a formação de uma linguagem própria para a definição dos valores, as políticas e os padrões morais da prática médica que contribuem para os direitos e as necessidades do ser humano, a ética médica, a relação entre médico e paciente e os preceitos da medicina, entre outros ^(1, 11,12).

Deste modo, não só se facilitaria o intercâmbio de conhecimentos e a aposta em marcha de iniciativas de saúde universal, como as que fomenta a Organização Mundial da Saúde (OMS) ⁽¹³⁾, além disso, suporia a possibilidade de comparar a medicina com normas que fossem para além das idiossincrasias e particularidades locais. Assim mesmo, contribuiria para um maior entendimento e um critério mais informado por parte dos pacientes do tipo de assistência que deveriam receber, bem como um maior entendimento por parte dos médicos da sua própria função e das obrigações e expectativas que dela derivam. A medicina deve contar com um rumo próprio e valores perduráveis, que gozarão de uma maior solidez se se basearem nos seus fins tradicionais, na sua maioria universal.

Ainda que possamos aproximar a um acordo, a mesma realidade e as legítimas diferenças de perspectiva podem dificultar em ocasiões o consenso quanto aos objectivos e limites da medicina, e ainda mais quanto aos seus significados. Em qualquer caso, é imprescindível melhorar a forma de comunicação entre a medicina e sociedade, partindo para isso da confiança básica e universal que existe entre médicos e pacientes.

A medicina possui as suas motivações. Estas são inerentes a ela mesma ou dependentes da sociedade onde se pratica? Existem duas perspectivas opostas e complementares, ao mesmo tempo, a respeito da natureza da medicina, seus objectivos e limites: a primeira, tenta abordá-los como inerentes à medicina e a segunda trata de descobrir os limites ou

interpretações criados pela sociedade, no tempo e o marco de uma cultura determinada (3, 14-16).

A primeira postura propõe que os objectivos e limites da medicina surgem como resposta à experiência humana e universal da doença, intrínseca à prática da medicina. Esta resposta promove a necessidade de sanar, cuidar e curar. A medicina demarca-se na relação entre médico e paciente, que gera valores próprios para se manter e se reforçar, aos quais deve aferrar-se para resistir às tentativas de dominação ou manipulação social e seguir um rumo próprio, além de sustentar a integridade do médico, independentemente dos valores sociais. Assim, a medicina ver-se-á inevitavelmente influída pelos valores e concepções da sociedade da qual faça parte, o que não implica que seus próprios valores possam ou devam submeter-se aos mesmos.

A perspectiva social faz ênfase na forma em que variam a natureza e os objectivos da medicina ao longo do tempo e entre as diferentes culturas. Conquanto é verdadeiro, que a atenção dos doentes constitui um fio condutor histórico e cultural, ou igual que a importância da relação entre médico e paciente, a forma em que se interpreta a doença é tão variada e a resposta à mesma tão complexa, que não é fácil identificar o conjunto de valores e crenças inerentes à medicina. Portanto, a medicina percebe-se como um conjunto de conhecimentos em constante evolução e uma diversidade de práticas clínicas e epidemiológicas sem essência definida. Os conhecimentos e as práticas da medicina serão o reflexo da época e a sociedade das quais façam parte, ao serviço dos fins que a sociedade considere oportunos e sujeitos às mesmas restrições que as demais instituições sociais.

Por tentadora que resulte a ideia de propor uma natureza inerente à medicina, na nossa opinião, não se deve distinguir nenhuma. Em qualquer caso, a medicina deve a sua riqueza e solidez à sua maleabilidade social e científica. Por um lado, o conflito entre estas duas visões da medicina dá lugar a uma diversidade de interpretações sobre a variedade de manifestações que se dão nos diferentes lugares e épocas; mas por outro, constitui um debate sobre o qual deveria ser a natureza e o fim da medicina: Deveria a medicina tentar definir desde dentro a sua própria história e tradições, o seu próprio rumo e valores? Deveria deixar que a sociedade o faça? Ou definir o seu rumo próprio mediante um diálogo permanente com uma sociedade na qual, cada um procura uma esfera, uns deveres e uns direitos próprios? Consideramos que esta última opção é a mais aceitável, ainda que o ponto de partida da medicina deva ser a sua própria história e tradições. Se a medicina

não possui um rumo próprio e valores fundamentais, a falta de recursos com os que resistir, a sua invasão fará dela uma vítima fácil para a sociedade ou os desajustes nesta ⁽³⁾. Um exemplo conhecido foi o papel da medicina durante o Fascismo Alemão.

Também, seria ingênuo pensar que os valores da medicina manter-se-ão a salvo de influências sociais. Dado que médicos, pessoal da saúde e pacientes formam parte da sociedade, jamais será possível traçar uma linha definida entre a medicina e as demais instituições sociais. Se como parece, o mais apropriado é um diálogo aberto e contínuo entre medicina e sociedade, no que ambas possam expressar a sua maneira de entender a doença e a morte, bem como a sua opinião sobre a prestação de assistência médica, que pontos de vista e daí limites dever-se-iam ter em conta?

Desde o ponto de vista médico, a ética e a integridade da prática da medicina consideram-se evidentemente de grande importância. Que classe de respeito devem os médicos a seus pacientes e vice-versa? Como deveria a medicina moldar os costumes, práticas e valores que teria de inculcar nos seus estudantes? Quais deveriam ser esses valores? Como pode se manter a medicina fiel às suas próprias tradições e ao mesmo tempo discernir que mudanças no conhecimento científico ou os valores sociais exigem uma transformação fundamental em seus próprios valores? Uma mudança deste tipo produziu-se após a Segunda Guerra Mundial com a exigência do consentimento informado para a investigação médica e com reconhecimento cada vez maior de que os pacientes devem ter conhecimento real sobre a sua doença e que as suas opiniões e valores pessoais devem ser considerados. Para melhorar o mútuo entendimento entre medicina e sociedade é necessário um maior entendimento do paciente e uma perspectiva profana da medicina.

Não chegamos a resolver por completo a questão de se a medicina tem uns fins inerentes ou se derivam da sociedade; ainda que não nos custe aceitar o facto de que a medicina possui (e sempre possuiu) valores fundamentais de aplicação universal, e neste sentido está caracterizada por fins inerentes. Também podemos compreender porque as diversas expressões em que se plasmam estes fins e valores (definidos localmente e de aplicação diferente nas diversas culturas) dão credibilidade à perspectiva social. Se optarmos pelo meio-termo poderíamos dizer que ambas posturas são verdadeiras: a medicina possui fins essenciais moldados por ideais e práticas históricas mais ou menos universais, mas as suas técnicas e conhecimentos também se prestam a uma influência social considerável. O autêntico perigo reside em submeter a primeira postura à segunda, em vez de manter numa tensão e intercâmbio que resultem proveitosos.

Medicina como ciência e sistema. A essência epistemológica, desde que se pudesse assumir a medicina e a saúde pública como sistemas com seus métodos de investigação (clínico-epidemiológico, sistémico estrutural ou holístico), na prevenção, diagnóstico e investigação, cura e reabilitação, deve sustentar no reconhecimento de que a totalidade do indivíduo ou ser humano, no contexto do processo saúde-doença, é uma unidade dialéctica dos elementos que a compõem, onde as propriedades da sua totalidade como ser vivo são qualitativamente diferentes às propriedades dos seus elementos constituintes, são sínteses das relações entre esses elementos e sintetizam estes, caracterizando o seu organismo como um sistema em desenvolvimento ^(17,18).

As concepções sistémicas e clínico-epidemiológicas em medicina não atingem o nível de método filosófico, mas constituem um método geral das suas ciências ou especialidades particulares, o que permite revelar as características essenciais de um objecto ou fenómeno desde determinado campo da cultura científica. A necessidade de sistematizar múltiplos processos ao redor do contexto da medicina, tem conduzido a configurar uma perspectiva epistemológica, teórica e praxeológica baseada num enfoque holístico dos processos vitais. Este enfoque baseia-se na aplicação de determinados requerimentos epistemológicos e critérios a respeito dos objectos de estudo das ciências médicas.

Nesse enfoque os dilemas, paradigmas, princípios e actuações bioéticas devem ir da mão do desenvolvimento da medicina como ciência biológica, social e psicológica ao meio ambiente. A abordagem e a teoria holística constituem uma aproximação epistemológica, teórica e metodológica aos processos sociais e humanos, interpretados como processos do desenvolvimento humano, que constituem espaços de construção de significados e sentidos entre os sujeitos (ciências da vida, seres humanos e meio de desenvolvimento) implicados. Os processos desenvolvem-se no tempo e no espaço através de uma sucessão de eventos, igual a este, constituem uma realidade objectiva. Entendemos por evento a existência do processo num espaço e num tempo, que se atinge um objectivo (a vida, a saúde e a doença) e onde se desenvolve uma actividade identificada (viver são ou doente, com qualidade de vida ou não). As ciências médicas e da saúde configuram-se sobre a base das relações de significação e o seu objecto se constitui, como exemplos, os processos de saúde-doença, os processos fisiológicos, bioquímicos, de condução nervosa, de produção hormonal e enzimático ou de libertação de transmissores, os da cadeia infectológica ou de degeneração tissular senil, e no caso da higiene social ou a epidemiologia, a interacção causal e de impacto de seus processos.

Filosofia e epistemologia da medicina. A filosofia da medicina impulsionou-se nos anos 80 com a filosofia da ciência posterior a Kuhn, ainda quando existia uma considerável literatura filosófico-médica no século XIX, de corte lógico ou metafísico, e no século XX registaram-se trabalhos pioneiros das actuais propostas. A filosofia da medicina é uma disciplina em emergência, que se expressa em diversas publicações, sociedades, cátedras e cursos da mesma. Além do problema de sua denominação (filosofia da medicina ou da atenção da saúde?) e da definição de medicina (o que é a medicina e qual o seu estatuto epistemológico?), três ordens de problemas abarcam a filosofia da medicina: ontológico, epistemológico e axiológico, que dão lugar aos respectivos ramos ou áreas da disciplina: antropologia, epistemologia e ética. Duas orientações principais têm hoje em dia a filosofia da medicina, uma é a analítica e crítica da tradição anglo-saxónica, que vê o uso principal da disciplina na análise conceptual e de linguagem médica, por exemplo os conceitos de saúde e doença ou o das nosologias ^(20,21), outra é a orientação sistémica e especulativa de Europa Continental, que está atenta a um objectivo mais ambicioso, como a fenomenologia do corpo (somatologia), ou a hermenêutica da existência humana e a experiência médica (antropologia filosófica) ^(22,23). Na nossa opinião, ambas as concepções filosóficas não se excluem, mas devem complementar-se: a filosofia médica vai desde a análise da linguagem à analítica existencial, e vice-versa, revelando ter muito mais pontos em comum do que poderia se supor.

A filosofia da medicina inspira-se fundamentalmente na actual filosofia da ciência, que a partir da física quântica tem abandonado a ideia de uma realidade objectiva ou de uma ordem natural imutável, substituindo pela representação do nosso conhecimento dessa realidade. Esta explica as três características fundamentais da medicina pós-moderna, que se voltou compreensiva (holística ou integralista), interpretativa (hermenêutica) e avaliativa (normativista) ^(24,25). Os avanços da ciência e da tecnologia parecem não ter limites e o desenvolvimento biotecnológico tem contribuído para elevar a média de vida e melhorar a qualidade da vida. A medicina não pode dar resposta a muitas doenças do homem moderno como o cancro, SIDA, entre outros; pede-se-lhe que declare os limites de seu conhecimento no referente ao genoma humano e até de espaços a outras disciplinas paramédicas que emergem e aspiram a ser conceituadas como ciências.

Economia e medicina. Não há dúvida de que a economia desempenha um papel essencial na forma que toma a prática da medicina nas sociedades modernas, igualmente influi no que se percebe como fins ou objectivos da medicina. Uma vez que a medicina entra na

corrente geral da economia de um país, vê-se submetida a todas as forças e prioridades económicas que influam no resto da sociedade ⁽²⁶⁾.

A evolução para o mercado e a privatização que caracteriza a medicina de muitos países africanos, asiáticos, latino-americanos e centro-europeus, e muito estabelecida nos Estados Unidos, porá à frente outros valores e prioridades diferentes aos que temos conhecido nos sistemas de assistência sanitária anteriores aos que ainda se desfrutam em alguns países. O rápido aumento experimentado nos Estados Unidos nos programas de assistência gerida, que põem ênfase no controle da despesa, tem concedido uma maior prioridade à concorrência e à contenção do custo do que dantes era usual. Também, tem-se deslocado os fins efectivos da medicina para a assistência primária, um objectivo já atingido na Europa Ocidental. O controverso e ainda não totalmente aceite Plano Obama Care para reformar o sistema de saúde nos Estado Unidos, mostra-se como um híbrido entre a responsabilidade estatal e empresarial, onde ainda a privatização, isto é, a transferência ao sector privado de funções que devem estar reservadas ao sector estatal, tende a converter a medicina numa mercadoria; ainda que justifiquem-se essas tendências alegando que o uso da privatização por parte dos governos, de forma complementar à assistência pública, pode atenuar o seu impacto negativo.

A sociedade e o estado deverão decidir o tipo e a quantidade de recursos sociais e económicos que porão à disposição da medicina. Para isso, terão de determinar o peso relativo que outorgarão às necessidades médicas e sanitárias em frente a outros bens essenciais, como os sistemas de moradia, defesa, educação, emprego e transporte. Devido às pressões económicas, cada vez mais, as sociedades vêem-se obrigadas a determinar a carga económica relativa que deverá suportar o sector público, privado e os cidadãos. Estes sectores terão que determinar o grau de liberdade que lhe dará mercado, para não permitir que se adoeça e decida sobre a saúde e o sofrimento ^(3, 27).

O início de 2009 foi marcado pelo impacto da crise financeira e económica internacional, que se caracterizou como uma crise estrutural e sistémica do capitalismo, e que aprofunda a crise social da última década, resultante do Neoliberalismo. Desde o ano 2010 persiste a crise humanitária e sanitária em boa parte do Mundo, com repercussões no campo alimentar e ambiental, e agravamentos recorrentes determinados pela manipulação dos preços das matérias-primas e os recursos energéticos. As crises produzem um agravamento nas determinantes sociais da saúde e da doença, impactam negativamente a

educação, ocupação laboral, nível de renda familiar, habitação, estilos de vida, assistência médica, tratamentos e adopção de condutas positivas.

Por outra parte, também há agravamento nas determinantes biológicas. O processo natural de envelhecimento sem protecção económica e social agrava os fenómenos psicológicos e fisiológicos, características da velhice. Em tempo de crise e fome, a desnutrição energo-nutricional (DEN) e a carência de micronutrientes e oligoelementos na dieta dos pobres fazem-se mais presentes. Existe, porém, o risco de deterioração dos determinantes políticos da saúde, quando se chega, por lógica repercussão das crises, à instabilidade e estancamento dos planos e programas para a saúde pública, muitas vezes por cortes orçamentais. No campo da saúde, incide também a desestabilização dos determinantes económicos, que acarreta a diminuição do poder aquisitivo familiar e se chega a um desequilíbrio da oferta-procura. De igual forma, o agravamento dos determinantes ambientais, promove um aumento do ónus global por doença atribuível ao ambiente, produzido por contaminações biológicas, contaminação da água e a atmosfera, ao que se somam os impactos diversos da mudança climática.

Logicamente, pioram assim os estilos de vida, promove-se o stresse, procura-se o escape mediante as drogas e o alcoolismo e a prostituição converte-se num meio de subsistência. A tudo isso se soma a epidemia silenciosa do sedentarismo e suas consequências. Também, se afectam os determinantes culturais da saúde, pois se estancam os planos de alfabetização e se incrementa a desercão escolar devido à necessidade de incorporação prematura ao trabalho.

Finalmente, os valores e as limitações culturais, como, a religião, a identidade étnica e as diferentes interpretações da moralidade pessoal e institucional, podem ser igualmente importantes. O aborto, a esterilização e as diversas técnicas de reprodução assistida, por exemplo, vêm-se influídos por valores religiosos, enquanto o grau em que se permite ao paciente a autodeterminação em decisões sobre o seu tratamento dependerá de visões mais amplas sobre o direito dos cidadãos de participar nos assuntos relacionados com o seu bem-estar. O qual pode estar em conflito com os objectivos da medicina, ou ao menos perceber-se deste modo.

Objectivos e limites da medicina na sociedade. A seguir, passamos a descrever quais consideramos devem ser os novos objectivos e limites da medicina e, ao mesmo tempo, expomos os problemas de significado e interpretação que propõem. Primeiro será necessário definir alguns termos, depois, poderemos abordar os limites da medicina em

quatro direcções: a prevenção da doença e a promoção da saúde, o alívio da dor e do sofrimento, o tratamento da doença e os cuidados dos incuráveis, e finalmente o impedimento da morte prematura e a busca de uma morte tranquila (natural), todos eles, valorizados desde o prisma bioético.

Saúde e outros conceitos necessários. É praticamente impossível falar dos fins da medicina sem abordar, ao mesmo tempo, as ideias que conformam o significado e o propósito da medicina. A medicina preocupa-se da saúde, mas o que é a saúde exactamente? Se uma das razões pela qual perdemos a saúde é a doença, o que é a doença exactamente? E se a falta de saúde manifesta-se em forma de mal-estar e doença, que significam exactamente estes termos? Um bom modo de abordar estas perguntas é começar por onde costuma começar a boa medicina, isto é, com a pessoa humana, esse ser humano que se encontra doente e que, portanto deseja recuperar a sua boa saúde. Observou-se com frequência que a saúde é um estado desejável, é um bem muito precioso, mas quando se tem, passa praticamente despercebido. Não consertamos em nossa boa saúde porque o nosso corpo funciona sem problemas nem dificuldades; simplesmente está aí, como um escravo servil.

Esta experiência dá-nos a base para perfilar uma definição. Ao falar de saúde, referimo-nos à experiência de bem-estar e integridade do corpo e da mente. A saúde caracteriza-se pela ausência de males e, portanto, pela capacidade de uma pessoa perseguir as suas metas vitais e desenvolver-se adequadamente em contextos sociais e laborais habituais. Com esta definição sublinha-se a ênfase tradicional da integridade e o bom funcionamento do corpo, a ausência de disfunções e a conseguinte capacidade de actuar. Esta definição não coincide com a proposta pela OMS em 1947, que dá ênfase à saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social chegaria a ser tão influente no contexto internacional ⁽²⁸⁾. Não é possível, nem agora, nem nunca, que a medicina contribua para um bem-estar completo, nem sequer no sentido físico, com o que está mais familiarizada. Os males, de maior ou menor gravidade, fazem parte da vida de todas as pessoas num momento ou noutro, e ao final todos sucumbiremos a eles. Felizmente é verdadeiro que a saúde também faz parte, em maior ou menor grau, da vida da maioria das pessoas, e portanto, a sua preservação se situa entre os fins mais importantes da medicina. Saúde e doença não conformam em modo algum uma dicotomia absoluta, do mesmo modo que a doença pode ter um impacto diferente na vida de pessoas diferentes.

A saúde é o conceito chave da medicina, além do mais decisivo, já que determina em grande parte o modo em que se entendem os seus objectivos; mas existem também outros conceitos importantes, como o mal, a doença, o mal-estar ou padecimento e ultimamente o de dano.

Com o termo *mal* referimo-nos a uma variedade de estados, além da doença, que supõe uma ameaça para a saúde: compreende descapacidade, lesão e defeito. Partindo desta variedade de estados, podemos definir *mal* como aquela situação em que uma pessoa sofre ou corre um maior risco de sofrer um dano (morte prematura, dor, descapacidade ou perda de liberdade, de oportunidade ou de prazer) em ausência de uma causa externa clara. Com a expressão de ausência *de uma causa externa clara*, pretende-se distinguir entre as fontes internas de um mal e a dependência contínua de causas claramente externas ao mesmo (por exemplo, a dor causada pela tortura ou a violência social). O dano vem de dentro da pessoa e não do exterior. Com *doença* referimo-nos a uma alteração fisiológica ou mental, baseada num desvio do equilíbrio saúde-doença, que causa mal-estar ou descapacidade, ou o aumento da probabilidade de uma morte prematura. Com o mal-estar ou padecimento referimo-nos à sensação subjectiva por parte de uma pessoa de que seu bem-estar físico ou mental se acha ausente ou reduzido, de maneira que não possa se desenvolver com normalidade na vida diária.

Finalmente, com o termo doença referimo-nos à percepção por parte da sociedade do estado de saúde de uma pessoa, o qual implica normalmente que desde o exterior se perceba uma alteração do funcionamento normal, físico ou mental, da pessoa ^(1, 3, 29-31).

Uma vez definidos estes conceitos, podemos centrar-nos na reinterpretação dos objectivos da medicina. Devemos assinalar que existem discrepâncias em torno de duas questões: a primeira, se é útil ou razoável tratar de estabelecer prioridades entre os fins ou objectivos da medicina. Depois de algumas reflexões, chegamos à convicção de que estabelecer umas prioridades fixas não seria nem útil nem possível na prática. As necessidades de saúde das diferentes pessoas serão a sua vez diferentes; ao igual que as necessidades de uma mesma pessoa poderão variar durante o curso de uma mesma doença. Também consideramos discrepante a conveniência de falar de valores fundamentais, em vez de objectivos ou fins da medicina, ou de considerar os objectivos como ideais de referência em vez de formais. Em geral, consideramos não falar de valores mas sim de fins ou objectivos.

O debate sobre o estabelecimento de prioridades nos objectivos da medicina gira também em torno de uma segunda questão relativa à importância que se teria de atribuir à promoção da saúde e à prevenção da doença como fim da medicina. Existem sistemas de saúde que estão de acordo com sua importância, mas houve resistência ao outorgar-lhes sequer uma prioridade lógica. Os motivos foram dois: a promoção da saúde e a prevenção da doença requerem estratégias que se situem fora do campo da medicina e, também por causa de uma preeminência demasiado acentuada da prevenção primária poder-se-ia perceber como um verdadeiro abandono da população doente. Limitamo-nos, neste caso, a sublinhar sua importância, à qual lhe situamos num contexto que não carece os demais fins que expomos.

Não outorgamos prioridade a nenhum deles; o peso de cada um será maior ou menor dependendo das circunstâncias. Em resumo, estes objectivos são:

- A prevenção de doenças e lesões; a promoção e o cuidado da saúde.
- A promoção da saúde e a prevenção da doença são valores elementares da medicina por três motivos. Em primeiro lugar, o sentido comum diz-nos que é preferível evitar doenças e lesões. Um dos principais deveres dos médicos e os demais profissionais da saúde consistirá em ajudar os pacientes a conservar a saúde e ensiná-los de que modo podem a conseguir. Afirma-se que os médicos que ajudem a seus pacientes a permanecer são prestam um serviço tão valioso como aqueles que oferecem assistência médica após uma lesão, doença ou incapacidade. A importância da promoção da saúde na infância é indiscutível. Em segundo lugar, aumentam os indícios que apontam a existência de benefícios económicos derivados da promoção da saúde e prevenção da doença, graças a uma menor taxa de morbilidade e de doenças crónicas em idades mais avançadas, com a redução da carga económica que isto implica. Ainda sem deixar de serem dispendiosas, estas acções são formas rentáveis para conservar a saúde. Igualmente, uma maior ênfase na promoção da saúde e a prevenção de doenças poderia reduzir a dependência da alta tecnologia típica da medicina de cuidados intensivos, e contribuir para reduzir a preponderância e distinção, em ocasiões excessivas, de que goza esta última. Em terceiro lugar, é importante fazer ver a profissão médica à população em geral que a medicina abarca bem mais que a cura e o tratamento dos já doentes, e que os sistemas de assistência sanitária vão para além da atenção ao doente. Se outorgarmos um lugar promissor à promoção da saúde e à prevenção da doença, dentro e fora da medicina, veríamos que

uma maior ênfase nesta área contribuiria para imensos benefícios sociais e individuais (3, 32,33).

Ao propor a promoção da saúde e a prevenção da doença como um dos objectivos primordiais da medicina, não se pode esquecer da importância de duas questões: primeiro, que a morte só se pode pospor, não evitar; e segundo, que a doença em geral não se pode conquistar; só se podem superar algumas doenças, em que a sua vez ver-se-ão substituídas por outras doenças no decorrer da vida das pessoas. À prevenção da doença nunca se pode outorgar prioridade absoluta com respeito a outros fins da medicina.

Na mesma linha argumentou-se que se nos centramos demasiado em influir e mudar o comportamento dos indivíduos podemos acabar culpando a vítima, como se determinado comportamento fosse a causa determinante da má saúde.

Desde a perspectiva da Saúde Pública, é evidente que os factores sociais desempenhem um papel bem mais importante que o comportamento individual na origem das doenças. Por outra parte, os conhecimentos sobre a genética e outros campos da medicina indicam que há vínculos genéticos na manifestação de muitas doenças.

Quanto ao problema de culpabilizar a vítima, os indivíduos podem mudar, e de facto mudam, seu estilo de vida por motivos de saúde: deixando de fumar, beber álcool, perder peso ou fazer desporto. Em qualquer caso, o comportamento individual é a variável através da qual vai grande parte da influência social. Também é evidente que aquelas diferenças culturais que se podem mudar, para o bem ou para mal, influem de forma significativa no comportamento dos indivíduos.

Talvez o mais importante seja que ao considerar a prevenção da doença e a promoção da saúde como valores fundamentais, não só da saúde pública, se não também da medicina, nos próximos anos poder-se-ia forjar uma relação bem mais estreita entre duas áreas críticas da assistência sanitária (a medicina e a saúde pública). Qualquer forma sensata de abordar a promoção da saúde terá muito presente a importância das condições de vida existentes (económicas, laborais e sociais) para o nível de saúde. A medicina pode e deve, coordenar melhor seu trabalho com outras instituições sociais orientadas ao bem-estar da população.

- A abordagem da dor, do sofrimento, do padecimento e dos males.

Conquanto, há doenças, como a hipertensão arterial, que não produzem nenhum sintoma imediato, a maioria das pessoas recorre à medicina para o alívio da dor e o sofrimento.

No entanto, a dor e o sofrimento frequentes conjugam-se num mesmo paciente, não são necessariamente a mesma coisa. A dor refere-se a uma aflicção física aguda e manifesta-se de muitas formas: a dor pode ser aguda, penetrante. O sofrimento, em mudança, refere-se a um estado de preocupação ou pressão psicológica, tipicamente caracterizado por sensações de medo, angústia ou ansiedade. Uma dor aguda e constante pode ser causa de sofrimento, mas a dor nem sempre provoca sofrimento. Também, nem sempre o sofrimento implica dor: grande parte do sofrimento próprio dos transtornos mentais, ou simplesmente dos medos habituais da vida, não implica necessariamente dor física ^(1, 3, 34).

O alívio da dor e do sofrimento encontra-se entre os deveres mais antigos do médico e entre os fins mais tradicionais da medicina. Por diversas razões, no entanto, a medicina de hoje em dia não sempre costuma cumprir correctamente com esse fim. Com frequência seguem-se oferecendo cuidados paliativos insuficientes ou inadequados.

A medicina de cuidados paliativos é uma área de grande importância que aborda questões complexas que ainda não se entendem plenamente, e deve-se prestar-lhe o apoio necessário para o desenvolvimento que merece. No caso do alívio do sofrimento, a situação é parecida. Ainda que conhecem-se métodos farmacológicos eficazes para o alívio da dor, o sofrimento mental e emocional que acompanha em ocasiões a doença não se costuma diagnosticar nem tratar de forma adequada. Com demasiada frequência confia-se aos fármacos o labor que melhor corresponderia à psicoterapia ou outro tipo de apoio emocional. Quando o médico não aborda o paciente como um todo (abordagem holístico), se não simplesmente como uma colecção de órgãos, é possível que o sofrimento passe completamente despercebido, ou bem, em caso do detectar, que não lhe conceda a devida importância ^(3, 35,36).

Neste caso, o problema é que não se compreende que o temor à má saúde, à doença e ao seu padecimento pode provocar, com frequência, tanto sofrimento como a sua existência real. A ameaça que representa para alguém a possibilidade de padecer dores, doenças ou lesões pode ser tão profunda que chegue a igualar os efeitos reais que estes teriam sobre seu corpo. Podemos falar assim de padecimento *sem doença* para abarcar uma série de estados e experiências que não podem reduzir-se a alterações fisiológicas. É imprescindível que se compreenda a diferença entre a doença de origem orgânica e o transtorno funcional que pode resultar de condições sociais daninhas. A medicina deve

reconhecer que existem muitas formas de sofrimento humano, como a guerra e a violência, cujas causas não guardam nenhuma relação com a má saúde ou a doença.

Até onde deve chegar a medicina no alívio do sofrimento? Aqui existem opiniões divididas e controversas que situam o problema como um dilema bioético. Por exemplo, na questão da eutanásia e do suicídio assistido por um médico (ambos proibidos ou questionados na maioria dos códigos de ética médica), como resposta médica ao sofrimento dos doentes terminais ou incuráveis. Se coincidimos que à medida que a medicina progride em seu empenho de compreender melhor os seus deveres, e os limites desses deveres para com as pessoas que sofrem, a questão adquirirá uma maior relevância. Parte do sofrimento derivado de uma doença considera-se como resposta à mesma. Mas o verdadeiro tipo de sofrimento, especialmente quando está associado a uma doença crónica ou terminal, pode fazer com que os pacientes se questionem e questionem o significado da vida, do bem e do mal, da sorte e do destino pessoal; questões que se costumam considerar de natureza espiritual ou filosófica e não médica. “Por que estou doente?” “Por que tenho de morrer?” “Que sentido tem meu sofrimento?” A medicina não tem respostas a estas perguntas pois não pertencem à sua esfera.

A atenção médica, a cura e os cuidados ao paciente incurável. As pessoas costumam recorrer aos médicos porque encontram-se doentes, sofrem alguma lesão ou padecem de uma incapacidade mental ou física. A medicina responde procurando a causa do mal, supondo que poderá encontrar um órgão ou membro lesionado ou doente. Quando se dá esse caso, a medicina tenta curar o mal e fazer com que o paciente recupere o seu antigo estado de bem-estar e normal funcionamento. No entanto, o paciente não costuma apresentar ao médico o seu órgão doente, inclusive se sabe ou suspeita que esse é a origem de seu mal-estar; o paciente mais do que a simples cura, procura entendimento e apoio.

No seu entusiasmo pela cura de doentes, a medicina moderna tem desatendido a sua função humanitária assegurando que, se pode encontrar a cura. Esta opinião não poderia estar mais equivocada, considerando que um dos ingredientes fundamentais para um bom cuidado é a excelência técnica. A função sanadora da medicina abarca tanto a cura como os cuidados. No seu sentido mais amplo, a medicina pode sanar inclusive aqueles casos que não pode curar, já que pode ajudar uma pessoa a fazer frente a um mal de tipo crónico.

A reabilitação é um ramo importante da medicina moderna que se encontra em expansão devido ao desenvolvimento de numerosos métodos que permitem a pacientes lesionados ou doentes recuperarem funções vitais e reintegrarem-se na sociedade. Trata-se de uma

forma de medicina que se encontra a médio caminho entre a cura e os cuidados: em alguns casos pode conseguir a recuperação da função normal e em outros consegue só parcialmente, como é o caso de quando ajuda a reduzir uma degeneração progressiva.

Nas populações envelhecidas, onde a doença crónica é a causa mais frequente da dor, o sofrimento e a morte, onde o padecimento prolongar-se-á no tempo independentemente das medidas médicas que se adoptem, os cuidados são especialmente importantes, recuperando o seu merecido lugar depois de uma época em que sempre pareciam relegar a um segundo termo ⁽³⁷⁾. Os doentes crónicos devem ser ajudados a compreender a sua doença pessoal, aprender a enfrentá-la e a viver com ela, possivelmente durante o resto das suas vidas. Dado que os doentes crónicos têm que aprender a se adaptar à sua nova identidade alterada, grande parte do trabalho do profissional sanitário deve centrar na gestão da doença em vez da sua cura. Neste caso, com gestão referimo-nos à atenção humanitária e psicológica contínua a uma pessoa que deve aceitar a realidade de seu padecimento. De facto, sugeriu-se que uma das funções da medicina é ajudar o doente crónico a forjar uma nova identidade, e estas pessoas aspiram não só a uma medicina mais curativa, senão, também mais humanitária.

CONCLUSÕES.

Advertimos sobre a necessidade de que qualquer postura científica que diz respeito aos objectivos e limites da medicina, deve incorporar a capacidade do homem de tomar decisões apesar da incerteza, conformar um núcleo de valores humanistas e morais, e respeitar os achados de uma ciência rigorosa. A medicina forma parte da cultura humana e é susceptível de ser interpretada desde as perspectivas científica e humanística. É necessário abordar outros enfoques e dilemas bioéticos do processo saúde-doença: em específico a morte, o bem-estar como objectivo médico, os objectivos erróneos da medicina e o uso inadequado do conhecimento médico, a ética da investigação em seres humanos, as prioridades, limites, reptos e horizontes das ciências médicas e da saúde na actualidade.

BIBLIOGRAFIA

1. Hanson M, Callahan D, Kaebnick G e cols. The Goals of Medicine: The Forgotten Issues in Health Care Reform, Hastings Center Studies in Ethics Series. (Georgetown University Press, January 2001) pp. 45-79
2. Howell J Sale, W Frederick e cols. Life choices. A Hastings Center Introduction to Bioethics. (Georgetown University Press. 2003). pp 3-187
3. Erik Parens Enhancing Human Traits. Ethical and Social Implications. The Hastings Center. (Georgetown University Press. 2003). pp 39- 76.
4. Alleyne GA, Castillo-Salgado C, Schneider MC, Loyola E, Vidaurre M. Overview of social inequalities in health in the Region of the Americas, using various methodological approaches. Rev Panam Salud Pública. 2002b; 12(6):388-97.
5. López O, Peña F. Salud y sociedad. Aportaciones del pensamiento latinoamericano. En: De la Garza E, coord. Tratado de Sociología. Barcelona: Anthropos/UAM; 2006. p. 278-299.
6. Altisent R, Brotons C, González R, Serrat D, Júdez J, Gracia D. Ética de la actividad preventiva en Atención Primaria. Med Clin (Barc) 2012; 117(19): 740-750.
7. Altisent R. Bioética y atención primaria: una relación de mutuas aportaciones. Archivos en Medicina familiar. Vol.8 (1) 63-73.2006.
8. Castellanos P. Los modelos explicativos del proceso salud–enfermedad: los determinantes sociales; Cap. 5 de “Salud Pública”. 4ta ed. Mac GRAW – HILL. Interamericana 2008.
9. Schmidt L. Implicaciones bioéticas de los nuevos modelos de prestación de servicios de salud. SIBI. VII Congreso Mundial de Bioética. Gijón. 2010. Ed. ALSA. p 236-251.
10. Campillo C. Proyectos que fracasan en los servicios de salud: una aproximación etiológica. Gest Clínica Sanitaria. 2010; 9:43.49.
11. Garrafa V. Bioética de intervención y acceso al sistema sanitario. SIBI. VII Congreso Mundial de Bioética. Gijón. 2008. Ed. ALSA. p 204-213
12. UNESCO. Universal Declaration on Bioethics and Human Rights. Paris. Oct 10/2005
13. WHO. Maximizing Positive Synergies Collaborative Group. An assessment of interactions between global health initiatives and country health systems. The Lancet Vol 373 June 20, 2009

14. De los Reyes M, Pérez-Gómez JM, García-Olmos P, Borrell F, Gracia D. Relaciones entre los profesionales sanitarios. *Med Clin (Barc)* 2001; 117(9): 339-350.
15. Escobar C. Antropología médica: una visión cultural de la salud. *Medicina y antropología social*, Ed. Akal, 2da Ed. 2005. Madrid.
16. Garrafa V. Inclusión social en el contexto político de la Bioética. *Rev Brasileira Bioética*. 1(2): 122-132, 2005.
17. Commission on Social Determinants of Health, Towards a Conceptual Framework for Analysis and Action on the Social Determinants of Health. Draft discussion paper for the Commission on Social Determinants of Health. May 5, 2005.
18. ASPHER European Public Health Core Competencies Programme (EPHCC) for Public Health Education. *Public Health Competentes*. 2009.
19. Fryd D. Análisis de salud y equidad social en salud. “*Programa Médicos Comunitarios*”. Módulo Epidemiología. 2007. UCM. Ed Universitaria.
20. Beauchamp TL. *Principles of Biomedical Ethics*. Fourth edition. New York: Oxford Univ Pr. 2004
21. Frenz P. Desafíos en Salud Pública de la Reforma: Equidad y Determinantes Sociales de la Salud. *Rev Gac. Sanit*. 2(3): 2007:34-39.
22. Gracia D. La deliberación moral: el método de la ética clínica. *Med Clin (Barc)* 2001; 117(1): 18-23. Laurell Asa C. Sobre la concepción biológica y social de proceso salud-enfermedad Lo biológico y lo social en su articulación en salud. Washington, DC: OPS; 1994.1-12.
23. García R. El conocimiento en construcción. De las formulaciones de Jean Piaget a la teoría de sistemas complejos. Barcelona: Gedisa; 3ra Ed. 2006. P 45-59
24. García R. Epistemología y Teoría del Conocimiento. *Salud Colectiva*. 2006; 2(2):113-122.
25. Hernández I, Fernández P. Políticas de salud y salud pública. *Gac Sanit*. 2007; 21(4):280-87)
26. Gómez-Arias, R, González, E. Evaluación de la prevención de la enfermedad y la promoción de la salud: Factores que deben considerarse. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública* 2004; 22 (1):87-106 ISSN 0120-386x
27. Bergel, S. Bioética y el derecho humano a la salud. SIBI. IV Congreso Mundial de Bioética. Gijón. 2005. Ed. ALSA. p 170-182.
28. Gómez Sancho, M. Avances en cuidados paliativos. Ed. Las Palmas de Gran Canaria: GAFOS, 2003, T.I cap. 3. 53-74

29. Pessini, L; Bertachini, B. Nuevas perspectivas en cuidados paliativos. *Acta Bioethica* 2006 12 (2): 231-242
30. Gluckman, P; Hanson, M; Cooper, P. La salud y la enfermedad en la adultez en relación con sucesos al comienzo de la vida. *N Engl J Med* 2008; 359:61-73.

Consultas em Web:

1. Estrada, MU. Marketing management in Public Health. [En línea]. 2000. [Consultado: Julio 2009]. Disponible en: www.juhuj.com/open-file-ppt-convert-pdf-download-marketing+management.htm.
2. World Health Organization. Informe sobre la salud en el mundo 2002. Reducir los riesgos y promover una vida sana. [En línea]. 2002. [Consultado: Julio 2010] Disponible en <http://www.who.int/whr/2002/es/index.html>
3. Estrada, M; Vinajera, C. Estrada, G. *El niño y los procesos salud-enfermedad*. [En línea]. 2000. Acessado en: [Octubre de 2009]. Disponible en: http://www.lachealthsys.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=448&Itemid=244
4. Estrada, M; Estrada, G; Vinajera, C. Salud humana y ética de la salud. [En línea]. 2008 Acessado en: [Octubre de 2009] Disponible en: www.feoc.ugto.mx/super/obtenga/G0084.ppt
5. Estrada, MU et col. Niño sano, niño enfermo, niño pluripatológico. Acessado en: [Octubre de 2009] Disponible en: www.feoc.ugto.mx/super/obtenga/G0084.ppt
www.feoc.ugto.mx/super/obtenga/S0061
6. Estrada, M. Vinajera, C. Educación y Promoción de la Salud y el Bienestar de nuestros hijos y familia. LOS HIJOS, LOS PADRES Y EL PEDIATRA. [En línea] 2006 Acessado en: [Março de 2009]. Disponible en: www.mujeres.co.cu/articulo.asp?a=2003&num=117&art

ECONOMIA

MERCADO INFORMAL DO CHINGO: UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA PERSPECTIVA DOS CONSUMIDORES

JOÃO ERNESTO EDUARDO DUM ^a

carlitodunn2009@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho de investigação teve o objetivo de conhecer o valor do Mercado Informal do Chingo na perspectiva dos clientes e o seu grau de satisfação. Foi propósito, reconhecer as razões que levam os mesmos a deslocarem-se ao mercado do Chingo, bem como identificar os factores que mais influenciam na decisão da compra, verificar os que têm uma imagem positiva, quais as suas expectativas, lealdade e observar a sua percepção quanto à qualidade percebida e relação preço/qualidade.

Para dar resposta aos objetivos do estudo realizou-se inquéritos dirigido aos consumidores que se deslocam ao mercado. Aplicaram-se no mercado a 303 consumidores tendo-se assumido um erro amostral de 5,63 % e um nível de significância de 5 %.

Através dos resultados obtidos concluiu-se que as razões que levam os consumidores a fazerem compras no Mercado do Chingo foram: Variedade dos produtos; Facilidade de negociação do preço; Satisfação com o preço que se paga e, com a maioria dos produtos; Gasta-se pouco com o transporte para se deslocar ao mercado; A maioria dos preços são baixos. Os factores que influenciam na decisão de compra dos consumidores são: Disponibilidade de produtos tradicionais; Vantagem dos vendedores a retalho; Serviços prestado pelos retalhistas; Preço acessível e Optimização dos rendimentos quando se faz compras no mercado. Os consumidores têm uma percepção positiva relativamente às expectativas sobre o mercado, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade e encontram-se geralmente satisfeitos com o Mercado do Chingo.

Palavras-Chave: Mercado Informal; Município do Sumbe; Chingo; Angola.

ABSTRACT

^a Mestre em Contabilidade e Finanças e Professor no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

The present research was aimed the value of the Informal Market Chingo-from the perspective of the consumer, as well as observing the level of consumer satisfaction. It was purpose also to recognize the reasons that lead consumers to move in to the market and identify the five factors that influence the consumer purchase decision, check if they have a positive image, what their expectations on the market, if they are loyal to it and observe its perception as perceived quality and price quality.

To answer to the main objective it was used a questionnaire survey applied to a consumers that move to the market. Questionnaires were applied to 303 consumers and it was assumed a sampling error of 5,63 % and a 5% level of significance.

Through the results it was achieved the five reasons that take the consumers to do their purchases in the Market of Chingo: Variety of the products; Ease of price negotiation; Satisfaction with the price that pays and of most of products; Spends little with the transport to get to market; Most of the prices are low. On the other hand the five factors that influence the decision of the consumers' purchase are: Availability of traditional products; Advantage of retail sellers; Services provided by retailers; Low price; and Optimization of income when making purchases in the market. Consumers have a positive perception regarding the expectations of the market, loyalty, and quality perceived, relation between price and quality and are broadly satisfied with the Market Chingo.

Keywords: Informal Market; Sumbe municipal District; Kuanza Sul Region; Market of Chingo; Angola.

INTRODUÇÃO

Nos anos 80, Angola encontrava-se mergulhada numa profunda crise de abastecimento de bens de consumo o que contribuiu no desenvolvimento dos mercados paralelos e uma subida dos preços, nomeadamente nos alimentos, afectando particularmente as grandes cidades. A situação ficou agravada pelas sucessivas desvalorizações da moeda nacional. As reformas foram introduzidas neste período, no sentido da liberalização económica resultaram em significativas mudanças no funcionamento dos mercados, fundamentalmente de produtos alimentares básicos.

O sector informal é uma fonte de criação de empregos e rendimentos, pelo facto de ter um acesso reactivamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem

grandes meios técnicos ou financeiros¹. O sector informal permite satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos.

Neste contexto, o principal objectivo do estudo assenta em conhecer o valor do Mercado Informal do Chingo² na perspectiva dos consumidores e o seu grau de satisfação. Foi propósito, identificar as razões que levam os consumidores a deslocarem-se ao mesmo.

Assim, para dar seguimento à investigação, optou-se, por seleccionar um dos mercados informais, Mercado do Chingo, localizado na província do Kuanza Sul, concretamente no município sede Município do Sumbe. Desta forma, o objecto de estudo desta investigação recaiu sobre os consumidores que se deslocam ao referido mercado, tendo-se inquirido um total de 303 consumidores. De referir que se assumiu um nível de significância de 5 %, tendo-se assumido para a categoria de consumidores um erro amostral de 5,63 % (para o seu cálculo considerou-se o total da população estimada em 2.294.064 habitantes, para a província do Kuanza Sul).

Para dar resposta ao principal objectivo do estudo, o mesmo encontra-se organizado em quatro pontos. No primeiro, pretende-se de uma forma sumária percorrer as abordagens mais relevantes adoptadas na definição de Economia Informal, Mercado Informal ou Sector Informal. O segundo dedicar-se-á à descrição da metodologia de investigação, referindo-se o objetivo principal do trabalho de investigação, as hipóteses de investigação, o instrumento para recolha de dados, caracterização da amostra e as técnicas estatísticas de tratamento de dados, são assuntos que se encontram reflectidos no ponto três. O quarto é o núcleo do trabalho onde se pretende identificar, analisar e discutir os resultados obtidos que vão dar resposta quer às hipóteses de investigação quer ao principal objectivo do estudo. Por último, vão ser apresentadas as principais conclusões deste trabalho e propostas.

1. Economia e Mercado Informal

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceite ou considerada como exacta do termo ‘economia informal’, em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles

¹ Cf. OIT. 2006. A OIT e a Economia Informal, Organização Internacional do Trabalho, Lisboa.

² «Localizado na Província do Kuanza Sul no município do Sumbe».

dotados de características identificáveis que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. A expressão sector informal é preferível à expressão economia informal, pois os trabalhadores e as empresas em questão não advêm de um sector de actividade económica, mas sim de vários. Esta tende porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre as actividades informais”³.

Cabe sublinhar que o sector informal absorve os trabalhadores que de outra forma não teriam trabalho nem rendimentos, particularmente nos países em desenvolvimento caracterizados por uma mão-de-obra numerosa e em rápida expansão como, por exemplo, onde os mesmos foram despedidos no seguimento da aplicação de programas de ajuste estrutural. A maior parte daqueles que entram no sector informal não o fazem por escolha, mas por necessidade absoluta. Nomeadamente em situações de forte desemprego, de subemprego e de pobreza este sector é uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo facto de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros. O sector informal permite satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos⁴.

De referir que a existência simultânea dos sectores formal e informal, em que o primeiro contribui para um nível de vida mais elevado e, por conseguinte um nível superior de bem-estar levou alguns economistas ao conceito de economia dual. Esta simultaneidade está, frequentemente ligada a um mau funcionamento das organizações⁵.

O pequeno negócio de esquina, feito nos passeios das estradas, dominado por mulheres e associado inicialmente à venda de bens alimentares (sofreram o primeiro impacto da liberalização de preços), constituiu assim, a fase emergente do que são presentemente estes mercados. Hoje mantêm-se as formas de pequenos negócios na esquina, ou ambulante, mas a evolução deste sector assumiu características diferentes. Entre grossistas e retalhistas, o sector informal oferece uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são o reflexo do seu crescimento⁶.

³ Cf. OIT. Op. cit., p. 6.

⁴ Cf. Ibid

⁵ Diniz, F. 2006. *Crescimento e Desenvolvimento Económico, Modelos e Agentes do Processo* 2.ª Edição. Silabo.

⁶ Cruz, T. e Silva. 2006. *A Organização dos Trabalhadores do Sector Informal dos Mercados de Maputo - O papel da Associação dos Operadores do Sector informal - ASSOTSI*. Disponível: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/assotsi.pdf>. Consultado: junho de 2014.

Um mercado informal é realmente um local fragmentado e localizado, onde apenas pessoas que confiam entre elas directamente estão preparadas para negociar umas com as outras. O que quer dizer-se que é todo um variado leque de actividades orientadas para o sector e realizadas pelas populações que habitam nos centros urbanos dos países em desenvolvimento, com uma lógica de sobrevivência⁷.

Os mercados informais emergem em todas as economias tanto para o melhor como para o pior. Por vezes, este fenómeno é designado por subterrânea⁸.

É um espaço onde milhares de pessoas, vivendo junto das zonas urbanas sem emprego conseguem encontrar o sustento para as suas famílias⁹. As pessoas procuram mecanismos para conseguir fornecer bens e serviços ao mercado, tanto internamente como no exterior o que fez com que este sector crescesse rapidamente e atingisse uma diversificação apreciável, os produtos transacionados são provenientes de diferentes fontes como produção artesanal familiar, mercado oficial, sector industrial. Este mercado permite ao cidadão o acesso a bens e serviços essenciais que representa, ao mesmo tempo, meios de sobrevivência para a maior parte da população e melhoria das condições de vida. Fornece uma contribuição para a criação de emprego, revelando-se um terreno, de certa forma, propício para acumulação de capital, funcionando como um instrumento de distribuição de rendimentos^{10, 11}.

O mercado informal foi chamado por Soto¹² ‘de revolução invisível’ do Terceiro Mundo pois para ele, este processo mostra que as pessoas são capazes de violar um sistema que as exclui, não para viver em anarquia, mas para construir um sistema diferente, que lhes garanta um mínimo de direitos essenciais. Uma definição de economia circunscrita a actividades laborais e empresariais apenas, em associação à sua legalidade e registro formal, limita as possibilidades de uma análise dos mecanismos de protecção social, porque tais mecanismos contemplam uma vasta gama de actividades e práticas económicas de diversos mercados.

⁷ Cf. Dinis., Op.cit.

⁸ Cf. Ibid.

⁹ Mendes, M. 2012. *Empreendedorismo e Crescimento Económico*. Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica. Escola de Economia de Gestão da Universidade de Minho Braga: Portugal. Consultado em 11 de Junho de 2014, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19611>.

¹⁰ Chingala, A. 2011. *As experiencias do empreendedorismo feminino em Angola – Divisão do fomento de emprego - Divisão do Fomento do emprego* – INEFOP, Angola.

¹¹ Cf. Mendes. Op.cit.

¹² Cf. Soto, H. 2000. *Os Mercados informais em Angola*. Ed chá de caxinde - Luanda.

Rocha¹³ define a informalidade como uma estrutura de acção, implicando a existência de um espaço (casa/escritório/rua/etc.) onde a mesma é desenvolvida, a existência de actores (cujo comportamento pode ser formal ou informal), a existência de um sistema legal (que permite delimitar o que é ilegal) e a existência de uma intencionalidade (explícita ou implícita) no sentido de concretizar objetivos específicos.

2. Metodologias de Investigação

É, ainda, propósito do presente estudo identificar as cinco razões que levam os consumidores a fazerem compras no Mercado do Chingo, os cinco factores que mais influenciam os consumidores na decisão da compra, verificar se os mesmos têm uma imagem positiva do mercado, quais as suas expectativas sobre o mercado, analisar a sua lealdade e observar a sua percepção quanto à qualidade percebida e relação preço/qualidade.

Deste modo e para dar resposta ao objetivo proposto estabeleceram-se as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1: Identificação das cinco razões que levam os consumidores a fazerem compras no Mercado do Chingo.

Hipótese 2: Identificação dos cinco factores que influenciam a decisão de compra dos consumidores.

Hipótese 3: Os consumidores têm uma percepção positiva relativamente à imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade.

Hipótese 4: Os consumidores encontram-se globalmente satisfeitos com o Mercado do Chingo.

Hipótese 5: A satisfação global encontra-se relacionada positivamente com as variáveis imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade.

¹³ Cf. Rocha, A. 2012. *Estudo sobre o Empreendedorismo em Angola* Universidade Católica de Angola (UCAN) - Centro de Estudos e Investigação Científica.

2.2. Instrumento de Recolha e Técnicas de Tratamento de Dados

Para a recolha de dados foi essencial construir um questionário, dirigido aos consumidores que se deslocam ao mercado para adquirir os seus bens de consumo. Na construção do questionário para os consumidores e para o Grupo I, variáveis latentes como a imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade e satisfação, teve-se por base o questionário Índice Nacional de Satisfação do Cliente - ECSI Portugal¹⁴. Este é um sistema de medida da qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado, por via da satisfação do cliente.

O inquérito dirigido aos consumidores encontra-se dividido em duas partes, englobando um total de 61 questões para os clientes. Utilizaram-se variáveis qualitativas medidas na escala nominal e qualitativas medidas na escala ordinal, tendo-se utilizado, para estas últimas, uma escala de *Likert* de 5 pontos (de Discordância/Concordância). Os mesmos foram aplicados entre o período de Outubro e Dezembro de 2013.

A fiabilidade interna do instrumento de recolha de dados foi medida pelo coeficiente *Alpha Cronbach* que permite analisar a consistência interna da escala, tendo por base correlações médias entre os itens, e indica em que medida de um conjunto que estão correlacionados entre si, variando entre 0 e 1. Assim, obteve-se, para o questionário dos consumidores que engloba 23 itens, 0,876, o que revela uma consistência Boa, muito próxima do Muito Boa¹⁵.

Para a análise descritiva exploratória optou-se por utilizar gráficos e tabelas de frequências, bem como medidas de localização - média, dispersão, desvio padrão. Por outro lado, na análise inferencial, aplicar os testes paramétricos para uma amostra recorreu-se ao teste *t-Student*. No sentido de verificar a correlação entre os constructos imagem do mercado, expectativas, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade e a Satisfação Global, aplicou-se o coeficiente de correlação de *Pearson*, uma vez que não se violou o pressuposto de normalidade. De referir que ao longo de todo o estudo e para decidir sobre a rejeição das hipóteses nulas assumiu-se um nível de significância de 5 %.

¹⁴ ECSI Portugal. 2013. Índice Nacional de Satisfação do Cliente. Consultado: setembro de 2013, disponível: <http://www.ecsiportugal.pt/>.

¹⁵ Pestana, M.; e Gageiro, J. 2008. *Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS* (5.ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.

2.3. Caracterização da Amostra

O Mercado da Chingo/Feira, do município do Sumbe província do Kuanza Sul, por ter maior número de vendedores em relação aos demais existentes na Província foi o escolhido para o estudo.

Desta forma, o objecto de estudo foram os consumidores que se deslocam ao referido mercado (o seu cálculo considerou-se o total da população estimada em 2.294,064 habitantes para a província do Kuanza Sul).

Pelos resultados apresentados na tabela seguinte pode observar-se que no mercado os consumidores que frequentavam ao longo da aplicação dos inquéritos eram do sexo masculino com um percentual de 54,8 % (166 inquiridos). Os resultados da questão do estado civil podem observar-se na Tabela 1 são em sua maior parte solteiros com 71,3 % das respostas, os casados que compõem no mercado representa 28,7 % dos mesmos.

Tabela 1: Sexo e Estado Civil dos Consumidores.

Sexo	n	%	Estado Civil	n	%
Masculino	166	54,8	Solteiro	216	71,3
Feminino	137	45,2	Casado	87	28,7
Total	303	100%	Total	303	100%

Perante os resultados produzidos para as Habilitações Literárias ficou evidente que a maioria dos consumidores do mercado possui o ensino secundário completo com 48,8 % das respostas, seguindo-se o ensino primário com 21,1 % (64 inquiridos). Pode dizer-se que a amostra representa um grau de escolaridade baixa nos dias de hoje em que a competitividade exige mais qualificação dos profissionais e, maior nível de conhecimento para todas as pessoas, na procura de um aumento da empregabilidade no contexto profissional. Os consumidores que possuem o ensino superior incompleto representam 10,2 %, sendo que os restantes que revelaram ter completo equivalem a 17,8 % dos clientes do mercado.

Através dos resultados obtidos para a questão Rendimento Anual Familiar pode observar-se que 23,8 % (72 inquiridos) usufrui de um rendimento anual superior a 2.000.001 Kwanzas. Por outro lado, 14,2 % (43 inquiridos) tem um salário entre 250.001 Kz e 500.000 Kz e 13,5 % até 250.000 Kz (41 inquiridos). Torna-se evidente a grande

diferença/extremos que existe. Cabe referir que o salário mínimo médio anual é aproximadamente de 203.000Kz¹⁶.

Em relação à faixa etária pode observar-se que os consumidores são jovens situando-se na faixa etária entre os 19 e 40 anos (75,5 %), sendo que 44,5 % têm idades compreendidas entre os 19 e 30 anos. Por outro lado, apenas 6,7 % dos inquiridos que se deslocam ao mercado têm idades superiores a 51 anos. Portanto, com a enorme diversificação da idade dos clientes, o mercado deve oferecer diferentes produtos para atender a todos os gostos dos seus consumidores e clientes.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

3.1. Motivos que levam os consumidores ao Mercado do Chingo

Através dos resultados obtidos foi possível, identificar as razões que levam os consumidores a fazerem compras no Mercado do Chingo. Assim, optou-se por considerar os itens que apresentam médias superiores a 3,5 pontos, tendo-se identificado as seguintes cinco razões:

- ✓ 1.^a Variedade dos produtos;
- ✓ 2.^a Facilidade de negociação do preço;
- ✓ 3.^a Satisfação com o preço da maioria dos produtos;
- ✓ 4.^a Gasta-se pouco com o transporte para se deslocar ao mercado;
- ✓ 5.^a A maioria dos preços são baixos.

3.2. Factores que influenciam a decisão de compra dos consumidores

Para dar resposta à segunda hipótese de investigação, ou seja, Identificar os factores que influenciam a decisão de compra dos consumidores do Mercado do Chingo, à semelhança do que se fez no ponto anterior também aqui se optou por considerar os itens que apresentam médias superiores a 3,5 pontos (todos eles apresentam valores superiores a 4 pontos), tendo-se identificado os seguintes factores:

- ✓ 1.º Disponibilidade de produtos tradicionais;
- ✓ 2.º Vantagem dos vendedores a retalho;

¹⁶ DP. 2013. *Decreto Presidencial n.º 81/13 de 14 de Junho*. Diário da República - I série, N.º 112, p 1464; República de Angola, Luanda. p. 1464.

- ✓ 3.º Serviços prestado pelos vendedores retalhistas;
- ✓ 4.º Preço acessível.
- ✓ 5.º Optimização (maior economia) dos rendimentos quando se faz compras no mercado.

3.3. Percepção dos consumidores quanto à Imagem do Mercado, Expectativas, Lealdade, Qualidade percebida e Relação Preço/Qualidade.

Os consumidores têm uma percepção positiva relativamente à imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade, qualidade percebida, relação preço/qualidade; produziram-se os resultados que constam na Tabela 2.

Tabela 2: Sumário das estatísticas descritivas para cada variável latente.

	Mínimo	Máximo Possível	Máximo Empírico	Média Teórica	Média Empírica	Desvio Padrão
Imagem do mercado	3	20	20	12	9,97	5,224
Expectativas sobre o mercado	3	15	15	9	10,72	2,334
Lealdade dos consumidores	3	15	15	9	11,79	2,38
Qualidade percebida	5	25	25	15	15,35	4,62
Relação preço/qualidade	2	10	10	6	7,84	1,76
Pontuação Global	25	85	85	51	55,55	10,996

Tendo por base que se pretendia ver a percepção dos consumidores relativamente a cada uma das variáveis latentes em estudo pode averiguar-se, pelos resultados descritos, que apenas a variável latente Imagem do Mercado é que apresentou uma percepção ‘negativa’, ou seja, abaixo da média global da escala, 3 pontos, todas as demais variáveis latentes apresentaram valores acima, isto é, ‘positivos’ - satisfatórios. Assim, foi propósito sintetizar a informação para ser mais perceptível a interpretação, bem como dar resposta à terceira hipótese de investigação.

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados notando-se à semelhança do que já foi apresentado anteriormente que apenas a variável latente Imagem do mercado apresenta uma média empírica de 9,97 pontos (um desvio padrão de 5,224) inferior em 2,03 pontos à média teórica (12 pontos), embora esta variável tenha conseguido atingir o máximo possível. Qualquer uma das restantes variáveis latentes apresentam médias empíricas superiores à média teórica, sendo a que mais se destaca a Lealdade dos consumidores,

pois apresentou uma empírica de 11,79 pontos (um desvio padrão de 2,38) superior em 2,79 relativamente à teórica que é de 9. Todas as variáveis atingiram o máximo possível. O desvio padrão para cada variável latente apresenta valores baixos o que revela uma concordância razoável nas respostas obtidas em torno da média empírica. No que respeita à Pontuação Global observa-se que a média empírica obtida apresenta uma acima do valor teórico (posição da indiferença), o que releva uma percepção positiva no global das variáveis em estudo.

Assim, pode dizer-se que a terceira hipótese de investigação não foi corroborada na sua totalidade uma vez que para a variável Imagem do Mercado apresentou valores insatisfatórios.

3.4. Satisfação global dos consumidores com o Mercado do Chingo

A quarta hipótese tem como objectivo averiguar se os consumidores encontram-se satisfeitos com o Mercado do Chingo.

Tendo como base a média teórica de 18 pontos (empírica de 18,59 pontos e um desvio padrão de 4,979), aplicando o *t-Student* obteve-se um valor de 2,057 (301 graus de liberdade) e um de prova inferior a 0,041, o que quer dizer que a Hipótese de Investigação 4 foi corroborada, pois existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que é significativamente diferente de 18 pontos, assumindo um nível de significância de 5 % e que os consumidores encontram-se globalmente satisfeitos com o Mercado do Chingo.

Foi, ainda, intenção apurar se a satisfação global encontrava-se relacionada positivamente com as variáveis latentes imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade dos consumidores, qualidade percebida e relação preço/qualidade. Ou seja, dar resposta à quinta hipótese de investigação.

Tabela 3: Correlação de *Pearson* entre a Satisfação Global e as Variáveis Latentes.

		Imagem do Mercado	do Expetativas sobre o mercado	Lealdade	Qualidade percebida	Relação preço/qualidade
Satisfação Global	<i>r</i>	0,588	0,201	0,282	0,614	0,304
	Valor de Prova	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
	<i>n</i>	302	302	302	301	299

Assim, com base na informação apresentada na tabela anterior pode ver-se que existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que há uma relação positiva e directa entre satisfação global e a imagem do mercado, expectativas sobre o mercado, lealdade dos consumidores, qualidade percebida e relação preço/qualidade, assumindo um nível de significância de 5 %. Ainda, as variáveis latentes que têm maior peso na Satisfação Global com o Mercado são a Qualidade percebida (produtos/serviços) apresentando um de 0,614 (valor de prova inferior a 0,001) e a Imagem do Mercado com um coeficiente de correlação de 0,588 (valor de prova inferior a 0,001). Todas as demais apresentam significância estatística porém os valores do coeficiente de correlação são fracos. Com base no apresentado anteriormente a quinta hipótese de investigação é comprovada.

CONCLUSÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

O principal objetivo do presente estudo assentou em conhecer na perspectiva do consumidor o valor do mercado informal - do Chingo - bem como observar o grau de satisfação dos que se deslocam ao mesmo. Pretendeu-se identificar as razões que levam os mesmos a fazer compras no mercado bem como identificar os cinco factores que mais influenciam na decisão da sua compra no mercado. Por outro lado, tentou-se averiguar se os clientes tinham uma imagem positiva do local, quais as suas expectativas sobre o mercado, se eram leais ao mercado e observar a sua percepção quanto à qualidade percebida e relação preço/qualidade. Pretendeu-se ainda conhecer a percepção do valor do mercado por parte dos vendedores.

Verificou-se que o perfil dos consumidores que frequentavam o mercado ao longo da aplicação dos inquéritos eram do sexo masculino com um percentual de 54,8 %; os consumidores que se deslocam ao mesmo são em sua maior parte solteiros com 71,3 % das respostas, os casados que fazem compras representam 28,7% dos clientes. Quanto às Habilitações Literárias, possuem habilitações literárias baixas, o que nos dias de hoje torna-se um factor negativo. De referir que com excepção da Hipótese de Investigação três, não foi corroborada na sua totalidade, as demais hipóteses foram todas confirmadas.

Cabe ainda sublinhar, ainda, que o comércio informal em Angola concretamente no município do Sumbe província do Kuanza Sul surge como consequência da guerra. Hoje passados 14 anos, depois do fim de 3 décadas de guerra civil, os mercados informais continuam a ter uma ligação com o sector formal, que por um lado manifesta-se da

existência de uma competição desleal dos mesmos por não pagar impostos, mas por outro lado, serve-se do mesmo como escoamento para os grossistas do sector formal. Acredita-se que este sector vai continuar a alimentar uma boa parte da população durante muito tempo, por falta de alternativas, e porque dá flexibilidade ao actor principal do sector que maioritariamente é mulher. Considera-se e acredita-se que o mesmo pode ser uma forte prática de combate à fome e à pobreza de formas, no que concerne às metas do milénio.

Por fim, sugere-se como política de intervenção uma vez que a imagem do mercado, sob o ponto de vista dos consumidores, apresentou resultados desfavoráveis que a Administração do mercado informal do Chingo tome algumas medidas relativamente a esta situação.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A TRIDIMENSIONALIDADE DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO SOL NASCENTE: UMA ABORDAGEM DESCRITIVA E ANALÍTICA

ANSELMO N. MÁRIO CELESTINO ^a

anselmo.neves@ispsn.org

Resumo

Nesta abordagem, concentramos a nossa atenção para os aspectos externos e internos aos Recursos Humanos (RH) nas suas três ou quatro vertentes, já que temos crido que a combinação das mesmas constitui o elemento essencial no processo de oferta de valor acrescentado para satisfazer as necessidades dos que por cá esvoaçam em busca do saber. Neste processo, como temos vindo a referir, não se pode descuidar nenhuma força sob pena de inquinarmos a qualidade que temos vindo procurar e o posicionamento no mercado global, uma tal afirmação baseada, sobretudo, num texto do portal do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN), nos seguintes termos “Para fazer o seu próprio caminho, uma universidade não precisa apenas de se afirmar e projectar nacionalmente. Precisa cada vez mais de fazê-lo a nível internacional, porque hoje é uma condição da própria qualidade do ensino superior e da ciência: sem abertura é mais difícil os padrões de qualidade afirmarem-se”¹. Para alcançar esses objectivos, o ISPSN dispõe de uma tridimensionalidade na gestão de pessoal que procuramos estudar nesta abordagem, tais como: Gestão de Pessoal não Docente, Gestão de Pessoal Docente Sénior efectivo, Gestão de Docentes em regime de Prestação de Serviço.

Palavras-Chave: Gestão de Pessoal, ISPSN, equilíbrio, satisfação, desempenho.

Abstract

In this approach, we had a concentrated attention to the external and internal aspects to Human Resources (HR) in its three or four dimensions, since we have believed that this

^a Professor de Gestão Administrativa do Pessoal no Departamento de Economia e Gestão no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente do Huambo.

¹ Cf. Portal do ISPSN em www.ispsn.org, visitado em 08 de 09 de 2016.

combination constitutes the essential element in the process of offering added value to satisfy the needs of those seeking for knowledge in this place.

In this process, as we have noted, none force must be neglected, otherwise we risk to lose the quality we have been seeking and positioning in the global market. That's what we can read on the site of the Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (ISPSN), in the following terms "To make its own way, a university not only needs to firm and projecting itself nationally. It needs to achieve an international dimension for today it is a condition for the quality of education and science: without opening it is more difficult the quality standards assert themselves". To achieve these objectives, ISPSN is equipped with a three-dimensional perspective in its Human Resources Management policy as we seek to study in our approach, such as: management of non-teaching staff, management of effective senior staff, teachers in service agreement management.

Keys-word: staff management, ISPSN, balancing, satisfaction, performance.

1. Introdução

Queremos reconhecer que não é nosso hábito escrever sobre casos específicos de empresas/instituições, máxime, o ISPSN, instituição onde labutamos e que nos tem vindo ver crescer, no mesmo tempo que reconhecemos a sensação gratificante de termos de ser nós, mesmo sendo calouros nesta área, a escrever sobre uma realidade em que, com alguma modéstia nos sentimos partícipes. Como dissemos, existe uma tridimensionalidade na estrutura de Recursos Humanos do ISPSN, o que não configura qualquer problema, já que depois é confrontada com uma gestão bastante voltada para aprendizagem, facto que permite combiná-la e utilizá-la de forma óptima para se atingirem os objectivos estratégicos da Instituição. Depois disso - e sem estarmos a assumir um posicionamento peremptório - podemos dizer, como já disse Sun Tzu², que nalgumas situações a melhor sabedoria é parecer não saber nada. Isto querendo dizer que o ISPSN tem uma gestão bastante activa e presente, mas com algum tom surpreendente.

1.1. Justificação do tema

Existem vários objectos que podem ser estudados e o ISPSN, pela magnitude que apresenta, já lhe é hora de ser alvo de um estudo profundo, considerando-nos, deste modo,

² TZU, Sun: *A Arte da Guerra*, Clássica Editora, Lisboa, 2012.

pioneiros. No fundo, procuramos escrever de forma muito sumária sobre aquilo que vemos e ouvimos acerca do ISPSN. De facto, a Gestão de Recursos Humanos no ISPSN oferece um espaço considerável para que os investigadores nessa área possam considerá-lo como um bom caso de estudo. Daí nos sentirmos motivados a fazer uma caracterização da actividade de Gestão de Pessoas, cingindo-nos, para o efeito, para a interessante combinação de três perspectivas nas políticas de GRH dentro do ISPSN, algo que, em muito, constitui o pano de fundo dessa pesquisa, para além da vontade que temos de construir um estado da arte para futuros pesquisadores.

2. Perspectiva Histórica da Gestão de Pessoal

Seja qual for a incursão histórica que se possa fazer em sede da Gestão de Recursos Humanos, acreditamos nós que, a evolução da GRH estará sempre alinhada à evolução das organizações e, como é óbvio, associada ao processo de Industrialização e Globalização. Deste modo, a Gestão Administrativa de Pessoal, doravante GAP, como parte da Gestão de Recursos Humanos, doravante GRH, que trata das questões eminentemente administrativas tem vindo a evoluir no mesmo compasso. Dito isto, é ainda necessário alertar para a confusão que se tem vindo a fazer em torno dos conceitos de GAP e de GRH, isto porque uma definição não prudente de uma delas propicia tal confusão. Deveras, um dos principais factores a ter em consideração quanto a uma tal confusão tem de ver com as etapas do processo de Gestão de Recursos Humanos, pois a GAP ocorre ao longo de todas essas etapas para tratar dos aspectos externos aos recursos humanos, um processo que vai desde a entrada do colaborador até ao desligamento do funcionário. Cabe-nos, agora, dar um olhar rápido para cada uma das etapas ou subsistemas de RH:

1) Provisão

Esta é a fase em que decorre o recrutamento, selecção e integração do pessoal. É, pois, necessário que a empresa esteja ciente dos factores que atraem ou que podem trazer os colaboradores mais qualificados do mercado, tais como: a estrutura salarial, o estilo de gestão, a descrição do cargo que será ocupado³. Existem pelo menos duas situações que se impõem nesse processo. Num mercado menos competitivo os gestores tendem a

³ Muitas vezes as empresas recrutam sem saber o que é que o candidato vai fazer. Nesse caso, o processo de introdução ou familiarização do novo colaborador poderá não ser o mais adequado possível. Nesse sentido, Idalberto Chiavenato: *Recursos Humanos: O capital humano das Organizações*, 9ª ed., Elsevier, RJ, pp.172-175.

acreditar que os indivíduos quererão trabalhar nas suas empresas porque estes precisam mais deles do que eles precisam dos indivíduos. No outro cenário, completamente diferente, os gestores tendem a manter uma estrutura administrativa que atrai as melhores competências do mercado. Denote-se que nessa fase o principal erro que os gestores cometem é o de não identificarem necessidades de RH, antes de partir para o recrutamento e selecção. Não se deve confundir a existência de vaga com a identificação de necessidade de RH, pois, nem sempre o preenchimento de uma vaga se traduz num processo eficaz de recrutamento e selecção. A nosso ver, o preenchimento da vaga não deve ser apenas física, mas sim baseado na competência do ocupante do cargo. É o que, de resto, acontece em muitas instituições, máxime as que operam em sociedades não baseadas no conhecimento.

Esta fase consiste em confrontar as competências que o cargo exige e as competências que a pessoa traz. Depois disso, a margem dessa comparação é, ao nosso ver, a principal, senão mesmo a única forma de sabermos se a provisão foi bem-feita ou não. Quanto maior for essa margem, mais recursos a empresa precisará para formar o funcionário e, quanto menor for, menor será o custo a suportar com a formação do colaborador. Não querendo assumir uma postura extremista – até porque respeitamos o *continuum* da GRH – o bom gestor será aquele que, com o preenchimento da vaga, cutuca a eficiência e eficácia na produtividade empresarial. Portanto, o gestor que na empresa não conhece os males logo no início, não é verdadeiramente sábio⁴.

2) Aplicação

Existe uma forma de introdução que tem tomado alguma tradição na política de RH do ISPSN. Uma forma natural e envolvendo gradações intermediárias. Como se sabe esta é fase de delimitar as balizas de actuação do novo colaborador, por via da descrição e análise do cargo e avaliação de desempenho; para que não abuse dos limites⁵. No ISPSN, os colaboradores estão sob uma gestão que, como a água, “molda o seu curso de acordo com a natureza do terreno sobre o qual flui”⁶: uma gestão situacional. Este subsistema – que entendemos considerar como fase – tem sido considerado como a fase mais natural do processo, onde o clima organizacional tem um papel preponderante, já que a percepção

⁴ Niccolò Maquiavel: *O Príncipe*, Clássica Editora, Lisboa, 2012, p. 68.

⁵ Niccolò Maquiavel: *O Príncipe*, Clássica Editora, Lisboa, 2012, p. 60 e 61.

⁶ Cf. Sun Tzu. Op. Cit.

do clima pode servir ou de valência positiva, quando o ambiente se apresentar favorável ao novo colaborador; ou negativa, caso contrário⁷.

3) Manutenção

A manutenção tem que ver com os instrumentos que motivam o colaborador a ficar na organização. Envolve desde recompensas financeiras e não financeiras. No fundo, a gestão deve sempre procurar manter um sistema de recompensa (intrínsecas ou extrínsecas) que possa manter fiel o colaborador na malha da organização. Pelo que nos dá conta Chiavenato, este subsistema deve envolver nomeadamente, a remuneração, benefícios, condições de higiene e segurança, relações com os sindicatos⁸.

4) Desenvolvimento

É a fase onde a empresa procura formas para continuar a inovar e criar valor. Este desenvolvimento, visto nas suas duas perspectivas (individual e organizacional), permite à organização manter alguma diferenciação com os seus concorrentes. Daí resultar que, bons resultados estão garantidos para as organizações que aprendem. Nesta fase, para além de se saber identificar necessidades de formação para os colaboradores, implementar o programa de formação e avaliar o desempenho dos colaboradores, é mister identificar os processos em que se deve ter excelência, pois é nesta fase onde conseguimos manter os nossos factores-chave de sucesso, sendo certo que ver o sucesso apenas quando os concorrentes também o podem, não constitui o auge da excelência⁹. Nesse processo todos podem por exemplo saber e ver que a Instituição aposta em muito na formação dos seus colaboradores, mas nunca poderão adivinhar a estratégia usada para se conseguir a excelência institucional, a não ser que tenhamos dentro das malhas “rádio peão”.

5) Monitoração

É o subsistema que se consubstancia na criação de uma base de dados e implementação de um sistema de informação adequado à realidade de cada empresa/instituição. A gestão dos dados dos funcionários está cada vez mais informatizada, o que obriga as empresas adoptarem os melhores sistemas de gerir os dados dos seus colaboradores e manter um sistema de informação que vitalize o trabalho. Um sistema de informação deturpado, não

⁷ Nesse sentido, A. N. Mário Celestino: CELESTINO, A.N. Mário: “Papel da Satisfação Laboral no Desempenho Organizacional: Banco de Fomento Angola, Agências do Huambo” in Revista Sol Nascente ISSN: 2304-0688.

⁸ Idalberto Chiavenato: *Administração de Recursos Humanos*, 7ª ed. Manole, 2010, p. 266.

⁹ TZU: Op. cit., pp. 54 e 64.

conduz a nada, senão a uma completa desorganização interna, tanto do pessoal quanto dos processos em si¹⁰, comprometendo o desempenho institucional.

É, ainda, de salientar que como aponta Chiavenato¹¹ essas políticas variam consoante, 1) O percurso histórico da organização, 2) Cultura organizacional e racionalidade; 3) Estrutura organizacional adoptada; 4) Ambiente da organização (interno e externo); 5) Localização geográfica; 6) Relações com os sindicatos e 7) Políticas e restrições governamentais.

Portanto essas cinco fases ou subsistemas constituem um processo interligado e dinâmico através do qual as pessoas são captadas e atraídas, aplicadas em seus cargos previamente definidos pela gestão, mantidas na organização por meio de vários instrumentos contingenciais, desenvolvidas e monitorizadas para trabalho.

O Gestor de Recursos Humanos é a pessoa encarregada desta complexa tarefa, todavia não concordamos com Stoner¹², quando aponta que as actividades mais críticas estão na selecção, capacitação e desenvolvimento do pessoal¹³, por entendermos que todas as actividades são fundamentais. A ideia que ele tem é de que se se recruta mal, todas as outras tarefas ficam comprometidas¹⁴. Não queremos menosprezar as actividades que Stoner aponta como sendo críticas, apenas queremos, para além de reconhecer todas as outras, trazer alguns aspectos da realidade das empresas. A questão é que uma pessoa não motivada, por mais que tenha sido bem recrutada ou que tenha sido alvo de várias formações e capacitações, não se lhe pode esperar eficiência. Outra questão tem de ver com o facto de que se o colaborador perceber que não existe uma base de dados organizada e um sistema de informação que permite a boa realização das suas tarefas, ele fica, na mesma, insatisfeito. Daí que não podemos concordar com aquela opinião. Para além disso, a organização não é um sistema estático, mas sim um órgão vivo onde a pessoa pode encontrar espaço para aprender e se superar. A realidade tem vindo mostrar-nos que quanto mais as pessoas aprendem com a organização mais ficam fiéis a ela.

Quanto à política de recrutamento e selecção tem-se sentido no ISPSN a necessidade de se criar uma equipa multifuncional, máxime, quando se trata de recrutamento de pessoal

¹⁰ TZU. Ibid., p. 89.

¹¹ Chiavenato, I. *Administração de Recursos Humanos*, 7ª ed. Manole, 2010, p.269.

¹² STONER, Jame A. F: *Management*, 6ª ed. BH, Ltd., 1996.

¹³ CELESTINO. Papel da Satisfação ..., op. cit., p.93.

¹⁴ Veja-se que o último subsistema serve de *input* para o primeiro, este para o segundo e, sucessivamente. Daí, dar primazia a um, não deve ser um conselho a seguir.

docente. O docente é um recurso que deve ser escolhido em função de três componentes, tais como: científica (o que exige a presença da Direcção Científica no processo), pedagógica (que exige a presença da Direcção Pedagógica) e Administrativa (que exige a presença do Gabinete de Recursos Humanos). Justifica-se a presença desses três departamentos, não só para garantir fiabilidade na contratação e selecção, mas para fazer jus ao conteúdo do contrato: o contrato tem cláusulas que ligam o candidato/docente com a área científica, as que o ligam com a área pedagógica e, simultaneamente, as que o liga com a parte administrativa de pessoal (remuneração, documentação, descontos, controlo de assiduidade e pontualidade). Nas nossas sugestões temos vindo a entender e dizer que cada uma dessas áreas constitui o ponto de ligação entre o docente – e no caso do Gabinete de RH incluem-se os demais funcionários – e a Direcção Geral do instituto. Para isso, é necessário que os cargos estejam bem definidos, claros e de conteúdo perceptível de forma a facilitar esse processo.

Assim, o candidato só será seleccionado se o perfil que possui se adequa ou se ajusta com as competências que o cargo exige e, que sejam conferidas por todas as áreas do Instituto. Para isso, devem observar-se cinco etapas básicas nesse primeiro processo: 1) Descrição do (s) cargo (s); 2) Definição dos requisitos técnicos, pessoais e emocionais desejados para o cargo; 3) Elaboração do guia de entrevista (com perguntas abertas, fechadas, semifechadas); 4) Proceder à entrevista (1 para vários, vários para 1 ou 1 para 1) e 5) escolher o (s) candidato (s) que reúna (m) condições para preencher a (s) vaga (s). Por fim, esta equipa deve acompanhar o desempenho do novo colaborador, já que são três tipos de interesse que se tem sobre a mesma pessoa (no caso de docentes). Para os demais casos, bastará uma equipa compactada do Departamento de RH.

3. Caracterização do Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Como o próprio nome nos indica, o ISPSN é uma instituição cujo objecto social se baseia essencialmente na prestação de serviço de ensino ao nível superior. Está localizado na Província do Huambo, Cidade Baixa, Rua Garcia da Orta, reconhecida sob o Decreto Presidencial nº 168/12¹⁵ de 24 de Julho, na al. o) do artigo 1º. No quadro da sua estratégia de desenvolvimento das competências chaves e críticas, o ISPSN tem vindo a traçar e realizar planos de formação dentro e fora do país para os seus colaboradores. Um comportamento que aconselhamos vivamente, já que, como nos temos referido em outros

¹⁵ Cf. Diário da República I Série, nº 141.

artigos, o mercado de trabalho não oferece profissionais acabados, sendo cada vez mais necessário políticas de formação do pessoal para que as suas habilidades, destrezas e capacidades, combinadas com as motivações individuais conduzam a um clima organizacional saudável, desejável, que atraia o funcionário em todos os sentidos e que concorram para o atingimento da visão e a realização da missão¹⁶. Quanto a isto, devemos abonar a nossa abordagem com o que nos dá conta David R. Hampton ao assumir que adicionando às necessidades as crenças de que o dinheiro satisfará as necessidades e a de que a obtenção de dinheiro [acrescentem-se outros benefícios] requer desempenho, resultará numa motivação para desempenhar¹⁷. Por esta razão, entendemos nós que o que se pretende, no fundo, com qualquer processo de RH é manter um equilíbrio entre os objectivos organizacionais e as expectativas dos indivíduos.

Uma nota em relação às expectativas dos indivíduos pode ser colocada. Depreende-se, pois, que podem existir duas situações quando as expectativas são confrontadas com a gestão da organização: 1) quando os colaboradores se revêm nas políticas de gestão da organização, tendem a possuir uma saúde mental¹⁸; 2) quando as acções da gestão são percebidas negativas, então os trabalhadores se encontram em depressão, apatia¹⁹. Assim, apesar das grandes dificuldades que despontam da relação entre motivação individual e objectivos organizacionais, torna-se imprescindível atentar para a saúde mental dos colaboradores, em busca de uma reciprocidade. Neste processo, o indivíduo torna-se parte da organização e a organização torna-se, por seu turno, parte do indivíduo com base num contrato psicológico²⁰. Na mesma linha de pensar nos leva Levinson ao dar-nos conta de que o colaborador se sente parte da instituição e por conseguinte, torna-se um símbolo que, de resto, personifica a instituição²¹. A nosso ver, atingido este ponto, nada impedirá o sucesso das organizações, em geral e do ISPSN, em particular.

¹⁶ CHIAVENATO. Op. cit., p.142.

¹⁷ Cf. David R. Hampton: *Contemporary management*, McGraw-Hill, Nova York, 1997, p. 384.

¹⁸ Aqui, a saúde mental é conseguida quando cumulativamente 1) o indivíduo sinta-se bem consigo mesmo, 2) sinta-se bem com os seus colegas de trabalho e 3) quando for capaz de enfrentar as situações da vida por ele mesmo. Veja-se nesse sentido CHIAVENATO, *Administração* Op. cit., p. 142, Idalberto Chiavenato: *Recursos Humanos: O Capital das Organizações*, 9ª ed. Elsevier, RJ, 2009, p. 60.

¹⁹ Cf. CHIAVENATO. Op. cit., p. 143.

²⁰ Como aponta Edgar Shein, o contrato tem sempre duas facetas: uma tem que ver com a parte formal, escrita e assinado pelos dois lados, a outra faceta do contrato tem de ver com os ganhos mútuos entre o colaborador e a organização. Nesse sentido, Edgar. H. SHEIN: *Consultoria de procedimentos: seu papel no departamento organizacional*, Edgard Blücher, SP, 1972, p. 89.

²¹ Tem vindo a ser uma crença de que um funcionário satisfeito se torna o principal promotor das valências da organização. Harry Levinson: *The exceptional executive*. Cambridge: Harvard University Press, 1968, p. 39.

3.1. Organograma e estrutura do ISPSN

A estrutura de uma organização pode ser adaptada consoante o tamanho, a complexidade das tarefas, o ambiente (interno e ou externo), o poder, a cultura, a tecnologia e estratégia concebida. Seja como for, temos vindo entender que a organização deve adoptar uma estrutura que facilite a comunicação. Dentre as três estruturas apresentadas pela gestão, nomeadamente, funcional, divisória e híbrida, não hesitamos em dizer que o ISPSN apresenta uma estrutura bastante dinâmica, o que nos permite adequa-la a uma estrutura flexível, devendo ser justificada pelo seu objecto social. O organograma está em fase de construção. Entretanto, podemos sumariamente apresentar a constituição da equipa de trabalho actual:

- i.) Direcção Geral
- ii.) Gabinetes de Apoio à Direcção Geral
 - a) Gabinete do Director Geral
 - b) Gabinete de Termos e Arquivos
 - c) Gabinete Jurídico
- iii.) Órgãos consultivos com reuniões ordinárias e extraordinárias
 - a) Conselho Científico-Pedagógico
 - b) Conselho de Direcção
 - c) Senado
- iv.) Órgãos técnicos
 - a) Direcção Académica e seus departamentos
 - b) Direcção Pedagógica e seus departamentos
 - c) Direcção Científica e seus departamentos

O *Balanced Scorecard* (BSC) tem um papel fundamental no funcionamento do organograma institucional, já que permite o alinhamento dos objectivos pessoais aos departamentais e desses, à estratégia organizacional, ajudando na identificação dos destinatários do valor criado pela instituição e fornecer aos gestores uma visão íntegra e abrangente²².

²² Filipe Bezerra: “*Balanced Scorecard: Análise e Aplicação*”, in Portal da Administração, disponível em <http://www.portal-administracao.com/2014/03/o-que-e-balanced-scorecard-bsc.html>, visitado em 8 de 09 de 2016.

3.2. Missão e Visão do ISPSN

3.2.1. Missão Institucional

A missão do ISPSN convida no mesmo espaço os princípios do humanismo, cientificidade e responsabilidade individual. É o que se pode depreender no seu texto original: “Promover o desenvolvimento das competências técnicas e humanas dos líderes angolanos, através do fornecimento de ensino superior de máxima qualidade científica e fundado nos valores do humanismo e da responsabilidade individual”²³. Este pequeno texto, mas grande na sua essência, traduz a razão de ser do ISPSN e todas as acções têm estado voltadas para esse efeito.

3.2.2. Visão Institucional

A visão consiste na expectativa da instituição e sua projecção no mercado. Tem uma perspectiva futurística e, para o caso do ISPSN essa visão é traduzida nos 16 objectivos que podem ser lidos facilmente no portal electrónico do ISPSN, dentre os quais podemos destacar os três primeiros, a saber: Inserção do instituto no universo académico internacional; Formação de líderes suficientemente capazes de competir no cenário mundial e ser o instituto superior líder em Angola, após um círculo de formação²⁴.

3.3. Sistema de recompensas e punições

As recompensas constituem o pacote de benefícios materiais e imateriais disponibilizados pela empresa a seus colaboradores a fim de aumentar a motivação e produtividade na organização. As recompensas podem, ainda, ser financeiras e não-financeiras e aquelas, em directa e indirecta²⁵. Logo, entende-se que o sistema de recompensa tem um reflexo directo na estrutura organizacional da empresa e nos resultados por ela esperados.

3.3.1. Recompensas

O sistema de recompensas do ISPSN ainda não é complexo como tal, mas não pode, de imediato, ser considerado simples, sob pena de cairmos na presunção. Não é complexo porque a remuneração é harmonizada e feita por uma entidade especializada, não havendo, portanto remuneração variável. Todavia, é complexa se tomarmos em linha de conta a composição do capital humano do mesmo que combina simultaneamente a mão-

²³ Cf. Portal do ISPSN disponível em www.ispsn.org, consultado: Setembro de 2016.

²⁴ Veja-se, nesse sentido <http://www.ispsn.org/page/objectivos>, consultado: Setembro de 2016.

²⁵ CHIAVENATO. Op. cit., p. 286.

de-obra e a massa cinzenta²⁶, não descurando os outros incentivos que a gestão oferece aos colaboradores: elogios, rodízio de cargos, cafeteria, condições de trabalho²⁷. É, ainda de referir que todo o processo de gestão administrativa é levado a cabo pela empresa promotora. Actividades tais que vão desde o cumprimento das obrigações legais na gestão administrativa de pessoal à celebração e cessão de contractos de trabalho, claro, sempre consoante as necessidades do instituto, sendo que a Direcção Geral tem ou pelo menos tem tido a última palavra em todos os aspectos atinentes ao funcionamento do instituto. Alguns académicos e nas várias reuniões têm procurado saber se essa forma “bilateral” de trabalho não inquina o processo administrativo do instituto. Sem querermos ser conotados como presunçosos, acreditamos que é tudo uma questão de chuvas de opiniões, sendo que para nós essa forma torna possível a separação da academia de outros assuntos burocráticos²⁸. É, de resto, uma forma distinta de gerir. Isto permite, precisamente, que o instituto se preocupe apenas com o ensino e a qualidade que lhe é requerido, deixando – com alguma inteligência – a função financeira para os que devem pensar sobre finanças. Prevalece um “dar às finanças o que é das finanças e ao ensino o que é do ensino”.

Temos, assim, por um lado uma remuneração horária para, eminentemente, os professores colaboradores e por outro lado, uma remuneração fixa para os demais, sendo que, no caso de remuneração fixa se pode distinguir, nomeadamente:

i) Remuneração fixa dos trabalhadores efectivos

Os trabalhadores efectivos são, tradicionalmente os que, independentemente do horizonte temporal do contrato, prestam os seus serviços em tempo integral.

Estes, por sua vez são remunerados com salário e outros subsídios legais e previstos pelo corpo do próprio contrato. O funcionário efectivo do ISPSN tem, assim, para além do

²⁶ Há que distinguir os que utilizam as suas capacidades intelectuais para desenvolver um trabalho dos que utilizam esforço físico para a realização das suas tarefas. Isto não quer dizer valorizar uns em detrimento dos outros. Uma distinção feita nesses termos visa tão-somente ajudar a gestão na identificação dos factores motivacionais que cada um desses grupos espera do gestor. Veja-se com efeito, Kiamvu Tamu: *Introdução à Gestão das Organizações: Conceitos e Estudos de casos*, 2ª Ed. Capatê, Luanda, 2006, p. 28, CHIAVENATO. Op. cit., p. 60.

²⁷ Cf. Ibid., p. 287.

²⁸ Na “veia” do ISPSN não corre dinheiro, pois aqui não se pensa dinheiro, pensa-se ensino. Deve ser esse motivo que justifica a posição do ISPSN no universo do ensino superior em Angola e fora.

salário base²⁹, um subsídio de natal (correspondente a ½ do seu salário base) e um subsídio de férias, calculado nos mesmos termos do primeiro³⁰.

- ii) Remuneração fixa dos coordenadores de cursos, chefes de departamentos e coordenadores de estágios supervisionados.

A instituição conta com 9 (nove) coordenações, correspondendo ao igual número de licenciaturas. Cada coordenador (na sua maioria com contrato de prestação de serviço) depois de nomeado por um despacho da Direcção Geral passa a receber uma remuneração fixa, conforme a tabela disponível na área de Recursos Humanos.

3.3.2. Punições

Quanto às punições, não existe um dispositivo que visa disciplinar os comportamentos divergentes dos colaboradores. Parece-nos que a gestão do ISPSN está mais preocupada com a aprendizagem e superação individual, o que, se quiséssemos arriscar, diríamos que estamos perante uma liderança educativa. Mas, para quem como nós entende que a liderança não é uma característica, mas sim um comportamento, podemos dizer que estamos perante uma figura que combina todos os demais tipos de liderança que possam existir. Algo que a ciência apoia e com ela, Sun Tzu³¹ quando com ele podemos concordar que sempre que se lida com as pessoas, “as recompensas são tão necessárias quanto os castigos”³². Na sua concepção de punições, o autor entende que a falha moral do gestor é o excesso de solicitude face aos que estão sob seu comando. Na mesma tangente se pode convidar o contributo de Jack Welch quando nos diz que o desempenho das empresas não é incentivado apenas por recompensas: é necessário uma combinação perfeita entre pontapés e abraços³³. Ainda, recentemente Chiavenato³⁴ aponta que os gestores devem favorecer a acção disciplinar e considerá-la na condução dos subordinados³⁵. No ISPSN, as punições são raras e quando acontecem, resultam de avisos prévios sucessivos, resultando, em muitos casos, em demissão.

²⁹ O salário base é um dos elementos da compensação dos colaboradores que não depende da produtividade da instituição, medido em função do volume de vendas, do valor de mercado da empresa e, em função de um estudo feito por via do *Benchmarking*. Nesse sentido, João Vieira Vieito: *Executivos: Como são recompensados*, Escolar Editora, Lisboa, 2009, p. 10.

³⁰ Cf. Lei Geral do Trabalho de Angola, als. a) e b) do artigo 158º.

³¹ Cf. TZU, Op.cit.

³² Ibid., p. 25.

³³ Nesse sentido, Jack Welch: *Straight the cut*, Warner, 2001 apud Tom Butler-Bowdon in “A Arte da Guerra” de Sun Tzu, p. 24.

³⁴ Cf. CHIAVENATO, Op. cit.

³⁵ Cf. Ibid., p. 466.

A sanção máxima que se pode ter, é o despedimento, embora haja quem, como nós, concorde que mais vale ser despedido do que perder a consideração da chefia/Direcção. Já há uma vontade sobejamente manifesta em manter as pessoas e incentivá-las para o trabalho. Quem trabalha no ISPSN há algum tempo como nós, pode testemunhar o quanto se melhorou a política administrativa de pessoal nos últimos dois anos. Fazer carreira no ISPSN é uma questão que, agora, depende mais do indivíduo do que da Direcção, sendo que as políticas que temos vindo testemunhar, associadas à vontade de superação individual, conduzem a um crescimento individual superior, promovendo o desenvolvimento institucional.

Portanto, as acções disciplinares no ISPSN, para além de estarem previstas na legislação laboral angolana, são cumulativamente correctivas, progressivas e imediatas, algo que Chiavenato³⁶ aborda mais amplamente:

- 1) Acção disciplinar correctiva deve ser preferida à acção punitiva;
- 2) Acção disciplinar deve ser progressiva, começando com advertência verbal, seguida por uma advertência escrita (caso seja necessário), suspensão por um tempo determinado e, por fim o despedimento (ponderados todos os factores);
- 3) Acção disciplinar deve ser imediata, consistente, impessoal e informativa.

3.4.Ciclo de vida dos funcionários

O ciclo de vida está directamente ligado com a duração do contrato. Todavia, verificados certos pressupostos, o contrato pode ser renovado por acordo de ambas as partes da relação jurídico-laboral. Os colaboradores têm um contrato por semestre e por isso, vencendo o semestre ficam dependentes do seu desempenho e da continuidade da cadeira que leccionaram. Por fim, podemos dizer que o ciclo de vida dos funcionários segue a via normal que vai desde a entrada do colaborador até o seu desligamento (voluntário ou compulsório) com a instituição.

3.5.Análise SWOT

Uma boa interpretação deste instrumento nos permite conhecer o chão em que pisamos e as forças positivas ou negativas a que está sujeita a instituição. Permite aos gestores terem

³⁶ Cf. Ibid.

conhecimento sobre os pontos fortes e debilidades (no ambiente interno) e, oportunidades e ameaças (no ambiente externo).

3.5.1. Pontos fortes do ISPSN

- a) Gestão jovem, participativa e elástica;
- b) Formação contínua dos colaboradores, directa e indirectamente;
- c) Manifesta aposta na juventude;
- d) Carisma do Gestor de topo³⁷;
- e) Grande abertura com instituições internacionais;
- f) Relações saudáveis com o órgão de tutela, localmente e a nível nacional;
- g) Propensão para a investigação científica;
- h) Enquadramento dos estudantes mais destacados na estrutura institucional.

3.5.2. Ponto fraco

- a) Grande participação de pessoal em regime de colaboração;

Como podemos observar, os pontos fortes sobrepõem-se ao ponto fraco, o que demonstra uma possibilidade para corrigir este aspecto negativo e outros que possam frustrar os resultados institucionais. As evidências nos têm mostrado que a gestão do ISPSN conhece o terreno em que actua, basta para tal olharmos para a longevidade de onde vêm os elogios.

3.5.3. Oportunidades

O mercado em que o ISPSN actua é bastante fértil, talvez justificado com a fase embrionária em que se encontra o ensino superior em Angola.

Usando-nos das palavras de Sun Tzu, podemos apontar que explorar uma oportunidade consiste em atacar onde o concorrente não está. Neste sentido, o ISPSN deve estar cada vez mais atento para as necessidades do mercado. A criação de novos conhecimentos (alicerçado num forte incentivo à investigação) serve sempre para manter uma instituição que se preze de ensino, em posições cimeiras e diversificar as suas fontes de receitas.

Não vamos apresentar uma lista de oportunidades para não violarmos o princípio da teoria das opções reais, bastando-nos para tal dizer que uma oportunidade é bem explorada se

³⁷ Justificada com a crença que temos de que as leis da natureza humana estão na base da actuação do gestor da instituição.

o interregno entre a identificação e a execução for o mais curto possível. Outra nota, ainda quanto a essa questão, tem de ver com o conhecimento que a gestão tem de ter sobre as oportunidades que estão à vista de todos e aquelas que só a instituição pode ver e, em função das suas potencialidades, explorá-las. No fundo, é necessário saber identificar e avaliar a oportunidade, criar e desenvolver o plano de negócio, identificar e captar os recursos necessários e explorar o negócio. É dessa forma que podemos vencer os desafios do mercado e dos tempos³⁸.

3.5.4. Ameaças

As ameaças constituem forças externas negativas que podem afectar o desempenho da instituição. No caso particular do ISPSN deve atentar para as seguintes:

- i.) Abertura de novas Instituições de Ensino Superior (IES);
- ii.) Mudança desfavoráveis nas políticas do governo;
- iii.) Outras influências específicas.

Uma nota para a primeira. A abertura de novas IES só poderá se tornar em ameaça se o ISPSN baixar o seu ritmo de crescimento, pois quando se trata de ensino, a antiguidade é um factor preponderante para o sucesso. Mas a antiguidade a que nos referimos não é aquela que é tida como um dado estático, mas sim, como um dado que se molda com as circunstâncias. Para isso, uma boa equipa de trabalho é requerida. Especial atenção merece o segundo factor apontado. Pois se, por exemplo for obrigatório para todas as IES terem 100% de docentes efectivos, comparando com o estado actual (não só do ISPSN, também de outras), o desempenho que temos vindo granjear poderá ficar afectado negativamente. Isto obriga a gestão do ISPSN a apostar nos seus próprios quadros, aliás, como já tem vindo fazer e, também, plasmado na sua visão. Está claro para a direcção do ISPSN que quanto mais efectivos tiver a instituição, mais produção se conseguirá através da coesão da equipa de trabalho, pois, como dizia Maquiavel as tropas mercenárias jamais trazem firmeza e segurança no Estado, “porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infíéis”. O mesmo autor vem dizer, ainda que “ a razão disto é que elas não têm outro amor nem outra razão que as mantenha em campo, a não ser um pouco de soldo³⁹, o qual não é suficiente para fazer com que queiram morrer por si”⁴⁰. Enfim, com mercenários nas malhas da empresa, corre-se o risco de vê-la violentada, saqueada e

³⁸ Cf. TZU: Op. cit., p. 21.

³⁹ Cf. Reinaldo José Lopes. *Roma - A saga do império que nunca acabou*, 2013, p. 39.

⁴⁰ Cf. Maquiavel: *O Príncipe...*, op. cit., p. 63.

desonrada, já que com os tais, resultam mais perdas do que benefícios. A isso se impõem uma pergunta: Como saberemos se estamos perante uma equipa coesa ou perante mercenários? É, pois uma questão difícil de responder, principalmente por causa do que temos vindo chamar de “hipocrisia laboral”. Talvez não nos seria mal fazer uma breve incursão na teoria da maturidade de Chris Argyris, principalmente ao nos diz que quando o colaborador (pela maturidade que possui) não se identifica com a organização, tende a tomar três atitudes, dentre as quais a última se caracteriza bem com a hipocrisia laboral e são elas: demissão, criar grupos de interesse e conformar-se. De acordo com esta teoria, aquele que se demite resolve logo o problema. O que fica na empresa criando conflitos, incentivando greves, pode merecer sua punição por parte da gestão oportunamente. O grande problema estará naquele que não se demitindo, não cria conflitos nem ilhas de confusão, entretanto não se identifica com as políticas da instituição. Este funcionário apenas abstém-se de sacrificar-se pelos objectivos da instituição⁴¹. Por isso, esta última atitude tem sido a atitude mais perigosa nas empresas.

3.6. Balanced Scorecard (BSC)

O Balanced Scorecard foi criado por dois académicos, na necessidade de uma linguagem para a comunicação tanto da estratégia da organização como dos processos administrativos. Assim, o Balanced Scorecard é um sistema que considera tanto indicadores financeiros como não-financeiros fornecidos pela estratégia organizacional. Segundo Kaplan e Norton, o BSC mais do que um instrumento de mensuração, é um tradutor da estratégia e comunicador do desempenho institucional. Para o bom aproveitamento desta ferramenta, se necessita atentar para as suas quatro perspectivas relacionadas: i) Perspectiva Financeira, ii) Perspectiva de Clientes, iii) Perspectiva de Processos Internos e, 3) Perspectiva de crescimento e aprendizagem, que passaremos a abreviar PF, PC, PPI e PCA, respectivamente. Em cada uma dessas perspectivas está implícita uma relação de causa-efeito⁴².

Uma nota para cada uma delas. A PF do BSC consiste na capacidade da Instituição de gerar valor para os accionistas. O objectivo nessa perspectiva é maximizar a satisfação dos detentores do capital da organização/instituição. Como dissemos, o ISPSN, abdicou

⁴¹ Cf. Cris Argyris: “Personality and Organization” Apud CELESTINO: Papel, op. cit., p. 99

⁴² Robert Kaplan e David Norton, 1990 apud Leandro Costa da Silva. O Balanced Scorecard e o Processo estratégico, in caderno de pesquisa em Administração, SP, nº 4, 2003, pp. 61-73, disponível em www.trt3.jus.br/gestaoestrategica/download/biblioteca/bsc_processo_estrategico.pdf, consultado em Setembro de 2016.

dessa função, transferindo-a para a empresa promotora. Nessa perspectiva o principal indicador de desempenho que se busca é o de rentabilidade, pois os accionistas ou os sócios (excepto o gerente) estão mais preocupados com a maximização de sua riqueza.

Na PC, pretende-se saber até que ponto os clientes ou estudantes (no caso do ISPSN) estão ou não satisfeitos com os serviços prestados pela Instituição. Não se confina apenas em procurar saber, mas sim, um saber para tomar medidas de corrigir ou melhorar a prestação para os estudantes. Um cliente⁴³ insatisfeito é o pior inimigo da instituição. Devemos nessa linha de pensar incluir os clientes internos que podem na primeira linha frustrar os objectivos da instituição quando desmotivados. Daí, a pergunta: até que ponto os funcionários estão ou não satisfeitos com as políticas da instituição? A resposta para essa questão não é fácil de dar, mas para mitigar essa dificuldade, será necessário olhar para mais do que se pode ver. É uma perspectiva a que se tem de ter muita atenção, principalmente porque liga a satisfação tanto das forças internas como das forças externas que, nesse caso, podem operar a favor ou a desfavor.

Quanto à PPI, a ênfase é nos processos internos. Os primeiros autores do BSC atentavam para a melhoria dos prazos de resposta, compromisso de entrega, índice de defeitos, etc. A principal preocupação com a melhoria daqueles índices é a baixa da rentabilidade empresarial verificada. É, de resto, uma perspectiva que visa dar resposta à seguinte questão: em que eixos devemos procurar ser excelentes? Os eixos críticos de uma Instituição como o ISPSN e, como nos têm dado saber os estudos sobre a satisfação dos estudantes, são nomeadamente, o estacionamento, a celeridade no atendimento da secretaria e dos assuntos académicos, áreas de estudos e qualidade dos docentes. Entendemos que com treinamentos bem concebidos e implementados, esses indicadores podem ser melhorados e oferecer valor acrescentado aos clientes/estudantes.

Finalmente, a PCA, por sua vez, permite à empresa identificar a estrutura que deve ser adoptada para poder crescer, desenvolver-se no longo prazo e continuar, por esta via, a gerar valor aos seus *stakeholders*. Esta estruturação se conseguirá através de fortes investimentos em novos meios materiais, em pesquisa e desenvolvimento de novos conhecimentos e nos recursos humanos⁴⁴. A pergunta a responder é a seguinte: até quando

⁴³ Referimo-nos, nesse caso, em clientes internos e externos. Tanto uns como os outros precisam de uma atenção especial.

⁴⁴ Entendemos que o ISPSN existe para produzir conhecimento. Para tal, é necessário que as políticas incentivadoras da investigação se mantenham em níveis consideravelmente satisfatórios no intuito de, cada vez mais, realizar a sua missão.

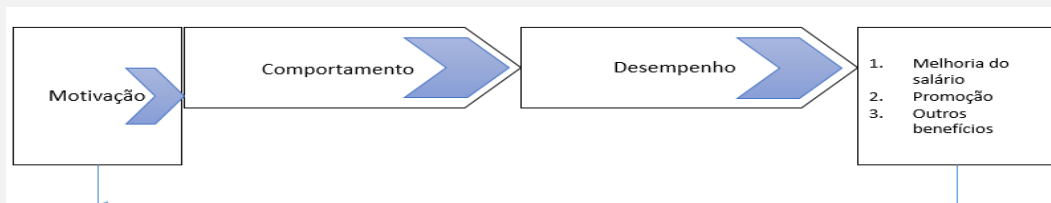
podemos continuar a inovar e a criar valor? A nossa resposta é: a autonomia, a responsabilidade e o apoio da Direcção podem conduzir a essa excelência institucional.

4. Aplicação da Teoria de Vroom no processo motivacional dos colaboradores do ISPSN

Victor Vroom afirma, na sua teoria das expectativas, que o sistema de motivação deve ser aclarado em função dos objectivos e das escolhas de cada colaborador e das expectativas de realizá-los⁴⁵. Ele apresenta três variáveis fundamentais: A força motivacional (M); a Valência (V) e a Expectativa (E). Assim, se um colaborador entende que é indiferente atingir um determinado objectivo, a valência é nula. Do mesmo modo, se o colaborador admite que a probabilidade de conseguir determinado resultado que lhe interesse (uma recompensa, uma promoção, etc) é nula ou negativa mesmo que o objectivo seja atingido, a motivação fica anulada, comprometendo assim o atingimento dos objectivos pretendidos pela instituição. Este modelo motivacional pode tomar a seguinte expressão: $M=V \cdot E$, ou seja; a motivação é resultado do produto entre a valência e a expectativa. Uma das formas de dar volta a essas situações passa, precisamente, pelo desenho de um sistema de recompensa e de carreira que seja claro, praticável e sustentável e que abranja todos. Em resumo, a motivação provoca um comportamento no colaborador que lhe permite desempenhar com zelo, eficiência e eficácia as suas tarefas, proporcionando maior desempenho à instituição, como se pode observar na figura abaixo. O ISPSN tem, na sua estrutura de remuneração, uma componente que serve de bolsa de estudos para os estudantes-trabalhadores. Ou seja; o funcionário que também é estudante do ISPSN tem desconto de 50% da propina. É pois uma política que resulta da vontade da gestão em promover cumulativamente o emprego e o ensino, tornando-se numa vantagem para os trabalhadores desse regime ao mesmo tempo que se torna um indicador de responsabilidade social do instituto. É ainda de se acrescentar os elogios frequentes por parte da gestão que têm ocupado uma percentagem forte na motivação dos colaboradores. Na verdade, tendo em conta a política administrativa do instituto, basta a cada um dizer – como sempre bem diz o Director Geral do ISPSN – “Se a empresa não me deve nada, então não devo ser eu a dever à instituição”.

⁴⁵ Cf. CELESTINO, Op. cit., p. 102.

Por fim, apresentamos um esquema que permite de forma lógica compreender a sequência dos actos que conduzem ao desempenho do ISPSN, à luz do que aprendemos de Vroom.



Fonte: **Elaboração do autor. Adaptado do modelo de ligação entre motivação, comportamento e desempenho**⁴⁶

5. Conclusões

Concluímos, então, que o ISPSN deve continuar a crescer em todas as perspectivas, concentrando-se nos pontos fortes, reconhecendo as suas fraquezas, agarrando as oportunidades que o mercado oferece e, protegendo-se contra as ameaças. É dessa forma que se pode conhecer tanto o ambiente interno quanto o externo e confrontá-los com as políticas de Gestão de Recursos Humanos do Instituto.

Assim, apesar das grandes dificuldades que despontam da relação entre motivação individual e objectivos organizacionais, torna-se imprescindível atentar para a saúde mental dos colaboradores, em busca de um clima organizacional capaz de fidelizar os funcionários e motiva-los para o atingimento dos objectivos estratégicos. É necessário continuar a criar mecanismos aturados para encontrar a fronteira eficiente entre as necessidades dos colaboradores e os objectivos da instituição. Todos os estudos feitos nesta temática apontam para a manutenção de uma equipa coesa, fiel aos objectivos e que se identifique com as políticas administrativas da organização. Não tem sido fácil conseguir uma equipa com aqueles requisitos, talvez seja por esta razão que o ISPSN tem estado preocupado com a formação dos colaboradores e a investir nos recém-licenciados para que de futuro se consiga reduzir a margem entre os funcionários em regime de prestação de serviço e os efectivos, visando a competitividade. Somos concordes de que os recursos humanos devem ser tratados com humanidade, mas deve ser aquela humanidade que combina tanto os elogios e incentivos quanto as repreensões. Para manter um equilíbrio saudável entre as recompensas e as punições o gestor deve ser

⁴⁶ Cf. Ibid. pp. 102-103.

reservado nas suas acções, garantindo assim o sigilo das suas manobras; ser íntegro e justo, mantendo assim, a ordem.

As oportunidades que o mercado oferece só podem ser exploradas com pessoas competentes e fiéis aos objectivos, já que aqueles que não se identificam com as metas e princípios da instituição, só estão com a instituição quando se lhe correm bons ventos, mas quando os ventos forem maus, a fuga e a desistência guiarão os tais que não se revêem com as políticas da instituição.

Finalmente podemos afirmar que o ISPSN deve continuar a identificar e escolher os principais factores que lhe diferenciam dos concorrentes e que acrescentam valor aos seus processos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. CHIAVENATO, Idalberto *Recursos Humanos: O capital humano das Organizações*, 9ª ed., Elsevier, RJ, 2009.
2. GIL, António Carlos: *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ed. São Paulo: Atlas, 199.
3. TEXEIRA, Sebastião: *Gestão das Organizações*, Alfragide, Mcgraw-Hill, 1998.

DIPLOMAS LEGAIS

1. Lei n.º 7/15 de 15 de Junho (Lei Geral do Trabalho Angolano)
2. Decreto Presidencial nº 168/12 de 24 de Julho disponível no Diário da República I Série, nº 141

GESTÃO AMBIENTAL

LAS ARVENSES. SU MANEJO EFICIENTE DESDE UNA VISIÓN AGROECOLÓGICA

DÁCIA VAZ PEREIRA ^a

dacia.pereira@ispsn.org

RESUMO

Esta investigación fue realizada con la finalidad de dar a conocer a la comunidad científica la importancia de las arvenses y buscar los métodos correctos para su manejo desde una visión agroecológica. Pues a partida, estas plantas son normalmente combatidas y no tratadas como deben, y la ausencia de un tratamiento adecuado contribuye en la degradación del medioambiente, el calentamiento global y las alteraciones climáticas. Las arvenses han sido uno de los problemas tecnológicos de las comunidades que se dedican a la producción de alimentos, como consecuencia de haberse implementado una tecnología moderna inapropiada al nivel de desarrollo sociocultural de la mayoría de los productores, sin embargo, no se trata apenas de una preocupación para ellos, sino de todos los seres vivientes porque su tratamiento inadecuado puede comprometer su propia existencia.

Todos los datos, fueron seleccionados bibliográficamente para estar al tanto de la dinámica del conocimiento de la existencia y el tratamiento de las arvenses sobre bases agroecológicas, garantizando de esta forma la preservación de la naturaleza y alcanzar la continuidad del medio ambiente. La bibliografía consultada, nos hace creer que la visión que se tiene de la agroecología es mucho más amplia y remete a los expertos en la materia de las arvenses, la necesidad de cuidar y manejar las mismas, sin que por ello se perjudique el agro ecosistema.

Palabras-clave: arvenses, manejo de arvenses, medioambiente, preservación y protección.

^a Doctorada en Gestión Ambiental; Maestre en Biodiversidad e Seguridad Alimentar; Licenciada en Economía Agrária, especialidad de Créditos Bancarios y Equidad de Género. Directora Adjunta del Centro de Investigación Sol Naciente (CISN). Docente del Instituto Superior Politécnico Sol Naciente (ISPSN).

ABSTRACT

This research was conducted with the aim of bringing the scientific community the importance of weed and find the correct methods for handling, from an agroecological vision. For a start, these plants are usually fought not handled as they should, which has caused environmental degradation and global warming and climate changes. The weeds have been one of the technological problems of the communities that are dedicated to food production as a result of modern technology inappropriate level of socio-cultural development of the majority of farmers have been implemented, however, it is not only a concern for these, but of all living beings because improper handling can jeopardize their very existence.

All data were bibliographically selected to meet the dynamics of knowledge about the existence and management of weeds on agro-ecological bases, thus ensuring the preservation of nature and achieve continuity of mankind. The bibliography consulted, makes us believe that the vision we have of agroecology is much broader and tucked the experts in the field of weeds, the need to protect and manage them, without thereby damaging the Agroecosystem.

Keywords: weed, weed management, environmental preservation and protection.

INTRODUCCIÓN

Desde que el Hombre comenzó a cultivar las plantas hasta la actualidad, ha establecido una competencia sin descanso contra las arvenses. Para dominarlas, ha acudido a todo tipo de métodos, tanto preventivos como curativos, de manera que estas han estado en la mente del agricultor como un enemigo que hay que vencer¹ y no como parte de la comunidad de especies dádivas de la naturaleza con las que hay que convivir de forma armónica².

La Humanidad ha estado combatiendo una lucha sin descanso contra los seres vegetales existentes en la naturaleza, que sin que lo sepa, constituyen la razón de la existencia de los humanos. La presencia de estas plantas, determina el equilibrio medio ambiental no

¹ Cf. Torres, G. L.; Quintanilla, F. C. *Fundamentos sobre malas hierbas y herbicidas*. Malherbologia. Edición ilustrada. Ed. Ministerio de Agricultura y Alimentación, Servicio de Extensión Agraria, S.A. Mundi-Prensa Libros. 1991. ISBN. 8471143313, 9788471143310. Pp. 176- 305.

² Cf. Leyva, A. *Principal fundamento social de la biodiversidad y alimentación*. Instituto Nacional de Ciencias Agrícolas, 2011.

solamente por el oxígeno que nos brindan, sino también por permitir la protección de los suelos contra la erosión hidráulica y eólica, bien como de su degradación.

La problemática de las arvenses va más allá del manejo que le dan los agricultores, como forma de garantizar la productividad de los cultivos durante su producción. Sin embargo, desconocen que algunas prácticas pueden poner en riesgo la preservación del medioambiente y perjudicar las generaciones futuras. Esta investigación tuvo como objetivo llevar a la comunidad científica la importancia de las arvenses y buscar los métodos correctos para su manejo desde una visión agroecológica.

METODOLOGIA

Este estudio fue respaldado sobre las bases cognitivas del conocimiento del ambiente y la fuerte consciencia de que la Humanidad es la responsable por su continuidad y protección.

La pesquisa fue el método seleccionado para permitir la ilustración de un estudio más abierto y principalmente por se tratar de un tema que a pesar de ser muy poco estudiado, ha merecido por parte de los agroecólogos, la preocupación tan alarmante del destino de la humanidad que se está degradando, fruto de los cambios climáticos provocados por la movimentación antropogénico.

La recoja de los datos, fue meramente bibliográfica, para tener contacto con la dinámica del conocimiento sobre el problema, bien como los métodos que se debe adoptar para evitar mayores danos y la degradación de la humanidad.

2.1. Definición de arvenses.

En el primer diccionario general etimológico de la Lengua Española son definidas las arvenses como “maleza” o abundancia de hierbas malas que perjudican a los sembrados³. Así con el paso del tiempo, se les han atribuido nombres como “plantas que interfieren con el hombre en las áreas de su interés”⁴ “plantas nocivas, molestas, desagradables a la vista y a la vez inútiles, inoportunas, indeseables, adventicias o extrañas. Estas

³ *DRAE* (Real Academia Española, Diccionario de la lengua española), 23ª ed. Madrid: Espasa, [en línea] 2014 Consultado: Noviembre 2014. Disponible en: <http://www.rae.es/obras-academicas/diccionarios/diccionario-de-la-lengua-espanola>.

⁴ Torres, P. R. *Manual de prácticas malezas y herbicidas*. Ediciones ISCAH. Agosto, 1987. pp. 35-111.

definiciones de corte agresivo, no solo transmiten un sentimiento de rechazo, sino también de animadversión hacia esas especies vivientes⁵.

El término “arvense” apareció como una palabra necesaria, para sustituir términos como el de “malezas” del latín *malitia* o malas hierbas, de la traducción del Inglés “Weed”⁶y⁷, término que suaviza las definiciones precedentes, al considerar a las arvenses como plantas que crecen en los sembrados y que, por su plasticidad ecológica, tienen la característica de invadir nuevos hábitats, persistir en ellos, a pesar de las acciones introducidas por el Hombre y competir de forma ventajosa con las plantas cultivadas; se les reconoce como las principales limitantes bióticas de los cultivos agrícolas, lo que genera especial atención hacia métodos de tratamiento que, además de eficientes, sean seguros para el Hombre y los agroecosistemas⁸

Las arvenses también son plantas no deseables, de escaso valor nutritivo para los animales y que pueden albergar las plagas y enfermedades, tanto para los pastos como para los animales⁹, por tanto las arvenses representan a cualquier especie vegetal que crece de forma silvestre en una zona cultivada o controlada por el ser humano como cultivos agrícolas o jardines¹⁰. Desde el punto de vista agronómico, representan plantas sin valor económico, que crecen fuera de lugar, interfiriendo en la actividad de los cultivos, afectando su capacidad de producción y desarrollo normal en la competición/búsqueda por el agua, la luz, los nutrientes y el espacio físico o por la producción de sustancias nocivas¹¹.

2.2 Beneficios de las arvenses

A partir de la primera década del siglo XXI, se defiende la nueva visión agroecológica de ver las arvenses como especies equilibradoras y reservorios de la diversidad

⁵ León, N. P. y Ravelo O. R. *Fitotecnia General aplicada a las condiciones tropicales*. Editorial Félix Varela. 2010. pp. 90-233. ISSN 978-959-07-0417-8.

⁶ Quintero E.; Rodríguez, S. *El control de las malas hierbas y el uso de la fertilización en el primero retoño de la caña de azúcar*. Centro agrícola, 1982, vol. 9, no. 2, pp. 27-36, mayo-agosto.

⁷ Marroquín A., F.; Pohlen, A. J.; Toledo T., E.; Janssens, M. J. J. y Simón C., A. *Efectos de cultivos intercalados sobre la cenosis de arvenses en mango y rambután en el Soconusco, Chiapas*. En: Congreso Nacional de la Ciência de la Maleza (27: 2006, nov. 22-24), 2006.

⁸ Giménez, V. *Plantas arvenses*. [en línea]. febrero 2011. Consultado: abril 2014. Disponible en: <<http://plantarvense.blogspot.com>>.

⁹ Canizales, A. S.; Celemin, J. S. y Delgado, M. J. *Diversidad y uso de arvenses en pasturas de fincas ganaderas del Alto Magdalena (Tolima, Colombia)*. *Zootecnia Trop.*, 2010, vol. 28, no. 3, pp. ISSN: 0798-7269.

¹⁰ Malebrán, Denisse. *Maleza*. [en línea]. 2013. Consultado: mayo 2014. Disponible en: <<http://es.wikipedia.org>>.

¹¹ Blanco, Yaisy y Leyva, G. A. *Las arvenses y su entomofauna asociada en el cultivo del frijol (Phaseolus vulgaris, L.) posterior al periodo crítico de competencia*. *Avances en Investigación Agropecuaria (AIA)*, 2013, vol. 17, no. 3, pp. 51-65. ISSN 0188789-0.

productiva de los agroecosistemas¹², aun cuando todavía las arvenses constituyen un enigma de la naturaleza, y probablemente cargadas de numerosos beneficios por descubrir¹³. Las arvenses han acompañado siempre a la agricultura y su control o erradicación ha sido uno de los principales objetivos del Hombre¹⁴; sin embargo, si estas son manejadas correctamente, manteniéndolas por debajo de determinados umbrales durante los períodos de competitividad, no causan daños¹⁵.

Su presencia por debajo de los niveles de daño o fuera de estos períodos de afirmación, puede resultar inocuo e incluso positiva. Los aspectos beneficiosos de la flora de arvenses son bien conocidos; mejoran la estructura y aumentan la actividad biológica del suelo, albergan insectos útiles al servir de hospederos de la fauna benéfica de los escenarios productivos; algunas son indicadoras del estado del suelo¹⁶. El papel de las arvenses como posible reservorio de la vida del suelo (hongos, bacterias o actinomicetos), es un tema casi virgen, pues los escasos trabajos encontrados en la literatura internacional, abordan apenas el tema de forma indirecta¹⁷, por eso nos parece interesante empezar investigaciones en este campo.

2.3. Las arvenses y la competitividad.

La definición de competencia lleva en consideración la manera en que las plantas afectan la producción de otras y su cuantía¹⁸. Varios actores declararon que la competencia es una interacción entre individuos, provocada por una exigencia compartida para un recurso de provisión limitada, conduciendo a una reducción en el crecimiento y la supervivencia de la especie menos adaptada y enfatizan que la competencia asimétrica

¹² Nicholls, C. I. y Altieri, M. A. *Modelos ecológicos resilientes de producción agrícola para el siglo XXI*. Universidad de Murcia. *Revista Agroecología*. Facultad de Biología, 2012, vol. 6, pp. 29-36. ISSN electrónico: 1989-4686 - ISSN impreso: 1887-1941.

¹³ Leyva, G., A.; Pohlen, J. *Agroecología en el trópico. Ejemplos para Cuba*. AACHEN: Ediciones Shaker Verlag 2005. 267 pp.

¹⁴ Sarandón, S. J. *El desarrollo y uso de indicadores para evaluar la sostenibilidad de los agroecosistemas*. En: *Agroecología*. El camino hacia una agricultura sostenible. Ed. Científicas Americanas. 2005. pp. 380-414. ISBN: 987-9486-03-X.

¹⁵ Blanco, Yaisy.; Leyva G. A. *Las arvenses en el agroecosistema y sus beneficios agroecológicos como hospedadoras de enemigos naturales*. *Cultivos Tropicales*, 2007, vol. 28, no. 2, pp. 21-28. ISSN 0258-5936 (impresa). ISSN 1819-4087 (digital).

¹⁶ Monge, S. A.; Gerardo, R. S.; Prendas, S. B.; Alvarado, A. R. y Salazar, R. A. *Listado de algunas familias de Lepidoptera asociadas a plantas arvenses del banano (Musa AAA) en el Caribe de Costa Rica*. *Cultivos Tropicales*, 2012, vol. 33, no. 4, octubre-diciembre, pp. 16-20. ISSN 1819-4087.

¹⁷ Morales, A. D. y J. Betancort, R. A. *Identificación de la flora arvense en cereales de invierno en Tenerife y medidas de control*. *Información técnica*. [en línea]. Abril de 2012. 28 pp. Consultado: noviembre 2014. Disponible en: <http://www.agrocabildo.org/publicaciones_detalle.asp?id=442>.

¹⁸ Casper, B. B. y Jackson, B. R. *Plant Competition Underground*. *Annual Reviews Ecology Systemic*, 1997, vol. 28, pp. 545-570. ISSN 0103-8478.

acontece cuando un número pequeño de individuos utiliza de forma desproporcionada, gran parte de los recursos disponibles, en detrimento del crecimiento de otros y en competición simétrica el crecimiento de cada planta está en proporción con su tamaño. Estos autores aprueban que la competencia asimétrica conduce a una mayor desigualdad de biomasa dentro de una población¹⁹.

El grado de interferencia en la competencia interespecífica depende de factores relacionados con las arvenses (composición específica, densidad y distribución), del cultivar (género, especie, ciclo, entre otros) y de la duración del período de convivencia interespecífica, de la época en que este período ocurre, siendo modificada por las condiciones edafoclimáticas y por los manejos culturales²⁰.

2.3.1. La competitividad por interferencia y alelopatía.

La ley de la producción competitiva indica que dos plantas no pueden crecer simultáneamente en el mismo espacio agrícola, sin que una de ellas se sea afectada en sus rendimientos²¹. Este principio responde a las competencias intra e interespecífica, que se clasifican por mecanismos y por especies, pueden ser tanto directa como indirecta. La competencia por interferencia ocurre directamente entre individuos (por agresión), que comparten un recurso común, de manera que esto puede llevar a una alteración poblacional y la evolución de las especies involucradas; mientras que la intraespecífica ocurre por especies cuando los miembros de la misma población necesitan utilizar el mismo recurso de un ecosistema²². Así, en condiciones de sequía, el crecimiento de las plantas con el sistema radicular profundo, puede ser reducido por la falta de N, P y K, antes de ocurrir el estrés hídrico²³.

Según el principio de exclusión competitiva, las especies menos aptas para competir deben adaptarse o de lo contrario se extinguen; la selección natural juega un rol

¹⁹ Park, S. A.; Benjamin, R. L. y Watkinson, A. R. *The Theory and Application of Plant Competition Models: an Agronomic Perspective. Ecology*, 2001, vol. 82, no. 9, pp. 2525-2535. ISSN 0012-9658.

²⁰ Kuva, M. A.; Gravena, R.; Pitelli, R. A.; Christoffoleti, P. J.; Alves, P. L. C. A. *Períodos de interferência das plantas daninhas na cultura da cana-de-açúcar. III-Capim-braquiária (Brachiaria decumbens) e capim-colonião (Panicum maximum). Planta Daninha*, 2003, vol. 21, no. 1, pp. 37-44. ISSN 0100-8358.

²¹ Vandermeer, J. *Los policultivos. La teoría y evidencia de su facilitación*. Departament of Biology University of Michigan. *Ann. Arbor.*, 1995, 124 pp. ISSN 0192-5717.

²² Souza, L. S.; Velini, E. D. y Maiomoni-Rodella, R. C. S. *Efeito alelopático de plantas daninhas e concentrações de capim-braquiária (Brachiaria decumbens) no desenvolvimento inicial de eucalipto (Eucalyptus grandis). Planta Daninha*, 2003, vol. 21, no. 3, pp. 343-354. ISSN 0100-8358.

²³ Lemaire G. *Ecophysiological of grasslands: dynamics aspects of forage plant population in grazed swards*. Proceedings of the XIX International Grassland Congress, São Pedro, São Paulo (Brasil), 10-21 février 2001 pp. 29-37.

fundamental en la competencia dentro y entre las especies²⁴y²⁵. Una mayor o menor densidad de plantas, en una determinada área, genera un comportamiento productivo diferenciado, en función de la competencia por espacio, agua, luz y nutrientes, que se establece en la comunidad vegetal²⁶.

Una reducción considerable en el crecimiento de especies, tanto intraespecífica como interespecífica, es la resultante de la competencia espacial entre grupos de plantas que ocupan el mismo local en un período de tiempo²⁷.

La alelopatía fue definida por Molish²⁸ como la liberación de compuestos químicos de una especie vegetal, que tiene efectos negativos o positivos sobre especies vecinas²⁹, por lo tanto, puede ser definida como la ciencia que estudia las relaciones entre plantas, ya sea por atracción, por protección, por rechazo o como resultado de las sustancias químicas que ellas emiten³⁰. El tratamiento de cultivos alelopáticos se puede realizar básicamente con plantas acompañantes, repelentes y cultivos trampas. Los químicos alelopáticos pueden persistir en el suelo, afectando a plantas vecinas e incluso pueden afectar la germinación y el crecimiento de plántulas³¹.

Algunos cultivos pueden afectar el desarrollo de las arvenses durante su proceso de descomposición, al elevarse considerablemente la temperatura como son los casos del follaje de plátano (*Musa sp* L.), el de la caña de azúcar (*Saccharum sp* L.) y el del maíz (*Zea mays* L.), que al incorporarse al suelo, afectaron arvenses de importancia económica como el *Sorghum halepense* (L.) Pers, *Cyperus rotundus* L. y *Rottboellia cochinchinensis* (Lour.) Clayton. El arroz (*Oryza sativa* L.) y el boniato (*Ipomoea batata* L.) han mostrado fuerte actividad de inhibición sin que por ello se trate de un efecto

²⁴ Cf. Townsend, Celilia R.; Begón, M. y Johnl, H. *Essentials of Ecology*. 2nd Edition Black well Publishing. 2003. 82 pp.

²⁵ Cf. Molles, M. C. *Ecología. Conceptos y aplicaciones*. Editorial McGraw-Hill Interamericana. 2005, 109 pp

²⁶ Cf. Miranda R. y García, J. C. *Perspectivas para el maíz en 2013*. [en línea]. enero de 2013. Consultado: marzo 2014. Disponible en: <<http://www.elsitioavicola.com>>.

²⁷ Cf. Fernandez, O. N.; Vignolio, O. R. y Requesens, E. C. *Competition between corn (Zea mays) and bermudgrass (Cynodon dactylon) in relation to the crop plant arrangement*. *Agronomic*, 2002, vol. 22, pp. 293-305. ISSN 0045-6888.

²⁸ Cf. Molish, H. *Der einfluss eine pflanze auf die andere: allelopathie*. Gustav Fischer, Jena, 1937. 106 pp. Madrid.

²⁹ Cf. Chon, S. U. y Nelson, C. J. *Allelopathy in compositae plants. A review*. *Agronomy for Sustainable Development*, 2010, vol. 30, pp. 349-358. DOI:10.1051/agro/2009027.

³⁰ Cf. Nikneshan, H. K. P.; Moghanibashi, M. y Hosseini, N. S. *Allelopathic potential of sunflower on weed management in safflower and wheat*. *Australian Journal of Crop Science (AJCS)*, 2011, vol. 5, no. 11, pp. 1434-1440. ISSN: 1835-2707.

³¹ Cf. Novaes, Paula; Imatomi, Maristela; Varela, Rosa M.; Molinillo, M. G. J.; Lacret, R.; Gualtieri, Sonia C. J. y Macías, A. *Allelopathic potential of Rapanea umbellata leaf extracts*. agosto 2013. doi: 10.1002/cbdv.201200367.

alelopático^{32, 33} a esa acción inhibidora se le ha denominado interferencia, si no se demuestra que dichos efectos tienen una acción de origen química, ya que por la complejidad del tema y considerando que en la naturaleza las interferencias que se establecen entre las plantas son difíciles de separar, solo se puede identificar un fenómeno como alelopático cuando se prueba que su causa está relacionada con factores de naturaleza bioquímica y no a factores edáficos, climáticos o de competencia por agua, luz y nutrientes³⁴.

Trabajos conducidos por Beltrán³⁵ y Paredes³⁶, han demostrado el efecto del girasol (*Helianthus annuus* L.), como planta que posee efectos alelopáticos negativos sobre el tomate, cuando han sido sembrados en asociación y más recientemente González y sus colaboradores³⁷ demostraron, bajo condiciones montañosas, que el efecto inhibidor del girasol sobre el tomate, proviene de las hojas cuando alcanzan la etapa que supera los dos meses y observó, además, efectos positivos con el frijol.

Otro factor limitante es la heterogeneidad del suelo, la habilidad competitiva de las plantas, las respuestas positivas entre especies adaptadas a ambientes ricos y otras a pobres en nutrientes, que promueven la estabilidad del ecosistema³⁸.

2.4. Las arvenses y su importancia en la sostenibilidad de los agroecosistemas.

La biodiversidad es considerada uno de los principales fundamentos de la Agricultura Sostenible (AS) dentro de un agroecosistema, garantizando la protección de sus recursos naturales y su estabilidad, base del equilibrio ecológico³⁹. La

³² Harrison, H. F. y Peterson J. K. *Alleopathic effects of sweet potato (Ipomoea batatas) on yellow Nudsedge (Cyperus sculentus) and alfalfa (Medicago sativa)*. Weed Sci., 1986, vol. 34, pp. 623-627. ISSN 0043-1745.

³³ Cf. Molish. Op. Cit.

³⁴ Kottir, F. *Efectos alelopáticos de los cultivos económicos, maní, pepino, sesbania sobre la germinación de la semilla botánica de la papa (Solanum tuberosum L.)*. [Tesis de grado]. ISCAH. La Habana. 1994. pp. 24-66.

³⁵ Beltrán, L. *Efectos alelopáticos del girasol (Helianthus annuus L.) intercalado con cultivos económicos de ciclo corto*. [Tesis de Maestría]. La Habana: UNAH. CEAS, 1998. 82 pp.

³⁶ Paredes, E. 2011. *Manual agronómico de Malezas*. En: *Manual para adopción de manejo agroecológico de plagas en la agricultura suburbana*. Ed. INISAV- INIFAT. La Habana. 173- 201.

³⁷ González, Yaniuska. P. y Leyva, G. A; Pino, Perez, Oriela. *Competencia por interferencia de Helianthus annuus L., asociado a Solanum lycopersicum L. bajo condiciones de campo*. Cultivos Tropicales, 2014, vol. 35, no. 4, Mayabeque. ISSN 1819-4087.

³⁸ Aerts, R. *Interespecific competition in natural plant communities: mechanisms, trade-offs and plant-soil feedbacks*. Journal of Experimental Botany, 1999, vol. 50, no. 330, pp. 29-37. ISSN 1460-2431 - Print ISSN 0022-0957.

³⁹ Vázquez, M. L. *Manejo de plagas en la agricultura ecológica, "plantas alelopáticas"*. La Habana, Cuba. Boletín fitosanitario, 2010, vol. 15, no.1, pp. 381. SSN 1816-8604.

conservación y el uso sostenible de la biodiversidad es uno de los desafíos más importantes que tiene que afrontar la humanidad en estos tiempos⁴⁰.

Desde el punto de vista agroecológico, el replanteo en el manejo de arvenses se debe considerar como integrante de un agroecosistema dinámico, de modo que se evita la reducción de la diversidad genética, se eleva la fauna benéfica, disminuye la lixiviación e incremento de los nutrientes almacenados en la vegetación espontánea, con mayor captación de recursos y producción de biomasa para el sistema, mientras la biodiversidad de la vida del suelo se incrementa⁴¹.

Existen especies de plantas, que al convivir en competencia interespecífica con cultivos económicos deterioran sus rendimientos; entretanto, en la concepción teórica de la agricultura sostenible, las arvenses son especies imprescindibles en los sembrados, a las que hay que regular su dominancia y mantener una abundancia por debajo del umbral económico y su manejo debe considerar aspectos del agroecosistema como los problemas de erosión, cobertura y conservación de la fertilidad del suelo⁴².

También, la diversidad de especies de arvenses, contribuye al incremento de la estabilidad total en los sistemas agrarios, en presencia de determinados niveles de abundancia, con lo cual aumentan los insectos benéficos⁴³. Las arvenses juegan un rol benéfico como elemento de la estructura de la comunidad agrícola, proveen aireación al suelo, además de ser reserva de nutrientes y humedad. Muchas arvenses ayudan a la cobertura del suelo, evitando la desecación y como consecuencia de los efectos alelopáticos, inhiben otras especies probablemente nocivas⁴⁴.

Actualmente se considera que las arvenses tienen un profundo impacto en la composición e interacciones de la entomofauna dentro de los cultivos. Los predadores y parasitoides

⁴⁰ Sarandón, S. J. *Biodiversidad, agrobiodiversidad y agricultura sustentable. Análisis del Convenio sobre Diversidad Biológica*. En: *Vertientes del pensamiento agroecológico: fundamentos y aplicaciones* (León ST, Altieri MA, eds.). Medellín: Instituto de Estudios Ambientales IDEA-Universidad Nacional de Colombia Sede Bogotá, Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA). 2010. pp. 105-129.

⁴¹ Acciaresi, A. H. y Sarandon, J. S. *Manejo de malezas en la agricultura sustentable*. En: *Sarandon, J. S. Agroecología. El camino hacia una agricultura sustentable*. Argentina: Ediciones Científicas Americanas (ECA). 2005, pp. 331-357. ISBN: 987-9486-03-X.

⁴² Espinosa, G. R. *Propiedades emergentes a nivel de comunidad como guía en el manejo de la salud de las raíces de los cultivos en agroecosistemas*. Universidad de Murcia. *Agroecología*, 2012, vol. 7, pp. 35-52. ISSN 1989- 4686.

⁴³ Blanco, Yaisy. *Efecto a alelopatía de diferente cobertura sobre algunos atributos del frijol común. Compendio sobre Agroecología*. 1ra. Edición. Venezuela: Editor Manos a la Siembra. 2010, vol. 3, pp. 22-26. ISBN- 978-980-04-1487-3.

⁴⁴ Zuluaga J.; Delgado, P.; Padilla S.; Quiñones, R. y Biologe, D. *Estudio fenológico de tres especies de arvenses en la estación experimental del campus nueva granada*. Universidad Militar Nueva Granada, Cajic (Colombia). 2009, vol. 5, no. 1, pp. 50-63.

son más efectivos en los hábitats complejos. Los insectos benéficos tienen mayores posibilidades de encontrar presas alternativas, abrigo, sitios para reproducción y refugios para la dormancia⁴⁵. Sin embargo, muchas de sus bondades son desconocidas por los ganaderos y por los técnicos, promoviéndose su eliminación de las praderas; de hecho, en las explotaciones ganaderas donde se hace un uso indiscriminado de herbicidas, estos constituyen una amenaza mayor para las especies de los pastizales⁴⁶.

CONCLUSIÓN

De acuerdo con lo que hemos dicho, se puede concluir que todo lo que fue escrito sobre el tratamiento de las arvenses, nos remete a la necesidad de escoger las mejores opciones para garantizar la continuidad de la humanidad. La visión que se tiene de la agroecología para el cuidado a tener en cuenta para la manutención de la naturaleza, es mucho más amplia y remete a los expertos en esta materia, en alertar no apenas a los afectuosos de la agroecología o la biodiversidad, sino también a los amantes de la vida, sobre la gran necesidad de cuidar y tratar los vegetales, sin que por ello se perjudique los agroecosistemas; desde aquellos que son destinados a la práctica de la agricultura, bien como a lo que son destinados a reserva natural y ornamental de los ecosistemas.

Además, es siempre necesario realzar que, las arvenses no solamente protegen el medio ambiente, sino también garanten la existencia de plantas que pueden aumentar las incrementar las numerosas especies actualmente utilizadas en la medicina natural. Por lo tanto, es importante que todos, en cuanto seres racionales contribuyamos en cada acción en su protección, para que el medioambiente sea cada vez más saludable y que podamos brindar a las generaciones futuras un mundo mejor para vivir.

No debemos aplicar una lucha constante contra las arvenses, provocando su extinción, pero, tratar de eliminarla solamente cuando necesario, manoseándolas correctamente, y manteniéndolas por debajo de determinados umbrales durante los períodos de competitividad, para que no causen daños a los cultivos, bien como a la Humanidad.

⁴⁵ Cf. Blanco. Op. Cit.

⁴⁶ Cf. Leyva. Op. Cit.

SOCIOLOGIA

ABOUT SUICIDE IN RIO GRANDE DO SUL

ROSANGELA WERLANG ^a

JUSSARA MARIA ROSA MENDES ^b

rosangelawerlang@gmail.com

jussaramaria.mendes@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da questão do suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul, Brasil, a partir da articulação deste fenômeno com o avanço capitalista no meio rural. Este último tem produzido novas formas de vida e trabalho e, ademais, processos de adoecimento. Entre tais processos ganha corpo o suicídio enquanto processo de autodestruição, de autoexclusão. São as sociopatologias do desenvolvimento que se constituem em manifestações de doenças mentais, depressão e suicídios, alavancadas por um modelo de desenvolvimento imposto ao meio rural através da incitação econômica e, ademais, por todo um discurso econômico portador de um projeto de esperança. É o sistema social e econômico agindo enquanto gerador da precariedade, de custos humanos, familiares, psicofisiológicos, de processos de dessocialização, de alienação autogerada, de clivagem de si apontando que se deve, cada vez mais, refletir sobre a relação entre o social e o individual nos processos de vida e morte.

Palavras-chave: Suicídio, Meio Rural, Sociopatologias.

Abstract

This paper deals with suicide in rural areas of Rio Grande do Sul, Brazil, considering the relation of this phenomenon with the advance of the capitalism in the countryside. This change has been creating new living and working styles and, besides, processes which lead to illness. Among these processes, suicide becomes a reality as a process of self-destruction and self-exclusion. These are sociopathologies of the development which are created in demonstrations of mental illness, depression and suicides, driven by a model

^a Sociologist, post-doctor in Social and Institutional Psychology/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil (UFRGS), Visiting Researcher (UFRGS/CNPq). Address: Rua Ramiro Barcelos, 2777, Anexo 1 da Saúde, sala 318, Bairro Santana, CEP 90035-007, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Phone number: (55)5481130346.

^b Social worker, post-doctor in Social Work/Universität Kassel/Germany. Researcher at Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) and CNPq. Address: Rua Ramiro Barcelos, 2777, Anexo 1 da Saúde, sala 318, Bairro Santana, CEP 90035-007, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Phone number: (55) 5181307787.

of development imposed in the rural area through the economic incentive and, also, through all the economic speech carrying a project of hope. It is about the social and economic systems acting as generators of precariousness, human, familiar and psycho-philosophical costs, desocialization processes, self-generated alienation and self-cleaving, showing that it is increasingly necessary to think about the relation between the social and the individual in life and death processes.

Keywords: Suicide, Rural Areas, Sociopathologies.

1. Introduction

Dealing with the issue of self-destruction through suicide means dealing with the human, life and how it has been put in risk. Life, in some aspects, has been severely attacked. However, the shield over it does not allow us to see what is happening in this “no man’s land”, in these areas where death arrives slowly and starts carrying with it one after the other. Three people die every day by suicide in Rio Grande do Sul/Brazil. Is it possible to think about this situation as something normal? Would that be naturally expected to happen? Considering this situation normal and acceptable and lacking ethical indignation not rarely prevents that violent practices are questioned but, also, that these practices continue being considered normal, regular, within the pattern, as “it has always been” or, then, seen as something banal, as well stated by Arendt¹, being considered part of daily life. Similarly, this issue reminds Butler² when she asks: what is life? What makes a life count as life while others does not? How is it possible that some lives are more visible than others? The capitalist advance in rural areas has developed new lifestyles, especially through the new working options. These changes bring along with them processes of self-exclusion, self-destruction. Thus, what is rural is increasingly becoming "not rural" anymore, what leads to a propitious space for death in its different shades. Therefore, this brief chapter carries in its heart the horror to the omission, the "leave it as it is" idea, the complacency, the intended indolence whose action/lack of action hides the fact that death by suicide is happening in the rural areas, but which is also happening everywhere. Such deaths agitate, disrupt and, because of the, talking about this issue points to the visibility

¹ Cf. Arendt, H.1999. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.

² Cf. Butler, J. 2005. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press.

of some phenomena that are hidden in the shadows and continue facing us, testing our souls, staring at our eyes, in their deepest dimension³.

2. Suicide: brief comments about it

According to what was estimated by the World Health Organization⁴, 815,000 people committed suicide worldwide in 2000, and ten to twenty times more people attempted suicide. This implies that in every 40 seconds a person dies by suicide in the world and that in every three seconds, on average, there is a suicide attempt. This situation also indicates that more people die by suicide than, for example, in armed conflicts, traffic accidents and other violent kinds of deaths. The rates in different countries vary a lot and the highest figures can be found in the Eastern European countries. Considering the age of the victims, in fatal cases as well as in attempts, it is possible to notice that there is age precociousness, which in countries like Canada, is between 15 and 24 years old. It is noticeable that the rates are increasing worldwide, both in males and in females, varying from country to country and, also, with similarity in rates within similar ethnic groups. The suicide rates, in global terms, seem to be rising in indigenous groups around the world such as in the case of Australian, Chinese and North American tribes.

The suicide among indigenous populations, according to a survey conducted by the World Health Organization⁵, is associated, among other things, to poverty and dependence on alcoholic beverages. However, statistics are compiled in differently ways in the analyzed countries and it is not uncommon to find different figures regarding to suicide depending on the agency that performed the survey and how the data was recorded. The highest suicide rates are concentrated in European countries, especially in Eastern Europe, in countries which share similar historical background and similar socioeconomic characteristics: Estonia, Latvia and Lithuania. Other countries with high suicide rates are: Russia, Hungary and Finland. Outstandingly, when Europe is not being considered, the high rates were observed in island countries, such as Cuba, Japan and Mauritius⁶.

WHO⁷ talks about a number of risk factors that can lead to suicide or suicide attempts, which are considered as non-fatal suicidal behavior? The suicidal behavior would have a

³ Cf. Couto, M. 2012. *A confissão da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴ Cf. World Health Organization. 2010. *Prevenção do suicídio*.

⁵ Cf. Ibid.

⁶ Cf. Santos, M. A. F., Siqueira, M. V. S., Mendes, A. M. 2011. *Tentativas de suicídio de bancários no contexto das reestruturações produtivas* [Online] Available: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552010000500010&lng=pt&nrm=iso (September 17, 2011).

⁷ Cf. Ibid.

large number of causes that can be classified as psychiatric or biological factors, events in someone's life that may have precipitated the suicidal act and also factors indicated as environmental and social. Among the last cases mentioned, there are: loss of employment, of religious ties and socioeconomic conditions. In the World Report on Violence developed by WHO⁸, some differences were found in suicide rates in rural and urban areas. The report indicates that the rates are higher in the rural areas and among farmers. Besides the difference in suicide rates in urban and rural areas, the report shows significant variations regarding to the methods used to perform the suicidal act. Considering the factors identified as common to increase the suicide rates among the people who live in rural areas, the report described the isolation and, therefore, difficulty to detect the warning signs of the phenomenon. Also, the limited access to resources related to health and low educational levels were also mentioned as determinant factors⁹. The data presented in the report indicates the increase in the suicide rates in different European countries, especially Germany, in moments when the economic recession and unemployment were taking place. The figures tend to grow in the same proportion that the social disintegration increases, observed through the growth of unemployment rates and when there is low social protection and economic crisis. Thus, the suicidal behavior seems more frequent among unemployed people than among the ones who are employed, mainly considering the ones who lost their jobs suddenly. All the information bellow presented was obtained in studies carried by the WHO, organization that, in 2002, promoted a wide spread regarding to this issue and discussed about it, considering it a public health problem, shown in the report about mental health.

Suicide is also analyzed by the Pan American Health Organization (PAHO), international organization which deals with public health and which acts as WHO's Regional Office for health in America. The rates are calculated also by 100.000 and the years when the data were collected were 2003 to 2005. Hence, for this organization, in Brazil the death by suicide rate is 5.7, in Argentina it is 8.2, in Chile it is 7.1, in Paraguay it is 6.2 and in Uruguay it is 16. Notice that the number found in Uruguay is really high if compared to the other countries. Besides, the suicide rate found for the countries which are part of the Southern Cone was 8.1¹⁰.

⁸ Cf. World Health Organization. 2011. *World Report on Violence and Health*. [Online] Available: <http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf> (February 11, 2011).

⁹ Cf. Ibid.

¹⁰ Cf. Pan American Health Organization. Suicide in Brazil, 2004-2010: the importance of small counties. [Online] Available: <http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/9245> (14 december, 2010).

In 2000, WHO published the Manual for Suicide Prevention aimed at professionals who deal with health. The document was part of the sources aimed at specific social groups and professional and was specifically relevant for suicide prevention. It was developed to be part of the *Suicide Prevention* (SUPRE), the international initiative from the World Health Organization¹¹ to prevent suicides. In this manual it is possible to have access to many questions related to suicide, for example: the international dimension of the phenomenon, the relation between suicide and physical and mental diseases, the socio-demographic and environmental factors, the approach, the way to identify who is in risk of committing suicide, how to guide people who are in risk, among other.

The objective was to spread the discussion about this important issue and adapt, according to the local conditions, the manual itself and the guiding foreseen on it, having a pattern on WHO's policies to prevent suicide and facing this issue nationally.

During the same period, the event *I Seminário Nacional de Prevenção do Suicídio* (I National Seminar for Suicide Prevention) in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, took place. It was a moment when the public who attended the event discussed about prevention strategies. Among the main strategies, it was mentioned the population's access to psychiatric treatment through the public primary care units of the *Sistema Único de Saúde* (Unified Health System in Brazil), *Programa Saúde da Família* (Family Health Program in Brazil), specialized mental health services and, finally, emergency care units and emergencies rooms¹².

According to Brazil's Ministry of Health, the mortality rate by suicide in the country is 4.5 per 100,000 inhabitants, but the southern states reach rates twice as high, as is Rio Grande do Sul, where the rate is 9.8 per 100,000 inhabitants¹³. To help the suicide rates to decrease, as well as the suicide attempts and the damage associated with the suicidal behavior (traumatic impact of suicide in families, communities, schools, workplaces) the institution *Coordenação de Saúde Mental* (Department of Mental Health) presented the plan *Estratégia Nacional para Prevenção do Suicídio* (National Strategy for Suicide Prevention).

Thus, through Ordinance 1.876, the guidelines of this policy were presented, which has as objective, in addition to reducing mortality by suicide, also working in the training of

¹¹ Cf. WHO. Op. cit.

¹² BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. *Estratégia da Saúde da Família*. [Online] Available: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php (26 june, 2012).

¹³ Cf. Ibid.

health professionals, following up of the survivors and those who attempted suicide¹⁴. To be able to do that, some actions are in progress, such as: creation of working groups formed by representatives of some departments of the Ministry of Health, universities and civil organizations; publication of the National Guidelines for suicide prevention; creation of the logo *Amigos da Vida* (Friends of Life), which identifies the National Strategy; organization of the previously mentioned event I National Seminar for Suicide Prevention; launch of the project *Conviver*¹⁵ (2006), in Rio de Janeiro; launch of the publication *Referências Bibliográficas Comentadas Sobre Suicídio* (Commented Bibliographic References About Suicide)¹⁶; and, finally, DVD release of the I Seminar for Suicide Prevention. Later, the actions led to the regulation of the National Guidelines and to the development of what is called *Plano Nacional para Prevenção do Suicídio* (National Plan for Suicide Prevention)¹⁷.

The Guidelines that will orientate the National Plan have already been developed and discussed about, however, the Plan is not available yet. They were created through the Ordinance 1.876, from August 14, 2006, establishing, therefore, the national suicide prevention, as already mentioned, in all the federal units, taking into account the three levels of the government. Finally, since 2006, the World Health Organization has published several documents that deal with the suicide prevention in some places, related or not to some specified professional categories.

They are kind of orientation guides and manuals to be used as prevention in the work environment by prison officers, doctors and general practitioners, general press, elementary and middle school professionals, groups of people who survived suicide attempts, counseling professionals and workers. Suicide is a serious public health problem, and Brazil is among the ten countries with the highest number of deaths. Besides, the socioeconomic changes which are in progress result in the probability of a substantial increase in rates of suicide mortality in the coming years¹⁸.

These brief comments can illustrate how close the issue of suicide is of all the people, everywhere in the world. In Brazil, the average suicide rate, as previously mentioned,

¹⁴ Ministério da Saúde do Brasil 2011. Portaria 1.876 de 14 de agosto de 2006. [Online] Available: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1876.htm> (April, 23, 2011).

¹⁵ CONVIVER. Projeto Conviver de apoio aos sobreviventes do suicídio. [Online] Available: <http://www.rebraps.com.br/2013/09/eventos-nacionais-iii-simposio.html> (12 january, 2006).

¹⁶ Cf. MSB. Op. cit.

¹⁷ Plano Nacional de Prevenção do Suicídio. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Saúde Mental. [Online] Available: <http://conhecerparaprevenir.blogspot.com.br/2009/01/plano-nacional-de-preveno-ao-suicidio.html> (21 august, 2006).

¹⁸ Cf. Rocha, F. F. et al. 2007. Suicídio em Belo Horizonte entre 2004 e 2006, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 29, p. 190-191

varies from 4 to 6 deaths per 100,000 inhabitants. However, in Rio Grande do Sul, the annual rate goes from 8 to 10 deaths per 100,000 inhabitants. Talking about the profession of these people who commit suicide, it is possible to highlight the farmers, because this occupation shows high rates of suicide and depression, which is identified as the most frequently observed disorder among victims, along with schizophrenia and personality disorders¹⁹.

There is still the prevalence of hanging as the most common method to commit suicide, especially in the southern states of the country (Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná). In a similar study, Lovisi, Santos, Legay, Abelha e Valencia²⁰, work on an epidemiological analysis of suicide in Brazil from 1980 to 2006. The study mentioned that from 1980 to 2006 Brazil had had 158,952 cases of suicide. The national average rates of mortality by suicide have been growing, moving from 4.4 to 5.7 deaths per 100,000 people, causing a growth of 29% during the years that were analyzed. Socioeconomic adversity and lack of social support would increase the risk of suicide in vulnerable populations. This would be the case of people with a history of previous suicide in the family, mental disorders (especially depression) and anxiety, and comorbid conditions such as use and/or addiction to alcohol or drugs²¹.

Nevertheless, besides the already known factors such as depressive disorders and use of or addiction to alcohol or drugs, there was the need to carry out in-depth investigations which could discuss also social, economic and cultural aspects. Such aspects may influence suicidal behavior and the prevention would need to be, because of that, more exhaustive and multi-sectorial, including issues related and unrelated to health, taking into account the diversity and specificity of different populations²².

Nowadays, there are many studies dealing with suicide in its different aspects. Suicide manifests itself as an undeniable and deeply significant phenomenon in all societies. It is a clear symptom of the struggle between the men's passions, their biological grounding and the social forces of their surroundings²³. The new theories and perspectives that try to deal with the issues involving suicide today propose that the study of suicidal act should

¹⁹ Cf. Viana *et al.*, 2008. Prevalência de suicídio no Sul do Brasil, 2001-2005, Rio de Janeiro, *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57, p.38-43.

²⁰ Lovisi, G. M. *et al.* 2011. *Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006*. [Online] Available: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=44462009000600007&lng=en&nrm=iso (September 7, 2011). S1516-

²¹ Cf. Lovisi *et al.* Op. cit.

²² Cf. Ibid.

²³ Chávez-Hernández, A. M., Leenaars, A. A. 2010. *Edwin S. Shneidman y la suicidología moderna*, *Salud Mental*, México, 33, p. 355-360.

incorporate multiple factors that have been unnoticed for a long time, trying to understand and prevent the phenomenon. Thus, two contributions are considered to be central: the first is the disbelief on the assumption that only psychiatric patients would be likely to endanger their own lives themselves.

The idea presented is that not all people who think about committing suicide are psychotic, just as not every psychotic would think about attempting a suicide²⁴. Another aspect is about the difference between the suicide that really happens and the suicide attempt. This assumption would imply in understanding that the studies about suicide should not focus only in the person's death, but also, consider the moment when it was planned, its ideation and the material and written traces that have been left²⁵. As well stated by Bastos, analyzing the factors which are present in the suicidal act separately would be as implausible as defending that the air we need to breathe keeps being the same if we separated the oxygen from the substance that feeds our lungs²⁶.

So, suicide would be a complex event that occurs between personal and social life. However, the relation of this phenomenon with work has been studied only contemporaneously, still in an incipient way, especially from the 90s on, when this issue unsettled the European community. As an example, there are the studies developed by *Dejours & Bègue*²⁷ when debating about suicide and its close connection to work. The authors point out that the suicides in the workplace mostly increased from the 1990s on, as part of a scenario of human suffering and deterioration of labor relations²⁸.

According to these authors, suicides, always covered by a cloak of silence, started, in France, being disclosed in public areas, alerting people about this important issue, focusing mainly in those which happened in large companies like *Renault*, *Peugeot* and *Électricité de France*²⁹. In agriculture, the suicides had already been observed, what led to considering this field of work as vulnerable and care demanding. To *Dejours and Bègue*³⁰ there would be still some difficulty in determining the suicides in rural areas in their relation with work, as this is a sector of the economy where the work and living spaces mingle³¹.

²⁴ Cf. Ibid.

²⁵ Cf. Ibid.

²⁶ Cf. Bastos, R. L. 2009. *Suicídios, psicologia e vínculos: uma leitura psicossocial*. *Psicologia USP*, 20, p. 67-92.

²⁷ Cf. Dejours, C. & Bègue, F. 2010. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15.

²⁸ Cf. Ibid.

²⁹ Cf. Ibid.

³⁰ Cf. Ibid.

³¹ Cf. Ibid.

Taking that into account, they affirm that, despite the statistical difficulties of the suicide problem, “a single case of suicide would be already very serious, showing the deep degradation of the overall human and social matter of work”³².

Hence, the public policies should be urgently reviewed, contemplating this new scourge, considering that only one suicide in the workplace would already indicate that the mutual help and solidarity conduct were being banned from the habits and routines of working life, where, instead of it, the motto of every man for himself would be the rule. The breakdown or disintegration of the solidarity or the social ties at work deserves a special attention, because when a worker kills himself because of work, it means that the whole work community would probably have also been in a suffering situation.

According to the authors, such degradation could be measured by the “[...] privilege granted to the management, to the detriment of labor”³³, when the management process does not seem to be dependent on the work itself. The new management methods would be destabilizing what is collective, stimulating the pursuit of individual goals. Thus, people would be alone, because the productive restructuring leaves each person on his/her own.

This same relation is mentioned by Santos, Siqueira & Mendes³⁴, when they talk about the suicide attempts among bank employees within the context of productive relations nowadays. For them, the analysis of suicide nowadays instigates, more and more, the debate about the intervention of the work organization in the worker’s decision about committing suicide. This means that the management practices, which are increasingly more perverse, used on the contemporary work organization, may be influencing the worker’s subjectivity, giving an even stronger evidence that it is necessary to make the labor relations more humane. Suicide is, in this sense, “a serious and scathing complaint of what is experienced in the workplace: competitiveness, pressure, humiliation, threats and attacks, imposed individualism, loneliness, lack of companionship, fear and lonely suffering”³⁵.

For the authors, work both builds and ruins individuals, it can cause damage and harm to their health. Not rarely would such negative effects be irreversible, because they “impose psychological distress seen as despair, agony, hopelessness, loss of efficiency at work,

³² Cf. Ibid.

³³ Cf. Ibid.

³⁴ Cf. Santos. Op. cit.

³⁵ Cf. Barreto, M., & Venco, S. 2011. *Da violência ao suicídio no trabalho*. In Barreto, M., Bereheim Netto, N., & Pereira, L. B. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, (Chapter 9).

lack of freedom, displeasure, feeling of emptiness and worthlessness, suicidal ideation and, subsequent, death by suicide”³⁶.

Such analysis has also been made by Orellano³⁷, in its research about the relation between suicide and work, or, to be more specific, the lack of it. Argentina is the chosen scenario and the process of productive restructure is the starting point. The crisis that happened in the eighties, the stage of internationalization of the economy characterized by globalization and deregulation of financial markets, caused many undesirable effects. Among these effects is the drop of the overall life quality, the drop in economic welfare. Moreover, the population’s health was affected with new physical and mental conditions emerging, tracing a new profile of individual vulnerabilities. The study showed a relation between the social events of different magnitudes that ended up leading the people to specific actions related to their subjective natures. Among such actions suicide must be mentioned as a social pathology.

However, there would be also the perspective that social institutions could deal with the social disintegration process that would be happening, notably denouncing the new business methods that culminate in human degradation. People increasingly become only numbers, and it is easy to replace them at any moment, even if they reach the goals proposed by the companies³⁸. It is, then, possible to conclude that there is a close relation among mental disorder, illness and the working history of the individuals.

This means that the different kinds of management of the working organization are likely to be considered as vectors of disease, depression and suicide attempts. The difficulties faced during work end up becoming a burden on the person’s life, becoming part of the personal field. “In short, work becomes a prison, dominating completely the person’s psyche”³⁹. The phenomenon of suicide, once restricted to the countryside in France, seems now to have its limits expanded, affecting the tertiary, industrial and service sectors⁴⁰. This is also noticed by Merlo⁴¹ when he states that psychological distress originated from the work may be manifested in several ways, including suicide⁴². The author remarks that the profile of the patient’s diagnoses during appointments at

³⁶ Cf. Ibid.

³⁷ Cf. Orellano, M. H. 2005. *Trabajo, desocupación y suicidio: efectos psicosociales del desempleo*. Buenos Aires: Lumen.

³⁸ Cf. Santos *et al.* Op. cit.

³⁹ Cf. Ibid.

⁴⁰ Cf. Dejours, C. 2008. *Novas formas de servidão e suicídio*. In Mendes, A. M. *Trabalho e Saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá, (Chapter 2).

⁴¹ Merlo, A. R. C. 2011. Entrevista 01. In Barreto, M., Berechtein Netto, N. & Pereira, L. B. *Do assédio moral à morte de si: significados sociais do suicídio no trabalho*. São Paulo: Matsunaga, (Chapter 1).

⁴² Cf. Ibid.

Ambulatório de Doenças do Trabalho do Serviço de Medicina Ocupacional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (clinic of labor diseases of the occupational medicine service of Clinical Hospital from Porto Alegre) has been changing. It is increasingly noticeable cases which involve psychological suffering.

Thus, suicides in the workplace are considered a relatively new issue, mainly due to difficulties in establishing the relation between this phenomenon and work: “suicide that occurs in the workplace leaves little doubt. What we live today in the workplace are pathologies of loneliness.” Besides, as mentioned by Merlo⁴³, in the Brazilian scenario we must make an effort to make this issue visible, considering it represents the failure of the person’s defenses to resist against suffering⁴⁴.

In the end, it is believed that suicide cannot be explained only by individual motivations⁴⁵. While these motivations would be important, they would not be the only ones, but also related to social factors that transcend the limits of personal life and rely on forces which are external to the person, like values and the same cultural patterns of a specific society, as a more interactive and dialectical phenomenon of suicide. So, this issue would imply on a structural analysis of the principles and mechanisms regarded to where the modern society is. Therefore, suicide would be multi-determined by factors that can only be learned from the focus on a subject that is part of a society, establishing an exchange⁴⁶.

Thus, psychological, biological, social, cultural and economic factors make suicide a complex phenomenon that has been the fourth leading cause of death for people between 15 and 44 years old around the world⁴⁷. Also, it is estimated that by the year 2020 about one and a half million people will have committed suicide and that from 15 to 30 million people will have attempted suicide⁴⁸. In such a way, self-inflicted violence occupies a prominent place as a social problem that cause impact on worldwide public health and suicide rates work as indicators for the analysis of social change, especially those which weaken and have a bad effect in some individuals, causing them to give up their lives⁴⁹.

Suicide can be considered as a global self-aggressive act, performed by the people themselves, in a conscious way, when they believe that this choice would lead, in an

⁴³ Cf. Ibid.

⁴⁴ Cf. Ibid.

⁴⁵ Cf. DIAS, M. L. 1991. *O suicida e suas mensagens de adeus*. In Cassorla, R. M.S. *Do suicídio: estudos brasileiros*. (2nd ed.). Campinas: Papirus, (Chapter 5).

⁴⁶ Cf. Ibid.

⁴⁷ Cf. Brzozowski, F. et al. 2010. *Suicide time trends in Brazil from 1980 to 2005*. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26, p. 1293-1302.

⁴⁸ Cf. Ibid.

⁴⁹ Cavalcante, F. G. & Minayo, M. C. de S. (2004). *Organizadores psíquicos e suicídio*. In Prado, M. do C. C. de A. *O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana*. São Paulo: Vetor, (Chapter 8).

efficient and adequate way, to the expected result⁵⁰. Even though, deaths by suicide certainly do not embrace all the deaths that result from self-destructive processes, considering that besides the suicidal acts, there are references to suicide equivalents which include certain deaths by accidents and homicides, in addition to chronic self-destructive processes that could end up as death by natural causes⁵¹. Regarding to that, there are difficulties intrinsic to the self-destruction process and several studies pointed out the hypothesis that common causes and triggering processes could exist as part of the database of violent deaths, including deaths by suicide, homicide and accidents and even natural deaths, such as neoplasia, myocardial infarction and liver cirrhosis.

In fact, society today faces a historical period characterized by intense transformation of values and customs and people are confronted daily with situations involving violence⁵². Among these situations there would be the self-inflicted violence, interpersonal and social violence, which could be physical, sexual or psychological and even the privations and the negligence that all together show how the measures against violence are increasingly urgent⁵³.

As well stated by *Minois*⁵⁴, nowadays the intellectuals are dealing less and less with the issue of suicide and when they do it, it happens because of the pressure brought by the statistics. “Suicide kills more than road accidents: there is a victim every fifty minutes and this number is constantly increasing”⁵⁵. The author also states that the consequences of suicide have not changed over time, suggesting that this is a phenomenon that blames on the social organization, which is criticized for its failure to ensure happiness to its members. Moreover, during the time suicides have been observed, it was possible to notice that it is also a phenomenon related to social classes: there are ways to die which are more and less noble.

The mistreatments over the corpses have always existed for those who are less fortunate. The ones who had better conditions would feel the tolerance, but for the “ordinary”, “only with some rare exceptions,⁵⁶”, the majority of cases involving suicide was related to excessive physical, moral or emotional suffering. People would kill themselves due to the

⁵⁰ Cf. Ibid.

⁵¹ Barros, M. B. A. 1991. *As mortes por suicídio no Brasil*. In Cassorla, R.M.S. *Do suicídio: estudos brasileiros*. Campinas: Papyrus, (Chapter 3).

⁵² Cf. Werlang. Op.cit. 2006.

⁵³ Werlang, B. S. G. *Comportamentos Violentos*. 2006. In Werlang, B. S. G. & Oliveira, M. da S. *Temas de Psicologia Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, (Chapter 2).

⁵⁴ Minois, G. (1995). *História do suicídio: a sociedade ocidental perante a morte voluntária*. Lisboa: Teorema.

⁵⁵ Cf. Ibid.

⁵⁶ Cf. Ibid.

suffering and the punishment, the “judicial savagery,” would slowly start being rejected and madness would come into play as a kind of escape. People shut up, and this attitude ends up transforming the suicide in a taboo issue⁵⁷.

3. Suicide in rural areas of Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul is the Brazilian state which has the highest rates of death by suicide if compared to the other states. This position allows us to think about some specific conditions in the state, particularly those related to the rural sector, and, in addition, ponder about the Municipal Mortality Rate by Suicide (MMR-S) in Rio Grande do Sul, which has been growing while the general population rates decrease and the rural population rates increase. This is the table made available regarding to the last ten years of deaths by suicide analyzed in the State. The small towns and villages with significant rural population tend to increase their suicide rate compared to the ones with a higher urban population. This finding is important to illustrate the movement that the phenomenon of suicide has followed in the recent years. The table below shows the thirty towns whose MMR-S is among the highest in the state:

Table 1. The higher MMR-S in Rio Grande do Sul state (2000-2010)

Number	Town	Urban Population	Rural Population	Total Population	MMR-S
1	Sério	530	1,751	2,281	61.37
2	Cristal do Sul	931	1,895	2,826	46.00
3	Nova Boa Vista	578	1,382	1,960	45.91
4	Santo Antônio do Planalto	1,233	754	1,987	45.29
5	Poço das Antas	861	1,156	2,017	44.62
6	Sete de Setembro	494	1,632	2,126	42.33
7	André da Rocha	496	720	1,216	41.11
8	Campos Borges	2,006	1,488	3,494	40.06
9	Boa Vista do Sul	391	2,387	2,778	39.59
10	Campina das Missões	2,188	3,929	6,117	39.23
11	Sinimbu	1,437	8,630	10,067	35.76
12	Canudos do Vale	411	1,396	1,807	33.20
13	Alecrim	2,165	4,880	7,045	32.64
14	Coqueiros do Sul	904	1,553	2,457	32.56
15	Forquethina	465	2,008	2,473	32.34
16	David Canabarro	1,912	2,771	4,683	32.03

⁵⁷ Cf. Ibid.

17	São José do Herval	867	1,337	2,204	31.76
18	Lagoa dos Três Cantos	807	791	1,598	31.28
19	Linha Nova	416	1,208	1,624	30.78
20	Doutor Ricardo	693	1,337	2,030	29.55
21	Marques de Souza	1,545	2,523	4,068	29.49
22	Roca Sales	6,602	3,685	10,287	29.16
23	Agudo	6,894	9,835	16,729	28.69
24	Ponte Preta	512	1,238	1,750	28.57
25	Presidente Lucena	1,511	974	2,485	28.16
26	Herval	4,523	2,234	6,757	28.11
27	Tiradentes do Sul	2,098	4,363	6,461	27.85
28	Vale Verde	882	2,371	3,253	27.66
29	Dois Lajeados	1,563	1,717	3,280	27.43
30	Marcelino Ramos	2,722	2,412	5,134	27.26

Source: Built by the authors from data obtained from The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and DATASUS.

Considering the thirty towns mentioned above, it is possible to observe that in only seven of them the rural population is not higher than the urban population. In the 23 remaining locations, it is perceived the rural population has a significant presence in the total population. In any case, they are all cases of small populations, whose totals vary from 1,200 inhabitants to a maximum of about 16,000. This detail is important as it makes possible pondering about the current conditions in rural areas, which may impact on the MMR-S.

Average MMR-S in Rio Grande do Sul state/100,000 (2000-2010)

Number	State	Urban Population	Rural Population	Total Population	MMR-S
1	Rio Grande do Sul	9,102,241	1,593,291	10,695,532	10.078

The table above shows the average mortality rates by suicide in the State, from 2000 to 2010. The average MMR-S is 10.0/100,00 to 498 cities analyzed. As it was previously mentioned, the MMR-S increases in the same degree that the total population decreases and, within it, the rural population increases while the urban population does not. The graph below illustrates the distribution of the MMR-S in the State in relation to the towns which are part of it. The small towns of the state tend to have higher MMR-S than the bigger towns, with prominent urban populations.

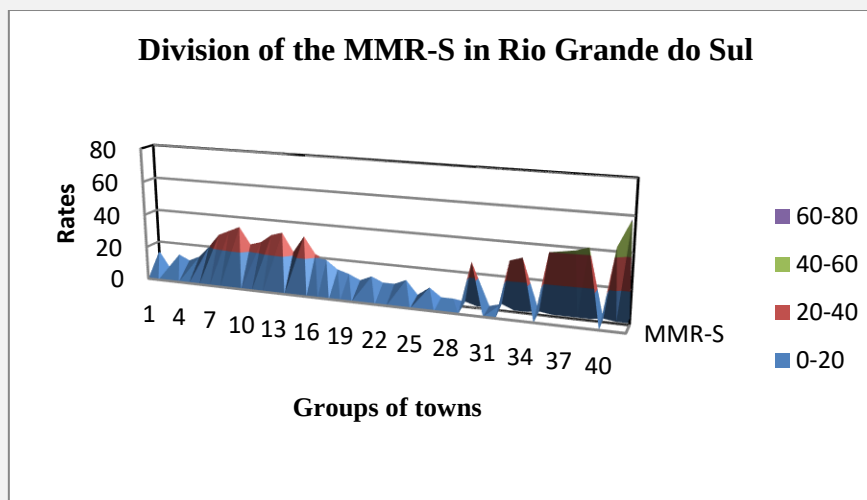


Figure 1. Division of the MMR-S in Rio Grande do Sul

As a matter of fact, it must be acknowledged that the countryside is not the same anymore. The countryside is not necessarily synonymous of what is primarily agricultural. It has been used, not rarely, as a place of residence. Sometimes families combine the agricultural activities with other activities not necessarily related to food production. The firewood cutting and aviaries are some examples. In this case, it is also noticed the relation with the industry: the small farmers are, more and more, becoming part of a bigger system and their relation with the industry shows this change. This is a tiny glimpse, *a look through the crack* of this “new” rural world that emerges: the natural economy, little by little, is being wiped out. The peasant or small farmer is almost an endangered individual. Such changes can impact on people’s lives. We must consider the arrival of non-agricultural activities in rural areas, since these activities change the common pattern of the space, under capitalist auspices, regarding to the farmer’s ways to be and to do things. This is the change Salmona⁵⁸ talks about when she talks about the cleavage of identity. The small farmer is already a foreigner in his world. And if he is not feeling it yet, it seems that the path to get to it is not going to take too long. Besides the cleavage of personality, there is an increase in physical and psychological work-related load, especially when there is the combination of work with industry. The way how people make things has changed. It is the economic incentive being part of family lives, the industrialization of the countryside, where the process of “deruralization” starts taking

⁵⁸ Cf. Salmona, M. 1994. *Souffrances et résistances des paysans français : violences des politiques publiques de modernisation économique et culturelle*. Paris : Editions L’Harmattan.

place, confirming what Hervieu⁵⁹ said: rural will no longer be a synonym of food production, *this slogan will be gone*.

Thus, this (dis)integration is happening: the families are becoming pluriactive and the combination between the agricultural and non-agricultural work in the countryside is becoming the same thing. In this context the wage is taking the countryside, through other non-agricultural activities which are made by residents of the rural areas. This is the contradiction: while there are alternatives to generate income, the non-agricultural activities undermine the farmer's identity, cleaving it, impoverishing his culture and techniques. The isolation, the issues involving the health loss, the impossibility to exercise and practice activities daily are issues that also need to be considered.

The rural, in this sense, has become a space of precariousness, a precariousness that entails the loss of social objects, both the real and idealized ones: there is a real loss of health, work, social status, importance of the nuclear family, financial, family and social ties and emotional bonds. There is also fear: fear of running out of work, of not being recognized, of becoming socially invalid. Slowly, this loss gradually shows signs of the difficulties to live, signs of being unable to live. Tomorrow is no longer seen as a project: there is no future perspective and, therefore, *it is better to be dead*. Thus, the self-exclusion is becoming real, self-generated alienation takes shape: the dullness, the self-closeness that does not allow anymore dreams. These people stop dreaming. This social precariousness leads to the loss of trust: firstly, the loss of self-trust.

They stop believing in the ability to make things happen, to make things work, to be able to achieve. After, trust in others also disappears: they do not represent a shelter anymore. Finally, the future remains broken-down. There are no social ties established that can counterbalance the sense of loneliness which is experienced. In fact, there are two processes that are intersecting: the ones provided by the new ways of life brought by capitalism in the countryside, which affected more than the economic dimension, changing also the identities and previous lifestyle, leading to a precariousness context; a heightened precariousness, inciting the loss of confidence.

Thus, economic incentive and social precariousness cause social suffering which, in its worst representation, may be leading to suicidal practices. The precariousness is not only related to situations of real loss, but also to the possibility of losing, feeding the agony related to losing the job, the ability to work, health, money, home. Finally, what can be noticed is an increase in the MMR-S in locations where there is a significant rural

⁵⁹ Cf. Hervieu, B. 1996. *Los campos del futuro*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

population. This fact can be related to the changes in the rural areas around the world nowadays, what makes us question ourselves what is actually rural in the countryside. This scenario of a rural area that is not so rural, is the place of insecurity, it is the prospect, the specific context in which the instability is being developed, leading to social distress. This, in turn, in its enhanced form, has led to the self-exclusion process, materialized through suicide. This is the context of the “new rural” that has been taking place under the trend of capitalist modernization in the countryside.

4. The sociopathologies of the development and of the economic incentive

The precarious social space which has been described is where some sociopathologies caused by the violence of the economic and technical procedures imposed on rural households through the modernization process can be found. The *development sociopathologies* are manifested as mental illness, depression and suicide, boosted by a model of development imposed on rural areas through economic incentive and, also, through an economic speech which carries a project of hope⁶⁰. In this context, more than the self-destruction processes related to the social, there would be also processes of cultural and technical impoverishment. These two, by their turn, would not be harmless. What are the human costs of the modernization process of small family enterprises? How does the modernization or intensification of work is dealt with by families, by the social groups? These are some of the questions outlined by Salmona⁶¹ in order to study the social costs that could be linked to an economic incentive, which can cause diseases to the body, mind, family and family group, in a broader sense.

These issues related to human and social costs have already been observed in different periods of economic and technological change: they are accidents, illnesses, absences in work, depression, pre-suicide states, which would establish the time of economic incentive, or, also, the history of the incentive itself⁶². The human cost, in that respect, would be related to people's losses: psychic, relational, social and identity loss⁶³. Thus, there would be human costs arising from the development and economic incentive processes, which could be classified into three types: psychophysiological costs, relational and familiar costs and human costs of structural origin⁶⁴.

⁶⁰ Cf. Salmona. Op. cit.

⁶¹ Cf. Ibid.

⁶² Cf. Ibid.

⁶³ Cf. Ibid.

⁶⁴ Cf. Ibid.

Among the psychophysiological costs we must highlight, first of all, issues regarding to the physical and psychological diseases and the accidents related to the kind of work that is performed. They would be, in that matter, linked to the time and the volume of work performed. However, there is an increase of nervous fatigue, caused by the management processes that sneak in, in rural areas, and, also, by anxiety and concern regarding to the new kinds of management of agricultural business. At the core of this type of psychophysiological cost related to the economic incentive, there would be an impoverishment process of personal identity, which would lead to symptoms of an identity cleavage. This cleavage would be manifested through some specific speech structures, in which the worker sees himself as a foreigner in his own world⁶⁵. There would also be an autonomy of the self-image, an autonomy of the self-representation, case when the worker would represent himself as an segmented self, cleaved, as the work performed would be beyond his capacity.

Lastly, in the same context, there would be a process of self-generated alienation, in which the farmers would close themselves in the silence and loneliness, not expressing their aggressiveness, their feelings, anymore. Here is where the process of desocialization can be found attached to a high volume of work and to a strong self-destruction desire, in a movement called self-generated alienation⁶⁶. This desocialization movement would happen even counting on the family and neighbors presence. Such alienation mechanisms would be linked to different factors in a work that becomes more and more unbearable to the person, to a heavy psychological and physical load, insolation, disease, and, finally, a strong desire to destroy himself. The family and neighbors presence would not minimize or stop such a pathological phenomenon.

More than the psychophysiological costs, there would also be the relational and familiar costs, as previously mentioned. Not uncommonly is there more than one generation being part of the same group of family farmers. Thus, sometimes, the family members face exploration situations of other members of the family unit, of the work group, especially in moments when there is a change of working methods and/or management, besides, when there is a change of the work pace developed on the property. The increase in workload, the pressure and also the embarrassment, accentuate the conflicts which already exist within the working group, causing new conflicts that lead to physical and nervous fatigue⁶⁷.

⁶⁵ Cf. Ibid.

⁶⁶ Cf. Ibid.

⁶⁷ Cf. Ibid.

In the groups analyzed by Salmona⁶⁸, the conflicts between people from different generations are accentuated when there are modernization processes or reorganization of activities in rural areas. In this respect, there is a whole group of trials ranging from increasing the time spent working to giving up holidays, weekends and even vacation time, increasing the cases involving depression and aggression among members of the family group. In this context the impoverishment of family relations takes place, along with the previously mentioned desocialization process⁶⁹. During the development of modernization and economic incentive processes, there is an increase in the mental and physical work-related load and, especially, an exorbitant increase of nervous fatigue linked to the changes in working activities, gender division of labor, the increasing rates of surveillance, control and management of the rural development.

So, the desocialization mechanisms develop inside the family group or the working and living group: the relations among parents and children, among relatives of the same generation, as between brothers and sisters and couples fade away, while they see their private life being ruined because of work⁷⁰. It is also in the family core that Tabary⁷¹ observes the growth of an increase in the number of divorces. The crises the couples face have led increasingly to this practice. In other words, the social and economic difficulties are leading to family crises for couples that make their living with small farming production.⁷² The weakness among couples advances to the same extent than the life projects are set apart: will they stay in the countryside or move, change the lifestyle they have? The familiar cost is, not rarely, the disruption of affective and loving relationships⁷³.

Lastly, there are human costs of structural origin, namely, the pathogenic effects produced in the family groups which engage in projects of individual or group development. Such effects would be caused both by the functioning of the agricultural bureaucracy as by the modernization process itself, by the injunctions suffered through the regulating of the groups or families and, moreover, the brutal contact with an algorithmized knowledge⁷⁴ conveyed by the economic structure, especially the one related to the organization and

⁶⁸ Cf. Ibid.

⁶⁹ Cf. Ibid.

⁷⁰ Cf. Ibid.

⁷¹ Cf. Tabary, Jean-Jacques. 2007. *Néo-ruralité et souffrance psychosociale*. [Online] Available : http://www.orspere.fr/IMG/pdf/C033164_Rhizome_28.pdf (June 12, 2013).

⁷² Cf. Ibid.

⁷³ Cf. Ibid.

⁷⁴ Cf. Salmona. Op. cit.

dissemination of the activities to be done by farmers when they opened the doors to the processes of modernization.

The produced effects would be cumulative, being represented through nervous fatigue, anxiety, conflicts. Thus, depression and suicidal trends are the main implications of the use of policies to motivate modernizing development and the change in working conditions⁷⁵. The author emphasizes that the economic incentive processes induce to a number of cultural, relational, physical and psychological negative effects, which cause, in their turn, paradoxical messages, producing situations of double embarrassment. The causes of these negative effects could be avoided, since the mechanisms of impoverishment and deterioration could be noticed in case of changes or quick transformations in the economic environment.

The economic incentive would be, then, the leading force of the modernization processes that are conducted by the State. It is what leads to the modernization processes. Observing the modernization process in the 1960s in France, one can see the effects that this process had produced and that can also be found nowadays: the growth of nervous fatigue and some reduction in physical fatigue⁷⁶. Those factors brought by new kinds of management of the agricultural work, were articulated to a process of diffusion of new technologies or technological innovations in the agricultural environment, making possible to verify the human and social costs that the process of modernization left behind: the full destruction of family units, the physical and psychological illnesses, the familiar illnesses, the cleavage of personality.

These issues became dominant among families. The research done by Salmona⁷⁷ allowed the framing of a diagnosis of the situation of psychological fragility of small French farmers, from both a personal and a familiar point of view. Finally, the author concludes that the process of modernization in agriculture brought imponderable human losses, which should be thought about, considering that they are not exempt, as they have a strong ideological load.

Thus, the hopelessness becomes real and depression and suicide are the main consequences of the development policies and working conditions that are taking place. The processes of modernization have implications, especially in rural areas, which are being analyzed. The work performed, the work conditions and transformations lead to

⁷⁵ Cf. Salmona, M. 2002. *Les champs de la souffrance. Agriculture: entre contrats & contrôles*. [Online] Available : http://www.agrobiosciences.org/IMG/pdf/acte8e_univ_marciac.pdf (October 13, 2013).

⁷⁶ Cf. Salmona. Op. cit. 1994.

⁷⁷ Cf. Ibid.

suffering and they have affected greatly the mental health of the rural population, causing morbidity. This process brings another process along with it: the brutal acculturation, which affects even young people living in the countryside and which has been crucial when dealing with depression and suicide in rural areas in the last twenty years⁷⁸.

So, the economic development beyond the changes in several dimensions of the personal and family life, causes changes in the way of being, seeing and thinking about the world, and such circumstances have caused suffering. The incitative policies carried by the State, noticeable in the French case, but which can be considered an inspiration to what is lived today in Rio Grande do Sul, have led to a tiredness: tiredness of the progress. The process of modernization which small farmers are exposed to, the march which they are forced to be part of, has led them to ask themselves the type of "development" that is ongoing. What happens in the rural world is a big change through the mechanization, the great use of chemical products, the informatization. All these "revolutions" within the agricultural world work have contributed to the increase of the working accidents, the illnesses, the depression, health conditions, but, mainly psychological health problems⁷⁹.

The issue which takes place is, then, that the rural world has led to the production of morbidity. According to Salmona⁸⁰, the psychological health and the production of morbidity have not been studied enough. The advance in the capitalism range in the last fifty years would have brought a kind of "shade" under the rural societies, if they are compared to the urban world. The new kinds of agricultural production had changed the rural world, however, the impacts to the population's health were not studied in such a deep way as in the urban⁸¹. The entrance of the capitalism in the private space of the farmer's families would be one of the deterioration elements of the family itself.

The regular entrance in the private family space, the domestic space, is one of the characteristics of the action of the capitalism in the countryside, acting on the family and work groups and causing its dissolution⁸². The urban employees are not attacked directly in the nuclear family by the development agents, however, when we talk about the family farmers, this entrance happens straightly and, not uncommonly, with supervision and follow up. The private area is, then, invaded, filled, and this intense entrance in the private space shows one of the differences between the rural and urban workers.

⁷⁸ Cf. Salmona. Op. cit.

⁷⁹ Cf. Salmona, M. 2007. *Dépressions et suicides dans le monde des petite paysans*. [Online] Available : http://www.orspere.fr/IMG/pdf/C033164_Rhizome_28.pdf (July 22, 2013).

⁸⁰ Cf. Ibid.

⁸¹ Cf. Ibid.

⁸² Cf. Salmona. Op. cit.

This is an important issue to be observed, since a great number of suicides happen in the rural areas. In order to show the suicide issue among farmers, Salmona⁸³ mentions the research developed by Serge Wachter, trying to identify an etiology of suicide and movement around the “map” of these deaths in some other areas of France. Wachter⁸⁴ points out that there are some “suicidogenous” zones which have a special kind of familiar structure: They are marginalized and socially relegated families, having their members isolated. These groups build, within themselves, feelings of loneliness and despair, motivating some “self-destruction pathologies”, such as alcohol addiction and suicide. However, there would be more than that. In the contemporary moment of territorial and social path of suicide, the author notes that this is circumscribed in some fixing points: in the lower levels of the social hierarchy, among workers, farmers, employees who earn their own salary, social categories in which members have little or no chance of social mobility.

In such a way, this lack of mobility is intertwined with the territorial or even residential inertia and the perpetuation of this social condition can lead to affective flams, but, at the same time, can generate feelings of disappointment, despair, resentment, frustration. The intensity of such feelings can end up being manifested through violent acts. According to Wachter⁸⁵, in social inertia context and with the ordinariness of lifestyles, these shall be seized as social losses. The sense of social and spatial relegation doubles in a tragic dimension, since the fragile family institutions no longer perform their role of making people feel safe and protected. So, in order to escape from this situation, of the fixedness of this social situation, one possibility is self-destruction. To such a degree, suicide would be a pathology from the grounding and, at the same time, from the grounding which affects the groups that are in a situation when there is a lack of perspective.

5. Conclusion

Dealing with issues involving suicide constitutes an acceptance of the overlap between individual and social, a complex interrelationship between psychological and social, biographical and contextual, structural and casual. It is also important to highlight that the feeling of suffering, origin of the self-destruction processes, is indeed a part of human existence, however, nowadays, its limits are preventing from living and, moreover, are acting against everything that ruins life.

⁸³ Cf. Salmona. Op. cit.

⁸⁴ Cf. Wachter, S. 1987. *Éta : Décentralisation et territoire*. Paris : L’Harmattan.

⁸⁵ Cf. Ibid.

Suffering has been followed by a retraction from social relationships and by a lack of perspective about the future. The horizon gets blurred and carries no possibility of action, what leads to a sense of social worthlessness, shame and self-blame. Those who suffer are prevented from acting against what makes them suffer: they are “frozen”, self-excluded; they no longer feel the body, the thoughts. They lose or fear the loss of the social objects, become self-alienated, make themselves inactive, refuse to care, refuse relations, leave their own self. They lose their subjectiveness, psychologically excluded, looking only for their own way to “leave the self” and the death of the self.

This does not come out of nowhere, it comes from social and economic organization that invades bodies, minds, family relations, community relations. It is the social and economic system, acting as a generator of the precariousness, of the human, family and psychophysiological costs, of the process of desocialization, of the self-generated alienation, of the self-cleavage. Moreover, this articulation of social and individual can contribute to highlight the situations of violence, domination and injustice that the human being is submitted to.

Choosing such an extreme factor between the social and the individual through suicide means bringing a little light to the invisibility of some mental processes that, often, are blurred. It allows, as well, reporting the offensive face of modernization processes, especially those related to the “development” of the agricultural world. It also gives the chance to report the situations of loss of hope, dreams, confidence caused by a political, social and economic model whose dynamics has led to different destruction processes.

Recommended references

1. Ministério da Saúde do Brasil 2010. MS [Online] Available: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=25605 (June, 23, 2010)
2. Ministério da Saúde do Brasil. 2012. MS [Online] Available: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/levantamentobibliografico.pdf> (May, 12, 2012)
3. Ministério da Saúde do Brasil. 2012. Datasus. MS [Online] Available: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205> (June, 15, 2012)

4. Wang, Y.P., Mello-Santos, C. De. & Bertolote, J. M. 2004. Epidemiologia do suicídio. In Meleiro, A., Teng, C.T. & Wang, Y. P. Suicídio: estudos fundamentais. São Paulo: Segmento Farma, (Chapter 6).
5. Um manual para profissionais da saúde em atenção primária. [Online] Available: http://whqlibdoc.who.int/hq/2000/WHO_MNH_MBD_00.4_por.pdf (june 10, 2010)

SOCIOLOGIA CRÍTICA

LETRAS “SOCIAIS”. SOBRE OS QUADROS SOCIAIS DA CRIATIVIDADE ARTISTICO-LITERÁRIA COM UM ESTUDO NO BRASIL

PIERFRANCO MALIZIA^a

Resumo

Este trabalho parte de um tema de base e de uma hipótese; o tema consiste na idéia segundo a qual – sem aliás nada tirar ao sistema “competências-capacidades-genialidades” *que fazem de um artista um artista*, ou seja, a individualidade, a subjetividade do artista e da sua criatividade etc. – o mesmo artista pensa-age-cria em uma sociedade na qual sofre um processo de socialização, da qual vive as instituições, a economia, a política etc., na qual estabelece relações duradouras. A hipótese consiste então no fato que seja possível individuar os quadros sociais que, tanto *a priori* quanto *a posteriori*, orientam e influenciam a criatividade literaria e artistica em geral. No âmbito de tal hipótese, os quadros sociais aqui propostos são: a)fatores estruturais; b)fatores ligados aos “círculos artísticos” e relativos sistemas de relação e interação sociais como os mundos *artísticos*; c)os condicionamentos provenientes das *tradições*; d)fatores ligados ao *sistema da indústria cultural*. Por último, quase como uma esemplificação, um parágrafo sobre um escritor e poeta “absolutamente social “: o brasileiro Aldir Blanc.

Palavras-Chave: Arte, literatura, sociedade, criatividade, indústria cultural, “mundos artísticos”

Abstract

^a Phd em Sociologia da Cultura, é professor de Sociologia no Departamento de Ciências Economicas e Politicas da Universidade LUMSA de Roma e visiting professor no ISCEM de Lisboa e na UNISINOS de Porto Alegre. E’ membro da Associação Portuguesa de Sociologia e da Associazione Italiana di Sociologia. Atua principalmente nas areas das transformações sociais, da produção cultural e da comunicação. Publicou, entre outros, os livros “Comunic-a-zioni” (Milano, 2006), “Al plurale” (Milano, 2008), “Piccole società” (Roma, 2010), “Contesti e dinamiche” (Soveria Mannelli, 2011), “Unir as forças” (BOCC-Universidade da Beira Interior, 2011), “Uncertain outlines” (Saarbrücken, 2012), “Marcas da sociedade” (Curitiba, 2013), “Into the box” (Saarbrücken, 2015) e artigos e papers publicados em revista científicas em Italia, Portugal, Brasil e EUA.

This paper starts from a basic theme and from an hypothesis: the theme is the idea that – without anything against the system “competencies – capacities – geniality” that makes an artist, that means, the individuality, subjectivity of the artist and his creativity etc. – the same artist thinks – acts – creates in a society that suffers a process of socialization, where he lives the Institutions, the economy, politics etc., where he establishes strong and durables relationships. The hypothesis consists in the fact that is possible to individuate social frames that, *apriori* and *aposteriori*, orientate and influenciante the artistic creativity and the literature in general. In the framework of the hypothesis, social frames here proposed are: a) structural factors; b) factors linked with “social circles” (in this case, artistic), and related systems of relationships and social interactions such as the “artistic worlds”; c) the conditionings from *traditions*; d) factors linked to the system of cultural industry. Finally, almost as an example, a paragraph on a writer and poet “absolutely social”: the Brazilian Aldir Blanc.

Key Words: Art, literature, society, creativity, cultural industry, “art worlds”.

1. Premissa

“A criatividade é uma qualidade de definição não simples, que tem a ver com a energia, a inteligência, a agressividade, a ambição, a capacidade de pensar novos problemas e encontrar novas soluções para problemas antigos, de mudar mentalmente de forma inovadora elementos já dados, de simular rapidamente o resultado de cursos complexos de acção, de alcançar razoavelmente e coerentemente objectivos estabelecidos, de sintetizar novas formas com base em elementos (informações) dados¹.”

Provavelmente, a característica mais significativa dos “criativos” consiste no ser capaz de assimilar estímulos que frequentemente não concordam entre eles, e com base nisto, produzir “a novidade”. Esta capacidade combina-se com a tendência a modificar profundamente o existente, esperando de poder, antes ou depois, obter alguma coisa útil, que leve vantagem: tudo isto, de fato, comporta coragem e esforço não indiferentes.

A criatividade é alguma coisa dificilmente descritível de forma completa, tanto para quem cria quanto para quem quiser estudar as dinâmicas e as formas; é claro que isto vale

¹ Cf. Strassoldo R. 2001. *Forma e funzione*, Udine, Forum., p. 94.

também para um discurso como aquilo que vamos tentar desenvolver nas (poucas) páginas seguintes, isto é, como o “ser – em - sociedade” dos literatos não pode não entrar (provavelmente de forma mais substancial de quanto normalmente pensamos) no processo criativo, e influencia-lo de várias formas.

Vamos tentar, então, de delinear algumas pré-condições estruturais que podem fortemente influenciar (em alguns casos, talvez determinar) a criatividade artística, porém, sem diminuir as capacidades individuais, isto é, o que podemos romanticamente definir o “génio” artístico-literário, uma lógica absolutamente significativa e que outras ciências como, por exemplo, a psicologia cognitiva, deverão tentar de compreender e explicar, talvez parcialmente, pela complexidade acima mencionada.

Este trabalho quer simplesmente descrever alguns quadros sociais da criatividade literária, sem ter pretensas de exaustividade, com o único intento de reflectir ulteriormente sobre a relação “sociedade - actor social - literatura”.

1.Arte e sociedade

Hà uma longa serie de dificuldades conceituais e temáticas que esta oportunidade encontra no debate sociológico. Provavelmente, hoje podemos enxergar uma inversão de tendência (testemunhada por uma recente produção neste sentido), em particular no âmbito musical; esta inversão de tendência é devida, talvez, ao desabrochar da sociologia da cultura em todos seus componentes temáticos e processuais, em particular, por quanto concerne os grandes meios de comunicação como “difusores” e/ou “produtores” de objectos culturais em diferentes âmbitos, a partir da Escola de Birmingham até as mais recentes pesquisas, por fim, tentativas sistemáticas de grande interesse ^{2, 3 e 4}.

Porém, quais dificuldades podem continuar obstaculizando uma sociologia da arte? O problema de fundo está provavelmente na substancial pluri – dimensionalidade da mesma arte⁵ e na consequente concentração sobre uma ou outra dimensão: por um lado, a perspectiva “genética”, centrada na produção artística (tanto material quanto económica) e os factores determinantes no processo produtivo; pelo outro, a dimensão sintáctica que

² Cf. Ibid. cit.

³ Zolberg V. 1994. *Sociologia dell'arte*, Bologna, Il Mulino.

⁴ Crane D. 1997. *La produzione culturale*, Bologna, Il Mulino.

⁵ Gallino L. 1993. *Dizionario di sociologia*, Torino, UTET, p. 38-41.

privilegia a estrutura do discurso artístico e a determinação da apreciação social; ou, além disto, a dimensão semântica que leva de forma semi – unívoca para a reflexão sobre a correspondência “formas de arte – tipologia de sociedade”, correspondência frequentemente extrema, e que de qualquer forma auto explica-se, por fim, a dimensão pragmática que desenvolve principalmente o conceito de arte como “ferramenta ideológica”, para hipostasiar uma tal ordem social ou para discuti-lo. Isto pertence à pluri – dimensionalidade, que pode de fato assumir-se como complexidade substancial para uma sociologia da arte; mas a arte não é exclusivamente um fenómeno complexo “difícil” de ser interpretado, assim, talvez o problema de uma sociologia da arte está também no que König escrevia há alguns anos atrás: “embora a maioria dos contributos e das pesquisas de sociologia da arte assumam o fato social “experiencia artística” como ponto de partida ou centro da própria análise, isto acontece, digamos assim, intuitivamente: isto é, considera-se obvio o fato social, sem se preocupar de circunscrevê-lo com precisão, de clarifica-lo ou especifica-lo. É claro que por um tal caminho ingênuo nascem umas dificuldades, e que para superá-las acaba se por explorar todos os sectores marginais de pesquisa⁶.”

2. A produção artístico-literária

Como evidencia Zolberg⁷ podemos constantemente encontrar duas concepções da produção literaria que sempre são fundamentais para a constituição do discurso “literatura/sociedade” e que podemos sintetizar assim:

CONCEPÇÕES	SIGNIFICADO	PERTINÊNCIA
ENDÓGENA	Literatura como produto de uma genialidade criativa, unicidade do acto.	Estética, crítica literaria História da literatura
EXÓGENA	Literatura como processo de criatividade "social" e de "reconhecimento social".	Sociologia da cultura

⁶ Cf. Koenig R. 1964. *Sociologia*, Milano, Feltrinelli, p. 31.

⁷ Cf. Zolberg Op. cit.

É claro que o posicionamento sobre uma ou a outra concepção possibilita ou não a configuração de qualquer discurso social ao redor da arte; aceitando a concepção “exógena” muitos tractos de interesse sociológico podem ser delineados, tais como:

a) A abordagem funcionalista, que sugere varias funções sociais da literatura, a partir da função de “idealização” (sublimar os sentimentos) até aquela de “diversão” (ou *loisir*); além disso “quando considera-se a relação arte/sociedade, é preciso ter em mente que a arte pode ter, ao mesmo tempo, uma função de re – envio para uma dimensão diferente, *outra*, daquela social, como fonte constante de criatividade, inovação expressiva e contestação das ordens constituídos, e uma função celebrativa que também confirma os valores e as representações socialmente partilhadas”⁸.

b) A abordagem estrutural, que considera todos os componentes da produção – fruição da literatura, o que mostra uma notável possibilidade de diferentes momentos de estudo, por exemplo:

- Os “artistas (rol e status, subsistemas culturais);
- O “mercado” (sistema busca/oferta, sistemas de produção, comercialização, venda);
- O “público” (consumo artístico, composição sócio – cultural);
- As “políticas publicas” (intervenções estaduais na literatura, literatura e escola);
- O “status social” da arte ou seja a bipartição “artes maiores (os “classicos”) *versus* artes menores (literatura de supermercado”, valores sociais de reconhecimento/apreciação).

3. A “criatividade”

A “criatividade” pode ser definida como um valor cultural, e as culturas não podem não considerar a necessidade de estruturar-se com modalidades e filosofias “que encorajem” a criatividade, a inovação; porém, a criatividade, quando favorecida, constitui uma dinâmica específica que, para ser completamente realizada, deverá excluir comportamentos “ante - criativos” como as formas de controlo social, as especializações vivenciadas rigidamente e elevadas a barreiras sociais, o favorecer formalmente as novas

⁸ Crespi F. 1996. *Manuale di sociologia della cultura*, Bari, Laterza.

ideias sem realiza-las efectivamente, o seguir “sempre e de qualquer forma” as regras e tradição. A implantação e o desenvolvimento da “criatividade como valor e prática” nos sistemas sociais de forma difusa representa assim uma dinâmica processual complexa, que diz respeito ao “sistema em si” (que refere-se globalmente ao sistema social, onde cada alteração individual e/ou parcial produz uma cadeia de alterações globais), à “cultura” (que refere-se à uma potencial alteração de valores, hábitos, tradições, etc., existentes, que, especialmente onde as culturas são fortes quanto ao seu “vivenciado” e compartilhamento, irá precisar de um adequado processo de inculturação, ao menos temporalmente, para realizar-se de forma completa), ao “sistema de decisão” (que comporta uma lógica intencional na actividade de decisão de criar continuamente e incondicionadamente suporte para a criatividade, que com certeza não falta de obstáculos e que sempre precisa de recursos, também, como já consideramos, com certeza não é a – conflitual).

A criatividade não pode ser reduzida apenas ao “flash” do génio, mas consiste, também, na resultante de vários factores:

- a) Factores de contexto sócio – cultural;
- b) Factores ligados aos “círculos sociais – artísticos”;
- c) Condicionamentos pelas tradições artísticas;
- d) Influencia da assim chamada “indústria cultural”.

Antes de desenvolver brevemente estes pontos, devemos lembrar que esta teorização não diminui de alguma forma a “capacidade individual” do génio, porém, acrescenta algumas conotações que derivam pelo simples fato de cada génio nascer e actuar em uma sociedade, em uma cultura, em uma altura histórica etc.; vamos então examinar os pontos acima elencados.

a) Factores de contexto sócio – cultural.

No desenvolvimento das teorias sociológicas, embora em diferentes momentos históricos – sociais e em “escolas de pensamento” distantes, podemos evidenciar dois momentos de elaboração teórica da assim chamada por Durkheim “efervescência social”⁹, isto é, situações de contexto que, mais que outras, facilitam processos de inovação, como a

⁹ Cf. Durkheim E. 1972. *La scienza sociale e l'azione*, Milano, Il Saggiatore.

“anomia” de Merton¹⁰ e a “morfogenese” de Archer¹¹. Segundo Merton¹² “a anomia depende pela falta de integração entre a estrutura social, que define os *status* e os papéis dos sujeitos que agem, e a estrutura cultural, que define os objectivos a ser alcançados pelos membros da sociedade, bem como as regras a ser respeitadas para alcançar os objectivos. Acontece que as posições dos sujeitos que agem impeçam – lhe de alcançar os objectivos indicados pela cultura como as melhores (por exemplo, segundo Merton, o objectivo da riqueza e do sucesso na sociedade norte-americana) através dos meios indicados pelas normas institucionais. Porém, quando as primeiras resultam mais importantes que as segundas, temos um comportamento de *inovação*¹³”.

Segundo Archer¹⁴ o conceito de “morfogenese” refere-se “aos processos que tendem a elaborar ou mudar a forma, o estágio do sistema ... ao contrário, o termo “morfofasi” refere-se aos processos das trocas complexas entre o sistema e o ambiente, que tendem a conservar, a manter uma forma ... de um sistema”. “Morfogenese” significa, então, uma situação social complexa que produz transformações e inovações, e que, por consequência, com um assim chamado “efeito domino”, cria uma realidade complexa onde o acto criativo possui, potencialmente, muitas possibilidades de se originar e desenvolver de forma completa.

b) Factores ligados aos “círculos sociais – artísticos”.

Além da noção de contexto em geral, devemos considerar a específica influencia dos “mundos artísticos” e dos “mercados artísticos” sobre o mesmo artista; na verdade, na nossa opinião não pode-se negar que as relações “artistas - artista” (especialmente em subsistemas fechados, com uma forte interacção e com sistemas normativos – valorais partilhados, isto é, verdadeiras sub – culturas) condicionem as escolhas e os percursos de cada actor, bem como as pressões do mercado, e mais em geral, as lógicas de atribuição socioeconómicas de valor (*latu sensu*), nunca irão deixar indiferente o artista. Sintetizando, o processo de criação artística pode ser assim descrito:

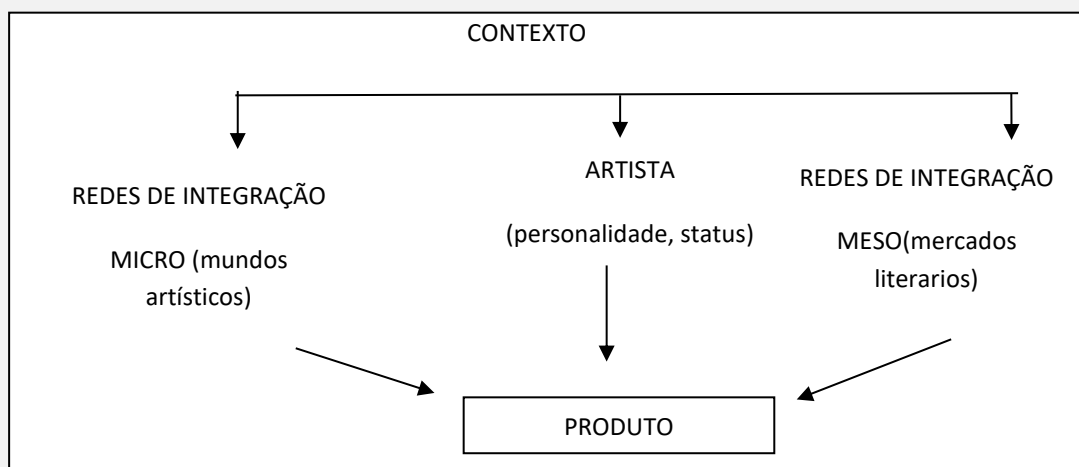
¹⁰ Cf. Merton R.1992. *Teoria e struttura sociale*, Bologna, Il Mulino.

¹¹ Cf. Archer M. 1997. *La morfogenesi della società*, Milano, Franco Angeli.

¹² Cf. Merton. Op. cit., p. 190.

¹³ Izzo A.1991. *Storia del pensiero sociologico*, Bologna, Il Mulino, p 291.

¹⁴ Cf. Archer. Op. cit.



Becker¹⁵ insiste muito sobre a recíproca influência entre os artistas (independente pela específica arte praticada individualmente), enquanto participantes de um “círculo artístico”: “ele começa pela interação microscópica entre os participantes (submundos artísticos, n.d.r.), mudando-se gradualmente para modelos de associação sempre mais amplos, que compreendem uma variedade de mundos artísticos ... os mundos onde os artistas trabalham existem como culturas mais ou menos institucionalizadas, que normalmente tem pouco a ver as umas com as outras ... Esta análise de subcultura apresenta as artes como elas próprias¹⁶”. Em outras palavras, Becker vê a criação artística como:

- resultante por práticas colectivas geradas nos submundos da arte, claramente sem excluir as qualidades individuais;
- influenciada por formas constantes e “íntime” de interacção social, cultural em geral e artística no específico, entre os artistas que reconhecem-se no mesmo submundo.

c) Condicionamentos pelas tradições literárias.

As tradições, cuja interessante etimologia oscila entre “entrega” e “ensino”, assim chamadas “memória colectiva canonizada” segundo Jedlovski e Rampazi (1991), podem ser definidas como “os modelos de crenças, costumes, valores, comportamentos, conhecimentos e competências que são transmitidas de geração em geração, por meio do processo de socialização”¹⁷. Esta palavra vem depois ser utilizada para indicar tanto o

¹⁵ Cf. Becker H. 2004. *I mondi dell'arte*, Bologna, Il Mulino.

¹⁶ Cf. Zolberg., Op. cit., 138.

¹⁷ Cf. Seymour-Smith C. 1991. *Dizionario di antropologia*, Firenze, Sansoni., p. 203-411.

produto quanto o *processo* da produção cultural de *transmissão/ensino* típico das mesmas tradições. As tradições constituem uma parte fundamental e um elemento distintivo da identidade cultural, do “pertencer”, e constituem também um ponto de referência importante para a acção social em geral, em particular, suportando uma específica tipologia weberiana de “acção”, aquela “conforme hábitos adquiridos e que viraram constitutivos do costume; a reacção aos estímulos habituais em parte absolutamente limitativos; a maioria das acções da vida quotidiana é ditada pelo sentido das tradições¹⁸”. Sendo *elementos distintivos* da cultura, as tradições tomam valores endógenos (de auto reconhecimento) e também exógenos (de identificação) para os grupos sociais que referem-se à estes valores.

O sistema das tradições pode ser interpretado como uma verdadeira *instituição social*, no sentido de “forma de crença de acção e de conduta reconhecida, estabelecida e praticada estavelmente” bem como no sentido de “práticas consolidadas, formas estabelecidas de proceder, características de uma actividade de grupo¹⁹”.

O sistema total das tradições, respeito à uma ideia de *continuum* cultura – subculturas (locais, profissionais, de género) pode depois ser dividido em *grandes* e *pequenas* tradições, isto é, a complementaridade, a coexistência, entre:

- a) Traços ligados com específicas comunidades, participantes de um sistema social mais amplo, traços mais difundidos, gerais ou comuns;
- b) Divisões existentes entre culturas oficiais e culturas *folk*²⁰; coexistência e complementaridade que viram substanciais em uma continuidade de reinterpretações, frequentemente constituídas por descobertas, reavaliações, esquecimentos.

As tradições podem ter um valor mais conservador ou de conservação, isto é, podem ser um veículo para as inovações e as mudanças, bem como fornecer um suporte para processos de mudança social não alienados/alienantes: a assim chamada “referência às tradições” pode ter o duplo significado de:

- a) Entrincheiramento ao passado, de forma total e absolutamente não elástica, preliminar e dominante, contra tudo que apareça (o seja percebido) novo;

¹⁸ Morra G. 1994. *Propedeutica sociologica*, Bologna, Monduzi., p. 96.

¹⁹ Cf. Op. cit., Gallino, p. 388.

²⁰ Cf. Id., p. 189.

b) Conservar uma especificidade cultural que facilite, em lugar de contrastar, cada input interno/externo de mudança e consiga homogeneizar seus efeitos com os próprios específicos traços culturais.

Portanto, onde as tradições artísticas resultam “pesadas”, isto é, influenciam uma criatividade principalmente “problem solver”, a criatividade artística em geral será certamente e discretamente condicionada, e as formas “problem finder” que poderão manifestar-se serão limitadamente praticadas pelos *outsiders*²¹.

4. Ainda sobre a criatividade: “tipos ideais”

Ainda Zolberg²² (cit.; cap. IV), reflectindo sobre diferentes pesquisas no âmbito da produção artística, faz uma hipótese de dois ideais tipos weberianos de artistas, diferentes quanto à abordagem ao problema. Segundo esta hipótese, podemos distinguir artistas “problem solver” e “problem finder”: os primeiros prestam atenção à produção artística existente, individuando diferentes modalidades de expressão; os segundos, investigam principalmente novas problemáticas e/ou necessidades artístico-literárias. Ambas as tipologias podem, de qualquer forma, trabalhar segundo lógicas mais tradicionais ou inovadoras. Estes “ideal-tipos” podem ser assim representados:

ABORDAGEM	“INOVAÇÃO”	“TRADIÇÃO”
PROBLEM FINDER	Criação de “arte nova” (ex: James Joyce)	Redescoberta criativa com novos significados (ex: os “minimalistas”)
PROBLEM SOLVER	Variantes de “arte nova” (ex: a “beat generation”)	Seguidores da tradição (ex: Gabriel Garcia Marquez)

Ou, falando em literatura brasileira :

ABORDAGEM	“INOVAÇÃO”	“TRADIÇÃO”
-----------	------------	------------

²¹ Cf. Becker H. 1991. *Outsiders*, Torino, Abele.

²² Cf. Zolberg. Op. cit.

PROBLEM FINDER	Criação de “arte nova” (ex: Manuel Bandeira)	Redescoberta criativa com novos significados (ex:Clarice Lispector)
PROBLEM SOLVER	Variante de “arte nova” (ex:José Lins do Rego)	Seguidores da tradição (ex: Jorge Amado)

Ou ainda, falando em teatro brasileiro :

ABORDAGEM	“INOVAÇÃO”	“TRADIÇÃO”
PROBLEM FINDER	Criação de “arte nova” (ex: Oswald de Andrade)	Redescoberta criativa com novos significados (ex:Nelson Rodrigues)
PROBLEM SOLVER	Variante de “arte nova” (ex:Teatro Arena)	Seguidores da tradição (ex: Dias Gomes)

E ,afinal, falando de formas de poesia para musica (na MPB) :

ABORDAGEM	“INOVAÇÃO”	“TRADIÇÃO”
PROBLEM FINDER	Criação de “arte nova” (ex.:Letristas/poetas da ”Bossa nova”)	Redescoberta criativa com novos significados (ex.:Moacir Luz ²³)
PROBLEM SOLVER	Variante de “arte nova” (ex.: Seu Jorge)	Seguidores da tradição (ex.: Paulinho da Viola)

d) Influencia da assim chamada “indústria cultural”

Quais são as lógicas, os mecanismos, os actores da indústria cultural? Podemos fazer uma hipótese de modelo explicativo (embora bastante geral) sobre o que acontece hoje, em uma situação caracterizada por fenomenologias incertas, onde alguns “objectos²⁴” fazem carreira e, sendo “funcionais”, viram “culturais” nas suas esferas de referência, ou, em uma geral “concepção do mundo”. O assim chamado “modelo de Hirsch²⁵, Sciolla²⁶, e

²³ Luz M.(1995), *Vitória da ilusão*, Rio de Janeiro, Maracujazz Produções.

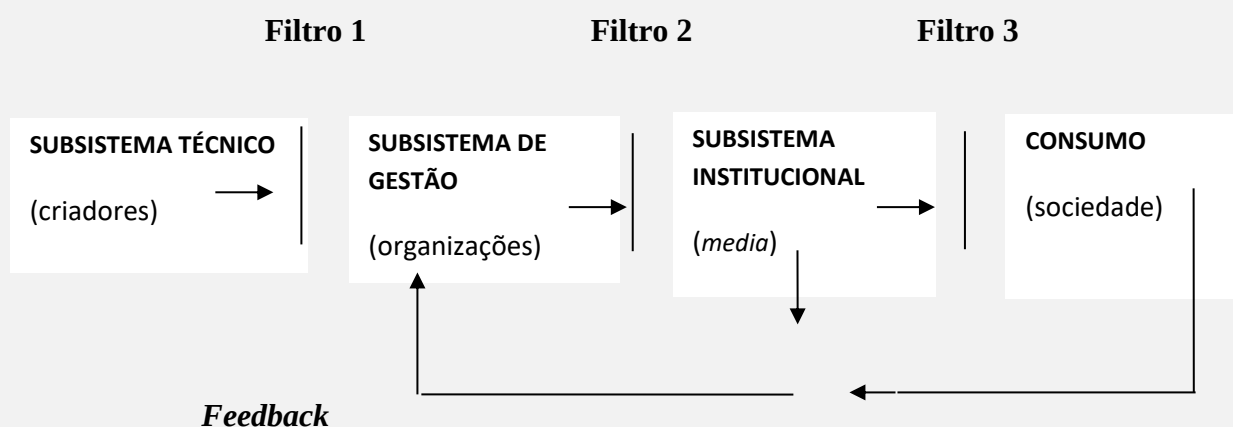
²⁴ Cf. Gardiner H. 1991. *Formae Mentis*, Milano, Feltrinelli., p. 26-29.

²⁵ Cf. Ibid., p. 40.

²⁶ Cf. Sciolla L. 2002. *Sociologia dei processi culturali*, Bologna, Il Mulino, p. 216-217.

obviamente Hirsch²⁷, parece colectar muito consenso. “Hirsch²⁸ realizou um esquema das relações entre os diferentes subsistemas existentes no sistema, por ele mesmo definido **sistema da indústria cultural**, que descreve o conjunto de organizações que produzem artigos culturais de massa, como discos, livros, programas da televisão e da rádio. Neste esquema, os *media* representem um subsistema entre os outros. A organização “de gestão”, por exemplo, para alcançar os *mass media* fornece informações sobre o produto (filtro 2). Estas notícias são utilizadas pelo sistema institucional nos *media* (*gatekeepers* mediais). Neste espaço de intermediação surgem possibilidades de relações pouco transparentes quando não de corrupção. O público conhece o novo produto através dos *media*. Temos, por fim, dois tipos de *feedback*: o primeiro vem dos *medias*, o segundo dos consumidores, mensurado pelas vendas de bilhetes, discos, livros²⁹”

O modelo pode ser assim configurado:

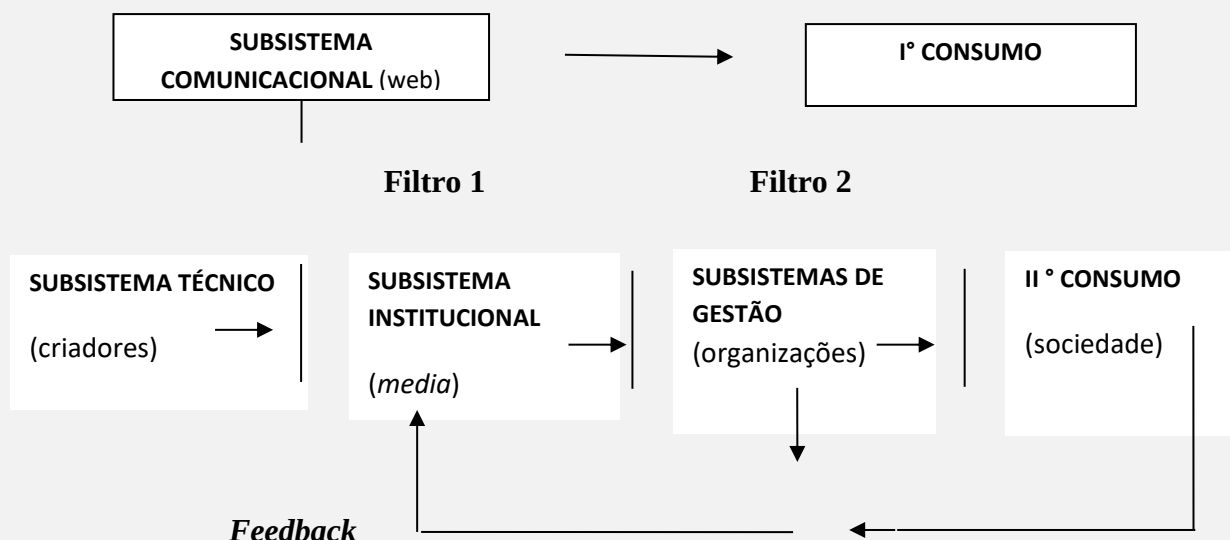


A figura representa a configuração tradicional do modelo; porém, sendo um “modelo”, não deve ser utilizado de forma rígida, mas sim como principalmente indicador de um processo complexo. Assistimos hoje por meio e causa das redes, a já conhecidas alterações deste andamento processual; os clássicos exemplos são aqueles criativos (em particular, da literatura) que entram directamente, através da web, no sistema dos *media*, propondo suas criações e quase “impondo-a” para o público sem os tradicionais filtros de subsistema; nos casos de sucesso, estes criativos fazem parte do percurso na hipótese de Hirsch, embora com um andamento parcialmente diferenciado que pode ser assim configurado:

²⁷ Cf. Hirsch P.M. 1972. *Processing fods and fashion*, in *Annual Journal of Sociology*, 77, p. 20-34.

²⁸ Cf. Ibid.

²⁹ Cf. Sciolla. Op. cit., p. 216.



Este modelo, como nos lembra Griswold, nasceu para os “produtos culturais de massa tangíveis” e pode ser aplicado, com as necessárias/oportunas modificações, para qualquer sector da indústria cultural, portanto da literatura também.

Uma reflexão sobre o sistema da indústria cultural e da sua influência sobre os artistas e/ou aspirantes a virar artistas, pode ser útil, quando enquadrada no complexo discurso de Bourdieu³⁰ segundo o qual “a macroestrutura nas formas cristalizadas do Estado, do sistema de domínio social e do diferente acesso dos membros aos bens de valor, material ou simbólico, constitui uma presença incumbente³¹” Para compreender de forma completa a produção artística, não pode-se não considerar “a totalidade das relações (as objectivas e as determinadas na forma de relação) entre o artista e os artistas, e, além destes, a totalidade dos actores comprometidos na produção do trabalho artístico, ou, ao menos, do valor social do trabalho ... o que as pessoas chamam de criação é o conjunto de um hábito e de uma tal posição (status) que pode ser já construído ou possível na divisão do trabalho da produção cultural”³².

5. Literatura e sociedade: o brasileiro Aldir Blanc.

5.1 A cidade: um espaço social “absoluto”

³⁰ Bourdieu P. 1980. *Questions de sociologie*, Paris, Minuit.

³¹ Cf. Zolberg., Op. cit., p. 138.

³² Cf. Bourdieu Op. cit., pp. 208-212.

As cidades são uma espécie de complexa síntese daquilo que é sociedade, socialidade, cultura; um âmbito privilegiado de construção, desenvolvimento e sedimentação de tudo o que (como relações, processos, estruturas) um grupo social consegue ativar, e isso também em termos de diferenças e desigualdades. Consequentemente, as cidades são de fato um laboratório de absoluto interesse se se quer compreender e estudar as dinâmicas fundamentais do “estar-juntos”: idéias, praxes, correntes de pensamento de todo âmbito/natureza, produção e/ou distribuição de riqueza material e de bens simbólicos (ora efêmeros como “modas”, ora mais estruturantes como “estilos de vida”), relações sociais ordinárias (a *every day life* da etnometodologia norte americana) e extraordinárias (os “eventos”), interações entre esfera pública/esfera privada, conflitos e consenso; tudo se evidencia nas cidades.

A cidade significa “modernidade”, sendo dessa, de algum modo, sinônimo; e, nesse sentido, a análise sociológica a configura justamente como o “espaço social” no qual se localizam as principais experiências da própria modernidade na sua complexidade e contraditoriedade.

A cidade significa também “pós-modernidade”, em tantas maneiras e muitas vezes como resultante de uma processualidade constituída de três movimentos quase simultâneos, como a retomada de formas sócio-culturais pré-existentes, a manutenção de traços contemporâneos e a distorção, recriação de ambos em hibridismos.

A cidade pòs-moderna:

- Vive da experiência ora “desancorada” ora “reancorada” a um sentir comum, a uma finalização da ação socialmente compartilhada, mesmo que através de percursos fortemente individualísticos ou microgrupais, frequentemente até “virtuais”, de qualquer forma “privados”;
- É caracterizada por “distanciamento”, estranhamento, não-envolvimento de uma expressão unitária de intenção subjetiva e objetiva; o fazer parte de uma dimensão holística (principalmente depois das “grandes estações” solidarísticas dos anos Sessenta e Setenta) pode significar certamente o tendencial exaurimento de algumas estruturas portantes da modernidade, no sentido mais amplo do termo, ou seja, do processo de construção do mundo, dos vínculos sociais, da ética, da ação social em geral assim como as conhecemos;

- Se resolve, justamente para procurar fazer frente à crescente complexidade social, no “presente” quase como uma dimensão “absoluta” na qual a “memória” é pouco significativa e o “futuro” estruturalmente incerto. Tal “presente” vem na verdade fechar o ator social na experiencialidade em ato através de um “uso do tempo” quase inatural, condicionante e/ou vinculante se não “colonizante” a experiência através da estruturação rígida e a standardização da atividade em rotinas e ritualismos.

E a cidade, não importa se “moderna” ou “pós-moderna”, permanece principalmente um estado de alma, um corpo de costumes e tradições, de sentimentos e comportamentos organizados nesses costumes e transmitidos por meio dessa tradição. Em outras palavras, a cidade não é simplesmente um mecanismo físico e uma construção artificial: essa é um produto da “natureza humana” e constitui um modo de viver (o “urbanismo”) feito de comportamentos, modelos de comportamento, sistemas de relações que ocorrem na cidade, não por acaso, mas que, ao contrário, são produtos típica e exclusivamente urbanos.

Além disso, a cidade hoje é âmbito de “lugares” e de “não-lugares”: de fato, aos lugares urbanos tradicionais, fundamentos da própria cidade (os “bairros”) se agregaram (e se multiplicaram) toda uma série de espaços situacionais sem as características que lhes permitiriam tornar-se “lugares”, como falta de identidade, falta de estruturação de relações, etc. A cidade além disso “une” e “separa” ao mesmo tempo: o que parece muitas vezes evidenciar-se é uma difusa tendência a espaços distintos, separados, “defendidos”, das *gated-communities* com (a própria defesa) dos verdadeiros *checking-points* a bairros-gueto com formas variadas de diversificação espacial, evidentemente não “inclusivos” e certamente segregantes. A segregação entendida como distribuição espacial diferenciada no interior do espaço urbano e territorial é um fenômeno que desde sempre caracteriza em tal modo as sociedades urbanas a ponto de induzir alguns estudiosos a usar a expressão *mosaico urbano* para indicar a sua composição do ponto de vista tanto físico quanto social.

Essa, ao menos segundo a tradição sociológica, é a vida urbana, uma vida endereçada substancialmente à objetividade, ao afastamento, à indiferença em relação à individualidade; e tal atitude não pode não derivar do excesso de estímulos, encontros/desencontros, variedades das vivências dos próprios cidadãos, para chegar a um comportamento coletivo medianamente *blasé*. Em outras palavras, é como se os “cidadãos”, ou seja, os protagonistas da dimensão urbana, desenvolvessem uma

propensão (tendencialmente “defensiva”) a aumentar as distâncias subjetivas ou até verdadeiras e próprias fronteiras psicológicas: em suma, um viver agregado que muitas vezes se resolve por meio de uma série de rituais de interação de alguma maneira compensativos de uma atomização social.

5.2 Aldir Blanc e as imagens da “sociedade de cidade”

Mas a cidade, não importa de que modo seja observada, considerada ou descrita, permanece (também na abordagem sociológica) um extraordinário contentor de emoções, sentimentos, paixões, no bem e no mal.

E esse igualmente extraordinário conteúdo social se torna absolutamente difícil não tanto de colher (a não ser em parte) quanto de “contar”, comunicar, sem trair seus peculiares, específicos significados ligados justamente aos lugares onde ganham forma, mas, ao mesmo tempo, evidenciar seus traços de “universal-humano” nesses conteúdos. Em outros termos, é necessária uma sensibilidade (intimamente ligada a uma adequada competência narrativa) que não é fácil encontrar; uma sensibilidade (e uma competência) como aquela do brasileiro Aldir Blanc.

Esse extraordinário intelectual originário do bairro do Estácio no Rio de Janeiro, (ou seja, um “carioca absoluto” e, como se sabe, ser carioca é um estado de espírito), tem uma capacidade fortíssima de transpor ao “humano-cidadão” em “palavras”, ou, melhor, palavras-imagens (sejam essas usadas para artigos de jornal, ensaios, contos, poesias e formas de poesia para música) das quais transparecem contemporaneamente “proximidade e distância” com relação ao Outro, “indiferença e envolvimento” em relação à realidade no seu devir, “compaixão e ironia”, ou seja, a “humanidade de cidade” que *si declina* não por meio desses códigos binários, além disso fazendo uso de uma espécie de “bilinguismo perfeito”, ou seja, um contínuo alternar-se e, também, misturar-se, de um português culto com uma *gíria* carioca densa de significado e de alta capacidade descritiva.

Escreve Fausto Wolff que “(o Aldir) têm o sentido trágico da vida de Nelson Rodrigues, o humor picaro-carioca de Sérgio Porto e o estilo seguro, o respeito pela palavra certa do grande Rubem Braga. O trágico de Nelson, em Aldir, dá colher de chá ao cômico. O humor de Sérgio torna-se ainda mais lírico em Aldir, e a seriedade irônica de Rubem vira um

estilo que só se encontra em Aldir e, eventualmente, em alguns sambas de Noel e Gerardo Pereira³³.

É certamente difícil não levar em conta tudo isso, ademais, no caso específico, a cidade-cenário é o Rio de Janeiro, cidade que só se pode amar (como aquele que escreve esse texto e muitos outros) ou odiar (razoavelmente poucos, incluso Levy-Strauss) sem meios-termos; e Aldir Blanc, como escreveu Dorival Caymmi, “é compositor carioca. É poeta da vida, do amor e da cidade. É aquele que sabe como ninguém retratar o fato e o sonho” segundo Caymmi³⁴.

Além disso, provavelmente seria apropriado não limitar-se ao termo “letras” ou formas de poesia para música, uma vez que os produtos literários de Aldir Blanc são verdadeiros e próprios pequenos audiovisuais, já que permitem “ver e ouvir” a realidade descrita ou mesmo só poeticamente imaginada, às vezes com modalidades quase tridimensionais.

Nesse sentido, por consequência, são muitos os “vídeos” que nos chegam de Aldir Blanc, “vídeos” que vêm a interessar também à sociologia da cultura além da literatura, como:

a) Visões panorâmicas (se diria, usando um objetivo quadrangular) como em *Saudades da Guanabara*, talvez (junto com *Samba do avião* do gênio Jobim) uma das “declarações de amor” mais intensas por uma cidade intensa como é o Rio de Janeiro (“*Eu sei que a cidade hoje está mudada, Santa Cruz, Zona Sul, Baixada, vela negra no coração. Chorei com saudades da Guanabara*”) e *Só dói quando eu Rio* (“*Só fico à vontade na minha cidade a minha história escorre aqui*”), igualmente significativa;

b) Retratos poéticos de atmosferas ligadas a específicos territórios urbanos que marcam toda uma vida, como *De um aos seis* (Copacabana: “*Leme, as ondas começam na calçada... hoje eu tô no Posto 6, daqui pra onde eu vou? Copacabana me enganou*”), *Centro do coração* (o antigo centro do Rio: “*Deus desenhou meu coração do jeito igualzinho ao velho Centro do Rio, são tantos pontos de luz em direção à procissão da Festa da candelária*”), *Praça Mauá: que mal há* (homônima praça do centro do Rio), *Bairrista é a tua mãe (Tijuca, “Tá anoitecendo na Tijuca. Tô em pé na esquina... e passa pela Saens Pena uma menina”*). Ainda falando da Tijuca, um bairro importante para Aldir,

³³ Blanc A. 2006. *Rua dos artistas e transversais*, Rio de Janeiro, Agir.

³⁴ Caymmi, apud Blanc A. 1997. *50 anos*, Rio de Janeiro, Alma Produções., p. 2.

é muito interessante a descrição que faz do “ser tijuicano”, especialmente quando escreve *“a verdade é que o tijuicano vive num dilema desgraçado. Considerado semi-ipanemense pelos suburbanos e tido como meio-suburbano pelos ipanemenses, o tijuicano passa momentos difíceis num bairro impreciso”*), *Cantiga das ilhas* (Ilha do Governador e anexos) ou, ainda, como todos os contos em *Paquetá e outros subúrbios* do seu livro *Rua dos artistas e transversais*;

c) Retratos de personagens que de algum modo caracterizaram a cultura carioca, como *Samba pro Geraldo* (ou seja, Geraldo Pereira, *“Agora Geraldo, meu faixa, se a rasteira aconteceu, relaxa nessa homenagem a um escuro direitinho que jamais morreu”*), *Mitos cariocas: Lan* (*“Portelense, bom de tango e coração circense, arrebenta com a pimenta braba do nonsense. Um menino, cujo defeito é não ser vascaíno”*), *Flores da vida pra Nelson Sargento* (*“Ele é um samba da quadra da Mangueira que Deus letrou, dá aula sobre a cidade e nessa universidade é o reitor”*), *Carlos Cachaça* (*“Gênio da raça: Carlos Cachaça dos Arangueiras a fina Flor. Mito da massa, Carlos Cachaça, da verde-rosa o embaixador”*).

d) Definições de “tipos ideais” urbanos não certamente abstratos, mas sim imersos numa quotidianidade feita de “carne e sangue”, principalmente retratos femininos como em *Aquário* (no quarto Maria, na calçada Madalena) ou na belíssima *Balada das moças do Amarelinho* (*“as moças do Amarelinho: um sorriso no caminho do homem sozinho, são letras de um samba de Nelson Cavaquinho”*) e na extraordinária *A Outra* (*“Diante de uma tragédia, jamais diga eu tô na minha, porque a outra é a tua”*), bem como na delicada e irônica *Miss Suéter* (*“Nem sempre a minha vida foi tão bela, mas o que passou passou. Dedico esse título a mamãe que tantos sacrifícios fez pra que eu chegasse aqui ao apogeu”*);

e) Cenas de vida urbana, ora efetivamente vividas, ora imaginadas, ora vividas e transfiguradas artisticamente, ora mesmo redesenhadas sobre histórias de vida de gente comum nos bares (*“Adoro drama contado no boteco”*, escreveu o mesmo Aldir e, ainda sobre esse incrível lugar da socialidade carioca, *“o boteco é o último reduto das palavras... as palavras ainda tem valor no boteco”*) como *De frente pro crime* (tá lá o corpo estendido no chão, em vez de um rosto uma foto de um gol), ora ligadas àquela instituição carioca que é o Carnaval (para o qual, como escreveu um grande poeta como Vinicius de Moraes, muitos vivem o ano inteiro por um momento de sonho e para garantir para si uma “fantasia”), como *Vitória da ilusão* (*“Carnaval, relicário de uma tradição,*

imortal vitória da ilusão”) ou como *Negão nas paradas* escritas com muita *gíria carioca* (“*Eu vou pro Estácio, negão, parece fácil nenão... no tempo do lotação já era ruim, hoje então*”);

f) Enfim, Aldir Blanc descreve com muita propriedade sentimentos “absolutos” que, enquanto tais, não pertencem certamente (senão talvez por tempos e espaços) só a uma dimensão urbana, mas que de qualquer forma nessa se concretiza em poéticas particulares. É o caso de uma das formas de poesia para música que provavelmente está entre as melhores de Aldir Blanc como acontece em *Nem cais nem barco* (“*não é um camafeu exposto na vitrine em loja de penhor, mas é o que doeu no peito feito um crime ao homem que o trocou... Ah, o amor é estar no inferno ao som da Ave-maria*”) ou em *Falso brilhante* (“*O amor é um falso brilhante, no dedo da debutante*”) ou em *Paixão descalça* (“*A paixão só se amarra se a gente se solta*”) ou, ainda, em *Motéis* (“*Ele me chamou de irmã, chorou, disse que amava outra mulher... bem feito por querer ser tão importante par alguém*”). Mas Aldir canta também a “liberdade”, celebrada na inigualável *O bebado e a equilibrista* que todos conhecem e amam também pelo seu valor simbólico, ou então pensada em *O Mestre-sala dos mares* (“*Glória a todas as lutas inglórias, que através da nossa história não esquecemos jamais*”); ou ainda, uma forma específica de liberdade, aquela “de opinião” (pela qual, aliás, Blanc sempre pagou um “preço salgado” em diversas circunstâncias, do tempo da ditadura aos conflitos mais recentes com o senador Magalhães ou com a ex-governadora do estado do Rio de Janeiro): muitas das suas formas poéticas para música e seu último volume *Guimbas* testemunham isso.

Esses e tantos outros temas (vale a pena citar um último muito sinteticamente, que é o de *Feliz ano novo*, em que uma divindade que se cansa de ser tal, quer ser mulher e amar, encarnando-se, na cidade, no Leblon por uma noite, como *Iemanjá da Silva*) da “humanidade de cidade” de Aldir Blanc, temas basicamente *cariocas*, mas, na verdade, igualmente universais, se não por outro motivo, pela capacidade do Autor de falar contemporaneamente ao coração, à sensibilidade e à inteligência de todos nós.

Conclusões

Podemos (quase) concluir como tínhamos começado, esperando que quanto argumentado sinteticamente neste trabalho possa ter fornecido uma base para a tese de fundo, isto é,

que também a criatividade artístico-literário (alguma coisa pensada como o “agir na sociedade”) não possa identificar-se somente na capacidade e/ou performance individuais (o “gênio artístico”), que de qualquer forma não devem ser excluídas ou subavaliadas, mas possa ser pesquisada também nos quadros sociais “ocultados” ou “evidentes” que orientam e influenciam os artistas, açores sociais “imersos” (como todos) na sociedade, e portanto, que pertencem aos sistemas de interação bem como de relação.

“Poesias para música”do Aldir: exemplos

CENTRO DO CORAÇÃO

Deus desenhou meu coração
De um jeito igualzinho
Ao velho Centro do Rio
São tantos pontos de luz
Em direção a procissão da festa
Da Candelária
Eles percorrem minhas coronárias
Vejam vocês:
No carnaval, o bonde 66
Na Sete de Setembro apareceu mais uma vez
Tem condutor, motorneiro
Tem o Guinga, o Paulinho Pinheiro
O nogueira e o velho Hermínio
Num reduto biriteiro
Um camelô troca as pilhas do meu coração
De quebra me vende mais uma ilusão
Rua do Carmo, Uruguaiana, Ouvidor
São pontes de safena pra tamanho amor
Mas o ar ta me faltando porque alguém sujou
Cruzo a Primeiro de Março e aré o mar azul eu
vou

Bibliografia Consultada

1. Blanc A. 1994. *Simples e absurdo*, Rio de Janeiro, Velas Produções
2. Blanc A. 1996. *Um cara bacana na 19º*, Rio de Janeiro, Record

3. Blanc A. 2009. *Guimbas*, Rio de Janeiro, Desiderata
4. Bosco J. 2002. *Songbook*, Rio de Janeiro, Lumiar Produções
5. Castro R. 2003. *Carnaval no fogo*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras
6. Cirese A.M. 1996. *Cultura egemonica e culture subalterne*, Palermo, Palumbo
7. Da Matta R. 1984. *O que faz o brasil Brasil ?*, Rio de Janeiro, Rocco
8. De Nicola J. 1999. *Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Literatura
9. Di Cristofaro Longo G. 1996. *Identità e cultura*, Roma, Studium
10. Luz M. 1988. Rio de Janeiro, Dabliù Discos
11. Malizia P. 2007. *Configurazioni*, Milano, Franco Angeli
12. Rauty R. (ed.). 1998. *L'urbanesimo come modo di vita*, Roma, Armando
13. Simmel G. 1995. *La metropoli e la vita dello spirito*, Roma, Armando

LITERATURA

**EU NÃO NASCI NO SAMBA, MAS O SAMBA NASCEU EM MIM.
O QUE DIZER DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE?**

GABRIELA TAVARES CANDIDO DA SILVA ^a

GIOVANE DO NASCIMENTO ^b

gabrielatcandido@gmail.com

giovanedonascimento@gmail.com

RESUMO

O texto pretende relacionar temas tais como identidade, representação cultural e subjetividade como os contextos de criação do samba e de sua simbologia. É importante notar, para não fugir ao óbvio, que este trabalho não busca resolver certas querelas antigas relacionadas ao samba, afinal, sua solução estaria em franca contradição com o próprio propósito do trabalho, que é o de interrogar-se sobre um fenômeno cultural que por mais que se tentem definir ele teimosamente insiste em se reinventar.

Palavras-chave: Samba, identidade, pertencimento.

ABSTRACT:

The text intends to relate themes such as identity, cultural representation and subjectivity as the samba creation of contexts and their symbology. It is important to note, not to escape the obvious, that this paper seeks to resolve some old quarrels related to the samba, after all, his solution would be in open contradiction with the very purpose of the work, which is to question a cultural phenomenon however much you try to set it stubbornly insists on reinventing itself.

Key-words: Samba, identity and belonging.

INTRODUÇÃO

A identificação que temos com uma determinada cultura e sua representação social ou política, entre outras categorias, por vezes nos remonta a reflexões sobre as noções de pertencimento, de afetividade e de práticas coletivas, conduzindo-nos a um jogo constante

^a Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem. Bolsista FAPERJ.

^b Professor do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem.

ora de distinção, ora de afinidade. Nesse sentido, podemos nos perguntar por que nos identificamos com uma determinada expressão cultural? E, por conseguinte, por que ao “escolhermos” determinadas expressões culturais estaríamos, em princípio, nos abstendo de outras tantas expressões? E, finalmente, será mesmo que podemos falar em escolhas? E esta seria resultante de um processo de decisão consciente, premeditada e calculada das nossas ações? Ou podemos pensar que existem outros atributos que interferem nesse processo de adesão?

Essas são algumas das questões levantadas nesse trabalho. E, para fins de nossos interesses, procuraremos conduzi-las tomando o samba como nosso mote.

1. QUAIS SÃO OS MISTÉRIOS DO SAMBA?

Evidentemente nos colocamos uma pergunta retórica, afinal, nossa intenção não está em responder esta pergunta, o que seria uma pretensão inglória. Tantos estudiosos trabalharam duramente sobre essa temática, ora para fins históricos, sociais, ora visando estudos antropológicos e culturais, e o que percebo nas intenções de curiosos e intelectuais que os fazem é que há tanto desejo de chegar às raízes centenárias do samba, que as características de seus trabalhos se fundem com o prazer de trazer outras perspectivas e ângulos variados sobre o tema – talvez com a finalidade de compartilhar outros saberes, outras práticas e outros olhares. Apelando para uma metáfora imagética poderíamos dizer que seria como tomar uma fotografia gélida e compacta e tentar imaginar o que a imagem representou em seu tempo, ou ainda como desconfigurar a imagem pronta a fim de tentar tornar dinâmica as impressões, gestos, olhares, indumentárias, cores e todos outros símbolos que a imagem congelada importa.

Tomaremos esse caminho porque compreendemos que estes olhares diversos sobre as “histórias ocultas” que o samba traz são partes de um quebra cabeça que, com certeza, nunca chegaremos a arrumar. Esse esforço aparentemente inglório ao invés de nos causar desânimo, ao contrário, se torna ainda mais convidativo deixando- nos mais envolvidos com a questão, é como se houvesse uma satisfação implícita, o simples lidar com a questão já se torna um desafio, e aprendemos que o Samba não pode ser entendido de maneira unívoca. O samba é um código social tão singular de nossa cultura afrodescendente que trabalhá-lo de forma fragmentada nos garante uma imersão sociológica inigualável. Desta forma, buscamos neste trabalho uma análise, ainda que inicial, sobre a identidade de um povo que tem o samba como representação social e

histórica. Vale dizer também que, algumas incursões literárias em Hermano Vianna, Gilberto Velho, Muniz Sodré, Stuart Hall, Zygmunt Bauman, entre outros foram de grande valia para este estudo contribuindo, seja para uma melhor explicitação do que se entende por identidade, ou, ainda por representação, adaptando tais conceitos ao que se refere especificamente à temática do samba. Talvez esteja aí o mistério do samba: na imensa e variável gama de intenções e provocações que despertaram em alguns de nossos autores e para nós mesmos a aceitação do desafio da sua constante (re) criação.

1.1 O JOGO DE SEDUÇÃO, ENCANTAMENTO E PAIXÃO

Em *O mistério do samba*¹ Hermano Vianna trabalha com algumas categorias importantes, como “afro-brasileiro”, “heterogeneidade cultural”, conceitos que toma emprestado do seu professor o estudioso Gilberto Velho em *Individualismo e Cultura*², além de “brasilidade” e “mediadores transculturais”. Em que pese o rigor conceitual das definições tomadas por Hermano Vianna, em nenhum momento o autor se preocupou em apresentar uma definição, ou uma (de) delimitação dos conceitos, na medida em que reconhece a importância da plasticidade do tema. O que nos interessa é que o mistério, o qual Vianna se propõe a desvendar, tem muito mais a ver com a aventura de se deixar envolver com o jogo incessante de construção e desconstrução de sentido, são fragmentos que nos movem ora para o morro, ora para a cidade, da beleza do desconhecido, da história que se faz e refaz, do percurso constante, e não simplesmente do descobrimento de um fato.

O livro “O mistério do samba”, fruto da pesquisa de doutoramento em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ defendida em 1994, contou com o esforço magistral do autor na busca pela garantia de um espaço de interlocução que não excluiria ninguém. O pesquisador Hermano Vianna teve certos cuidados para que sua linguagem acadêmica, fruto de seu ambiente de pesquisa, não fosse transportada para o livro, justamente porque sua intenção foi escrever para um público ainda mais amplo, composto por amantes do samba de modo geral. Preocupado em abordar o processo de nacionalização do samba, o autor procura responsavelmente discorrer sobre a relevância do cenário carioca como um dos símbolos do fortalecimento do samba para a ampliação territorial e midiática da

¹ CF. VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

² Cf. VELHO, Gilberto. 1981. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, p. 13-37.

cultura afro no Brasil, sem levantar uma bandeira radical em defesa do Rio de Janeiro como centro de aculturação do samba no Brasil, como alegavam outros estudiosos, a fim de não tomar partido em defesa de uma “unidade da pátria”.

É curioso saber que a relação do autor de “O mistério do samba” não aconteceu de forma intencional, ao contrário, foi um encontro espontâneo, como ele próprio afirma,

“Não tinha exatamente essa intenção quando entrei para o doutorado. A princípio, meu projeto era estudar o rock brasileiro, mas já centralizando a análise na relação entre o rock e cultura nacional brasileira. (...). Acabei totalmente seduzido pelo samba, que tomou conta de (quase) tudo. A sedução começou quando li a respeito de um encontro entre a turma de Gilberto Freyre e a turma de Pixinguinha³.”

Esse encontro entre intelectuais e sambistas em geral não foi uma excepcionalidade é muito comum em toda história do samba esse convívio, criticado por alguns, elogiado por outros o que importa é que a mistura que gerou o samba se fez pelas mais variadas formas, o que dá ao samba e o processo de sua produção um ar extremamente democrático. Como nos diz o Muniz Sodré em seu livro Samba, o Dono do Morro, a marginalização sócio-econômica do negro foi acompanhada por uma desqualificação de sua cultura (música, dança e religião), mas, no Rio de Janeiro podemos falar de uma resistência através das festas, reuniões familiares, bailes e temas religiosos foram se misturando a outras formas de sociabilidade incluindo o contato interétnico, é muito comum relacionar o partido alto com a influência nordestina do repente, embora saibamos da relevância do Jongo para essa modalidade de samba.

Diferente disso, daremos atenção ao samba pelo viés da subjetividade, da contemplação enérgica, abrupta e passional que ele faz despertar em seus devotos, visto que o samba “é corpo, é alma, é religião”. Sobre o caráter recôndito que o autor faz menção, um de seus primeiros apontamentos é sobre a ideia que estava sendo construída por volta dos anos 1930 de uma “identidade do povo sambista” – uma temática que foi rigorosamente discutida por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Prudente de Moraes, entre outros intelectuais que influenciaram a defesa de uma identidade nacional, graças a um fascínio pela cultura popular carioca que estava sendo alimentado.

A pergunta a ser feita era a seguinte: “a quem cabe definir o que realmente é brasileiro?”, portanto “quem definia o que era digno de ser considerado genuinamente nacional? Quais as características necessárias para compor o que poderia ser entendido como identidade

³ Cf. VIANNA, Op. Cit., p.14-15.

nacional?⁴” Essas questões inevitavelmente acabaram por constituir o mistério do samba, juntamente com o enigma da mestiçagem. São pesos aparentemente antagônicos – por um lado a elite carioca e nacional gesticulando possibilidades de criação e sustentação de uma identidade inquestionável; e por outro lado, a mestiçagem (considerada até então a causa dos males nacionais), mas que ao mesmo tempo corporificava o samba. Parece que tais distinções foram desaparecendo à luz dos encontros entre a turma do Freyre com a turma do Pixinguinha, como o autor verbaliza: “ Um momento tão importante para a formação da ideia de um Brasil ‘destapado’, o ‘afloramento’ do Brasil autêntico⁵”. Cercados de impasses, ideias contrárias e outras inquietações, tornava-se difícil uma concordância. Mas no que tange ao samba

“Uma coisa é a aceitação – no meio dessa autenticidade – do samba, outra é o culto do samba, valorizado como símbolo de nossa originalidade cultural⁶.”

O que Vianna suscita em sua pesquisa é que esse encontro entre camadas sociais e culturais distintas da sociedade revelou algo de novo no caráter de um povo que antes era assumidamente regionalista. Tomamos como exemplo, a música do Pará que não dialogava com a de Minas Gerais, a música da Região Sul, distante de uma relação com a música Caipira, por exemplo, e assim esse desencontro de culturas por todo o território nacional. Acontece que com o samba, proveniente de regiões da Bahia para a terra carioca, a lógica foi diferente. O encontro que poderia ser caótico e excludente, na verdade se tornou palco de interações sonoras, além de se contar com a contribuição de outros campos da cultura nordestina que também se acomodava nas casas das “Tias”.

“A música mais do que as outras artes, é descrita como tendo essa capacidade de, como dizia Antônio Cândido, realizar uma “quebra de barreiras”, servindo de elemento unificador ou de canal de comunicação para grupos bastante diversos da sociedade brasileira⁷.”

É importante ressaltar então que a construção do samba como um símbolo representativo da cultura nacional é fruto de um intercâmbio “músico-popular”. Ou seja, o encontro do grupo de negros, pobres e moradores dos subúrbios e morros do Rio de Janeiro (aqui se configura a camada dos compositores, cavaquinhistas, pandeiristas, violonistas) com o grupo dos intelectuais, jazzistas, oriundos de classes econômicas elevadas, gerou e sustentou o samba como identidade nacional, tendo em vista que a contribuição destes,

⁴ Cf. Ibid. p.30.

⁵ Cf. Ibid., p. 32.

⁶ Cf. Ibid p.32.

⁷ Cf. Ibid., p. 33-34.

mesmo que como espectadores ou incentivadores musicais, foi de fundamental importância.

1.2 O SAMBA COMO REPRESENTAÇÃO DO CORPO

“Na cultura tradicional africana, a música não é considerada uma função autônoma, mas uma forma ao lado de outras – danças, mitos, lendas, objetos – encarregadas de acionar o processo de interação entre os homens e entre o mundo visível (o aiê, em nagô) e o invisível (o orum⁸).”

Outro pesquisador que muito contribui quando se trata de samba é o professor Muniz Sodré, que em *Samba, o dono do corpo* (1998) se propõem a tratar do sentido do samba na sociedade brasileira, considerando-o como uma manifestação advinda da cultura negra, e, conseqüentemente, de camadas populares – ou seja, uma cultura de resistência que encontrou uma dinâmica própria para se manter coesa e, acima de tudo, que representa a afirmação da identidade negra no Brasil.

Sobre a preservação da memória, da dança e dos costumes da cultura africana, o negro teve que se reinventar para que sua gama de rituais sobrevivesse à cultura branca. Novas incursões no mundo dos senhores e sinhás foram feitas. O negro modificou os batuques e a dança africana para que seus costumes fossem aceitos nos salões de festas (entendam que a ação foi coletiva e necessária para a possibilidade de continuidade de suas manifestações culturais). Esse foi apenas o começo da repressão.

“Como em toda a história do negro no Brasil, as reuniões e os batuques eram objetos de frequentes perseguições policiais ou de antipatia por parte das autoridades brancas, mas a resistência era hábil e solidamente implantada em lugares estratégicos, pouco vulneráveis⁹.”

Assim, podemos dizer que o samba a partir daí deixou de ser apenas uma manifestação cultural para tornar-se um instrumento da luta pela afirmação da cultura e identidade negra. Esse foi um grande passo para a legitimação da luta pelos espaços urbanos. Tomemos o som, o ritmo, a síncopa, ou seja, toda a estrutura musical do samba como variáveis de legitimação desta identidade. Como assevera Sodré,

⁸ Cf. SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998., p 21.

⁹ Cf. Ibid., p. 14-15.

“Todo som que o indivíduo humano emite reafirma a sua condição de ser singular, todo ritmo a que ele adere leva-o a reviver um saber coletivo sobre o tempo¹⁰.”

Além disso, a afirmação cultural do samba como identidade não se consolidou pelo ritmo, pela batucada, pela dança sincopada e seus cantos. Na verdade, essas características foram o que podemos chamar de “a chama” do processo histórico. Contudo, a garantia de cidadania e espaço social no território urbano só se daria por meio de entraves sociais¹¹.

O samba de Nelson Sargento, *Agoniza, mas não morre*¹² retrata a luta contra a dominação e a tirania advinda de uma cultura branca que marginalizava o samba e todos os traços africanos que representassem continuidade das raízes negras. De forma mais abrangente, uma das características da música negra é a gana de resistência, é a luta pela consolidação da identidade do samba. Da identidade de um povo.

Samba,
Agoniza mas não morre,
Alguém sempre te socorre,
Antes do suspiro derradeiro.

Samba,
Negro, forte, destemido,
Foi duramente perseguido,
Na esquina, no botequim, no terreiro.

Samba,
Inocente, pé-no-chão,
A fidalguia do salão,
Te abraçou, te envolveu,
Mudaram toda a sua estrutura,
Te impuseram outra cultura,
E você nem percebeu.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 21.

¹¹ Cf. Muniz Sodré chama esse processo de “reterritorialização” cf. *Samba, o dono do corpo*. P. 36.

¹² Cf. SONHO de um sambista. Produção de Nelson Sargento. Vídeo. Intérpretes: Nelson Sargento. Música: Agoniza, Mas Não Morre. 1979. (3 min.), son., P&B. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=GaSfqESq50w> >. Acesso em: 25 out. 2015.

1.3 O “ESPÍRITO ASSOCIATIVO” DE UM POVO

No artigo *Arqueologia do samba enquanto arqueologia do poder*¹³, Filipi Gradim compreende o samba como uma manifestação a-temporal, falando sobre a liberdade de um povo, sobre sua autonomia e o poder de vontade que este adquire em sua luta que pode ser entendida como uma resistência cultural nas chamadas casas das “Tias”, ou, em muito casos considerados como mães, afinal, aquele que frequentavam eram considerados seus “afilhados”. Não é à toa que foi batizada por um samba do Império Serrano de “mãe amor” por que deliberava sobre comunhão, espiritualidade, cuidava de seus convidados como se fossem filhos, passando valores e ensinamentos. O conjunto dessa relação foi denominado de “espírito associativo” – característica própria dos negros brasileiros, como salienta o autor.

“Livres foram os negros que puderam marcar presença na casa de Tia Ciata, afirmando com isso uma vontade há muito tempo acumulada de tensões e de esperanças, e que estava agora interessada em atualizar seu projeto, a saber: a fundação de uma vontade autônoma e de uma comunidade seleta onde essas vontades se encontrariam em nome da festiva afirmação de uma raça¹⁴.”

Tal espírito associativo do qual o autor fala aparece com frequência em letras de samba que relatam a receptividade com visitas (mesmo que inesperadas), a alegria da casa cheia, das panelas fartas com feijoadas bem temperadas, aguardente sem receio nas mesas e o samba de roda alastrando o ambiente a noite inteira, símbolo de uma generosidade, que talvez pudéssemos afirmar como pertencente à essência do Samba reeditado não somente no coração do Rio de Janeiro, mas em outras localidades onde o Samba é fenômeno de criação. Tomamos como exemplo para fins de ilustração, a letra do samba *Pagode do Zé*, do compositor Geraldo Gamboa, nascido e residente na cidade de Campos dos Goytacazes.

Não fui convidado

Nem fui avisado pro pagode do Zé

Mas em casa de bamba

¹³ Cf. GRADIM, Filipi. *Arqueologia do samba enquanto arqueologia do poder*. In: SILVA, Wallace Lopes (Org.). *Sambo, logo penso: Afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*. Rio de Janeiro: Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Cap. 4. p. 57-84.

¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 78.

Quem preside é o samba
Você sabe como é
Segura o pé
Nós vamos chegar junto
Eu morei no assunto
Sei que é uma boa
O boato que corre
É que o Zé quase que morre
Se der por falta de uma pessoa
Não dá furo em convite
Se alguém lhe pede caridade
Nem só de pão vive o homem
Essa é sua expressão. Oh, que felicidade!
Pode contar comigo
Só não vou por um castigo
Na casa desse bamba
E acima de tudo onde tem pandeiro e surdo
Não pode faltar um samba.

É CORPO, É ALMA, É RELIGIÃO

Eu não nasci no samba, mas o samba nasceu em mim
Quando eu pisei no terreiro, ouvi o som do pandeiro
Me encantei com o tamborim
Noite que tem lua cheia
Meu coração incendeia
Bate mais forte na marcação
O povo sacode o pagode
Batendo na palma da mão
É corpo, é alma, é religião.

“ARLINDO CRUZ; ROGÉ; ARLINDO NETO, 2014¹⁵”

O trecho da música *É corpo, é alma, é religião*¹⁶ se revela extremamente significativo para o que pretendemos abordar nesse trabalho. Um sentimento de desvelamento de si mesmo, a descoberta que nos surpreende, mas, ao mesmo tempo, que significa um reencontro com algo que sempre esteve imanente e que, no entanto, para essa redescoberta é imprescindível esse ambiente que permite uma certa exposição às percepções de mundo e as necessidades mais implícitas, capaz nos dizer com evidência não “o que somos”, mas “quem somos”. Alguns poderão dizer que trata-se de um processo de identificação e pertencimento¹⁷ que só acontece no e pelo contato, mas talvez possamos ser mais ousados e dizer que trata-se de algo ainda mais fundamental, na medida em que nos conduz a certa ontologia de nós mesmos, na medida em que nos sinaliza para um sentido das nossas ações. E, sem dúvida nenhuma, esse momento só poderá se dar através do que podemos chamar de vivência prática. A identificação, como conceitua Sean Nixon em seu artigo *Exhibiting masculinity*, é um processo que nos leva a uma identificação com o outro, seja pela semelhança, seja pela diferença. O que poderia parecer contraditório se faz muito claro quando no processo de aculturação, por um processo de imposição esse sujeito não se permite aculturar, não identifica aqueles valores com seus, embora, em muitas situações ele próprio não tenha se reencontrado com o valor cultural que o identifica. Como a letra do Samba nos diz é o samba que renasce como se fosse uma espécie de reminiscência cultural, na identificação com a síncopa, o corpo acompanha o ritmo “quebrado” que se converte em prazer, em afinidade em identificação. A intimidade com o terreiro, o som típico do pandeiro e o encanto pelo tamborim misturado aos corpos desenvolto e dançantes representam a linguagem própria do samba. E que linguagem é essa? Kathryn Woodward em *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*¹⁸ salienta que a linguagem, assim como os sistemas simbólicos, são algumas das manifestações que estão na base da construção de uma identidade. Dizendo isso, dizemos também que por ser fruto de sistemas simbólicos, o samba, portanto é relacional e social¹⁹.

¹⁵ Cf. CORAÇÃO a batucar. Intérpretes: Maria Rita. Música: é Corpo, é Alma, é Religião. 2014. (3 min.), DVD, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Ud2Axe3pKXg> >. Acesso em: 25 ago. 2015.

¹⁶ Cf. Ibid.

¹⁷ Cf. NIXON, S. 1997. *Exhibiting masculinity*. In: HALL, S. (org.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage/The Open University.

¹⁸ Cf. WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 1. p. 7-72.

¹⁹ Cf. Ibid.

(...) A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais²⁰.

Por outro lado, podemos também dizer que a identidade do samba só existe a partir de outras identidades, mas antropofagicamente o Samba se nutre de outras culturas, de outros saberes, aquilo que, aparentemente não deveria existir no samba, por se distanciar de seus símbolos, rituais e que, em princípio, não dialogaria com seu significante é incorporado por ele. Em outras palavras, a identidade, por assim dizer pode nascer da diferença.

Essa discussão na busca de uma construção no jogo da identidade, por vezes nos conduz a trilharmos um caminho estreito e perigoso, e os problemas se tornam mais graves se escolhermos tomar a ideia de identidade como algo fixo na sociedade, ou seja, uma vez construída, se torna imutável socialmente. Woodward em *Identidade e diferença*, e ainda Zygmunt Bauman²¹ ao discorrer sobre o tema a partir de uma entrevista realizada com Benedetto Vecchi salientam a necessidade de questionar quais os atributos definem o que pode ser chamado de identidade – uma vez que, segundo os autores, esse é um conceito que por muito tempo teve uma configuração extremamente fechada, sem se debruçar sobre questões que passam pela diferença, pelo jogo de poder, pela continuidade, pela cultura em movimento, pela dinâmica social e assim por diante. Nesse sentido, pelo que foi exposto anteriormente, não há sentido encaminhar uma discussão monológica, buscando fundamentar um sentido único, uma identidade autêntica e verdadeira do samba, e, principalmente, levando-se em conta o seu inegável percurso que não se negou a se expor a outras culturas e, por conseguinte, se reinventar. Por isso a interlocução entre Benedetto e Bauman sobre identidade fica bem caracterizada nessa passagem:

(...) o “pertencimento” e a “identidade” não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”²².

Bauman²³ ainda ressalta que como vivemos uma época “líquido-moderna”, ou seja, a era das incertezas, das ideias oscilantes no ar, em um mundo fragmentado e mal coordenado,

²⁰ Cf. Ibid.

²¹ Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

²² Cf. BORNHEIM, Gerd. *Metafísica e Finitude*. São Paulo: Perspectiva, 2001., p 17

²³ Cf. Ibid.

transita por diversas “comunidades de ideias e princípios” distintos. Essa análise, da sociedade atual talvez não faça sentido quando pensamos os primeiros anos de vida do samba no Rio de Janeiro. Os encontros envolvendo camadas sociais distintas, como mostrou Hermano Vianna²⁴, se tornou fundamental para a construção, confirmação e legitimação do samba como manifestação cultural, visto que ele já se fazia identidade de um povo bem antes disso – o povo negro. Ao mesmo tempo, levamos em consideração que com o passar das décadas o samba foi se modificando, ganhando novos moldes, e passou pela indústria mercadológica do rádio, da televisão e do cinema e para esses fins, como uma vez disse Carlos Lyra sofrendo a Influência do Jazz²⁵, o samba foi se modernizando. E nesse sentido, ele se transforma.

Pobre samba meu

Foi se misturando se modernizando, e se perdeu

E o rebolado cadê? Não tem mais

Cadê o tal gingado que mexe com a gente

Coitado do meu samba mudou de repente

Influência do jazz²⁶.

E sobre as transformações sonoras, rítmicas e poéticas que o samba foi enfrentando, em um certo tempo as coisas não foram tão tranquilas, a retirada de alguns instrumentos centrais para a batida do samba, foi duramente questionada, como podemos ilustrar na queixa musicada por Paulinho da Viola em *Argumento*²⁷.

Tá legal, eu aceito o argumento

Mas não me altere o samba tanto assim

Olha que a rapaziada está sentindo a falta

De um cavaco, de um pandeiro ou de um tamborim

Sem preconceito ou mania de passado

Sem querer ficar do lado de quem não quer navegar

²⁴ Cf. Vianna. Op.cit

²⁵ Cf. Só danço samba - ao vivo. Produção de Carlos Lyra. Intérpretes: Emílio Santiago. Música: Influência do Jazz. Rio de Janeiro, 2011. (3 min.), DVD, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=37Xeqr3jG8E> >. Acesso em: 25 out. 2015.

²⁶ Cf. Ibid.

²⁷ Cf. Op cit.

Faça como um velho marinheiro

Que durante o nevoeiro

Leva o barco devagar²⁸.

Toda identidade é historicamente específica²⁹, portanto, não é espantoso pensar que antes de ser consagrado à música nacional, originalmente brasileira, o samba passou pela época de ser visto como música de malandro, desrespeitosa ou ainda sem o “rebuscamento” de outros estilos. Contudo, esses mesmos percalços serviram de base para o que chamamos de identidade do samba. De uma forma ou outra, o conceito e a significação de identidade de Stuart Hall, trabalhado por Woodward, além de todos os caminhos que nos levam até ela nos mostram que identidade relaciona-se com símbolos sociais que nos formam em nosso dia a dia, e ela se relaciona à nossa necessidade de representação social. Não é uma simples escolha, ou um decisionismo, por que essa escolha não pode ser referendada, ela precisa atender a certos requisitos, não é pelo simples fato de nascer em Oswaldo Cruz ou Madureira que podemos nos servir disso como um argumento por autoridade, que basta um aceno para que eu me reconecte com um estado latente. Talvez isso não seja suficiente. É preciso mais do que essa suposta formação inata, para além desse suporte, ou após nascer no samba é fundamental que o samba aflore em você e esse sentimento ou estado de espírito é algo imensurável.

Sendo assim, quando nos sentimos partes de um grupo somos responsáveis por repensar, defender seus princípios, compreender suas influências, e quando nos sentimos representados significa dizer que para essa escolha, outras centenas foram negadas.

Bauman e Vecchi³⁰ foram capazes de problematizar as raízes do conceito de identidade e sobre sua consistência ou continuidade. O que nos importa pensar neste trabalho é que o formato do samba por vezes pode e deve sofrer alterações – contudo, não o desmerecer enquanto uma identidade que foi construída na história, pelos morros e quintais de roda de samba com auxílio luxuoso dos tamborins, atabaques, danças tribais, cachaças e quitutes. Ao contrário: aceitamos que o processo de afirmação de uma identidade está, por sua vez, calcado na interação com a história e com os seus atores sociais. Se não fosse assim, estaríamos vivendo de passado, retrocessos, memórias empoeiradas, abarcadas de restrições e embargos. E isso, meu caro leitor, definitivamente não é coisa de samba.

²⁸ Cf. Viola. Op. cit

²⁹ Cf. WOODWARD. Op. cit.

³⁰ Cf. Op. Cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por vezes identidade e alteridade, como vimos, se constroem sob a mesma base, levando-se em conta os princípios de semelhança e diferença. Ambas são fundamentais para se medir o peso que as representações simbólicas possuem no tocante a um sistema de identificação e de práticas de significação, como é o caso do samba. Relembramos da sua importância para a construção de identidade nacional em um momento onde se clamava por unificação, mas salientamos na mesma medida, a relevância de se pensar o samba como uma manifestação que representa uma coletividade (que age na sociedade e transforma seu tempo), tendo em vista outras que existem. Abrindo questões a partir do entendimento dessa pluralidade que se manifesta em tudo, nos símbolos, nas sonoridades, nas danças ou nos sabores. E nesse percurso variadas linguagens são construídas no interior do samba, linguagens rítmicas, construções de simbologias, por que assim como toda linguagem é viva por que se nutre das relações sociais, o samba entendido como linguagem também se mantém vivo, na medida em que se recria nas constantes relações sociais, que nunca se privou de participar, assim como nunca privou àqueles que visitaram e ainda visitam as casas das “Tias”.

LITERATURA

O CÃO SEM PLUMAS: REALIDADE, REPRESENTAÇÃO E REORDENAMENTO

VERÓNICA FALCÃO DE OLIVEIRA VINAGRE ^a

Resumo

O presente artigo vislumbra discutir elementos naturais que compõem a paisagem do Nordeste brasileiro, sobretudo do Sertão pernambucano, na obra *O Cão sem Plumas* de João Cabral de Melo Neto. A observância do ambiente, natureza, pessoas e histórias relacionam-se e produzem um cenário imbricado e próximo à real condição social brasileira.

Palavras-chave: Paisagem, Homem, Relações e Representação.

Abstract

This article envisages discuss natural elements that make up the landscape of the Brazilian Northeast, especially in the Pernambuco backwoods, in the work *The dog without Plumes* of João Cabral de Melo Neto. Observance of the environment, nature, people and stories are related and produce an imbricated scenery and close to the real Brazilian social condition.

Keywords: Landscape. Man. Relations. Representation.

Debruçar-se sobre a obra literária de João Cabral de Melo Neto é aceitar um desafio intrigante, a leitura exigente de uma poesia permeada de entraves minerais. Nesse caminho poético, pedregoso, rigoroso, árduo e enxuto, a voz arguta de um poema simples e por isso pleno de complexidade aponta para a palidez de uma paisagem agreste composta de elementos do mundo e, mais ainda, elementos peculiarmente humanos.

João Cabral, poeta recifense, situa-se no Modernismo brasileiro, período em que os resquícios de um romantismo elitizado ou mesmo uma *poiesis* sublimada cedem lugar à cor local, ao solo, ao povo e a uma nação que se estrutura ainda arraigada em modelos econômicos e sociais explicitamente divididos entre exploradores e explorados, em que é

^a Professora. Me.Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Brasil.

nítida a lacuna existente entre os ricos e os pobres; entre os grandes latifundiários de um sertão *severino* e os desgraçados filhos da seca.

Nesse sentido, João Cabral de Melo Neto acerca-se de um dizer elaborado, porém simples; a palavra é pedra bruta, material minuciosamente lapidado para ecoar a simplicidade revestida de agudeza, ou seja, os textos cabralinos despem-se do ornamento, da dissimulação e apontam para um trabalho vocabular enxuto, porém direto.

A leitura dos poemas configura a instituição de um olhar arguto, bem direcionado, não inebriado, um verdadeiro processo de debulhar as palavras, em um dizer bem cabralino, para assim compreendê-las.

Em face dessa percepção, o grande mote de sua poesia é, exatamente, relacionado a um árido, seco e mineral eixo Sertão-Sevilha, mesmo que separados continentalmente. E, a partir de uma observação mais contundente e elaborada em se tratando do Nordeste brasileiro, sobretudo ao Sertão pernambucano, afloram elementos verdadeiros, que compunham a realidade de um local existente, permeado de uma dureza não somente poética, mas legítima, em que cenário, ambientação, pessoas e histórias friccionam-se à real condição de um Brasil subdesenvolvido, com profundas desigualdades sociais, um país em que a produção, mão-de-obra e desenvolvimento escorrem para um elitizado e também parcialmente desenvolvido centro-sul.

Contudo, falar sobre verdade em um texto literário denota pensar acerca da representação a que a literatura faz do real. Importa saber que elementos compõem esse cenário verossímil, quais circunstâncias o poema evoca e por que a escolha de um vocábulo e não de outro para gerar o significado e a compreensão a que o leitor apreende de sua leitura. Não implica dizer que a leitura de um texto literário é interpretar o real circundante ou ainda é um trabalho de decifração a partir de dados ou informações suscitados. Obviamente, o texto literário não denota um texto histórico, porém, traços representativos de uma realidade podem fazer-se presentes e contribuir para a sua (re) significação.

A escritura de João Cabral de Melo Neto é toda estruturada em uma tipologia textual única: o poema é a forma encontrada pelo poeta para dar forma e voz à sua criação. Seu fazer poético é apresentado a partir da ação de debulhar os elementos que compõem o cenário e que contribuem para a representação de um contexto de miséria e vazio, uma profunda e pontiaguda escassez humana. E, acercando-se mais de sua obra, é interessante observar a construção e a representação social a que alude o poema “*O cão sem plumas*”. Em linhas gerais, o poema é composto de quatro momentos: Paisagem do Capibaribe I, Paisagem do Capibaribe II, Fábula do Capibaribe III e Discurso do Capibaribe IV. Vê-se,

a princípio, a estreita relação do poema com o rio Capibaribe, rio que corta praticamente todo o estado de Pernambuco, em um movimento do interior até Recife, a capital. Há uma profunda descrição desse rio cuja representação da realidade muito tem a ver com a condição do material humano existente em suas margens, a secura do rio mescla-se à secura humana em um processo de esgotamento e aniquilamento de ambos.

A representação da realidade dá indícios desde o título do poema, pois a figura do cão possui uma relação simétrica à imagem do rio. Nesse sentido, o cachorro, inserido no contexto de danação e nulidade, revela não lisonja ao ser evocada sua figura em texto poético, mas o condicionamento do rio e dos homens às circunstâncias históricas e geográficas a que são submetidos. O cão transforma-se em uma alegoria séria, problemática e mesmo trágica, como se vê logo no início do texto:

§ A cidade é passada pelo rio
como uma rua
é passada por um cachorro;
uma fruta por uma espada.

§ O rio ora lembrava
a língua mansa de um cão,
ora o ventre triste de um cão,
ora o outro rio
de aquoso pano sujo
dos olhos de um cão.

[...]

(MELO NETO, 1994, p. 105)

E falar em representação, é evocar a imagem do que se denomina realidade em um produto ficcional, ou seja, o resultado literário pode ser comparado à imitação de um real pré-existente e que motivaria o consciente trabalho do poeta em tecer artesanalmente o embrulho escamoteado, a mensagem, o código consistente e sólido do fazer poético, englobando para tal o plano estético e formal.

O arranjo das palavras, seu agrupamento e a escolha estilística, por exemplo, não são gratuitos, pois o trabalho artístico não é imotivado. Quando Aristóteles ^a discute sobre a poesia, a imitação e os modos de imitação, depreende-se objetivamente que o todo do texto literário, mais propriamente aqui nesta reflexão o texto poético cabralino, compõe-

^a ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. o. 23.

se de elementos como vocábulos, ritmo e imagens que se somam para a produção de um efeito, qual seja, a temática social de um nordeste esqualido como a figura de *O Cão sem plumas*: “do mesmo modo que alguns fazem imitações segundo um modelo com cores e atitudes, – uns com arte, outros levados pela rotina, outros enfim com a voz (...) nas artes (...) a imitação é produzida por meio do ritmo, da linguagem e da harmonia empregados (...)”.

Dessa forma, “*O Cão sem plumas*”, poema escrito entre os anos de 1949 e 1950, apresenta uma geografia deflagrada para além da terra, do solo seco e árido, apresenta, pois, uma geografia humana, mais ainda, a humanização de elementos naturais que se hibridizam aos humanos a fim de revelar a condição grotesca e dura do sertão pernambucano. Em *Paisagem do Capibaribe I*, há uma nítida apresentação interior do rio. Elementos como a cidade, a rua e a fruta são cortadas e, portanto, divididas pelo rio, pelo cachorro e pela espada, respectivamente, conforme fragmento apresentado.

Há a descrição de seu interior, o rio Capibaribe, bem como o cão sem plumas, isto é, sem vida, sem adornos, sem cobertura, é, pois, seco, desconhece a vida de um rio caudaloso, vigoroso, pleno de peixes que nadam suas águas azuis. O rio, em *Paisagem do Capibaribe I*, expõe suas mazelas e lança uma comparação curiosa:

§ Aquele rio
jamais se abre aos peixes,
ao brilho,
à inquietação de faca
que há nos peixes.

Jamais se abre em peixes.

§ Abre-se em flores
pobres e negras
como negros.

Abre-se numa flora
suja e mais mendiga
como são os mendigos negros.

Abre-se em mangues
de folhas duras e crespos
como um negro.

(MELO NETO, 1994, p. 105 – 106)

É instigante justamente quando se questiona como o contexto social concretiza-se no texto literário. Esse trecho relaciona o rio pobre, sem vida e enlameado a mendigos

negros. Esses dois núcleos de significados (rio e negros) apontam para a criação de uma nova realidade além daquela ordinária e cotidiana do rio e dos seres humanos: um passado de escravidão insiste em manter-se vivo no contexto do poema. O fato de haver a comparação ideológica entre os dois elementos permite a compreensão de uma sociedade que, assim como o rio, é composta de lama, pântano e mangue. Esses seres humanos são jubilados da sorte e essa analogia contrapõe-se quando o poema em uma crítica mordaz à elite da sociedade pernambucana assim a configura:

[...]

Algo da estagnação
das árvores obesas
pingando os mil açúcares
das salas de jantar pernambucanas,
por onde se veio arrastando.
§ (É nelas,
mas de costas para o rio,
que “as grandes famílias espirituais” da cidade
chocam os ovos gordos
de sua prosa.
Na paz redonda das cozinhas,
ei-las a revolver viciosamente
seus caldeirões
de preguiça viscosa.)

(MELO NETO, 1994, p. 107)

Há, pois, uma representação humana mediada no poema, ao que se pode dizer que é a síntese de uma realidade entre o jogo de originalidade e espelhamento. O *Cão sem plumas* apresenta por meios desses elementos constituintes do mundo real, logo fatídico, a constituição de um outro, ou seja, uma reordenação alegórica e criativa do mundo, um novo organismo instituído a partir da singularidade inerente ao texto literário.

Já em *Paisagem do Capibaribe II*, a visão passa a ser exterior ao rio, há uma percepção, porém esta não se refere ao interior do ambiente aquoso, na verdade, agora, é como se a paisagem fosse observada a partir do rio. Dessa forma, há uma circularidade entre os elementos lama – homens – cão, o que designa a imbricação entre eles, como pode ser constatado em:

§ Entre a paisagem

(fluía)

de homens plantados na lama;

de casas de lama

plantadas em ilhas

coaguladas na lama;

paisagem de anfíbios

de lama e lama.

§ Como o rio

aqueles homens

são como cães sem plumas

(um cão sem plumas

§ Um cão sem plumas

é quando uma árvore sem voz.

É quando de um pássaro

suas raízes no ar.

É quando a alguma coisa

roem tão fundo

até o que não tem).

[...]

(MELO NETO, 1994, p. 108)

Percebe-se no fragmento acima que o elemento “lama” traduz o ambiente que o homem vive e ao que se mescla. Enquanto suas casas são coágulos na lama, isto é, solidificam-se em meio ao ambiente enlameado, os homens, por sua vez, compõem a paisagem como seres anfíbios, já que habitam um cenário cujo rio é flagrante terra negra. Demonstra-se, dessa maneira, que essa situação explicita a própria condição humana em que os elementos, misturados, tornam o homem não só híbrido, mas, principalmente, perdido de si mesmo ao cruzar elementos como: árvore sem voz; pássaros com raízes no ar; roer fundo o que não tem.

As palavras e a circularidade sugerida por elas (cão, lama, homem, rio) apresentam, em Paisagem do Capibaribe II, a construção da nulidade, uma mistura que comprova a danação de um contexto, a dissipação de uma realidade que não oferece perspectivas otimistas. Significa dizer que o chão histórico que se pauta o poema não se alija do chão

histórico de um Brasil latifundiário e com intensas desigualdades sociais, muito embora a realidade expressa pelo texto literário não evidencie fidedignamente a realidade do *modus operandi* cotidiano, presta-se a literatura a recriar, reordenar, aproximar, sintetizar ou mesmo apontar para uma verdade indelével e singularizada. Quando Antônio Cândido² elabora uma reflexão acerca de *O Cortiço* e de *L'Assommoir*, esboça sua posição que concorre para justificar essa afirmação:

(...) nós sabemos que, embora filha do mundo, a obra é um mundo, e que convém antes de tudo pesquisar nela mesma as razões que a sustentam como tal. A sua *razão* é a disposição dos núcleos de significado, formando uma combinação *sui generis*, que se for determinada pela análise pode ser traduzida num enunciado exemplar. Este procura indicar a fórmula segundo a qual a realidade do mundo ou do espírito foi reordenada, transformada, desfigurada ou até posta de lado, para dar nascimento ao outro mundo.

Em se tratando da Fábula do Capibaribe, o tom poético preza por uma essência mais alegórica e imagética, como o próprio termo *fábula* indica. Então, a imagem do mendigo e do cachorro é retomada e com ela uma comparação interessante entre o mar e o poeta. O mar, visto como uma bandeira desdobrada roendo com “seus dentes e seu sabão” suas praias; e o poeta, por sua vez, “polindo esqueletos”, como o trabalho que faz com a palavra. O mar, mais forte, sugere um encontro até cruel com o rio fraco, acanhado e temeroso daquela invasão severa:

§ O rio teme aquele mar
como um cachorro
teme uma porta entretanto aberta,
como um mendigo,
a igreja aparentemente aberta.
§ Primeiro,
o mar devolve o rio.
Fecha o mar ao rio
seus brancos lençóis.
O mar se fecha
a tudo o que no rio
são flores de terra,
imagem de cão ou mendigo.
[...]

(MELO NETO, 1994, p. 112)

² Cf. CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004. p. 105.

As metáforas utilizadas para a ambientação desse contexto pontuado, como é o do rio Capibaribe no poema, são instauradas para gerar uma amplitude de sentido e significância em relação aos dados unicamente históricos. O elenco não é surpreendente: rio, mar, lençol, igreja, flores, porta, mendigo e cão, por exemplo, são elementos comuns do mundo regular e concreto, ao qual a espécie humana encontra-se inserida. Entretanto, dispor desses elementos em um texto com a finalidade de (re) criar um novo sentido por meio do jogo, do arranjo e do estilo é o que pode responder com eficiência o que é o literário e o poético dentro do universo da linguagem e da representação.

Em *Discurso do Capibaribe* não é diferente. Nesse momento, o poema retoma a circularidade através de outros tantos elementos. Agora, o “discurso” do rio não se volta ao seu interior ou exterior, mas, sobretudo, à relação estreita entre o cão, o rio e o homem. O tema *vida* está presente e o rio parece ensinar ou mesmo mostrar como, nessa sina endurecida e consistente, deve-se viver, mesmo que isso signifique que o que vive “incomoda de vida” e “choca”. Obviamente, dada a realidade apresentada, o ato de viver torna-se insistência e persistência, já que o homem, o rio e o cão produzem sempre uma imagem pálida e sórdida. Não há indícios de melhoramento, mudança ou transformação de sua condição social. O poema, portanto, fricciona as imagens a fim de criar o efeito nulo de uma existência humana *severina*, ou seja, árida e rija:

§ Como todo o real
é espesso.
Aquele rio
é espesso e real.
Como uma maçã é espessa.
Como um cachorro
é mais espesso do que uma maçã.
Como é mais espesso
o sangue do cachorro
do que o próprio cachorro.
Como é mais espesso um homem
do que o sangue de um cachorro.
Como é muito mais espesso
o sangue de um homem
do que o sonho de um homem.
[...]

(MELO NETO, 1994, p. 115)

Repara-se a circularidade insistente, há um fluir que muito tem a ver com o rio, no entanto, retorna sempre ao mesmo ponto: o de uma existência esquálida, uma condição de vida determinada por uma estrutura social perene e imutável. Assim, o real é espesso; o rio é espesso e real; a maçã é espessa; o cachorro é mais espesso que uma maçã; o sangue do cachorro é mais espesso que o próprio cachorro; o homem é mais espesso que o sangue do cachorro; é muito mais espesso o sangue do homem que o sonho dele.

Com a gradação, entende-se que o homem é o que há de mais denso nessa circularidade, os sonhos são espectros menos consistentes, o que há de sólido e verdadeiro na cadeia é a sua existência. Mais adiante no poema, a maçã é colocada em evidência exatamente para aludir à fome como a instauração de uma crítica social:

[...]

Como uma maçã
é muito mais espessa
se um homem a come
do que se um homem a vê.
Como é ainda mais espessa
se a fome a come.
Como é ainda muito mais espessa
se não a pode comer
a fome que a vê.

[...]

(Ibidem, p. 115)

Assim, a verdadeira consistência e solidez a que alude o poema é mostrar quão grossa, grotesca e endurecida é a vida desse homem: um sujeito feito de lama e pântano, como um cão sem plumas ou um fio de rio que teima em sobreviver aquosamente. Observa-se, portanto, a modelagem que se faz da realidade, os elementos escolhidos para representá-la não são aleatórios. A comparação do cão ao rio e desses dois ao homem não se distancia da geografia local, o que ratifica sua extensão à geografia humana, o delineamento das palavras que corrobora para compor o cenário de miséria, vazio e escassez da natureza e do homem.

Nesse dizer simples e elaborado, a vida do sujeito sertanejo é tratada, na poética cabralina como luta, o que traduz a diferença de classes, um viés capitalista e esclarecedor da condição do homem e do meio, como é verificável em:

§ Porque é muito mais espessa
a vida que se desdobra
em mais vida,
como uma fruta
é mais espessa
que sua flor;
como a árvore
é mais espessa
que sua semente;
como a flor
é mais espessa
que sua árvore,
etc. etc.

§ Espesso,
porque é mais espessa
a vida que se luta
cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave
que vai cada segundo
conquistando seu vôo).

(MELO NETO, 1994, p. 116) (grifo nosso)

Assim, observar criticamente o texto literário como produto de uma realidade é perceber sua originalidade, ou seja, a reunião de elementos do mundo concreto para a instauração de um novo pautado em um espelhamento e, a partir dele, gerar uma singularidade, exatamente como ocorre em *O Cão sem plumas* cujos elementos concorrem para a representação alegórica de um mundo em desalinho, implica, portanto, a compreensão de uma nova realidade ordenada a partir do olhar arguto lançado a um Brasil discrepante e legitimamente desigual.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

1. MELO NETO, João Cabral de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.



ESTUDOS

DIREITO

A JUSTIÇA SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS

MARCIAL MIGUEL SAMALINHA ^a

mmsamalinha@gmail.com

INTRODUÇÃO

Propor um discurso científico sobre a justiça social enquanto condição necessária da concreção dos direitos humanos é advogar a base segura de qualquer sociedade que pretenda enamorar-se por um ideal de fraternidade e solidariedade. A Justiça e os Direitos Humanos são valores sublimes bem expressos, quer na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adiante designada (DUDH) de 1948, quer na Constituição da República de Angola, adiante designada (CRA).

Neste trabalho de investigação científica, desconstruiremos o presente jurídico que passa, sem todavia nos distanciarmos de um passado dos direitos humanos por nós desconhecido mas que selou a história do Homem e impõe a necessidade de compreender hoje, mais do que ontem, o lugar e a função do Homem no Mundo.

Procuraremos clarificar que nenhum direito social, enquanto direito humano deve ter a sua tutela condicionada. Dito de outro modo, nenhum direito humano pode ter nem mais nem menos protecção que outro, pois a pessoa humana é um todo.

Os direitos sociais são, na ordem jurídico-constitucional angolana, direitos fundamentais e, para tanto, devem ser considerados, beneficiando do regime e da força normativa que, na verdade, identificam e qualificam a natureza de um direito fundamental num Estado Social de Direito, como o nosso. Sustentamos, com efeito, que os direitos sociais,

^a Formação Superior em Filosofia no Seminário Maior de Cristo Rei no Huambo; Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto; e em Desenvolvimento de competências-Protocolo e Relações Públicas pela Diplomát System; Curso de regime de propriedade horizontal, de registo predial e ordenamento do território e processos de justificação administrativa pela L.C. Luanda Consulting Team. É Conservador de 1ª Classe da Conservatória dos Registos da Comarca do Huambo.

enquanto direitos fundamentais, são verdadeiros direitos humanos. A sua consagração constitucional não é mais do que o reconhecimento da igual dignidade humana a todas as pessoas independentemente da sua cor, raça, local de nascimento e língua.

Não obstante a DUDH e as Constituições dos diversos países do Mundo democrático consagrarem “*ipsis verbis*” um vasto e rico elenco de direitos sociais na qualidade de direitos fundamentais, e então sendo direitos humanos, são ainda escassos e de certo modo ténues as consequências reais que se têm tirado de tal opção. Por isso, o presente trabalho preocupa-se com a evidenciação da necessidade que nos dias que correm se impõe com muita acuidade de se ter o Homem como sujeito de direitos e não como objecto ou meio para a satisfação de quaisquer outros interesses.

Tomaremos a realidade da justiça social não tanto à luz dos factos sociais dissociados da “*ratio*” constitucional, mas, e sobretudo, à luz daquilo que é o ordenamento jurídico angolano que emana da CRA de 2010. Desde já, salientar, que os direitos sociais são, na ordem constitucional angolana, direitos fundamentais, e como tal devem ser considerados e devem beneficiar do regime e da força normativa que identificam a natureza de um direito fundamental, num Estado Social de Direitos e julgamos que apenas nesta perspectiva os direitos sociais estarão além da sua “proclamação política”.

Decerto, nos estados com fortes desequilíbrios de desenvolvimento ou de crescimento económico, em que as questões sociais assumem um pesado lastro determinante no árduo processo de construção do Estado Social de Direito e da sociedade democrática, a consideração dos direitos sociais enquanto questão constitucional na vida de cada comunidade politicamente organizada, assume uma importância vital a ter em conta na elaboração de políticas públicas. Todavia, não podemos deixar de reflectir e sublinhar que a crise económica que assola muitos países tem sido o grande obstáculo na concretização e realização dos direitos sociais.

O problema de direitos sociais e de justiça social, entendido como problema de direitos humanos é um problema jurídico-constitucional e não apenas uma questão política que lhe vem associada de acordo com a verdade inconcussa de que a Constituição é o estatuto jurídico do político. Falaremos da Globalização no contexto da concreção dos direitos sociais e analisaremos os efeitos do seu impacto num Mundo em que os interesses económicos estão acima da tutela da dignidade humana que se impõe, a olhos vistos. Não deixaremos de reflectir e apontar caminhos conducentes à protecção dos direitos sociais já conquistados, facto que só é possível se os estados forem financeiramente capazes de

suportar os custos de uma opção que não se compadece com a simples consagração de direitos.

Os direitos declarados na DUDH, estão agrupados em quatro secções: direitos pessoais, judiciários, civis e políticos e direitos sociais. Finalmente, vamos ater-nos aos direitos sociais. Para tanto, apresentaremos o texto da DUDH, tal como foi aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e os artigos da CRA, que vão de encontro a cada um dos direitos sociais da já referida declaração da ONU.

I CAPÍTULO. A JUSTIÇA SOCIAL

1. O SENTIDO DO DIREITO

O direito é uma realidade social. Por isso o seu sentido está intimamente ligado ao Homem, aliás, entre todos os seres vivos o Homem é o único ser social pela sua própria natureza. Por conseguinte, o sentido do direito está associado ao inacabamento ontogenético do Homem o qual caracteriza a sua incompletude essencial. Daí a necessidade conatural ao Homem de aquela incompletude da sua ontogénese ser completada pela sociogénese. Esta realidade sociogenética cria necessariamente instituições que servem de base para a “representação da consciência social” do justo e do injusto, do certo e do errado, de modo a garantir a paz e a segurança nas relações interpessoais, na comunidade. Na verdade, a consciência social do justo depende da cultura, e também varia de acordo com as épocas. Sublinhe-se que a Justiça é a mesma em todos os tempos e lugares. Todavia a consciência do justo é grandemente influenciada por muitos factores, de entre eles, a cultura e a ideologia dominantes. Por isso, tem-se afirmado que o direito não é universal. Universal é a necessidade humana de se viver segundo certa ordem de valores e normas. Na verdade, uma vez que não existe uma única forma de se ser Homem, não existe também uma única forma de protegê-lo através do Direito. Daí a razão da existência no Mundo de muitos tipos de direitos (socialista, capitalista) e ainda as grandes famílias de direito (Romano- Germânico ou Civil Law e Anglo-Saxónico da Common Law). É na lógica deste entendimento que João Batista Machado afirma que a grande variabilidade das instituições de povo para povo, de cultura para cultura abundantemente comprovada pelos estudos antropológicos. A maneira de ser

Homem (e a maneira de chegar a ser Homem) variam tanto como as culturas do Homem¹. Assim podemos afirmar que a incompletude sociogenética do Homem é a condição necessária para a criação de instituições que o orientam no sentido da justiça social².

O direito tem de ter um fundamento e este não é mais do que algo identificado à justiça. Para tanto, impõe-se que os estudantes do direito, ou seja, os juristas e aqueles que têm a seu cargo definir o direito na sociedade, se dispam da subjugação imposta pela prisão de uma ortodoxia herdada, pois a justiça nos parece ser uma realidade dinâmica. Não é propósito deste trabalho discutir se é ou não o sentimento jurídico colectivo que cria o direito ou se é o direito que cria o sentimento colectivo do justo, pois a acuidade desta reflexão exige um desenvolvimento autónomo alheio aos interesses que norteiam o presente tema.

O Direito assim relacionado com a Justiça resulta da ideia de Homem predominante. O Direito é feito pelos Homens e para os Homens, aliás, a Justiça, fim do direito, deve exaltar a dignidade de outrem. Deste modo, Arthur Kaufmann diz que a finalidade do direito é o “*bonum commune*”, isto é o bem comum de todas as pessoas³. Por isso Radbruch, citado por Kaufmann considera o Homem como o fundamento e fim de todo o direito⁴. Os Homens carecem de certa ordem social para que a sua vida seja assegurada, pois num Mundo como o nosso em que os bens são sempre escassos para a satisfação das necessidade individuais, a lei e o direito aparecem para regular e sobretudo normar o estado de natureza das pessoas⁵. Neste trabalho, a Justiça enquanto “*ratio*” do direito tratá-la-emos à luz da fórmula do direito romano e de Cícero: “*iustitia est constans et perpetua voluntas suum cuique tribuens* (justiça é a constante e perpétua vontade de dar a cada um o que é seu)⁶. Na verdade, “*o suum cuique tribuere*”, isto é, dar a cada um o que é seu, impregna o sentido intrínseco e próprio da natureza do direito.

¹ MACHADO, João Baptista. *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, G.C. Gráfica de Coimbra, Lda, Janeiro, 2010, p. 9.

² Cf. Ibid, p. 32.

³ KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do Direito*, p. 274.

⁴ Cf. Id, p. 274.

⁵ Cf. Ibid, p. 288.

⁶ Cf. Ibid, p. 226.

1.1-CONCEITO JURÍDICO DE DIREITOS SOCIAIS

Os chamados comumente direitos sociais, ou ainda direitos de segunda geração, surgem como resposta jurídica às desigualdades e disfunções económicas. Todavia, cabe-nos esclarecer que o que hoje testemunhamos como gerações de direitos não é uma sucessão, tal qual o conceito pode fazer entender, mas antes uma expansão, cumulação e fortalecimento dos direitos humanos consagrados consoante uma visão necessariamente integrada de todos os direitos humanos, por isso, alguma doutrina prefere a denominação de “dimensões de direitos”. As chamadas gerações de direitos humanos não devem ser interpretados de modo isolado, mas de modo eclético⁷.

Os direitos sociais visam, “*grosso modo* “garantir jurídico-constitucionalmente o acesso individual a bens jusfundamentais sociais. Deste modo, segundo Jorge Reis Novais ”os direitos sociais caracterizam-se por essa natureza de direitos positivos dirigidos a um “*facere*” estadual e através dela supostamente distintos e contrapostos à natureza negativa, exigindo mera abstenção estatal...⁸”. Na verdade, a possível e aparente atribuição reservada dos direitos sociais de estes se dirigirem só aos mais carenciados ilustraria a sua natureza não jusfundamental, já que, em obediência e homenagem ao princípio universal da igual dignidade da pessoa humana os direitos jusfundamentais se caracterizam por serem direitos de todos os Homens, independentemente da sua condição social e económica. São universais pois todo o cidadão tem a possibilidade jurídica de poder exercer qualquer um direito fundamental desde que se encontre na situação descrita na respectiva previsão legal. Dando exemplo, todos têm direito à greve para exigir melhores salários. Todavia, quem não for trabalhador por conta de outrem não pode exercer tal direito. Por isso, não nos reputa considerável ou pelo menos só com muitas reservas se pode atender constitucionalmente adequada a afirmação de Vieira de Andrade citado por Jorge Reis Novais segundo a qual ”os direitos sociais enquanto direitos específicos, não são direitos de todas as pessoas, mas das que precisam, na medida da necessidade”⁹. O Estado, por exemplo, tem como correlativo do direito a viver num ambiente sadio, o dever de proporcionar a todos os indivíduos, condições de viverem num ambiente sadio. O Estado não pode impedir o acesso de um individuo milionário a esse

⁷ Certa doutrina classifica os direitos humanos em direitos de 1ª geração, de 2ª geração e de 3ª geração, existindo já doutrinas que falam da possibilidade da existência de direitos de 4ª geração que são fruto da Globalização, de acesso à informação e à tecnologia. Esta última não é pacífica e, portanto, não é acolhida entre nós.

⁸ NOVAIS, Jorge Reis. *Os Direitos Sociais, Teoria Jurídica dos Direitos sociais enquanto Direitos fundamentais*. Coimbra Editora, S.A., 1ª ed, Março, 2010, p. 43.

⁹ Cf. Ibid, p. 48.

bem. Está obrigado a respeitá-lo e, ainda, a protegê-lo de eventuais ameaças. Se não o fizer, estará a violar o direito de tal milionário a viver num ambiente sadio constitucionalmente consagrado para todos. Refira-se também que os direitos sociais são, de algum modo, “direitos débeis”, tal qual veremos *infra*, pois, estão dependentes da “*interpositio legislatoris*”, desprovidos de aplicabilidade imediata. São ainda chamados de direitos fracos pelo facto de estarem sob a reserva do possível, embora este facto não lhes retire a sua dignidade constitucional. Foi esta ideia que norteou o legislador constituinte da Constituição de Angola de 2010¹⁰.

1.2-CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

De um modo geral, podemos afirmar que a preocupação universal acerca dos direitos humanos surgiu no período posterior à II Guerra Mundial como resposta da Comunidade Internacional às atrocidades cometidas contra a pessoa humana que não desejava ver repetidas na história da Humanidade. Estes direitos nascem essencialmente como direitos negativos, ou seja, como obrigações de omissão ou abstenção por parte do Estado em face de certas condutas dos cidadãos. É assim o Estado chamado para respeitá-los. Na verdade, a consciência ética colectiva sobre a necessidade que se impõe da defesa dos direitos sociais, enquanto direitos humanos amplia-se e aprofunda-se a cada dia que surge. A exigência de condições sociais aptas a propiciar a realização de todas virtualidades do ser humano é assim intensificada no tempo e traduz-se necessariamente pelo surgimento de novos direitos. Por conseguinte, é esse movimento histórico de ampliação, promoção e aprofundamento que justifica o princípio da irreversibilidade dos direitos já declarados oficialmente, isto é, do conjunto de direitos sociais fundamentais em vigor. Os direitos sociais enquanto direitos humanos impõem-se, pela sua própria natureza, não só aos poderes públicos constituídos em cada Estado como a todos os Estados no plano internacional, sendo assim também ao próprio poder constituinte, à ONU e a todas as Organizações Regionais de Estados, e por isso é, parece-nos, juridicamente inválido suprimir direitos fundamentais por via de novas regras constitucionais ou convenções internacionais, visto que se está diante de direitos indisponíveis e a sua defesa resulta de deveres insupríveis. Enquanto direitos humanos, os direitos sociais são ainda qualificados, tal como veremos no capítulo II, como universais, indivisíveis,

¹⁰ Cf. Constituição da República de Angola, art. 28, nº 2.

interdependentes e inter-relacionados. Dito de outro modo os diversos direitos humanos devem ser entendidos e interpretados como um conjunto harmonioso.

Num Mundo como o nosso em que há muita gente a padecer de fome, urge a necessidade de cada vez mais tornar realidade a solidariedade proclamada pelo Pacto Internacional Sobre Direitos Económicos, Sociais, e Culturais, pois o direito de se alimentar suficientemente faz parte do núcleo essencial dos direitos humanos, pois representa mera extensão do direito à vida. Apenas desta forma, julgamos nós, deixaremos de assistir à vergonhosa situação da fome por que passa uma boa parte da Humanidade.

1.2.1-O QUE SÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 representa inegavelmente o fim de um longo processo ético que, iniciado com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, levou ao reconhecimento da igualdade essencial de todo o ser humano, em sua dignidade de pessoa, isto é, como fonte de todos os valores, independentemente das diferenças de raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, opinião, riqueza, lugar de nascimento ou quaisquer outras condições.

De facto, esse reconhecimento universal da igualdade humana só foi possível quando ao fim da mais desumanizadora Guerra de toda a história da Humanidade, percebeu-se que a ideia de superioridade de uma raça, de uma classe social, de uma cultura ou de uma religião sobre todos os demais, coloca em risco a sobrevivência do Homem na Terra. Por isso a DUDH, no seu artigo primeiro consagra que todos os Homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com o espírito de fraternidade. O que está subjacente a este artigo é a ideia de que quando se dá o devido lugar à pessoa humana, é possível construir-se uma sociedade justa. Hodiernamente, e por causa da chamada relação de recepção, todos os países democráticos incluíram nos seus ordenamentos jurídicos as normas dos Direitos Humanos da DUDH. Refira-se que a doutrina jurídica mais consensual considera direitos fundamentais aqueles reconhecidos como tal pelas autoridades às quais se atribui o poder político de editar normas tanto no interior dos Estados quanto no plano internacional. Deste modo, são direitos positivados nas Constituições, nas leis e nos tratados internacionais. Assim, os direitos fundamentais devem a sua existência à vigência de uma Constituição.

Tal como o processo democrático não é idêntico em todos os países democráticos do Mundo, assim também o grau de tutela e sobretudo da garantia dos direitos fundamentais consagrados nas Constituições dos países de todas as latitudes do Mundo não é o mesmo, havendo, com efeito, Estados com tutela mais assegurada que outros. A verdade, porém é que a existência de uma Constituição em sentido formal é a condição "*sine qua non*" da vigência de direitos fundamentais. A exceção encontra-se na Inglaterra, pois apesar de ser um Estado de direito e democrático não possui Constituição em sentido formal, tendo-a somente em sentido material. A Inglaterra não tem um texto escrito aprovado com a intenção de ser Constituição da República, tendo apenas leis ordinárias materialmente constitucionais.

Se inicialmente os direitos fundamentais impunham ao Estado um "*non facere*", hoje o entendimento é o de que mais do que impor aos poderes públicos limitações, os direitos fundamentais impõem um "*facere*", isto é, um sentido de actuação positiva capaz de promover a dignidade humana, de criar condições sociais e de existência suficientes para o núcleo essencial desses direitos conaturais ao Homem e pré-existentes ao Estado e à sociedade em geral. Assim, não basta evitar fazer o mal, é preciso agirmos no sentido do bem. Este entendimento é a consequência da passagem das chamadas Constituições negativas que delimitam o poder do monarca, mas que não garantem a protecção dos direitos individuais, às chamadas Constituições positivas, passagem esta que marca o nascimento da Constituição em sentido moderno tal como proclama o art. 16º da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, nos termos que se seguem: "*Toute société, dans laquelle la garantie des droit n'est pas assurée, ni la séparation des pouvoir déterminée, n'a point constitution*" - toda a sociedade onde a garantia dos direitos não está assegurada e a separação de poderes não está determinada, não tem Constituição. Importante é ainda sublinhar que o qualificativo "fundamental", segundo nos parece ser verdade, não se destina a sublinhar o carácter de criação de direitos por parte do Estado, mas sobre colocar o carácter de reconhecimento, pois a dignidade humana que os direitos fundamentais tutelam surgiu com a criação do Homem e o Estado é um fenómeno da época moderna.

As referidas garantias de defesa dos direitos humanos encontram-se formal e materialmente consagradas na CRA, nos arts. 1º, 2º n.2, 12º n.1 al.d, 21º al.b,e,f,k; 22º,23º,26º, 27º, 28º, 30º,31º n.2, 35º n.3,41º, 59º, 76º, 77º, 80º, 82º, 83º.

1.3-DIREITOS SOCIAIS COMO PROBLEMA POLÍTICO E JURÍDICO

Já acima foi demonstrado que os direitos sociais, enquanto direitos, emanam da natureza própria do Homem. Estes direitos estão hoje, cada vez mais identificados com os valores sublimes e indispensáveis da vida organizada do Homem na sociedade. Estes valores jusfundamentais são aqueles sem os quais a sociedade incorre fatal e irreversivelmente para o “holocausto”. A hierarquia axiológica dos Direitos Humanos (DHs) pode não coincidir com a consagrada no ordenamento positivo, pois, existe sempre uma tensão dialéctica entre a consciência jurídica da colectividade e as normas editadas pelo Estado. As leis não devem ter o sentido de uma proclamação política, têm de ser justas. Para tanto, e em homenagem à defesa da dignidade humana, a actividade legislativa, que é eminentemente política, de cada Estado deve colocar o Homem no centro da sua produção normativa, a pessoa humana não pode jamais ser utilizada como meio para a consecução de uma finalidade qualquer, mas deve sempre ser considerada como um fim em si mesmo. O mesmo terá dito antes Protágoras ao legar-nos um pensamento de que a história da Humanidade jamais olvidará. E di-lo nos seguintes termos: “*pantôn chrematôn metron anthropos esti*” - o Homem é a medida de todas as coisas.

Os direitos sociais encontram-se “*ipsis verbis*” consagrados nas Constituições quer sejam elas em sentido formal, quer em sentido material. Todavia, as Constituições consagradoras de direitos sociais não devem ser entendidas numa óptica puramente técnico-política ou técnico-legalista de limitação do poder do Estado. Releva que sejam entendidas como factores definidores e sobretudo legitimadores do sistema jurídico positivado no Estado. Devem proclamar uma cultura jurídica e política que densifique um concreto e objectivo sistema de valores “intocáveis”. Por esta razão, os constitucionalistas mais renomados consideram a Constituição como um substracto que funda e confere sentido e forma a um regime político (democrático e não democrático), orientado por determinados princípios, definindo os poderes do governo e o estatuto dos cidadãos no Estado. Na verdade, os direitos sociais realizados “contra o Estado” e por outro, através do Estado, para além da sua dimensão eminentemente jurídica têm conexão profunda com o político, pois, segundo diz Jorge Reis Novais, “qualquer que seja a motivação e a sustentação ideológica e doutrinária que lhes vem associada, há sempre um cunho político e de luta política na defesa dos direitos sociais”¹¹. Contudo, ainda sublinhe-se que o reconhecimento de uma inevitável e forte dimensão política dos direitos sociais não deve

¹¹ Cf. NOVAIS, Op. cit., p. 23.

obnubilar as diferenças substanciais entre os dois domínios, ou seja, possibilidade da consideração dos direitos sociais como problema político ou como problema jurídico¹². Como é óbvio, a nossa preocupação neste trabalho, aliás isto ficou patente na introdução, são os direitos sociais e os direitos humanos como questão jurídica de dignidade constitucional, isto é, por terem sido acolhidos como garantias constitucionais dos direitos do Homem, e do Homem situado.

Hodiernamente, a questão dos direitos sociais e dos direitos humanos, em geral, é tão candente nos areópagos modernos da ciência do direito que Cristina Queiroz sugere que “os direitos humanos fundamentais se concebiam hoje muito mais como uma questão de justiça do que como uma questão política. Na verdade, isto é muito importante porque a política não é necessariamente objectiva visto que se consubstancia na luta de interesses muitas vezes subjectivos de grupos ou classes, enquanto o direito é por natureza objectivo e encerra consigo a ideia do justo. A questão social é no Mundo moderno tão pertinente que o Papa João Paulo II, na sua Carta Encíclica propõe que “é necessário continuar a analisar o sujeito do trabalho e as condições da sua existência (...) é preciso que haja sempre novos movimentos de solidariedade dos trabalhadores e com os trabalhadores”¹³. Realmente o trabalho humaniza a pessoa e devolve-lhe também a dignidade. Daí que é imperioso que ao Homem se proporcionem condições de trabalho para não só contribuir para o progresso da sociedade como também para que se possa realizar como pessoa, aliás a dimensão laboral é conatural ao Homem. É precisamente isto que vem expresso na Encíclica nos termos que se seguem:” o trabalho é um bem do Homem – é um bem da sua Humanidade – porque mediante o trabalho, o Homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas realiza-se também a si mesmo como Homem e até em certo sentido, «se torna mais Homem»¹⁴. Tudo isto tem a ver com a questão da justiça social. A paz e a justiça são, hoje, termos que estão intrinsecamente associados. Segundo o Padre Tony Neves¹⁵ “se a justiça é a base de uma sociedade bem ordenada, a paz é o seu fruto. A Paz é fruto da justiça. Assim, a paz que não tenha o seu fundamento na justiça é como uma casa sem alicerce”.

¹² Cf. Id, p.23.

¹³ Cf. PAULO II, João. Carta Encíclica, *Laborem Exercens (o trabalho humano)*, n.8. A. O, Braga, 1981.

¹⁴ Cf. Ibid, n. 9.

¹⁵ Cf. NEVES, Tony. *Justiça, Paz e Direitos Humanos.*, Tipografia, S.A.-Braga, 1ª Edição, Huambo, 1996, p. 43.

1.4-A JUSTIÇA DA LEI E OS DIREITOS DO HOMEM

Será que basta a consagração de direitos sociais na lei para que, *ipso facto*, estes direitos sejam garante da dignidade humana? Será que toda a lei é justa? A justiça da lei positiva tem a mesma natureza que a justiça da lei natural? São questões pertinentes que suscitam grande interesse neste tema. Na verdade, o Estado não deve apenas criar leis. Deve sobretudo preocupar-se, na sua função legislativa, com as consequências das leis aprovadas e em vigor, na vida particular e social de cada cidadão. É o que julgamos perpassar no texto de Inácio Valentim: "...o jurista não pode contentar-se apenas em fazer as leis, mas em fazer boas leis que sejam exequíveis para a cidade. Também o jurista é convidado a reflectir sobre as consequências das leis escritas"¹⁶. Daí ser necessário que, na verdade, se concebam instituições sociais, políticas e sobretudo jurídicas capazes de cada vez mais pensarem o direito e realizarem a justiça.

Por conseguinte, num estado social de direito como o nosso (em Angola), as instituições políticas e jurídicas têm o dever constitucional de promoção do acesso individual e colectivo aos bens sociais jufundamentalmente protegidos de acordo com a sua capacidade financeira. A referida promoção constitui a base fundamental da garantia prática da defesa dos direitos humanos. Para que os direitos do Homem sejam garantidos e tutelados pela justiça da lei, torna-se necessário que a moral e os princípios do direito natural (ex. *Benem faciendum et malum vitandum*), sejam efectivamente "recebidos", positivados e sobretudo incorporados em cada ordem jurídica, pois o direito tem a sua fonte na lei e a justiça é o fim último e essência de todo o direito¹⁷. Para tanto, importa que o Homem na "*pólis*" não deva ser tratado como súbdito, senão como cidadão activo e indivíduo dotado de liberdade e vontade. Pois desta forma o Homem enquanto sujeito social torna-se capaz de se orientar pela sua liberdade e autonomia. Aliás sem liberdade individual não pode haver responsabilidade social. Aqui, indivíduo é entendido não como valor individualista da independência, mas como valor humanista da autonomia onde se inclui, por definição, a relação com os outros, isto é, a sociabilidade¹⁸. Os direitos do Homem ou direitos humanos apenas podem ser garantidos pela lei justa, pois apenas esta não violenta a dignidade da pessoa humana. Por isso deve reiterar-se que toda a pessoa

¹⁶ VALENTIM, Inácio e BOIO, David. *História do Pensamento Político Clássico*. Lições de Filosofia Política no ISPSN (a Escola do Huambo), I Volume, Centro de Filosofia das Ciências Clássicas da Universidade de Lisboa, 2014, p. 27.

¹⁷ Cf. MACHADO, Op. cit., p. 33.

¹⁸ Cf. QUEIROZ, Cristina. *Os Direitos Fundamentais*, Teoria Geral, Coimbra Editora, 2ª ed, Julho, 2010, p. 40.

tem dignidade, mesmo que seja violador das normas sociais. O preso tem, por exemplo, necessidade de um direito capaz de proteger o “núcleo essencial” da sua dignidade como pessoa. Ele apesar de violar a ordem social, ainda é pessoa dotada de dignidade e valor insusceptíveis de serem equiparados ou relativizados, visto que tal qual dizia Protágoras, o Homem é a medida de todas as coisas e de todos os valores.

Uma lei injusta pode garantir, a segurança jurídica, mas não tem razão suficiente para assegurar a justiça social e a defesa da dignidade da pessoa humana. Por isso, quando se dá o devido lugar à pessoa humana, é possível construir-se uma sociedade justa.

1.5-OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA VIDA SOCIAL DE CADA ESTADO

O século XX é inegavelmente uma época marcada por grandes e profundas mudanças no Mundo. A sua política está selada com a preocupação interna e internacional da união dos Estados para a cooperação económica, a nosso ver, pressuposto para a estabilidade, progresso e desenvolvimento de todos os povos do Mundo. Assiste-se, de facto, a muitos pactos quer a nível bilateral, multilateral, regional e ainda internacional, com vista a tornar a comunidade internacional uma “aldeia”. Isto por si só tem múltiplas consequências na vida de cada Estado. É de louvar este esforço da comunidade internacional, pois a Globalização está a proporcionar desenvolvimento a muitas latitudes do Mundo e, sem desenvolvimento há dificuldades de se realizar a justiça social.

As relações complexas que hoje caracterizam os Estados, que resultam do fenómeno da Globalização, impõem a estes certos limites de soberania, pois os Estados ao celebrarem pactos internacionais integram estes nos seus respectivos ordenamentos jurídicos através da relação de recepção. Todavia, esta realidade não pode destruir, as “idiossincrasias” próprias de cada povo, pois se não existe uma única forma de ser Homem, não pode existir uma única forma de protegê-lo através do direito. Os Estados modernos encontram-se, efectivamente, sob forte pressão quer interna quer externa. O objectivo que está na base é o do estabelecimento do princípio da preservação e garantia da paz no Mundo, qual condição necessária para a restauração e instauração de uma sociedade edificada sobre direitos humanos, pois como dizia Luís de Camões “na guerra até Deus nos sacrários não dorme tranquilo”.

O conceito Globalização, inicialmente começou, reitera-se, por ser um termo com conotações no âmbito da economia, com o sentido óbvio de significar a passagem das

economias nacionais para as economias transnacionais. Nesta reflexão, interessa-nos o impacto da Globalização na realidade dos direitos humanos num Mundo marcado e ainda organizado em torno do Estado. Somos de parecer no sentido de que a Globalização, longe de eliminar as culturas fracas e as minorias étnicas, deve promover as culturas, defender o direito, proclamar o respeito da pessoa humana e apontar caminhos para a justiça social. A este respeito o Papa João Paulo II afirma que hoje, mais talvez do que no passado, os Homens dão-se conta de que estão ligados por um destino comum que há-de ser construído juntamente, se se quiser evitar a catástrofe para todos¹⁹. Por isso, a Globalização para ser integral e humanizante deve promover um desenvolvimento que deva ser realizado no quadro da solidariedade, liberdade, respeito pelas particularidades culturais de cada povo, sem jamais sacrificar uma outra, sob qualquer pretexto. A Globalização deve ser de cooperação e não de imposição de culturas sob pena de neste processo, se eliminarem as “fracas culturas étnicas” e os “fracos economicamente”.

Na verdade, em Angola, por exemplo, e por força da Globalização, as médias e pequenas empresas estão a ser substituídas pelos “pequenos comerciantes” de outros países. Situação que não favorece, pois retira trabalho a muitos. Todavia assiste-se a um grande trabalho no sentido de criação de políticas públicas capazes de inverter a referida situação em Angola. Na verdade, a Globalização tem de ser regulada neste sentido sob pena de retardar o desenvolvimento e criar pobreza. O respeito pelos povos e sobretudo a boa-fé, nas relações internacionais é muito importante neste sentido. Segundo José Melo Alexandrino, a autodeterminação é o direito de não se submeter a qualquer forma ou tipo de dominação seja qual for colonial, estrangeira ou até mesmo decorrente de factores exógenos - económicos, políticos e militares - que acabem por influenciar a actuação do Estado²⁰. O conceito de justiça social é tão amplo e “circunstancial” que por depender das condições económicas concretas, clama não só pela solidariedade internacional como também apela para uma não ingerência nos assuntos económicos e sociais de cada Estado.

O direito de autodeterminação dos povos tem a sua matriz nos princípios que nortearam a Revolução Francesa, desenvolvidos na sequência de uma ideologia iluminista a qual reputava de essencial a ideia da dignidade da pessoa humana. Sem respeito pela dignidade das pessoas não pode haver justiça tão menos a tutela da dignidade humana. O conceito

¹⁹ Cf. João Paulo II. *Sollicitudo Rei Socialis*”. *Carta Encíclica sobre a Solicitude Social da Igreja*. Editorial A.O. Braga, 1988., p. 37.

²⁰ ALEXANDRINO, José Melo. *Os Direitos Humanos em África*, p.106.

de autodeterminação dos povos apesar de “*prima facie*” parecer circunscrever-se apenas no âmbito internacional, a nós parece ter outrossim um espaço privilegiado no âmbito interno. Os Estados ao elaborarem o direito positivo para realizarem a justiça devem inspirar-se no sentimento jurídico generalizado e mais profundo do povo, na alma cultural do povo, para que o direito seja parte da cultura e então seja acatado sem pressão por fazer parte da vida da comunidade. Se hoje é entendimento consensual de que cada povo tem a sua civilização, então cada povo deve ter o seu direito. A Lei de que resulta o direito para realizar a justiça deve ser elaborada pelo povo, seu destinatário, ou pelo menos através dos seus representantes, tratando-se, como é certo, de Estados modernos de democracias representativas ou indirectas. O Homem de cada época e de cada latitude tem a sua forma de sentir e entender o justo, aliás, os tempos dos Homens não coincidem entre si.

Verifica-se, a olhos vistos, que o fenómeno da Globalização carece, por ser obra do Homem, de ser repensado sob pena de agravar a situação já difícil de muitos povos no Mundo. A nós parece que o fenómeno da Globalização se não for regulado pelas instâncias nacionais e internacionais competentes, tornará mais pobres os já pobres. Saliente-se a propósito que o problema da fome não pode ser resolvido por projectos pontuais, senão com políticas públicas e programas sociais que garantam a alimentação como um direito de todo o cidadão.

Neste sentido, na Globalização as economias “mais fracas” tendem, como já supra referimos, a dar espaço às economias “mais fortes”. Na Globalização as culturas mais fortes e enraizadas na consciência ética do povo tendem a aculturar as sociedades com uma cultura já própria mas ainda não enraizada e com um sentimento de nação ainda em construção.

Finalmente, realçamos que, após o fim da II Grande Guerra Mundial, em Maio de 1945, as consciências se abriram, enfim, para o facto de que a sobrevivência da Humanidade exigia a colaboração indispensável de todos os povos na realização das relações internacionais com base no respeito incondicional à dignidade da pessoa humana e mais, suscitou-se em toda a parte a consciência de que sem o respeito pelos Direitos Humanos e sem a promoção da justiça social, a convivência pacífica das nações tornava-se impossível.

1.6- O PRINCÍPIO DA NÃO REVERSIBILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS

Estamos diante de um princípio fundamental no processo da consolidação dos esforços que o Mundo vem fazendo no sentido de se ir protegendo cada vez mais a pessoa humana. O princípio da não reversibilidade dos direitos sociais está intimamente ligado a ideia de segurança jurídica e da protecção da confiança. A cláusula de vedação de retrocesso social também encontra-se, de algum modo, ligado ao princípio da reserva do possível ou princípio do materialmente possível que abordaremos em seguida. Ele consiste na “impossibilidade de uma vez concretizado determinado direito social, volver-se atrás e desfazê-lo, retornando-se à situação de não concretização do direito”²¹. Aliás, segundo Alexandrino, “é muito mais escuro quando uma luz se apaga do que seria se ela jamais tivesse brilhado”^{22e23}.

Por outras palavras, esta cláusula garante de muitas formas a segurança jurídica, pois os direitos sociais conquistados e consagrados já não podem ser retirados da ordem jurídica. Fazendo alguma interpretação sistemática da CRA, de 2010, facilmente concluímos que a revisão constitucional consagrou o referido princípio ao aprovar que as alterações da Constituição têm de respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos, liberdades e garantias²⁴. Significa dizer que em Angola depois de consagrado como princípio fundamental o respeito da dignidade da pessoa humana e o respeito pelo núcleo essencial dos direitos humanos, nenhum poder de revisão constitucional no futuro poderá alterar os direitos adquiridos e consagrados, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade cuja consequência é a ineficácia do acto praticado. Os direitos sociais, sendo direitos face ao Estado, são então direitos à prestação com custo financeiro directo. Por conseguinte, o Estado tem de dispor e poder dispor dos correspondentes recursos financeiros objectivamente exigidos para a realização dos referidos direitos. Deste modo, a realização dos direitos sociais envolve uma definição de prioridades, de opções políticas e económicas, acerca da canalização dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo que pressupõe o necessário gradualismo e flexibilidade de realização²⁵. Neste sentido e a propósito da análise que se faz da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP), José Melo Alexandrino conclui que “os direitos económicos, sociais e culturais da Carta Africana: 1) não possuem aplicabilidade imediata; 2) a sua concretização depende de uma opção política do legislador; 3) encontram-se sob reserva

²¹ Ibid, p. 49.

²² Id, p.49.

²³ O grifo é nosso.

²⁴ Cf. Constituição da república de Angola, Art. 236º, al. a) e d).

²⁵ Cf. Ibid, art. 28º, n.2.

do possível; e 4) não se encontram protegidos por uma cláusula de vedação de retrocesso”²⁶. Saliente-se, a propósito do quanto se está abordar que se de um lado os direitos sociais são direitos positivos, no sentido de pretensões ou deveres de o Estado criar, promover e incrementar o acesso aos referidos bens económicos, sociais e culturais, por outro, são direitos negativos, pois, os direitos ou deveres do Estado não podem interferir ou afectar negativamente o acesso de direitos sociais já garantidos, aliás isto feriria o princípio da expectativa jurídica que a própria ordem jurídica tutela.

Cabe-nos nesta reflexão entender que se é verdade que, de algum modo, os gregos foram indivíduos conscientes e orgulhosos da sua Humanidade e sociabilidade, não é menos verdade que esta civilização influenciou grandemente as democracias constitucionais que hoje os povos de todo o Mundo ostentam. Aliás sem “democracia social”, afigura-se-nos difícil uma “sociedade de justiça social”. Há um caminho bastante grande a percorrer na árdua tarefa de defesa dos direitos sociais e, em nossa opinião, o direito natural que é expressão do justo, deve orientar irreversivelmente os Homens que dirigem os povos, para o sublime ideal de justiça social. Este entendimento está intimamente ligado ao vínculo do “político-legislador” à “proibição do retrocesso social”, pois, repetimos, uma vez consagrados legalmente as pretensões sociais, o legislador não pode eliminá-las sem alternativas ou compensações²⁷.

Finalmente, podemos concluir que o Princípio da não reversibilidade dos direitos sociais funda-se na ideia de proibição de retrocesso social e a “ordem quadro” de cada Estado deve assegurar jurídico-constitucionalmente o “*status quo*” alcançado sob o ponto de vista do Estado Social de Direitos.

1.7-O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL NA ORDEM JURÍDICA ANGOLANA

Este princípio teve a sua origem na Alemanha por causa de uma acção judicial que os estudantes concorrentes mas não admitidos ao ensino superior intentaram contra o respectivo Estado. Neste contexto, o Tribunal Constitucional Federal Alemão definiu o princípio da reserva do possível como aquilo que o individuo pode razoavelmente exigir da sociedade, pretendendo com isso acentuar a dependência dos direitos fundamentais

²⁶ Cf. ALEXANDRINO, José Melo. *Os Direitos Humanos em África*, p. 66.

²⁷ Cf. QUEIROZ, Cristina. *O Princípio da não Reversibilidade dos Direitos Fundamentais Sociais*. Princípios Dogmáticos e Prática Jurisprudencial, Coimbra Editora, Limitada, Agosto, 2006, p. 67.

sociais dos recursos económicos existentes e designadamente relevar a necessidade da sua cobertura orçamental e financeira²⁸.

A justiça social constitui a meta das normas jurídicas que reconhecem os direitos sociais. Todavia, esta meta tem como limites a capacidade económica do Estado, pois são direitos cuja consecução, depende fundamentalmente dos recursos financeiramente disponíveis por parte do Estado²⁹.

Segundo José Melo Alexandrino, “os direitos económicos, sociais e culturais, na CADHP, seriam: 1-*direitos subjectivos*, assim entendidos como direitos pertencentes à esfera jurídica do indivíduo e, portanto, passíveis de serem exigidos judicialmente; ou 2-*deveres estatais*, obrigações jurídicas de implementação por parte do legislador e também à reserva do possível, não sendo, desse modo, exigíveis judicialmente em caso de não cumprimento pelo ente estatal”³⁰ e ³¹. Efectivamente, o direito não pode pensar-se exactamente sem o pensarmos num diálogo com a realidade social.

II CAPÍTULO

OS DIREITOS HUMANOS

2-OS DIREITOS HUMANOS (SOCIAIS) DA DHDH DE 1948 E A CRA DE 2010

No dia dez de Dezembro de 1948, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A referida declaração resultou da preocupação dos países que mais sofreram a trágica experiência da II Grande Guerra Mundial (1939-1945) os quais por este meio procuraram que os horrores da Guerra não se repetissem e por outro lado, concordaram uma plataforma comum no respeito pela dignidade de toda a pessoa. Os oito artigos (arts. 22º-29º) da DUDH, que vamos relacionar com a Constituição de Angola de 2010, constituem esta base, dentro do conjunto de todos os demais artigos neles inseridos. Eis que surge, na verdade para que se recupere a dignidade da pessoa humana e o respeito pelos seus direitos ao mesmo tempo que impõe às instituições públicas e privadas a necessidade de um empenhamento no respeito e na defesa da vida e dignidade humanas. Isto vem, “*ipsis verbis*” na DUDH nos seguintes

²⁸ Cf. Ibid, p. 68.

²⁹ Constituição da República de Angola, art. 28º, n.2.

³⁰ Cf. ALEXANDRINO, J. M. Op. cit., p.14.

³¹ Fizemos referência a CADHP por através de uma relação de recepção devida, à luz dos arts. 12º, 13º e 26º, o conteúdo normativo daquela carta africana fazer parte integrante do ordenamento jurídico angolano.

termos: “A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal a ser alcançado por todos os povos e todas as nações, a fim de que todas as pessoas e todas as estruturas da sociedade, tendo constantemente presente no espírito esta Declaração, façam um esforço para crescer no respeito destes direitos e destas liberdades e para que seja garantido o seu reconhecimento e a sua aplicação efectiva no Mundo inteiro”³².

Tecnicamente, a DUDH é uma recomendação que a Assembleia Geral da ONU faz aos seus membros. Todavia, este entendimento não deve significar que o documento não tenha força vinculante, pois, reconhece-se hoje, em toda a parte, que a vigência dos Direitos Humanos independe de sua declaração em Constituições, leis, e tratados internacionais, exactamente porque se está diante de exigências de respeito à dignidade humana exercidas contra todos os poderes estabelecidos, oficiais ou não.

A Declaração de 1948 representa inegavelmente o fim de um longo processo ético que iniciado com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América e a declaração dos Direitos do Homem e do cidadão da revolução Francesa, levou ao reconhecimento da Igualdade essencial de todo o ser humano em sua dignidade de pessoa, isto é, como fonte de todos os valores tal qual dizia Protágoras, independentemente das diferenças de raça, cor, sexo, língua, riqueza, local de nascimento ou quaisquer outras condições. De facto, esse reconhecimento universal da igualdade humana só foi possível quando ao fim da mais desumanizadora Guerra de toda a história da Humanidade, percebeu-se que a ideia de superioridade de uma raça, de uma classe, de uma cultura ou de uma religião sobre todos os demais, coloca em risco a sobrevivência do Homem na Terra. É por isso que no art. 6º consagra: “ todo o Homem tem direito de ser em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. E no art. 1º consagra: “ Todos os Homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. O que está subjacente a estes artigos é a ideia de que quando se dá o devido lugar à pessoa humana, é possível construir-se uma sociedade justa.

De acordo com o Padre Tony Neves, de forma jurídica, a DUDH fica proposta como o ideal comum a atingir por todos os povos, graças a medidas progressivas. A sua filosofia geral é muito humanista e absolutamente nada marxista. É a Dignidade e o valor da pessoa

³² Cf. Introdução da DUDH.

humana e a preocupação moral que estão na declaração³³. A preocupação pela defesa dos DHs, não é mais do que a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito como únicos entes no Mundo capazes de amar e descobrir a verdade e criar a beleza. Esta dimensão transcendental do Homem revela-nos, por outro lado, que a individualidade de cada ser humano não pode ser confundida com a sua aparência estampada no rosto. De referir ainda que a supra referida preocupação pelo Homem nos dias que correm a partir da II Guerra Mundial, consagra a igualdade essencial da pessoa que forma o núcleo do conceito universal de DHs, pois, o Homem tem dignidade e não tem um preço, como as coisas, e portanto não pode ser relativizado.

Os DHs, pelo facto de exprimirem a consciência ética universal, estão acima do ordenamento jurídico de qualquer Estado, pois são prévios a este³⁴.

Os Direitos económicos, sociais e culturais, constitucionalmente consagrados, eram tradicionalmente vistos como direitos a prestações, isto é, direitos que ao invés de exigirem ou postularem uma abstenção por parte do Estado, requeriam uma acção positiva, um “*facere*”, tal qual acima se fez referência, que se traduzia na prestação de algum bem ou serviço. Por outras palavras, os direitos sociais, de direitos de prestação, passaram também a direitos de participação, com carácter inclusivo de tal forma que já não se pode ver o Estado como o único elemento neste processo de tutela de direitos, embora, sublinhe-se, ele seja o principal garante deste processo. Deste modo, somos de parecer de que os destinatários de direitos sociais devem deixar de ser um problema para passarem a fazer parte da solução. O princípio da dignidade da pessoa humana que norteia e consubstancia os direitos sociais é assim, percebido não apenas como fundamento, mas especificamente como regra autónoma dotada de valor constitucional.

Neste sentido, na base do disposto no art. 1º da Constituição, consagra-se que Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana.

Por conseguinte, a Lei Fundamental do Estado Angolano, impõe a todos os poderes públicos e privados, a obrigação de garantir e respeitar a dignidade humana como valor constitucional supremo. Os referidos direitos devem, portanto, envolver e sobretudo empenhar a sociedade e as estruturas sociais especificamente vocacionadas para o efeito

³³ Cf. NEVES. Op. cit., p. 43.

³⁴ KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do Direito*, p. 267.

de modo a que se proporcione a cada cidadão todos os bens essenciais à sua existência digna que ele sozinho não consegue alcançar.

Num Estado como o nosso, de base jurídico-constitucional em que a garantia e a defesa dos direitos sociais são garantidos, em última instância pelos tribunais, sugerimos que existam mecanismos processuais de “recurso de amparo”³⁵, pois apesar de estar consagrada em pouquíssimos estados do Mundo, nos parece ser um valor acrescido neste processo de defesa dos direitos humanos. Permite, pois, este meio de defesa e promoção dos direitos sociais fundamentais, que quando estiverem esgotados os meios jurisdicionais de tutela e garantia dos cidadãos, intervenha uma outra “instituição” o Chefe de Estado, o qual na qualidade de “*bonus pater família*”, contribuirá decisivamente para que a dignidade humana violada seja regularizada.

A CRA de 2010, não só ostenta um virtuoso e sofisticado catálogo de direitos fundamentais sociais, como também pretendeu articular a interpretação desses direitos (*Bill of Rights*), com as normas do direito internacional³⁶.

Eis, portanto que se segue o paralelismo entre os Direitos Sociais na DUDH de 1948 e os Direitos Sociais correspondentemente consagrados na CRA de 2010:

DUDH-Art.22 “Todo o Homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, podendo reclamar os direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade graças ao esforço nacional, à cooperação internacional e tendo em conta a organização e os recursos de cada país.

Da CRA art. 28º n.2 “O Estado deve adoptar as iniciativas legislativas e outras medidas adequadas à concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos económicos, sociais e culturais”

DUDH- Art. 23º n.1 “Todo o Homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à protecção contra o desemprego”.

³⁵ Segundo Rui Ferreira no seu livro “*A Democratização e o Controlo dos Poderes Públicos nos Países da África Austral*”, pg. 566, o recurso de amparo é uma garantia processual constitucional de defesa dos particulares e demais pessoas jurídicas contra actos inconstitucionais do poder e das autoridades públicas que violem direitos e interesses tutelados pela Constituição. Tem lugar quando esgotadas todas as formas de impugnação por via contencioso-administrativa; quando se está diante de decisões judiciais para as quais não existam adequados instrumentos de recurso e apelação. O seu objecto é assegurar de modo célere e eficaz, o gozo e o exercício de direitos. É um recurso interposto perante o Chefe de Estado. É um instrumento processual de defesa de direitos ainda não acolhidos, “*ipsis verbis*” na maioria dos ordenamentos jurídicos, em geral e no da República de Angola, em particular.

³⁶ Cf a CRA de 2010, arts. 11º,12º,13º,26º.

Da CRA art. 76º n.1 “O trabalho é um direito e um dever de todos”.

DUDH-Art. 24º “Todo o Homem tem direito ao repouso e horas vagas e principalmente, á limitação razoável do trabalho e férias pagas por períodos certos”.

DA CRA art. 76º n. 2 “Todo o trabalhador tem direito a formação profissional, justa remuneração, descanso, férias, protecção, higiene e segurança no trabalho, nos termos da lei”.

DUDH- Art. 25º n. 1”Todo o Homem tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, especialmente quanto à alimentação, ao vestuário, habitação, tratamentos médicos e serviços sociais indispensáveis, tem ainda direito a segurança social em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias independentes da sua vontade”.

Da CRA art. 77º n. 1”O Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar a todos o direito à assistência médica e sanitária, bem como o direito à assistência na infância, na maternidade, na invalidez, na deficiência, na velhice e em qualquer situação de incapacidade para o trabalho, nos termos da lei”.

DUDH- art. 26º n.1 “Todo o Homem tem direito à educação”.

Da CRA art. 79º n.1 “O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura, e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efectivação, nos termos da lei”.

DUDH- art.27º n.1” Todo o Homem tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar no progresso científico e nos seus benefícios”.

Da CRA art. 79º n.2 “ O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica”.

DUDH-art. 28º “Todo o Homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e as liberdades estabelecidos na presente declaração possam ser plenamente realizados”

Da CRA art. 57º n.1”A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias, nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário,

proporcional e razoável numa sociedade livre e democrática, para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos”

DUDH-Art. 29º “Todo o Homem tem deveres para com a comunidade, na qual somente é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade”.

Da CRA art. 52º n. 1 “Todo o cidadão tem o direito de participar na vida política e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos e de ser informado sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, nos termos da Constituição e da lei”.

Da CRA art. 52º n.2 “Todo o cidadão tem o dever de cumprir e respeitar as leis e de obedecer às ordens das autoridades legítimas, dadas nos termos da Constituição e da lei e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais”.

CONCLUSÃO

O futuro dos direitos sociais fundamentais e dos direitos humanos, em geral, passa pela instituição efectiva de estruturas políticas, jurídicas e sociais, que coloquem o Homem acima de todos os interesses. Que o Homem seja o “*Alfa e o Ómega*”. Portanto que o Homem seja considerado como fim nos esforços internos e internacionais de luta a favor da restauração da defesa da dignidade humana. Foi-nos tarefa difícil delinear os contornos reais que definem a justiça social e os direitos humanos porquanto as concepções que lhe subjazem também divergem. Todavia, o tema está ligado eminentemente à preocupação de sabermos se os Estados apenas reconhecem os direitos sociais fundamentais aos cidadãos (natureza declarativa); ou se os Estados criam os direitos sociais fundamentais e os impõem aos cidadãos como se fossem direitos não conaturais ao Homem (natureza constitutiva).

Na verdade eles preexistem ao Estado. Por isso, a doutrina moderna de “autores avisados” é consensual no sentido da afirmação da verdade apodíctica e inconcussa de que a DUDH, adoptada pela Assembleia Geral da ONU, em França, a 10 de Dezembro de 1948 e os Pactos Internacionais dos Direitos Cívicos e Políticos e dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966, têm natureza declarativa e não constitutiva pois, os Estados e as Organizações Internacionais, mais não fazem senão reconhecer os acima referidos direitos.

O reconhecimento de direitos implica necessariamente que se coloque o Homem no centro de todas as suas actividades e, por outro, que a garantia da sua dignidade sejam limites de actuação dos estados. É uma realidade que impõe acção, pois não basta que o Estado se abstenha de interferir na sua vida ou na sua liberdade. É necessário que ele desenvolva práticas positivas através da tutela de direitos humanos e promoção da distribuição justa de bens necessários para uma vida humana. A Consagração da tutela dos direitos humanos como garantia da concreção da justiça social não basta, pois, por exemplo, consagrar constitucionalmente que o cidadão tem direito à habitação, por si só não resolve de nenhum modo o problema de quem não possui condições económicas de pagar por uma casa, uma vez que, decerto, o Estado não dá casa a ninguém. Todavia, cria condições objectivas para que no âmbito do quadro geral das políticas públicas cada um possa realizar este direito. Aliás, o Estado tem obrigações para concretizar direitos que o cidadão sozinho não consegue alcançar.

De facto, neste trabalho, tratamos do problema jurídico e político dos direitos sociais de cuja concretização resulta a justiça social e a efectivação dos direitos humanos, ou seja, o problema específico da relevância dos direitos sociais, da justiça social e dos direitos humanos enquanto garantias jurídicas constitucionalmente consagradas “*ipsis verbis*”, na qualidade direitos fundamentais.

Refira-se que o tratamento dos direitos sociais enquanto problema jurídico está intimamente ligado à necessidade que se impõe de aplicação de normas constitucionais o que só é possível assegurar se a Constituição tiver força normativa, isto é, se ela for verdadeiramente norma jurídica. Por outro lado, o tratamento dos direitos sociais enquanto problema político está intimamente ligado ao princípio da reserva do financeiramente possível pelo que quanto mais houver crescimento e desenvolvimento económicos, tanto mais será possível realizar na vida de cada pessoa e na vida das comunidades ou sociedades os direitos sociais enquanto direitos humanos justfundamentais. Finalmente, se o fim natural de todos os Homens é a realização da sua própria felicidade, não basta agir de modo a não prejudicar ninguém, pois, isto seria uma máxima meramente negativa. Tratar o Homem como um fim implica o dever de favorecer, tanto quanto possível, o fim de outrem. Pois, sendo a pessoa um fim em si mesmo, é preciso que os fins de outrem sejam por todos e por cada um considerado também como seus. Por outro lado, a ideia de que o princípio do tratamento da pessoa como um fim implica não só o dever negativo de não prejudicar ninguém, mas também o dever positivo de obrar no sentido de favorecer a felicidade alheia constitui, na verdade,

a justificativa do reconhecimento dos direitos humanos à realização de políticas públicas de conteúdo económico e social tal qual foram enunciados nos artigos 22º a 29º da DUDH.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. QUEIROZ, Cristina, *Direito Constitucional Internacional*, Edifício Coimbra Editora, 1ª Edição, Novembro, 2011.



CONFERÊNCIAS

**Conferência Proferida no dia 11 de Novembro em
Maputo, no Centro de Conferencia Joaquim
Chissano**

**Tema: Angola Independência Reconciliação
Nacional, Paz e os Caminhos para o
Desenvolvimento**

ORADOR: MÁRIO PINTO DE ANDRADE

Excelência Dr. Brito Sozinho Embaixador de Angola em Moçambique,

Excelência Deputados da Assembleia da República de Moçambique

Excelências Membros do Governo da República de Moçambique

Excelências Entidades Administrativas

Excelência Membros do Corpo Diplomático Acreditados em Moçambique

Excelências Magníficos Reitores e Directores Gerais

Caros Professores dos Vários Níveis do Ensino

Minhas Senhoras e Meus Senhores

- Foi com satisfação que recebi o convite da sua Excelência o Sr. Dr. Brito Sozinho, embaixador da República de Angola na República de Moçambique para no âmbito do quadragésimo primeiro aniversário da independência de Angola, dissertar sobre o Tema: **Angola Independência Reconciliação Nacional, Paz e os Caminhos para o Desenvolvimento;**

- Em 1482, chegada de Diogo Cão a foz do Rio Zaire e estabelece contactos com o Reino do Congo cuja capital era Mbanza Congo; eles estabelecem sucessivas missões, estabelecem-se relações de amizade e cooperação que se desenvolveram normalmente e com benefícios recíprocos para as duas partes durante cerca de 100 anos;

- Portugal modificou unilateralmente a sua política de cooperação bilateral e iniciou a ocupação efectiva do território do Congo e de outros reinos vizinhos.

- Iniciou-se o comércio de escravos, segundo dados de alguns historiadores, dos cerca de quatro milhões de escravos levados de África para o Brasil, cerca de dois milhões saíram de Angola.

- Os portugueses desenvolveram uma política de um Estatuto Político Administrativo, económico, social e cultural com regras militares e de segurança para o controlo absoluto da colonização do país e para submissão de homens que passam a estar integrados em todo território e retirados pela força dos reinos soberanos mortos ou desaparecidos;

- Estes angolanos perderam o direito a nacionalidade, a justiça e ao património, perderam o direito de exercerem actividade política; as injustiças culturais gritantes, assim como a humilhação e a violação sistemática dos direitos fundamentais motivaram neles a organização de protestos e revoltas para se libertarem da opressão colonial;
- Não nos devemos esquecer também que a arma mais perigosa usada contra os angolanos foi a divisão das suas famílias, o colonialismo recorreu ao tribalismo, ao racismo, à intriga para enfraquecer os angolanos;
- Nesta altura, em Angola havia, segundo os critérios das autoridades coloniais:
 - a) População Branca;
 - b) População mestiça;
 - c) População Preta Assimilada (sabe ler e escrever);
 - d) População Indígena (não sabe ler);
- Aos brancos os seus direitos eram respeitados plenamente;
- Dos mestiços e pretos assimilados só alguns direitos e muitos poucos eram respeitados e a sua ascensão aos cargos de chefia e direcção na administração pública e do Estado era muito limitada;
- A população indígena, que era a sua maioria não tinham praticamente direitos alguns viviam à mercê da vontade do homem branco;
- Esta escada de valores baseado no racismo e na injustiça social, serviu para dividir entre si os mestiços, pretos assimilados e indígenas e facilitar a execução da política colonial;
- O acesso ao solo, à saúde, a água canalizada, ao saneamento básico, ao emprego era difícilimo ou inexistente;
- Muitos angolanos do Planalto Central (Huambo e Bié) foram levados para o norte de Angola para trabalhos forçados nas plantações de café, sisal e algodão (Angola foi o 3º e 4º maior produtor destes produtos) como dizia António Jacinto (poeta branco) no poema “Monanganbe” naquela roça grande o negro é humilhado, maltratado, pisado e só recebe fuba podre, peixe podre e porrada se refilar, mas é o mesmo negro que faz o branco prosperar e ter barriga grande;

- Daí a importância do movimento cultural Vamos Descobrir Angola da Geração de 1940 que integra Agostinho Neto, Mário Coelho Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, António Jacinto entre outros;
- Esta foi a geração nascida depois da Primeira Guerra Mundial (Neto, 1922) para dirigirem a luta contra as injustiças coloniais;
- Agostinho Neto dizia num dos seus poemas Mãe África cujos filhos partiram “vergonha de te chamarmos de mãe” “o dia em que comemoramos a abolição desta escravatura”
- “Eu já não espero, sou aquele de quem se espera”
- “Podendo ser qualquer popular empenhado na defesa de uma pátria, Angola como pátria totalmente livre e independente”
- Depois da segunda guerra mundial e o facto de muitos africanos das colónias francesas e inglesas terem participado na libertação da Europa do Nazismo o processo das independências africanas era irreversível;
- Temos assim em 1957 a primeira independência do GANA de Kwame Nkrumah e em 1960 17 países africanos alcançaram a sua independência incluindo Congo Kinshasa de Patrice Lumumba;
- Em Angola começaram a surgir bases para criação de partidos políticos como o PLUA, o MIA e os Movimentos de Libertação com estratégias de mobilizar e aglutinar as massas populares no campo e nas cidades para a luta sem olhar a sua origem étnica, racial ou religiosa dando assim um salto qualitativo.
- O colonialismo português e o presidente do Conselho Dr. António Oliveira Salazar não souberam interpretar os ventos da história e recusaram negociar a independência de Angola e das outras colónias em África (Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde)
- Assim o MPLA declarou em 1956 no seu manifesto que o colonialismo não cairia sem luta;
- Em 4 de Fevereiro de 1961, o MPLA deu início a Luta Armada de Libertação Nacional que se ampliou sob o impulso de 15 de Março no norte do país, mantendo-se esta luta até

a queda do colonialismo em 1974 com a revolução dos capitães de Abril (revolução dos cravos);

Falta de Unidade do Movimento de Libertação Nacional

1956 – Fundação do MPLA

1954 - Fundação Da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola)

1958 – Fundação da UPA (União dos Povos de Angola)

1961 – Fundação da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)

1966 – Fundação da UNITA

1963 – Fundação da OUA (Organização de Unidade Africana) em que se reconheceu o governo revolucionário de Angola no exílio liderado por Holden Roberto;

- O MPLA, foi o único Movimento de Libertação Nacional que realizou a Luta Armada em quase todo território nacional, pelo que a OUA em 1968, reconheceu o MPLA como o único e legítimo representante do povo angolano:

I – Região Luanda/Bengo, Uíge e Zaire;

II – Região de Cabinda;

III, IV, V, VI – Lunda, Malanje, Moxico, Kuando Kubando e Bié;

- A FNLA apesar de estar na República do Zaire, praticamente tinha desistido da luta e combatia o MPLA e aprisionava os seus combatentes na base de Kankusu na República do Zaire;

- A UNITA, tinha feito uma aliança com o colonialismo português no Leste de Angola e não atacava as colunas portuguesas mas sim os guerrilheiros do MPLA;

- É assim que nunca se alcançou a unidade dos Movimentos de Libertação Nacional, apesar de Agostinho Neto ter tentado com a FNLA de Holden Roberto entre 13/12/1972 (sobre auspícios da OUA com a criação do Conselho Supremo de Libertação de Angola)

- Depois da queda do colonialismo e das negociações separadas do Governo português com os Movimentos de Libertação Nacional era necessário discutir entre eles uma plataforma de entendimento para negociação com Portugal;

1 – Assim realizou-se a cimeira de Mombaça a 4 de Janeiro de 1975 sob os auspícios do presidente Jomo Kenyatta na República do Quênia;

- Discutiram um projecto de acordo que em vez de um 1º Ministro de Transição Popular, existisse um colégio presidencial a cabeça do Governo de Transição (em vez de um Primeiro Ministro) como chefe de Governo;

2 – A Cimeira de Alvor de 10 a 15 de Janeiro de 1975

- Discutiram o projecto de acordo para a Independência; com uma componente político e militar, elaboração da lei fundamental (constituição), elaboração da lei eleitoral (recenseamento), elaboração e organização de eleições livres e democráticas e a criação do exército unificado e a proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975;

3 - A Transição para a Independência (31 de Janeiro até Agosto de 1974)

- A Criação de um Governo de transição heterogéneo (difícil de funcionar); posições militares muito antagónicas, desconfiança entre os três movimentos, MPLA, FNLA e UNITA; pouco empenho no processo de Descolonização;

- Não houve a preocupação da parte dos três movimentos de libertação de elaborar uma Plataforma de Entendimento Político para conduzirem a transição;

- Assim instalou-se uma guerra entre os três movimentos de libertação nacional afetando todos os angolanos que esperavam o sonho de uma independência pacífica e de paz;

4 – Cimeira de Nakuru realizada em Junho de 1975 seis meses após a instalação do Governo de Transição, foi a ciméria da última esperança para tentar travar a guerra;

- O processo de transição estava profundamente adulterado e desviado dos seus objectivos fundamentais que eram:

a) A Elaboração da Lei Fundamental;

b) A Elaboração da Lei Eleitoral;

Organização de Eleições Livres e Democráticas;

Os Apoios dos Movimentos de Libertação Nacional

1 – MPLA

- Apoio do Mundo Socialista Europeu/URSS/Cuba e a ex Jugoslávia de Tito;
- Apoio de países progressistas africanos: Argélia, Egito, Guiné-Conacri, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé, Cabo Verde e Nigéria, República Popular do Congo;

2 – UNITA

- Apoio do Regime do Apartheid da África do Sul, que oprimia os negros e não queria dar independência da Namíbia que ocupara desde da derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial e apoio de Kaunda (Presidente da Zâmbia)

3 – FNLA

- Apoio de Mobutu presidente da República do Zaire, e de uma Legião de mercenários franceses, ingleses, e canadenses;

A Guerra Civil de 1975

(antes da Independência – Angola tinha 16 províncias)

- 1 – FNLA – controlo do Zaire e Uíge; (duas províncias)
- 2 – UNITA – controlo do Huambo, Bié Kuando Kubango; (três províncias)
- 3 – MPLA – controlo de quase todo território nacional incluindo a capital; (onze províncias)

Antes da Independência

(Batalhas Militares)

- A independência de Angola tinha que ser proclamada na capital do país as zero horas do dia 11 de Novembro;

- Assim a UNITA a sul com aliança da África do Sul tentou chegar a Luanda e foi travada pelas forças militares do MPLA e dos Cubanos na ponte do Rio Queve em Porto Ambuim, Quibala no Ebo e Conda tudo na província do Kwanza Sul;

A FNLA a norte foi travada na Batalha de Quifangondo a norte de Luanda (como diz Santocas na sua musica Batalha de Quifangondo “esquecer eu não consigo a Batalha de Quifangondo, foram ali que morreram angolanos em defesa de Angola e da Independência”)

Proclamação da Independência

- O Presidente do MPLA Dr. António Agostinho Neto proclamou em nome do Comité Central da Independência de Angola e nascia a Republica Popular de Angola.

- A UNITA no Huambo e a FNLA no Zaire, proclamaram a Republica Democrática de Angola que foi efémera, pois não foi reconhecida por ninguém nem mesmo pelos seus aliados o regime racista da África do Sul e de Mobotu;

- O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a República de Angola e depois de um intensa campanha diplomática a OUA viria reconhecer oficialmente como membro da organização em 12/02/1976 como membro de pleno direito da OUA; de recordar que na Cimeira de Kartum em Janeiro de 1976 no Sudão, houve um empate técnico entre os presidentes africanos presentes que defendiam o reconhecimento do governo da República Popular de Angola de Agostinho Neto e os outros que defendiam o governo da República Democrática de Angola de Savimbi/Holden.

Nesta cimeira o presidente Samora Machel a quando do seu discurso advogou que era legítimo a OUA reconhecer o Governo de António Agostinho Neto uma vez que o MPLA tinha sido de facto o único Movimento de Libertação Nacional que lutará pela independência de Angola;

- A 1 de Dezembro de 1976, Angola foi aceite como membro de pleno direito da Organização das Nações Unidas e é com orgulho que em 2002/2004 e 2015/2016, foi membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU onde assegurou debates sobre a resolução de conflito no continente africano;

1975 À 1991

(16 anos de Guerra)

- Angola não teve descanso, foi alvo das estratégias da Guerra-fria, de vários ataques do regime racista da África do Sul que apoiava a UNITA;

- Mas a personalidade de Agostinho Neto (1º presidente) e de José Eduardo dos Santos (presidente de Angola desde 1979) nunca vacilaram no apoio a luta da Namíbia, e do ANC, como disse José Eduardo dos Santos a Batalha do Cuito Cuanavale foi muito importante, envolveram-se 24 mil homens e do lado de Angola combateram 9 mil homens, os Sul-africanos foram derrotados. Com a assinatura em Nova Iorque em 22 de Dezembro de 1988, do acordo tripartido entre Angola, África do Sul e Cuba, mediado pelos EUA e pondo fim ao conflito regional e permitindo a independência da Namíbia, a libertação de Nelson Mandela e a abolição do sistema do Apartheid;

- Deste modo, foi conquistada a Libertação Total de África e realizado um dos maiores sonhos do nosso continente; (Segundo o presidente José Eduardo dos Santos)

Acordos de Bicesse

- 31/05/1991 – Assinatura do Acordo de Bicesse, que não era mais do que implementar o que não se tinha conseguido no Acordo de Alvor em 1975:

a) Criação das Forças Armadas Angolanas (FAA);

b) Eleições livres e justas para eleger o presidente de Angola e o Parlamento;

c) Alterações pontuais a lei constitucional para introdução do Multipartidarismo; (Lei nº12/91)

- O acordo era a esperança de paz em Angola, mas apesar da realização em Setembro de 1992 de eleições legislativas, o presidente José Eduardo dos Santos pelo MPLA ganhou

as eleições mas o presidente da UNITA não reconheceu os resultados e a UNITA voltou a guerra que durou mais de dez anos;

- Nestas eleições dos 220 lugares da Assembleia Nacional, o MPLA teve 128 deputados eleitos, a UNITA teve 70; presidente José Eduardo dos Santos pelo MPLA ganhou a 1ª volta das eleições presidenciais e o líder da UNITA não reconheceu a derrota, e na tentativa de se garantir o “status quo” o presidente José Eduardo dos Santos ofereceu a Savimbi o cargo de Vice-Presidente de Angola que o líder da UNITA recusou, Savimbi solicitou posteriormente um estatuto privilegiado de líder da oposição que lhe foi garantido tendo também recusado.

- Assim, realizaram-se negociações no Namibe (Angola), em Abidjan (Costa do Marfim), Cairo (Egipto) e Lusaca (Zâmbia), onde se assinou um acordo em o José Eduardo dos Santos compareceu e Jonas Savimbi não compareceu, acabando por ser assinado pelo então Ministro das Relações Exteriores de Angola Dr. Venâncio de Moura, e pelo General Eugénio Manuvakola então secretário-geral da UNITA que após o seu regresso foi preso por Savimbi.

- Savimbi nunca honrou os seus compromissos, deu sempre o dito pelo não dito, isso obrigou o presidente José Eduardo dos Santos a definir três cenários:

- 1) Aplicar os Acordos (aceitar);
- 2) Rendição, ou
- 3) Morte em Combate, o que veio acontecer em 22 de Fevereiro de 2002 na localidade do Lucusse na província do Moxico;

Assinatura do Memorando do Luena entre o MPLA e a UNITA

(4 de Abril de 2002)

- Com a assinatura do Memorando do Luena entre o MPLA e a UNITA no dia 4 de Abril de 2002, encerrou-se um logo e doloroso capítulo da história contemporânea de Angola (1975-2002), calaram-se as armas, a paz almejada chegou e o Presidente José Eduardo

dos Santos é mesmo o arquiteto da paz, sem a sua estratégia e visão política de inclusão política não era possível a paz.

- Foram 27 anos de Guerra Civil, pelo que foi necessário uma amnistia para todos crimes de sangue, um perdão total e a reintegração dos quadros e cidadãos ligados a UNITA, num processo de inclusão total sem exclusão na sociedade angola;

- Todos os angolanos deram as mãos para junto edificarem o Estado de Direito e Democrático e garantir a paz perpétua (naquele abraço de confiança entre o General Armando da Cruz Neto, Chefe de Estado Maior General das FAA e do General Kamorteiro das forças da UNITA na presença do presidente José Eduardo dos Santos e dos Deputados da Assembleia Nacional, do Governo de Unidade Nacional e outros convidados).

A Morte de Agostinho Neto 10 de Setembro de 1979

- Angola alcançou a sua Independência em 11 de Novembro de 1975.

- Em 1979 no dia 10 de Setembro morria em Moscovo o fundador da Nação Angolana o Dr. António Agostinho Neto e o Comité Central do MPLA em 20 de Setembro escolhia um jovem que acabava de fazer 37 anos de idade para exercer as funções de presidente da República e comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas.

“Lembro-me que no discurso da tomada de posse o Presidente José Eduardo dos Santos dizia “que não era uma substituição fácil mas_necessária” Pois Agostinho Neto, era um Gigante, era o Libertador era **aquele de quem se espera e se esperava que vivesse e pudesse estar ainda muitos anos a frente da governação de Angola independente.**

- Hoje podemos dizer que a decisão daquela época de escolher **José Eduardo Santos**, foi uma decisão acertada e a história de Angola e de África nos últimos 37 anos tem de lhe fazer o justo reconhecimento de um grande líder e de um grande Estadista Africano de dimensão Mundial.

- **José Eduardo dos Santos**, - teve ao longo desses Anos, tendo em conta a conjuntura Internacional dos finais dos anos 70, década de 80 e 90 do século XX e mesmo na actualidade sabido com serenidade, razoabilidade, bom senso e sentido de Estado aplicar o seu pensamento estratégico, no sentido de fortalecer as Forças armadas Angolanas,

congregar todos os Angolanos no projecto da defesa da Pátria, da Soberania e mobilizou e movimentou os seus generais, Oficiais e soldados para fazer a guerra e alcançar a Paz, fazendo de Angola um exemplo em África no âmbito dos processos de reconciliação nacional.

Permitam-me destacar os seguintes factos relevantes da história política de Angola.

1º Período – 1979 - 1991

1º - O Governo do MPLA garantiu a soberania e a Integridade Territorial no período de 1975 – 1991, contra as invasões estrangeiras fundamentalmente das forças do regime racista do Apartheid que apoiavam as forças militares da UNITA e também do exercito da República do Zaire cujo presidente era Mobutu.

- Materializou a Política de Clemência e harmonização nacional decretada em Cabinda em 1978 pelo presidente Agostinho Neto, permitindo o regresso ao País a milhares de Angolanos que viviam nos dois Congos - Garantiu a materialização da palavra de ordem **“Na Namíbia, e na África do Sul está a continuação da nossa luta” e também “Angola é e será por vontade própria trincheira firme da Revolução em África”.**

- Este princípio permitiu a Independência do Zimbabwe em 1980 e da Namíbia em 1990 mas foi preciso Angola através do **Presidente José Eduardo dos Santos**, bater-se pela implementação de resolução 435/78 do Conselho de segurança da ONU (Sobre a Independência da Namíbia e a erradicação do APARTHEID na África do Sul) que foi abolido em 1990 e permitiu o ANC de Nelson Mandela, em 1994 ganhar as primeiras eleições Multirraciais na África do Sul.

- Aceitou o compromisso de Lusaka de 1984 para o desengajamento das Tropas Sul – Africanas no Sul de Angola que entretanto tentaram atingir Malongo na Província de Cabinda acto que se tivesse êxito seria imputado a UNITA

- Subscreeveu o acordo de Nova Iorque a 22 de Dezembro de 1988 que permitiu a retirada das tropas Cubanas de Angola Independência da Namíbia, naquilo que ficou conhecido como a Política de linkage da Administração do **Ronald Reagan**, presidente dos EUA no auge da guerra fria.

- Subscreeveu os acordos de Bicesse a 31 de Maio de 1991 para por fim ao conflito Armado em Angola, tendo do presidente José Eduardo dos Santos, apertando a mão do líder da UNITA **Dr. Jonas Savimbi**, no gesto de Magnanimidade e de reconciliação Nacional entre os Angolanos,
- Dinamizou a criação da Assembleia do Povo e das Assembleias Populares Provinciais em 1980 consolidando os Órgãos do poder do Estado em Angola.
- Introduziu as reformas Económicas em 1985 – programa do saneamento Económico e financeiro, muito antes do início da política das reformas políticas e Económicas por perestroika na então União Soviética e nos Países da Europa do Leste.
- Introduziu o Multipartidarismo em 1991 o que permitiu a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais em Angola em 1992 e que ficou registada para a história da democracia multipartidária em Angola. Aliás o presidente do MPLA ganhou a 1ª volta das eleições presidenciais e o seu partido MPLA, ganhou as legislativas com 128 deputados com maioria absoluta de um total de 2020 no âmbito da composição da Assembleia Nacional.

2º Período – 1992 – 2002

- Período de consolidação das forças armadas angolanas agrupando no seu seio os melhores estrategas militares angolanos no âmbito do princípio fazer a guerra para acabar com a guerra com o objectivo estratégico de alcançar a Paz.
- Criou um governo de unidade de reconciliação nacional com os partidos políticos com assento no parlamento eleitos em 1992 mesmo sabendo que podia governar sozinho, uma vez que tinha legitimidade política e jurídica para o fazer porque o partido MPLA, tinha ganho as Eleições com maioria absoluta.
- Com a guerra Pós – Eleitoral de 1992, desencadeada pela Unita que ocupou na altura uma parcela grande do território nacional **José Eduardo dos Santos**, Presidente da República de Angola em nome da salvaguarda do processo democrático e das liberdades fundamentais dos cidadãos e do estado de direito, **não decretou o estado de sítio e de emergência que se impunha a luz da lei Constitucional para não matar a nascerça o Estado de Direito Democrático e a jovem democracia em Angola.**

- O Governo do MPLA, Definiu com clareza a direcção principal quer a ameaça viesse do norte isto é do Congo Kinshasa como do Congo Brazzaville e da região dos grandes lagos;

Soube definir e estabelecer as alianças necessárias em nome da SADC, com o Zimbabwe e a Namíbia no momento oportuno a tomada de Kinshasa pela coligação Tutsi – Ruanda – Uganda e Burundi;

Reorganizou as forças armadas angolanas completamente destrocadas pelos acordos de Bicesse e capacitou-a com armamento e técnica moderna para fazer a guerra e vencer a guerra e alcançar a paz.

Adquiriu armamento e técnicas de países amigos tradicionais utilizando os recursos possíveis provenientes do petróleo dependendo os interesses Nacionais.

Dirigiu a reconquista do território nacional e repôs a autoridade do Estado através de grandes operações combinando a guerra convencional e de guerrilha para a recuperação efectiva do Pais com a flexibilidade das unidade tácticas de caçadores para colmatar a guerrilha até chegar ao desfecho da mesma que se registou a 22 de Fevereiro de 2002 no Lucusse, província do Moxico depois de grandes batalhas no Huambo, Bailundo, Andulu e em outros pontos do território nacional **cuja magnitude e importância serão relevantes quando se escrever a verdadeira história militar de Angola independente.**

Sob decisão do Governo angolano e do presidente José Eduardo dos Santos as Forças Armadas Angolanas Intervirão na 1ª guerra do Congo a chamada guerra do Kivu e a conquista da República do Zaire hoje RDC no período Setembro de 96 à Setembro de 97, bem como na segunda Guerra do Congo e na Região dos grandes lagos no período 97 - 2000.

- Em Julho de 1997, presidente José Eduardo dos Santos, orientou as FAA a intervirem na República Popular do Congo contra Pascoal Lissuba. Facilitando a tomada de poder de Denis Sesso Nguesso como presidente da República.

3º PERIODO DE 2002 – 2016

(14 anos de Paz)

Neste período os esforços do Governo do MPLA e do presidente José Eduardo dos Santos, fundamentais onde se atingiu os seguintes objectivos:

- Assinatura do memorando de entendimento entre as forças militares da Unita e o governo a 04 de Abril de 2002 na Assembleia Nacional.
- Nomeação para ministro, Vice - Ministro, Governadores provinciais (Uíge, Kuando – Kubango e Huambo a representantes da Unita), Vice – Governadores e Administradores municipais;
- Reorganização das Forças Armadas Angolanas, e a entrada de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, oficiais e soldados das Forças Militares da Unita; hoje o Chefe de Estado-maior do Exército o General Nunda de 4 estrelas que veio das FALA;
- Atribuição de altas patentes a Militares e funções aos Oficiais Gerais, oficiais vindos da Unita;
- Criação do Governo de Unidade e reconciliação nacional desde 2002 – 2008 que terminou com a realização das eleições, ganhas pelo MPLA, com 72% de votos garantindo 191 Deputados na Assembleia Nacional no total de 220.
- Reassentamento de mais de 4 milhões de deslocados internos e o regresso ao País de cerca de 200 mil refugiados provenientes dos países vizinhos principalmente Zâmbia, Namíbia, Botswana, RDC, República do Congo;
- Realiza-se desde a paz até a presente data um processo de desminagem em todo território nacional, com financiamento e apoio de alguns países e organizações não-governamentais. Segundo estimativas existem ainda em Angola 5 a 10 milhões de minas e são necessários mais ou menos 275 milhões de dólares para concluir este processo;
- No que respeita os transportes ferroviários foi desenvolvida a recuperação de modernização das três principais linhas férreas: o caminho-de-ferro de Luanda, caminho-de-ferro de Benguela e o caminho-de-ferro de Moçâmedes; tendo sido construídas de raiz 157 estações ferroviárias e 196 ao longo das linhas férreas;
- Destaca-se aqui o corredor do desenvolvimento do Lobito que irá permitir uma certa influência da economia angolana na região, através da linha do caminho-de-ferro de Benguela, se projecte muito para além das fronteiras nacionais e se interliga com as economias da África Austral;

- Foram intervencionados e modernizados 14 aeroportos (Namibe, Uíge, Cunene, Menongue, Cuito Cuanavale, Huambo, Lubango, Catumbela, Benguela, Ondjiva, Malanje, Ndalatando e Saurimo, faltando a conclusão do aeroporto do Dondo);
- Desenvolveu-se um processo de reestruturação da TAAG, hoje voa para mais de 19 países e realiza voos internos para todas as províncias;
- O Governo está a concluir a construção do novo aeroporto de Luanda, que se encontrará em fase de operação em 2018, esta infraestrutura permitirá processar até 15 milhões de passageiros 3 600 mil toneladas de carga por ano;
- Iniciou-se a construção do novo posto de águas profundas na Província de Cabinda e prevendo-se no período de 2017-2022 o início da construção do novo posto da Barra do Dande (Luanda/Bengo) para onde será deslocado o actual posto marítimo de Luanda;
- Estão em fase de criação à Rede Nacional de Plataformas Logísticas de Angola. Numa primeira fase estão em construção três plataformas, a de Massabi na Província de Cabinda, Luvo na Província do Zaire e Santa Clara na Província do Cunene;
- No sector de energia em 2002 a capacidade instalada de geração de energia era de 700 megawatts, e em 2016 é de 3.334 megawatts; a nível das linhas de transporte de energia em 2002 existia 1851 Km e em 2016 passou para 8391 Km nas suas várias especificações técnicas;
- Estão em curso a implementação de projectos de infraestruturas públicas aprovadas, nomeadamente:
 - a) A conclusão da segunda fase da Barragem de Cambambe que vai garantir uma potência adicional de 780 megawatts aos actuais 180;
 - b) A construção da Nova Barragem de Carica a terminar em 2017, com uma potência de 2067 megawatts;
 - c) A construção do ciclo combinado do Soyo, utilizando gás natural para gerar uma potência de 750 megawatts;
- A Nível do volume de água instalada, passou-se de 406 mil m³/dia em 2002, para um milhão e 200 mil m³/dia em 2016. Hoje 60% da população angolana tem acesso a água potável (Programa Água para Todos)

- No sector das telecomunicações, desenvolveu-se uma estratégia uma vez que em 2002 existiam cerca de 130 mil utilizadores da rede móvel, tendo passado para um número superior a 14 milhões de utilizadores em 2016; em 2002 não havia qualquer conectividade de fibra óptica, hoje temos mais de 20 mil quilómetros de fibra óptica instalada; a nível de usuários de internet, havia em 2002 cerca de 50 mil usuários, e hoje ultrapassam os 4 milhões de usuários;

A Reconciliação Nacional e a Reconstrução de Angola Pós-Conflito

Estabelecimento em Angola de dois factores importantes de inclusão de Política, económica e social.

Primeiro a inclusão económica com adopção, em 1989, do modelo da economia de mercado permitindo o desenvolvimento da iniciativa dos cidadãos nacionais no que respeita a vida empresarial e ao processo de criação de riqueza pessoal e social.

Depois a inclusão política com a institucionalização em 1991 do sistema multipartidário que permitiu a competição política entre os partidos políticos no sentido da tomada do poder político.

Estes dois factores de inclusão e de competitividade, associados os Paz explicam os grandes sucessos que o País tem alcançado e continuarão a ser fundamentais para fazer face aos desafios que temos pela frente.

Estes três factores garantirão a estabilidade política do País e o reforço da democracia, ao mesmo tempo que tomarão ao sistema económico mais dinâmico e mais abrangente, já que a economia de mercado permite que os cidadãos na base do seu talento e do mérito pessoal criam riqueza pessoal e social.

A inclusão económica e política são fundamentais para que todos sintam parte integrante do projecto de sociedade que estamos a construir. Não é só o Estado que deve criar riqueza.

A riqueza de um País medida pelo seu rendimento nacional e produzida por 3 agentes: os trabalhadores, os acionistas ou os danos das empresas e o Estado.

Estes é que produzem a riqueza e o bolo da sociedade.

Depois do bolo produzido cada um dos 3 agentes fica com a sua fatia.

Os trabalhadores recebem os seus salários e os acionistas recebem os seus lucros ou dividendos e o Estado recebe os Impostos.

Quando maior for o bolo maior e a fatia para os salários dos trabalhadores que assim poderão auferir salários dignos e justos.

Por outro lado, quando maior for o volume de emprego maior é o número de pessoas a receber salários condignos e a obterem rendimentos que permitam resolver os problemas dos trabalhadores e das suas famílias.

Fica assim claro que a melhor forma de distribuir o rendimento nacional é através do aumento do emprego.

Desenvolvimento da Economia Angolana de Firma Sustentada

Neste domínio o País tem conhecido avanços significantes:

O comportamento da economia angolana nos últimos 15 anos evidenciou êxitos assinaláveis. No período de 2000 a 2015, Angola apresentou uma taxa média anual de crescimento de 7,5%, uma das mais elevadas de África.

De 2002 a 2008 Angola exibiu taxas médias anuais de crescimento de 2 dígitos, fortemente influenciadas pelo crescimento do sector petrolífero que, nesse período, conheceu um crescimento extraordinário quer em termos físicos quer em termos de valor. No período em referência a produção petrolífera conheceu um crescimento médio anual de 14% e o preço desta matéria-prima aumentou, em média, 25% por ano.

Uma das consequências da crise económica e financeira que se abateu sobre o mundo em 2008 foi a redução drástica do preço do petróleo no mercado internacional.

Com efeito, no período 2009-2015, a economia angolana continuou a crescer, porém com taxas mais brandas. No período em referência, Angola cresceu a uma taxa média anual de 4,2%. A trajectória de crescimento foi crescente até ao ano de 2014, com um

crescimento de 2,39% em 2009, 3,5% em 2010, 3,9% em 2011, 5,2% em 2012, 6,8% em 2013 e 4,8% em 2014. Em 2015 Angola teve um crescimento de 3%.

A diminuição das taxas de crescimento económico a partir de 2014 deveu-se à forte e inesperada queda do preço do petróleo no mercado internacional que se verificou a partir do II semestre desse ano.

Trata-se de uma crise estrutural, diferente da crise de 2008 que foi conjuntura¹ e de curta duração.

Ao longo do período em análise (2009 a 2015) o crescimento do sector petrolífero foi negativo (-0,78%). O sector não petrolífero contrabalançou esta quebra do sector petrolífero com uma média de crescimento de aproximadamente 7%, com destaque para os sectores da agricultura (11%), indústria (8%), construção (11,9%) e energia (14,3%).

O peso do sector petrolífero na economia que em 2008 era de 58%, passou para 35% em 2015. Nesse ano, a produção não petrolífera excedeu em 85% a produção petrolífera.

Contudo, esta redução do peso do sector petrolífero na economia não se traduziu ainda numa alteração estrutural das exportações e das receitas do Estado, que continuam ainda fortemente dependentes de choques externos, em particular das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

O petróleo é responsável por 38% do PIB e de 75% das receitas fiscais do Governo e representam 95% das exportações;

O crescimento do sector produtivo tem-se baseado essencialmente na utilização quantitativa de recursos tangíveis. É fundamental criar condições para um desenvolvimento mais sustentado e sustentável, a longo prazo, o que pressupõe dar mais prioridade a factores intangíveis de desenvolvimento, tais como o conhecimento, qualificação profissional, experiência, inovação, qualidade, capacidade de organização e gestão ou "marketing".

A este respeito o processo de diversificação da economia nacional joga um papel crucial. Embora a sua implementação seja da responsabilidade dos operadores económicos, em

particular dos agentes privados, ao Estado cabe um papel de coordenação e regulação, criando um quadro favorável à operação dos mesmos.

O Governo prevê que a economia angolana em 2017 cresça 2,1% do PIB Real, e o barril do petróleo em 46usd, tendo em conta o crescimento do preço do barril do petróleo na ordem dos 1,2%, e o sistema não petrolífero a contribuir com 2,3%.

Por isso a criação de emprego tem vindo a crescer nos pais. Em 2013 foram criados cerca de 150.000 novos postos de trabalhos e para este Ano prevê-se que venham a ser criados cerca de 250.000 novos postos de trabalho. Ainda a muito a fazer neste domínio, mas esta - se não é bom caminho.

Com o desenvolvimento dos clusters que estão agora a ser estruturados e o concomitante crescimento em regras do País, a diversificação da economia Angolana será mais rápida com menos desperdícios de factores de produção e com maiores economias de escala.

Toda essa evolução tem uma grande influência na vida das pessoas, por isso é que servem as políticas económicas.

As políticas económicas não fazem nenhum sentido se não contribuírem para o melhoramento do bem-estar das pessoas e das famílias.

Com índice de desenvolvimento humano (IDH) um indicador importante do nível de vida usado pelas Nações Unidas e condessa factores como níveis de aceso a saúde, a educação, e os rendimentos auferidos pela população evoluiu de um índice de 0.375 em 2000 para um índice de 0.508 em 2012.

De 2000 a 2012, Angola fez parte de 14 Países que mais crescerá no mundo neste domínio e que tiveram um crescimento do IDH superior a 2%.

Estes são dados do PNUD, portanto acima de qualquer suspeita.

A esperança de vida a nasça também evoluiu de maneira significativa, tendo passado de 45 anos em 2002 para 52 anos em 2013. Ou o objectivo é atingir uma esperança de vida a nasçença de 55 ano no ano de 2017.

Um outro indicador importante a evidenciar a infração. A inflação quando muito alta actua como um imposto que sobre aquele que detêm artigos em cash, como acontece com as população de rendimentos mais baixos, diminuindo o poder de compra dos seus

salários e contribuindo para agravar o índice de pobreza. Em 2002 a taxa de inflação anual foi de 105%, tendo baixado para 9.02% em 2012 e para 7.4% em 2013.

Pra os próximos 3 anos prevê-se taxas de inflação que não ultrapasse 7%. E um grande progresso para um país que já apresentou a taxa de inflação de 3.000% em 1996.

A educação é a chave das transformações económicas e sociais de Angola. A educação é também um forte componente da justiça social já que confere aos cidadãos, independentemente da sua origem uma possibilidade da futura ascensão na sociedade. E por isso um sector fundamental da inclusão social. Por Consequente deve ser considerado como a base de todo o progresso do País.

A este respeito os dados são igualmente significativos.

Em 2002, o nº de alunos nos níveis de ensino não universitário era acerca de 2.5 milhões. Em 2016 este nº passou para mais de 8 milhões.

Por outro lado em 2002 tínhamos apenas 16 Institutos Médios e Médios Técnicos, e hoje temos mais de 120. Um grande esforço está a ser desenvolvido no sentido do aumento da qualidade.

“... ”

No ensino superior, o número de estudantes era, em 2002, de 14 mil estudantes, tendo passado para um total de 235.490 estudantes matriculados, em 2016. A extensão da educação é inegavelmente um dos principais ganhos da paz. O ensino cresceu em quantidade e o nosso desafio agora é **melhorar a sua qualidade.**”

Registe-se que nos idos dos anos 80, a UAN, como única Instituição nacional, criou vários núcleos universitários pelos principais centros populacionais provinciais do País. Com a reestruturação do ensino superior, em 2008/2009, foram criadas 8 regiões académicas que se autonomizaram e se tornaram em Universidades públicas independentes da UAN e onde também se inserem as universidades privadas. Acresce, ainda que com esta reestruturação, em cada região universitária foi instituída uma Faculdade de Medicina,

com a cooperação cubana, o que poderá permitir que Angola, num futuro a médio prazo, possa se tornar auto-suficiente em licenciados em Medicina.

No que diz respeito a graduados (licenciados) no ano académico de 2014 formaram-se 13.547 estudantes e em 2015 esse número, em função da crise económica que o País atravessa, decresceu para 12.395 estudantes licenciados.

Estes resultados no ensino superior só foram possíveis porque estão em funcionamento 64 Instituições de Ensino Superior dos quais 24 públicas (37,5%) e 40 privadas (63,5%). Deste universo de instituições, 18 são Universidades (8 públicas e 10 privadas) e 41 são Institutos Superiores Politécnicos (11 públicos e 30 privados) e 4 Escolas Superiores públicas, fundamentalmente, Escolas Superiores de Educação e uma Academia para Estudos Avançados (essencialmente para investigação e pós-graduados). Angola tinha em 1975 cerca de 90% da sua população analfabeta, hoje tem cerca de 28%.

Para o MPLA, uma educação universal e de qualidade constituem uma das áreas de eleição no âmbito da sua maior inserção na sociedade, por quanto, a Educação, para o MPLA *“e a chave do desenvolvimento económico de Angola e a condição fundamental para os cidadãos tirarem proveito das oportunidades disponíveis na sociedade”*; cria-se assim novas elites capazes de garantir o desenvolvimento do País e um maior prestígio de Angola no seio da comunidade internacional visando uma cada vez maior Globalização.

- Soube utilizar uma estratégia de aproveitar o preço do petróleo no mercado Internacional para servir no forte desenvolvimento na dinamização da reconstrução nacional, bem como na criação de um sector financeiro forte e credível em Angola.

- Foi efectuado pelo Governo os programas de combate a pobreza com sucesso pós em 2002 cerca de 70% da população vivia na pobreza, hoje vive cerca de 30% tendo a pobreza sido reduzida em 40%.

- A produção petrolífera aumentou num total de 800 mil barris dia para cerca de 1.800.

A reabilitação do sistema de captação de tratamento de água e construção de mini – hídricas, de acordo com o projecto “Água para todos até 2015”, reabilitação dos principais centros de saúde, bem como as políticas de controlo da mortalidade materno – infantil, combate ao HIV sida, malária, tuberculose e outras doenças endémicas, melhorando as condições sociais evitando a existência de conflitos sociais na sociedade Angolana.

- Os programas de combate a Sida a tuberculose e a malária (são intensas) com acções junto das populações.

- Angola tem a taxa mais baixa de prevalência de SIDA. Amostra: 2.4%, dados da ONU apontam que a existência de 200 mil pessoas a viver com o vírus do Sida e sendo 140 são mulheres.

Em termos de infra-estruturas a rede de prestação de cuidados de saúde é constituída por 1.721 unidades sanitárias dos quais 8 hospitais centrais, 32 Hospitais provinciais, 228 hospitais municipais e 1.453 postos de saúde.

O País conta com 995 médicos angolanos e 1.273 médicos estrangeiros, os Cubanos lideram a lista, seguidos de Brasileiros e Portugueses e Vietnamita.

A criação dos pólos de desenvolvimento industrial em Luanda (Viana), Bengo, Cabinda (Futula), Huambo, Huíla, Benguela.

O Governo apostou na criação de novas centralidades habitacionais, criando novas cidades em todas as províncias e municípios do País, resolvendo assim o acesso dos cidadãos a casa própria;

No domínio da Justiça, o Governo melhorou os direitos humanos em Angola, e isso é reconhecido pela ONU através do Conselho dos Direitos Humanos e pela Comissão Africana; a liberdade de informação funciona com a publicação de vários jornais, debates televisivos e nas rádios;

A Nível Político

- Foi aprovado a Constituição da República de Angola e promulgada a 5 de Fevereiro de 2010 pelo presidente Engenheiro José Eduardo dos Santos.

- Apesar da UNITA, que participou no debate constitucional não ter participado na votação final, fez uma declaração na voz do seu presidente afirmando que o partido e os seus militantes rejeitariam a Constituição;

- Com a Constituição de 2010, nasceu um novo Sistema de Governo, buscando no Presidente da República a representatividade máxima interna e externa e consequentemente a responsabilidade directa de governação (titular do poder executivo);

Nasce assim o Sistema de Governo Angolano – Presidencialista ou Presidencialista-Parlamentar;

- Também existe hoje uma maior separação de poderes e cooperação entre os órgãos de Soberania (Presidente, Parlamento, Governo e Instituições Públicas);

- Em 1992, Angola institui o Multipartidarismo, com a guerra de 1992-2002 (10 anos) não foi possível realizar as eleições presidenciais;

- Fala-se muito no tempo de mandato do Presidente José Eduardo dos Santos, mas se o nosso processo democrático não tivesse sido interrompido e se as eleições fossem realizadas regularmente, o mandato do Presidente teria terminado em 2002; A Constituição de 2010 permitiu que o presidente pudesse concorrer as eleições, renovar o mandato se este for o seu entendimento e do MPLA;

- Com a constituição de 2010 nasceu um novo sistema de governo – buscando no presidente da república a representatividade máxima interna e externa e consequentemente responsabilidade directa de governação – isto é nasceu o sistema de governo angolano presidencialista ou presidencialista – parlamentar.

Sobre os Partidos Políticos e as Eleições em Angola

- Nas eleições de 1992 estavam registados uma centena de partidos políticos, mas só 9 partidos conseguiram eleger Deputados nomeadamente, MPLA, UNITA, FNLA, PCD, PRS, PRD, PSD, AD-Coligação e outros;

- Nas eleições de 2008, candidataram-se 35 partidos políticos e 9 coligações, mas só concorreram 14 partidos políticos dos quais 10 partidos e 4 coligações que reuniam os requisitos para serem aprovados pelo Tribunal Constitucional; conseguiram eleger Deputados nomeadamente, MPLA – com 81,64% dos votos, elegeu 191 Deputados, a UNITA – com 10,64% dos votos, elegeu 16 Deputados, o PRS – com 3,17% dos votos, elegeu 8 Deputados, a Nova Democracia – com 1,2% dos votos, elegeu 2 Deputados, e a FNLA – com 1,11% dos votos, elegeu 3 Deputados;

- Nas eleições de 2012 existiam 77 partidos políticos e 6 coligações registradas, foram extintos 19 partidos políticos e 9 coligações por não terem obtido 0,5% dos votos; nas eleições de 2012 concorreram 7 partidos políticos e 2 coligações, destes apenas 4 partidos

e 1 coligação conseguiram eleger Deputados para a Assembleia Nacional, nomeadamente: MPLA – com 71,84% dos votos, elegeu 176 Deputados, a UNITA – com 18,66% dos votos, elegeu 31 Deputados, a CASA-CE – com 6%, elegeu 3 Deputados, o PRS – com 1,70% dos votos, elegeu 3 Deputados, a FNLA – com 1,13% dos votos, elegeu 2 Deputados;

Não queria terminar a minha intervenção sem falar dos ganhos da política externa e diplomacia angolana e do Papel do Presidente José Eduardo dos Santos

Em 2002 quando Angola alcançou a Paz o presidente da república fez um apelo a comunidade internacional para a realização de uma conferência de doadores a ONU e os países ocidentais não aceitaram participar no financiamento e reconstrução de Angola Pós - conflito.

- Considerando que o presidente da república sempre foi um grande diplomata aliás foi ele que exerceu pela primeira vez o cargo de Ministro das relações exteriores de Angola independente, tendo garantido a estratégia diplomática que levou o reconhecimento de Angola pela OUA, EM Fevereiro de 1976 e da ONU em Dezembro de 1976.

- Orientou o seu executivo as linhas de força da política Externa e da Diplomacia Angolana pós – Conflito.

- Tem sido entendido tradicionalmente que a Diplomacia é o instrumento ou conjunto de instrumentos principais para por em prática a política externa enquanto atitude de um Estado perante as Relações Internacionais.

- Esta tem sido como instrumento pacífico do softpower uma forma de condução das relações internacionais por meio de negociação, dos bons ofícios e do intercâmbio de informação, mais do que pela força propaganda ou inovação do direito.

- Neste sentido a Diplomacia tem sido apontada como **“Arte ou Técnicas para Conduzir as Relações entre Estados”** seja como meio, processo, método actividade para aplicação ou persecução de uma dada política externa.

- **Quanto a política externa**, pode ser entendida como a soma das relações externas conduzidas por um actor independentemente geralmente um estado nas Relações Internacionais.

- Terminado o conflito era necessário redefinir a política externa do governo angolano tendo em conta que o País tinha poucos recursos financeiros e económicos.
- De 1992 – 2012 - O País sobe a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, o País teve vários êxitos no âmbito da política Externa e da Diplomacia nomeadamente:
 - O reconhecido no dia 19 de Maio de 1993 pelo Governo do E.U.A tendo Bill Clinton como presidente dos EUA, iniciando-se assim as Relações Diplomáticas a nível de Embaixadores nos dois Países.
 - O presidente orientou a reorganização das embaixadas de Angola no Exterior hoje temos mais de 50 Embaixadores acreditados nos Países situados nos cinco continentes e temos 27 consulados.
 - Angola engajou-se na dinamização da comissão do Golf da Guine e aceitou receber a sua sede e tem sido líder de facto desta importante Organização de concertação multilateral africana.
 - O José Eduardo dos Santos, exerceu as funções de Presidente do Comité Político permanente do Órgão de Defesa e Segurança da SADC (Agosto de 2007 - 2008) tendo intervindo na mediação da resolução das crises políticas do **Zimbabwe, Madagáscar, Lesoto, Suazilândia, etc.**
 - Angola Recebeu o Mandato da SADC e em conjunto com a Namíbia e Zimbabwe interviu militarmente na RDC, na estabilização Política deste País, RPC e na Região dos Grandes Lagos.
 - Angola foi um dos impulsionadores do acordo sobre o pacto da defesa mutua e segurança na região dos grandes lagos assinados em 2006 pelos presidentes desta região de África.
 - Angola através do seu presidente tem tido um papel central na resolução dos conflitos da região dos grandes lagos onde assume actualmente a presidente da referida organização (reeleita para mais um mandato);
 - O País tem contribuído para a resolução de conflitos a nível do continente africano como por exemplo para a estabilização de Guiné Bissau, RDC, República democrática do Congo, Zimbabwe, Madagáscar e Costa do Marfim.

- Angola, sobre a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, assume-se como um país estratégico de importância regional na África central e participa como conselheira ONU, E.U.A, U.E, não só para esta região mais também dos outros conflitos que existem no continente.
- A Política Externa definida na constituição da República e do qual o presidente da república é o condutor da mesma coadjuvado pelo Ministério das relações exteriores tem sido muito dinâmico.
- Nestes anos Angola tem desempenhado e ocupado um papel de destaque no sistema Internacional nomeadamente:
- 2002 – 2004 e 2015 – 2016 Membro não permanente do Conselho de segurança da ONU.
- Vice-presidente do conselho para paz e segurança da união africana (duas vezes).
- Presidente da SADC 2002 e 2011 - (tendo promovido o primeiro grande debate sobre a Sida na região da África Austral.
- Secretário-geral adjunto da comunidade económica da África central.
- Secretario geral adjunto da SADC cujo mandato terminou em 2013 na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo realizado em Maputo - Moçambique.
- Secretário-geral da organização mundial para a saúde de África.
- Secretário-geral da organização panafricana de café.
- Membro do conselho económico e social da ONU.
- Membro da comissão de direitos humanos ONU.

O presidente José Eduardo dos Santos, e o seu Governo elegeram como parceiros estratégicos de Angola Países como - E.U.A, Brasil, Portugal, África do Sul, Índia e China (1º Parceiro estratégico).

- Países como Canada, Austrália, Argentina e Japão, Espanha, França e todos querem estabelecer parcerias estratégicas com o governo angolano

- Vários chefes de estados africanos e ministros dos negócios estrangeiros, da Costa do Marfim, E.U.A, Gabão, Sudão do Sul, Guiné Equatorial, Ruanda, Chade, Portugal, França, Rússia, África do Sul e outros deslocam-se a Angola para tomarem conhecimento sobre a experiência angolana de resolução de conflitos e com encontros com o presidente da República.
- No que respeita a integração económica regional, Angola continua a apostar na África Austral através da SADC e na África Central na CEEAC apesar da dupla filiação estar proibida pela união africana, estas duas organizações são estratégicas para Angola.
- A SADC – por integrar estados com vantagens comparativas e competitiva África do sul Botswana, Moçambique e pelos seus avanços é inquestionável no processo de integração económica com a criação das zonas de comércio livre. Angola não aderiu por razões internas do nosso processo de reconstrução nacional. A Comunidade Económica da África Central integra mais por razões de segurança.
- O presidente numa das cimeiras da África Austral declarou que era necessário rever o plano indicativo de integração regional que foi aceite por todos os chefes de estado e de Governo, plano esse aprovado numa cimeira realizada Maputo.
- Participação do **presidente José Eduardo dos Santos**, na cimeira do G8 que se realizou na Itália – participou devido o reconhecimento do papel do presidente no desenvolvimento excepcional de Angola pós – conflito e por assumir cada vez mais um papel importante nos assuntos regionais e globais.
- O aproximar de Angola junto do FMI e Banco Mundial. Tendo assinado o acordo Stand by com o FMI 1.4 Bilhões de Dólares.
- O reconhecimento pelas Instituições Internacionais das credibilidades do titular do poder executivo e presidente José Eduardo dos Santos na condução da política económica e social do Governo com êxito fazendo de Angola um País respeitado na comunidade Internacional.

PERSPECTIVAS GOVERNATIVAS ESTRUTURAIS PARA OS PRÓXIMOS TEMPOS – Visão do MPLA

Preocupado com as oscilações estruturais, com a estabilidade do Estado, bem como com o bem-estar das gerações actuais e vindouras, Sua Ex.^a Presidente da República e Comandante em Chefe das FAA, **eng.º José Eduardo dos Santos**, enquanto candidato a sua própria sucessão no MPLA apresentou uma moção estratégica contendo os principais eixos de governabilidade, para a elaboração do Programa de Governo do MPLA, para o período 2017/2022 e do correspondente Plano Nacional de Desenvolvimento, comportando os seguintes eixos:

- ✓ Consolidar a paz, reforçar a democracia e preservar a unidade e coesão nacional;
- ✓ Promover o desenvolvimento de uma sociedade civil participativa e responsável e assegurar a inclusão política de todos os cidadãos, sem discriminações;
- ✓ Edificar um Estado democrático e de direito, forte, moderno, coordenador e regulador da vida económica e social;
- ✓ Promover o desenvolvimento sustentável, assegurando a inclusão económica e social, a estabilidade macroeconómica e a diversificação da economia nacional, reduzindo as desigualdades;
- ✓ Estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sector privado e a competitividade;
- ✓ Promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dos angolanos, com a erradicação da fome e da pobreza extrema;
- ✓ Incentivar a criação de emprego remunerador e produtivo, elevando a qualificação e a produtividade;
- ✓ Garantir o desenvolvimento harmonioso do território, promovendo a descentralização e a municipalização;
- ✓ Garantir o fortalecimento e modernização do Sistema de Defesa e Segurança Nacional;
- ✓ Promover o reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional.

Note-se que estes eixos, constituem os pilares essenciais para tornar Angola num bom lugar para se viver e numa boa pátria para todos os angolanos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, permitam terminar a minha intervenção agradecendo a paciência por me ouvirem, e dizer que Angola e o MPLA que proclamou a Independência, que garantiu a Soberania e a Integridade Territorial de Angola, a Transição Política, a Reconciliação Nacional e a Reconstrução de Angola Pós Conflito;

Estamos a materializar a palavra de ordem do Fundador da Nação Dr. António Agostinho Neto que disse que “o mais importante é resolver os problemas do povo” e “que as minhas mãos coloquem pedras no alicerce do mundo eu mereço o meu pedaço de pão”, igualmente o Presidente José Eduardo dos Santos orientou que “precisamos fazer de Angola um país melhor”

Muito Obrigado

Maputo, 11 de Novembro de 2016

Mário Pinto de Andrade



NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol e francês.
2. Têm que ser inéditos e não mais de 20 páginas, notas de pé de páginas incluídas.
3. As resenhas submetidas não devem superar 6 páginas.
4. O envio de artigo deverá ser acompanhado por um abstract no idioma original do artigo e em inglês e no mínimo com três palavras-chave.
5. O formato das letras é Times New Roman 12, justificado e com 1,5 de espaço.
6. Os textos devem ser enviados em formato Word Perfect ou em Word para o PC.
7. Os artigos enviados devem ser assinados pelos autores que também deverão indicar os seus graus académicos e filiação institucional.
8. A redacção da revista reserva o direito de publicar ou não.
9. Haverá sempre um comité externo para avaliação dos artigos.
10. Os títulos dos artigos devem estar na língua original e em caso de necessidade em inglês.
11. As referências bibliográficas e notas de pé de páginas devem ser numeradas. As referências bibliográficas devem ser completas na primeira cita utilizando a norma clássica para as Ciências Sociais e Humanas e Vancouver ou AMA para as Ciências de Saúde.
12. Aceitam-se os projectos de investigação que não superam 8 páginas.

LIVROS ELECTRÓNICOS:

As citas devem começar com o primeiro e último nome do (s) autor (es), título do livro electrónico (em itálico), editor, data de publicação, número da página citada. Endereço Web (Disponível a data da consulta).

PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS:

1. Os artigos devem ser enviados para o e-mail da revista ou do Director nos prazos indicados.
2. A Direcção acusará a recepção do trabalho sem necessariamente manter contacto com o autor antes da decisão final de publicar ou não.
3. Os autores dos artigos são responsáveis pela sua revisão ortográfica e gramatical.

